

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
TESE DE DOUTORADO

“O JORNALISMO COMO PROFISSÃO”: RECURSOS SOCIAIS,
TITULAÇÃO ACADÊMICA E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS
JORNALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL

FERNANDA RIOS PETRARCA

PORTO ALEGRE, 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
TESE DE DOUTORADO

FERNANDA RIOS PETRARCA

“O JORNALISMO COMO PROFISSÃO”: RECURSOS SOCIAIS,
TITULAÇÃO ACADÊMICA E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS
JORNALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos

PORTO ALEGRE, 2007

FERNANDA RIOS PETRARCA

“O JORNALISMO COMO PROFISSÃO”: RECURSOS SOCIAIS,
TITULAÇÃO ACADÊMICA E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS
JORNALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título em Doutora em Sociologia, sob a orientação de José Carlos Gomes dos Anjos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Kunrath da Silva
PPGS/ICH/UFRGS

Profa. Dra. Elida Liedke
PPGS/ICH/UFRGS

Profa. Dra. Ana Maria Fonseca Almeida
PPGE/FE/UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Esta tese contou com a colaboração de inúmeras pessoas e instituições sem as quais não teria condições de se realizar. Agradeço, inicialmente, à coordenação do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS, e a todos os professores que compõem seu quadro, pela formação proporcionada. Devo agradecer, igualmente, a CAPES e ao CNPq, ambas, em momentos diferentes, proporcionaram-me os recursos econômicos tão necessários. Gostaria de registrar meus agradecimentos ao meu orientador, José Carlos Gomes dos Anjos, a quem devo boa parte de minha formação e quem me acompanhou desde meu mestrado até esta tese, permitindo os avanços que fiz e me conduzindo à realização de mais uma etapa profissional. As suas incansáveis leituras das diversas versões preliminares desta tese permitiram elaborar e organizar as idéias que teimavam em ficar fora do lugar. Esta tese também contou com a colaboração dos professores que participaram de minha banca de qualificação de projeto. Agradeço às professoras Cinara Rosenfield e Élide Liedke e ao professor Odaci Luiz Coradini pelas sugestões que contribuíram para reestruturar o trabalho inicial, conduzindo-me, efetivamente, a uma tese de doutorado. Ao professor Odaci Luiz Coradini, devo registrar meu profundo agradecimento pelas inúmeras leituras que fez das diversas versões deste trabalho. A ele devo também os progressos que fiz na minha formação.

Devo agradecer a Wilson José Ferreira de Oliveira pelo acompanhamento intenso deste trabalho e pelas leituras sistemáticas que fez contribuindo, assim, para elaboração e aprofundamento das questões tratadas nesta tese. A ele devo também a viabilidade deste trabalho, não só pelas suas leituras e sugestões tão relevantes, mas pelo seu apoio em todos os momentos.

Agradeço, também, ao Departamento de Sociologia e Política, do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, pelo apoio e incentivo recebidos para a conclusão deste trabalho.

Devo agradecer, igualmente, a todos os jornalistas que tão generosamente dedicaram seu tempo de trabalho para relatar suas opiniões e experiências fornecendo, assim, os materiais e as informações de que tanto precisava para realizar este trabalho.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Luci Rios Petrarca e Luiz Fernando Teixeira Petrarca, pelo apoio em mais uma etapa da minha formação e pela intensa “torcida” na conclusão deste trabalho.

RESUMO

Esta tese analisa as condições sociais, institucionais e políticas do uso da formação superior para o ingresso no jornalismo e ascensão profissional no estado do Rio Grande do Sul. As discussões nacionais a respeito da exigência da formação universitária em jornalismo para o exercício dessa atividade, sobretudo a partir de 2001, trouxeram a tona embates sobre a regulamentação da profissão. Parte-se do princípio que uma profissão não é apenas um espaço de conflito e disputas por reservas de mercado, mas é ainda o lugar de confronto entre estruturas de capitais diferenciados. Nesse sentido, os conflitos em torno da imposição do diploma são reveladores não só de uma disputa por mercado, como também permitem mostrar as lutas para definição dos recursos legítimos para entrada e crescimento na hierarquia interna do jornalismo. Nessas disputas, os agentes comprometem os recursos que acumularam durante seu trajeto social e profissional e que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade. Para compreender os usos do diploma, tornou-se fundamental a análise das inserções e das esferas sociais nas quais os jornalistas se inserem e como elas permitem adquirir recursos que podem contribuir para valorizar seu título acadêmico. O universo empírico considerado é constituído por jornalistas gaúchos que ocupam posições dirigentes no jornalismo. Para dar conta das questões colocadas, esta tese está dividida em três momentos principais. Num primeiro momento, analisaram-se as condições sociais e históricas que consolidaram o exercício do jornalismo e que permitiram determinadas formas de inserção e reconversão de recursos para atuação nessa atividade. Num segundo momento, investigou-se como ocorreu o processo de regulamentação oficial do jornalismo considerando o período da primeira regulamentação, na década de 1930, até os confrontos atuais em torno da exigência do título acadêmico. E por fim, um último nível de análise teve por objetivo apreender os determinantes sociais e culturais que pesam sobre as formas de recrutamento e modalidades de investimento no jornalismo. Esta tese permitiu mostrar que a profissão de jornalista se caracteriza pela reconversão de recursos diversos em recursos profissionais. Desse modo, o diploma de jornalista só adquire valor para ocupação de posições e ascensão profissional se articulado com recursos sociais variados, sobretudo aqueles obtidos através das origens sociais privilegiadas, do intenso contato com as fontes de informação das notícias e, ainda, do investimento na militância político-partidária. O efeito dessa reconversão de recursos sociais em recursos profissionais é a diversificação e a ampliação dos espaços de atuação e intervenção profissional.

Palavras-chave: profissionalização, jornalismo, carreira profissional, recursos sociais, diploma.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse les conditions sociales, institutionnelles et politiques de l'utilisation de la formation supérieure pour l'admission dans le journalisme et de l'ascension professionnelle dans la Province brésilienne du Rio Grande do Sul. Les discussions nationales concernant l'exigence de la formation universitaire dans le journalisme pour l'exercice de cette activité, surtout à partir de 2001, ont révélé heurtées sur la réglementation de la profession. L'hypothèse du travail est que une profession n'est pas seulement un espace de conflit et de disputes par des réserves de marché, mais est encore la place de confrontation entre des structures de capitaux différenciés. Dans ce sens, les conflits autour de l'imposition du diplôme sont révélateurs non seulement d'une dispute par marché, comme ils aussi permettent de montrer aux luttes pour la définition des ressources légitimes pour l'entrée et la croissance dans la hiérarchie interne du journalisme. Dans ces disputes, les agents compromettent les ressources elles-mêmes lesquelles ont accumulées pendant son passage social et professionnel et ils qui résultent de son origine sociale, la formation scolaire et l'insertion dans autres sphères d'activité. Pour comprendre les utilisations du diplôme, l'analyse a rendu fondamental des insertions et des sphères sociales dans lesquelles les journalistes s'insèrent et comme elles permettent d'acquérir des ressources qui peuvent contribuer pour valoriser leur titre académique. L'univers empirique considéré est constitué par des journalistes qui occupent des positions dirigeantes dans le journalisme. Pour donner compte des questions posées, cette thèse est divisée au trois moments principaux. Au un premiers moments, se sont analysées les conditions sociales et historiques qui ont consolidé l'exercice de la profession de journaliste et ont permis certaines formes d'insertion et de reconversion de ressources pour la performance dans cette activité. Au un seconds moments, s'est enquêté comment s'est produit le processus de réglementation officielle du journalisme en considérant la période de la première réglementation, dans la décennie de 1930, jusqu'aux confrontations actuelles autour de l'exigence du titre académique. Et finalement, un dernier niveau d'analyse a eu pour objectif appréhender les déterminants sociaux et culturels qui pèsent sur les formes de recrutement et de modalités d'investissement dans le journalisme. Cette thèse a permis de montrer que la profession de journaliste se caractérise par la reconversion de ressources diverses dans des ressources professionnelles. De cette manière, le diplôme de journaliste seul acquiert de la valeur pour l'occupation de positions et de l'ascension professionnelle si articulé avec des ressources sociales variées, surtout ceux obtenus à travers les origines sociales privilégiées, de l'intense contact avec les sources d'informations des observations et, encore, de l'investissement dans le militantisme politico-partidária. L'effet de cette reconversion de ressources sociales dans des ressources professionnelles est la diversification et l'élargissement des espaces de performance et d'intervention professionnelle.

Mots clé: professionnalisation, journalisme, carrière professionnelle, ressources sociales, diplôme.

ABSTRACT

This thesis analyzes the social, institutional conditions and politics of the use of the superior formation for the ingression in the journalism and professional ascension in the state of the Rio Grande Do Sul. The national quarrels regarding the requirement of the university formation in journalism for the exercise of this activity, over all from 2001, had disclosed strike on the regulation of the profession. The hypothesis of this work is of that a profession is not only one space of conflict and disputes for market reserves, but is still the place of confrontation between differentiated structures of capitals. In this direction, the conflicts around the imposition of the university formation are revealing not alone of a dispute for market, as also they allow to show to the fights for definition of the legitimate resources for entrance and growth in the internal hierarchy of the journalism. In these disputes, the agents compromise the resources that they had accumulated during its social and professional trajectory and that they result of its social origin, pertaining to school formation and insertion in other spheres of activity. To understand the uses of the university formation, the analysis of the insertions and the social spheres in which became basic the journalists if they insert and as they allow to acquire resources that can contribute to value its academic heading. The considered empirical universe is constituted by journalists who occupy leading positions in the journalism. To give account of the placed questions, this thesis is divided at three main moments. At a first moment, the social and historical conditions had been analyzed that had consolidated the exercise of the journalism and that they had allowed to definitive forms of insertion and reconversion of resources for performance in this activity. At as a moment, it was investigated as the period of the first regulation occurred the process of official regulation of the journalism considering, in the decade of 1930, until the current confrontations around the requirement of the academic heading. E finally, a last level of analysis had for objective to apprehend determinative social and the cultural ones that weighs on the forms of conscription and modalities of investment in the journalism. This thesis allowed to show that the journalist profession if characterizes for the reconversion of diverse resources in professional resources. In this way, the journalist university formation alone acquires value for occupation of position and professional if articulated ascension with social resources varied, over all those gotten through the privileged social origins, of the intense contact with the sources of information of the notice and, still, the investment in the militancy politician-partisan. The effect of this reconversion of social resources in professional resources is the diversification and the magnifying of the spaces of performance and professional intervention.

Key –Words: professionalization, journalism, professional career, social resources, credential.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABECOM:** Associação Brasileira de Escolas de Comunicação
- ABI:** Associação Brasileira de Imprensa
- ABERT:** Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
- ABL:** Academia Brasileira de Letras
- AGERT:** Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão
- AJOERGS:** Associação dos Jornalistas de Economia do Rio Grande do Sul
- ANJ:** Associação Nacional de Jornais
- AMJ:** Associação Mundial de Jornais
- ARI:** Associação Rio Grandense de Imprensa
- CNPq:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CFJ:** Conselho Federal de Jornalismo
- COMPÓS:** Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação
- COOJORNAL:** Cooperativa dos Jornalistas do Rio Grande do Sul
- CORAG:** Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas
- CRT:** Companhia Rio Grandense de Telecomunicações
- CUT:** Central Única dos Trabalhadores
- EBN:** Empresa Brasileira de Notícias
- IAMCAR:** International Association for Mass Communication Research
- INTERCOM:** Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
- FENAJ:** Federação Nacional de Jornalistas
- FIERGS:** Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- FEDERASUL:** Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
- FNDC:** Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- FNPJ:** Fórum Nacional de Professores de Jornalismo
- JB:** Jornal do Brasil
- LIBELU:** Liberdade e Luta
- MBA:** Máster Business Administration
- NEJ:** Núcleo de Eco Jornalistas
- PDT:** Partido Democrático Trabalhista

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PUC: Pontifícia Universidade Católica

RBS TV: Rede Brasil Sul de Televisão

SBPJor: Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

TVE: Televisão Educativa

UCBC: União Cristã Brasileira de Comunicação Social

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UNISINOS: Universidade do Vale dos Sinos

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
APRESENTAÇÃO	13
1. Objeto de Investigação e Problema de Análise.....	14
2. Encaminhamentos da Pesquisa	17
3. Plano Geral e Organização da Tese.....	20
CAPÍTULO I: REFERENCIAL DE ANÁLISE: MODELO TEÓRICO E CONCEITUAL.....	27
1.1. O Diploma e o Sistema de Credenciamento das Profissões.....	27
1.2. Os Títulos Universitários: Origem Social e Capital Escolar.....	44
1.3. O Sistema de Ensino e os Títulos Escolares no Brasil: consagração social e inserção política	49
CAPÍTULO II: AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE EMERGÊNCIA E DE DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO NO BRASIL	58
2.1. O Jornalismo no Brasil: entre política e literatura.....	60
2.2. A Evolução do Mercado de Títulos e a Carreira Jornalística	65
2.3. A Atividade Literária e a Carreira Jornalística	68
2.4. A Reportagem como Missão Política	74
2.5. Uma Nova Categoria: os Jornalistas Profissionais.....	79
2.6. O Jornal como Empreendimento Econômico	84
2.6.1. A Caldas Júnior e os Vínculos Pessoais	87
2.6.2. RBS e Rede de Relações Sociais	96
2.7. A Diversidade e a Extensão das Redes Sociais.....	102
CAPÍTULO III: A “PROFISSIONALIZAÇÃO” NO JORNALISMO BRASILEIRO.....	107
3.1. A Institucionalização e o Estabelecimento da Fronteira Jurídica	108
3.2. As Entidades Jornalísticas e de Representação da Categoria	115

3.3. Ensino Superior e Faculdades de Jornalismo.....	121
3.4. A Exigência do Diploma e a Formação do Discurso Competente.....	123
3.5. A Profissionalização como Estratégia de Inserção e Intervenção Política ...	128
CAPÍTULO IV: AS ENTIDADES NACIONAIS E DE REPRESENTAÇÃO DOS JORNALISTAS EM “DEFESA” DA PROFISSÃO	132
4.1. O Título Acadêmico: “uma exigência que interessa à sociedade”	136
4.2. O “Conselho Federal de Jornalismo” e a Regulamentação da Profissão.....	142
4.3. O Jornalismo como Subárea de Conhecimento.....	146
4.4. Em “Defesa” do Jornalismo, da Sociedade e da Democracia: FENAJ, FNPJ, SBPJor	150
4.5. Formação Escolar, Militância e Inserção Profissional das Lideranças	155
4.6. Formação Superior, Consciência Crítica e Participação Social	173
CAPÍTULO V: COMPOSIÇÃO SOCIAL E RECRUTAMENTO DOS JORNALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL	180
5.1. Entrando no “mundo dos jornalistas”	181
5.1.1. Inserção Profissional e Critérios de Recrutamento	184
5.1.2. Excelência Profissional e Passagem pelas Redações	188
5.1.3. Origens Sociais e Relações Familiares	191
5.1.4. Formação Universitária e Pós-Graduação	197
5.1.5. Militância Estudantil e Filiação Partidária	201
5.1.6. Filiação Sindical e Associativa	204
5.1.7. Rendimentos e Faixas Salariais.....	205
5.2. Origens Sociais, Militância Política e Investimentos nas Redações Jornalísticas.....	207
CAPÍTULO VI: MODALIDADES DE INGRESSO E ASCENSÃO NA CARREIRA JORNALÍSTICA	209
6.1. Jornalistas por “Vocação”: os profissionais autodidatas	212
6.2. Jornalistas por “Formação”: o lugar do título escolar	224
6.2.1. Origens Sociais e Rede de Relações.....	224
6.2.2. O <i>Network</i> das Redações	234
6.2.2.1. A Importância dos Contatos Internos	235
6.2.2.2. Quando o <i>Network</i> Extrapola as Redações	241
6.2.3. Militância Sindical e Político-Partidária.....	248
6.3. Combinações de Recursos e Multiposicionalidade dos Jornalistas.....	262

CONCLUSÃO	266
REFERÊNCIAS	275
APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	285
APÊNDICE II: TABELAS.....	288
APÊNDICE III: LISTA DAS ENTREVISTAS.....	294
ANEXO I: MATERIAL DA CAMPANHA.....	297
ANEXO II: OS DONOS DA MÍDIA	298
ANEXO III: PROGRAMAÇÃO 32º. CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS.....	299
ANEXO IV: TABELA.....	302
ANEXO V: FOTOS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se observado uma intensa batalha em torno do estabelecimento das fronteiras jurídicas e formais para a regulamentação do exercício da atividade jornalística. Ao contrário do que aconteceu em outras situações históricas e nacionais¹, o processo de regulamentação e de institucionalização do jornalismo, no Brasil, tem sido objeto de renovadas reformulações, uma vez que, em diferentes momentos, os princípios formais que regulam tal atividade foram alterados, não conseguindo tornar constantes e duráveis as suas fronteiras e os seus critérios oficiais de pertencimento. Diversos foram os decretos oficiais instaurados para regulamentar o jornalismo visando estabelecer quem poderia exercê-la e como deveria ser o seu exercício. Um exemplo disso é a exigência do título acadêmico que havia sido definida no último decreto, o de 1969, e que atualmente encontra-se em processo de decisão judicial, sendo, em determinados momentos, exigido e, em outros, não. Os embates em torno da exigência do diploma de nível superior em jornalismo tornaram-se um dos principais objetos em luta nesse universo.

As discussões a respeito da regulamentação do jornalismo ganharam proporções destacadas, principalmente nos anos seguintes a 2001, quando um promotor, orientado pelo jornal “Folha de São Paulo”, entrou com um pedido de liminar na justiça para suspender a obrigatoriedade do diploma de formação superior em jornalismo para o exercício da profissão. A concessão da liminar provocou o posicionamento de várias instituições e entidades jornalísticas nacionais e locais a respeito do assunto. Os sindicatos da categoria e a FENAJ lançaram uma campanha nacional em defesa do diploma. No Rio Grande do Sul, a campanha do sindicato ganhou o nome: “Sou jornalista por formação”.

A suspensão do diploma de nível superior teve como um dos argumentos mais freqüentes o fato de que a profissão de jornalista não requer qualificação específica e que a sua formação deve incluir uma base cultural sólida e diversificada, o que não se adquire com o título, em universidades, mas com a experiência prática da profissão. Defendida principalmente por diretores de jornais e associações específicas dos proprietários de veículos de comunicação, como a ANJ, esse argumento se contrapôs aos pontos de vista dos sindicatos de jornalistas, entidades e federações nacionais da categoria, como a FENAJ. Tais instâncias de defesa da categoria manifestaram-se a favor da formação superior em jornalismo,

¹Esse é o caso dos Estados Unidos e França, como se verá no decorrer desta tese.

afirmando que o título acadêmico possibilita a aprendizagem dos fundamentos básicos da profissão.

Nesse contexto, as lutas pela valorização do diploma e os debates sobre a regulamentação e o exercício da profissão de jornalista ganharam visibilidade. As tomadas de posição apresentaram-se bastante diversas e, muitas vezes, conflitantes, envolvendo um conjunto de jornalistas que ocupam posições diferenciadas no jornalismo, tais como presidente de sindicato, membros de federações da categoria, representantes da ANJ, diretores de jornais, professores, assessores, entre outros. Os confrontos em torno da exigência da formação superior em jornalismo para o exercício da profissão, incitaram a uma interrogação sobre a importância do diploma e as condições sociais de uso do título acadêmico para o exercício do jornalismo.

1. Objeto de Investigação e Problema de Análise

Esta tese, intitulada “O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul”, busca analisar as condições sociais, institucionais e políticas que possibilitam determinados usos do título acadêmico e de outros recursos sociais para o ingresso e para o crescimento na hierarquia do jornalismo. Trata-se de examinar, mais particularmente, quais são os recursos sociais que têm chance de serem utilizados para o ingresso e ascensão no jornalismo e como o diploma se constitui como um dos recursos potenciais.

Tal investigação parte do princípio de que a profissão não é apenas um espaço de disputa pelo controle do mercado, como acreditam as perspectivas que analisam os processos de profissionalização pelos quais passam as atividades ocupacionais, mas é, ainda, um espaço de confronto para determinar os critérios de pertencimento entre agentes que possuem recursos sociais diferenciados. Nesse sentido, os conflitos em torno da regulamentação do jornalismo para exigência do diploma são reveladores não só de um confronto pelo monopólio de certos serviços, como também de uma disputa para definir os recursos legítimos para entrada e crescimento na hierarquia do jornalismo. Nessas disputas, os agentes comprometem os recursos que acumularam durante seu trajeto social e profissional e que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade (BOIEGOL e DEZALAY, 1997, BOURDIEU, 1998).

Contudo, esse princípio mais geral, o qual considera que nas lutas pela definição dos recursos legítimos os agentes comprometem também os recursos que adquiriram durante o

seu percurso social, traz algumas implicações analíticas importantes. Inicialmente, é preciso levar em conta que as possibilidades de usos, nas lutas profissionais, dos diferentes recursos adquiridos dependem do grau de institucionalização dos títulos e do peso que lhes é dado para ocupação de posições. As modalidades de usos dos títulos escolares resultam tanto do trabalho de institucionalização, que, dentre outras coisas, fornece as limitações oficiais e pragmáticas para tais usos, como do conjunto dos recursos sociais que os agentes acumularam ao longo do processo de socialização e que permitem uma apropriação diferenciada dos diplomas. Em situações nas quais os títulos estão fragilmente institucionalizados ou a definição dos critérios jurídicos e pragmáticos são mais flexíveis e abertos, há mais espaço para as “estratégias de blefe” e, por conseguinte, mais possibilidades terão aqueles que conseguem mobilizar uma grande variedade de recurso social para obter um rendimento elevado de sua formação escolar e acadêmica (BOURDIEU, 1975). Assim, a segunda implicação desse princípio geral, requer que se considere que as possibilidades de uso do título acadêmico estão associadas a situações nacionais particulares.

Um conjunto vasto de trabalhos², os quais deram destaque para importância dos títulos acadêmicos no Brasil, permite evidenciar dois processos paralelos ao desenvolvimento de tais títulos. O primeiro processo está relacionado a regulamentação das profissões e a exigência da formação acadêmica, as quais estão voltadas não só para uma reserva de espaços, mas se constituem como recursos fundamentais para atuar na esfera política. A necessidade de defender critérios legais está associada à possibilidade que a regulamentação oficial oferecia aos membros de profissões específicas de colocarem seus conhecimentos especializados a serviço da construção do Estado Nacional. Desse modo, o processo de formação das profissões e a imposição dos critérios legais se constituíram como uma forma de ter acesso ao Estado e, de modo geral, à esfera política que está na base de todo esse processo. A regulamentação e a exigência de critérios oficiais, como o diploma, se constituíram enquanto recursos vitais para agir em outras esferas sociais e, assim, colocar a profissão a serviço de causas sociais diversas. Em suma, como tem demonstrado a literatura sobre o assunto, os usos dos títulos escolares estão associados a possibilidade de ocupar posições não só na esfera profissional, como também em outras esferas sociais.

No entanto, a possibilidade de ocupar posições em outras esferas sociais, além da esfera profissional, depende não só do título acadêmico, mas do acúmulo de vários recursos

²Sobre a importância dos títulos em situações como a brasileira, ver especialmente os trabalhos de: BARICKMAN e LOVE, 2006, BONELLI, 1999, CORADINI, 1997a, 1997b, 2005, CONNIFF, 2006, PÉCAUT, 1990. O capítulo primeiro desta tese tratará dessa literatura e sua relevância para o estudo em questão.

sociais. O segundo processo paralelo ao desenvolvimento dos títulos acadêmicos no Brasil, está relacionado a necessidade dos portadores de títulos universitários acumularem uma variedade de recursos sociais para ocuparem posições profissionais e terem acesso a outras esferas sociais. O acúmulo de diversos recursos sociais se torna fundamental, uma vez que sozinho o diploma não garante o acesso a posições profissionais e o ingresso em várias esferas sociais simultaneamente. O título escolar só adquire valor, no espaço profissional e em outros espaços, frente a articulação com recursos sociais adquiridos e acumulados pelas origens sociais, pela inserção em partidos políticos, pelos movimentos sociais, pelas militância estudantil e sindical, etc. Portanto, o título escolar não é o único responsável pela seleção do grupo profissional, ao contrário, o que lhe garante valor são as múltiplas inserções. Nessas condições, ele é apenas um, dentre muitos outros títulos; e é na relação com esses que ele adquire valor.

Além disso, essas questões a respeito do desenvolvimento dos títulos acadêmicos no Brasil e da necessidade dos agentes acumularem uma diversidade de recursos sociais para fazerem valer seu diploma, indicam para concepções de profissão que “remetem a outros princípios de legitimação que não o meritocratismos ou o exercício profissional *strictu sensu*” (CORADINI, 2001a).

O conjunto das pressuposições, anteriormente citadas, permitiu a construção do objeto desta tese e a formulação de problemas específicos que precisam ser resolvidos ao longo deste estudo. No que diz respeito ao problema mais geral, como já salientado, é preciso analisar quais são as condições sociais, políticas, culturais e institucionais que permitem determinadas apropriações e usos do título acadêmico para inserção no jornalismo e para ascensão profissional. Dito de maneira mais específica, torna-se fundamental investigar quais são os recursos sociais que estão associados aos princípios de entrada no jornalismo e como ocorre o processo de conversão de recursos diversos, dentre eles o diploma, em posições profissionais.

Dessa forma, para entender a relevância do diploma para entrada e crescimento na hierarquia do jornalismo, é preciso levar em consideração os demais “títulos” que os jornalistas acumularam e que, associados ao diploma, contribuem para o seu recrutamento e ascensão profissional. Trata-se de considerar o conjunto das inserções sociais que possibilitam o acúmulo de recursos que podem ser convertidos em posições profissionais, e considerar também quais são as esferas sociais em que os agentes estão inseridos, sejam elas as esferas familiares, políticas (partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos) ou escolares (universidade) - que contribuem para determinadas apropriações e utilizações do diploma.

Através dessa análise é possível compreender, ainda, as concepções de jornalismo e profissão associadas aos usos dos títulos acadêmicos.

A idéia central desta tese é demonstrar que as condições de uso do diploma para o ingresso e para o exercício do jornalismo estão relacionadas a um processo mais amplo de associação da escolarização com outros recursos obtidos nas mais variadas esferas sociais para ampliar os espaços de atuação e intervenção profissional. A obtenção de recursos sociais ocorre por meio das múltiplas inserções dos agentes e é o acúmulo de tais recursos que permite valorizar os títulos acadêmicos no interior dos espaços profissionais e, ainda, fora deles. Isso está relacionado a uma concepção de profissão que associa conhecimentos especializados à capacidade de utilização de tais conhecimentos em diversas esferas sociais. Por fim, ao que tudo indica, é esse arranjo que possibilita os usos sociais do diploma nos universos profissionais.

2. Encaminhamentos da Pesquisa

Como já salientado, para analisar as condições de usos do diploma, é preciso incluir uma investigação das inserções e das esferas sociais nas quais os jornalistas estão vinculados e como tais inserções permitem adquirir recursos que podem contribuir para valorizar seu título acadêmico e permitir o ingresso e a ascensão no universo profissional. Tal investigação encaminha para o trabalho social de reconversão de recursos em formas de atuação profissional. Uma das maneiras de dar conta, empiricamente, do trabalho de reconversão e de como o diploma e os diferentes recursos acumulados são usados para inserção e ascensão profissional é confrontando o elenco dos títulos que os agentes ostentam, levando em consideração tanto aqueles estritamente escolares e profissionais como aqueles obtidos pelos vínculos com outras esferas sociais. Para isso, a análise das trajetórias, entendida aqui como “uma série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, 1996b, p.292), tornou-se um recurso metodológico fundamental para compreender as apropriações possíveis do diploma e de outros recursos no espaço jornalístico. Através da investigação das trajetórias dos jornalistas e dos itinerários biográficos é possível apreender as bases sociais nas quais está respaldada a relevância do diploma. Essas bases sociais correspondem tanto às origens sociais quanto à formação escolar, bem como as modalidades de inserção profissional e a relação que os jornalistas estabelecem com outras esferas sociais, como a sindical, a dos partidos políticos e a dos movimentos sociais.

Por meio da apreensão das características sociais de origem, bem como da formação escolar e profissional do jornalista e de suas relações com outros “mundos sociais” (militância, política, intelectual, etc.) pode-se compreender o valor atribuído ao diploma para o exercício da atividade jornalística. O universo familiar, bem como o universo profissional e a inserção em outros universos sociais - os dos grupos políticos, dos partidos, dos sindicatos, dos movimentos sociais diversos - podem permitir o acesso a recursos que contribuem para atribuições e usos que podem ser feitos do diploma acadêmico.

O exame da socialização profissional e do investimento na carreira profissional permite apreender os perfis de carreira característicos de um ofício (BECKER, 1985), como também contribui para compreender em que medida tal socialização possibilita acumular um conjunto de recursos específicos dos espaços nos quais se está atuando. Contudo, torna-se relevante articular esses recursos obtidos pela socialização profissional com outros recursos de natureza diversa, acumulados através da socialização em espaços sociais variados, tais como a família, os partidos políticos, os movimentos sociais. Por isso, é necessário perceber o conjunto dos recursos obtidos não só na esfera profissional, mas em outras esferas sociais.

A partir disso, acredita-se ser possível apreender os usos que esses jornalistas fazem da sua formação acadêmica para ingressar nessa atividade e se promover na hierarquia de postos e cargos próprios da profissão, assim como o conjunto dos recursos sociais que estão associados aos princípios de entrada e ascensão no jornalismo. A análise dos respectivos trajetórias sociais, escolares e profissionais contribui para fornecer indicações a respeito da importância que assume o diploma frente a outros recursos sociais adquiridos e acumulados através dos vínculos construídos pelas relações proporcionadas pelo meio familiar e aqueles possibilitados pela inserção em partidos políticos, na militância sindical, nos movimentos sociais e no próprio universo das redações jornalísticas. Tal análise permite mostrar as concepções associadas ao diploma e a profissão.

A análise das trajetórias sociais e profissionais tem como problemática a articulação de dois aspectos do processo biográfico. No primeiro aspecto, considera-se que elas são reveladoras de uma seqüência de posições (sociais, escolares, profissionais) ocupadas pelo indivíduo durante a vida em espaços sociais e profissionais diversificados e dos laços que os indivíduos estabelecem, os quais permitem a acumulação de recursos variados. No segundo aspecto, considera-se que elas expressam reconstruções do passado e revelam visões de si e do mundo remetendo a diversos mundos sociais e formas identitárias. Desse modo, é possível compreender o valor atribuído ao diploma através da análise de ambos aspectos que envolvem

uma trajetória individual, considerando tanto as posições objetivas como as formas utilizadas pelos indivíduos para falar sobre si mesmo durante uma entrevista.

Assim sendo, percebe-se que as percepções e as tomadas de posição dependem do passado do indivíduo, de suas inserções e de suas experiências adquiridas. Estabelecer uma relação entre esquemas discursivos, presentes em relatos biográficos, e trajetórias individuais constitui um desafio. A análise precisa considerar tanto o trabalho das próprias instituições como o percurso e os itinerários dos indivíduos.

Essas questões tornaram-se uma maneira peculiar de se analisar os processos identitários, permitindo considerá-los como resultado da inserção dos indivíduos em vários espaços sociais ao mesmo tempo. Nesse sentido, as identidades são produzidas nesse processo de inserção dos indivíduos em múltiplos espaços e pela forma com que eles constroem percepções e ajustes entre tais espaços. Portanto, os indivíduos desempenham papéis específicos em cada um dos espaços, e a forma como eles ajustam esses papéis permite estruturar sua identidade. As mudanças institucionais, históricas e os “acidentes biográficos” dentro dos diferentes espaços constituem uma divisão em que se redistribuem os papéis e as identidades se modificam (FILLIEULE, 2005, DUBAR, 1998b, 1998c). É dessa forma que, neste trabalho, se entende as identidades profissionais, uma vez que o objetivo principal deste trabalho não consiste nas análises identitárias. Em função disso, não se pretende entrar aqui nos pormenores das dificuldades teóricas inerentes à noção de “identidade”, mas apenas considerar que a investigação a respeito das trajetórias de vida dos jornalistas fornece indícios concernentes aos processos de formação de identidades.

A partir da análise das trajetórias dos jornalistas e dos relatos de vida, é possível articular as questões de ordem objetiva - atividade ocupacional dos pais, escolaridade, posições ocupadas no jornalismo, postos, cargos, inserção em outras esferas - e as questões de ordem subjetiva - os relatos sobre as origens, sobre a entrada no jornalismo, os motivos apresentados para a escolha do curso - e como tais relatos estão relacionados a percepções mais gerais sobre a profissão e sobre a importância que assumem os diferentes títulos para o exercício do jornalismo. A investigação das trajetórias permite incluir uma análise que congregue as posições objetivas e as concepções “subjetivas” da vida e da profissão (DUBAR & TRIPIER, 1998a).

Essa investigação permite articular a contribuição da chamada “sociologia das profissões”, sobretudo as considerações da escola interacionista e de seus precursores, e aquelas da “sociologia francesa” de Pierre Bourdieu, além dos trabalhos nacionais sobre a

construção e o desenvolvimento das profissões no Brasil³. As contribuições implicam em considerar a socialização primária e a importância dos laços familiares enfatizados por Bourdieu; a socialização profissional e a constituição de significados - tão abordada pela escola interacionista -; o caráter peculiar que assumem os laços primários e aqueles obtidos por outras formas de socialização na construção das profissões em sociedades como a brasileira. A socialização familiar, assim como a socialização profissional e outras formas de socialização, constitui formas de acumulação de recursos sociais que podem contribuir para valorizar o título acadêmico e permitir o acesso a posições profissionais e a ascensão interna na atividade.

3. Plano Geral e Organização da Tese

Portanto, o principal desafio deste trabalho consiste em apreender as condições e os processos sociais que permitem usos e apropriações de recursos diversos, dentre eles o diploma, para atuação profissional e crescimento na hierarquia interna do jornalismo. Parte-se do princípio de que esse processo está vinculado a condições históricas, políticas, culturais e institucionais particulares. Para dar conta deste desafio, essa tese está dividida em seis capítulos e alguns eixos analíticos e linhas de investigação.

O primeiro capítulo tem por finalidade apresentar as principais discussões da literatura sociológica que se tornaram pertinentes para formulação do objeto desta tese e do problema de análise. Trata-se de apontar os modelos teórico-analíticos que se destacaram no estudo das profissões e dos títulos escolares, suas limitações e a adequação de tais referenciais no estudo de sociedades como a brasileira em que as profissões e os diplomas assumem características peculiares.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar quais as condições sociais e históricas que proporcionaram o desenvolvimento da atividade jornalística. Tal exame levará em consideração as características daqueles que inicialmente investiram nesse ofício, as quais permitem mostrar os recursos sociais associados à entrada e ao crescimento no jornalismo, bem como a formação de um mercado e a constituição de um espaço de atuação jornalístico. Essa abordagem histórica, além de permitir visualizar a estruturação mais geral do jornalismo no Brasil e as modificações que o mesmo sofreu, permitirá mostrar como se consolidou uma forma de acesso à atividade e a constituição de um espaço de atuação especial: as empresas

³Esses modelos conceituais e analíticos serão abordados, com mais detalhe, no capítulo primeiro desta tese.

jornalísticas (jornais, revistas, emissoras de rádio, etc.). Todos esses elementos inscritos em um momento de formação do espaço jornalístico em que o diploma não havia se imposto como critério de entrada na atividade.

Esse capítulo concentrar-se-á, em especial, em demonstrar a constituição do espaço jornalístico no século XIX e sua transição para o século XX. Centrando, ao mesmo tempo, nas características sociais dos agentes e no processo de formação das empresas jornalísticas, o objetivo principal é o de evidenciar quais foram os recursos sociais que puderam ser reconvertidos para atuação no jornalismo e como tal espaço social distingue-se de outros, como o espaço cultural e político. Desse fato, as mudanças ocorridas na passagem do século XIX para o século XX; momento em que a dedicação especial à atividade passa a ser exigida e período também de formação de um mercado de serviços jornalísticos; constitui-se no cenário propício para analisar as condições sociais e históricas que consolidaram o exercício do jornalismo e que permitiram determinadas formas de inserção e reconversão de recursos para atuação no jornalismo. A principal fonte de informação desse capítulo consistirá em documentos históricos, bibliografia sobre a história dos jornais e da imprensa e dados sobre biografia dos jornalistas em períodos diferentes.

Um novo passo em direção à apreensão dos determinantes que contribuem para usos do título acadêmico, consiste na análise do estabelecimento dos critérios legais para entrada no jornalismo. A preocupação central é a de demonstrar quais as condições sociais e políticas que permitirem a profissionalização do jornalismo e que contribuem para determinados usos do jornalismo e formas de conceber a profissão e a imposição de critérios formais. Esse novo passo, em direção a análise da relevância do diploma para entrada e para o crescimento no jornalismo, corresponde ao terceiro e quarto capítulos.

O terceiro capítulo trata do período de institucionalização e profissionalização do jornalismo, que data década de 1930 e se estende até os anos 1970 quando a última regulamentação da atividade foi estabelecida. Esse capítulo parte da análise dos contextos históricos vinculados à regulamentação do jornalismo, das trajetórias sociais dos membros das instituições de representação da categoria para demonstrar as bases sociais nas quais estão respaldadas as concepções a respeito do jornalismo e do estabelecimento de critérios formais. A análise dos contextos históricos permitirá mostrar os constrangimentos que conduziram a institucionalização do jornalismo, e a investigação das trajetórias dos jornalistas permitirá compreender melhor os significados das instituições e a relação que estabeleciam com outras esferas sociais.

Essa investigação mostra qual a relação da regulamentação e da profissionalização do jornalismo com a esfera da política. Como tem salientado a literatura sobre as profissões no Brasil, como se verá no primeiro capítulo desta tese, o Estado contribuiu diretamente para organização das atividades profissionais, criando as condições para inserir os membros de profissões específicas não apenas no mercado de trabalho, mas na própria burocracia pública. O Estado permitiu aos profissionais a possibilidade de colocar o conhecimento especializado a serviço da construção política do país oferecendo-lhes cargos na estrutura burocrática. Ao mesmo tempo em que o Estado ofereceu as condições para os profissionais atuarem na esfera política, investiu fortemente nas instituições como uma das estratégias para cooptá-los.

Tendo como referência tais condições sociais e históricas de desenvolvimento profissões no Brasil, esse capítulo analisa de que forma a regulamentação do jornalismo e o trabalho das instituições (associações profissionais, sindicatos, universidades), permitiram não só a institucionalização do jornalismo e o controle do exercício profissional, como também uma forma de inserção na esfera da política e da estrutura burocrática do Estado.

Já o quarto capítulo investiga as discussões atuais em torno da exigência do título acadêmico em jornalismo para o exercício dessa atividade. Partir-se-á da investigação das manifestações e das mobilizações do Sindicato de Jornalistas do Rio Grande do Sul e da FENAJ e entidades tais como FNPJ, com o objetivo de identificar os mecanismos de ação para exercer o controle sobre a profissão, bem como as concepções associadas à defesa do título acadêmico. Para apreender a que instâncias e realidades remetem a defesa dessa imposição de critérios formais e legais e os recursos sociais que respaldam as concepções acerca do diploma e do jornalismo, a análise das trajetórias escolares, profissionais e militantes dos sindicalistas tornar-se-á um procedimento metodológico fundamental.

Por meio dessa análise, demonstrar-se-á que as tomadas de posição em relação ao diploma não estão isoladas de uma série de outras propostas das entidades sindicais, como a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo e a defesa da democratização da comunicação. Tais projetos estão relacionados a concepções do papel social da universidade e da profissão de jornalista que remetem à possibilidade de utilização do diploma e do jornalismo em outras esferas sociais. Nesse sentido, não é apenas o controle do exercício profissional que move esses jornalistas, mas concepções que possuem implicações para a forma de organizar a profissão e o trabalho social do jornalista. Além disso, mostrar-se-á que as principais lideranças sindicais estão inseridas em uma multiplicidade de espaços sociais e o uso que fazem do diploma aparece associado a competências adquiridas pela inserção em

outras esferas sociais além da esfera acadêmica, sobretudo a esfera política. Desse modo, a análise das trajetórias sociais das lideranças evidenciará as bases sociais que respaldam certas concepções a respeito da profissão e do diploma. Para tanto, as principais fontes de dados deste capítulo serão: entrevistas com as lideranças e análise de documentos produzidos pelas entidades envolvidas na defesa do diploma.

Por fim, um outro eixo da investigação tem como finalidade examinar os determinantes sociais, culturais e políticos que pesam para ocupação de posições dirigentes no jornalismo. O objetivo mais geral desse eixo é o de investigar as formas de recrutamento e modalidades de investimentos no jornalismo, procurando apreender em que medida o diploma constitui em um recurso importante para entrada e crescimento na hierarquia interna do jornalismo no Rio Grande do Sul.

Os indicadores principais utilizados para análise dos determinantes serão: a) indicadores de origem social, tais como profissão e nível de escolaridade do pai e da mãe, escolas em que o entrevistado concluiu os seguintes níveis de ensino: ensino fundamental, ensino médio e ensino universitário; b) indicadores de socialização profissional: onde e como começou o indivíduo a se inserir no mercado de trabalho específico ao jornalismo (através de amigos, família, parentes, concursos, etc.), quais os diferentes cargos ocupados no jornalismo (diretor de redação, editor, repórter, etc.); c) indicadores de inserção em outras esferas sociais: participação no movimento estudantil, inserção e filiação a partidos políticos, participação em grupos filantrópicos e de assistência social (ONGS, igrejas). Tais indicadores fornecerão algumas pistas gerais das estratégias que os jornalistas considerados recorrem para se inserir no jornalismo e ascender profissionalmente, assim como demonstrará qual é a base de suas concepções sobre o jornalismo.

O universo de análise corresponderá a um conjunto de jornalistas que ocupam posições dirigentes no jornalismo. Serão considerados aqueles jornalistas que ocupam cargos de direção, coordenação, presidência e chefia em diferentes espaços de atuação no jornalismo no Rio Grande do Sul, procurando incluir tanto os portadores de diploma de curso superior em jornalismo, como aqueles que não o possuem, mas que exercem a atividade em função da regulamentação oficial da profissão⁴. Os espaços considerados e os cargos correspondentes serão: a) chefe e diretor de redação dos jornais diários e das revistas de circulação regional e mesmo nacional; “Zero Hora”, “Correio do Povo”, “Jornal do Comércio”, “O Sul”, “Diário

⁴Os jornalistas que não possuem diploma, mas que estão ainda atuando na área são chamados de “provisionados”. Através do decreto lei de 1969 que passou a exigir o curso superior em jornalismo, esses jornalistas conseguiram registro profissional.

Gaúcho” e as revistas “Amanhã”, “Aplauso” e “Press Advertising”; b) diretor, gerente e editor chefe de jornalismo de veículos locais audiovisuais, como rádios e televisão, com produção de jornalismo local: “Rádio Guaíba”, “Rádio Gaúcha”, “Rádio Bandeirantes”, RBS TV, SBT e “Rede Bandeirantes”; c) diretor e chefe de redação de jornais de circulação local e restrita como os jornais de bairro, “Já Editores” e “Oi Menino Deus”; d) coordenadores e chefes de departamento de cursos de jornalismo vinculados a universidades e faculdades de comunicação, com destaque para Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; e) coordenadores e chefes de assessorias de imprensa e empresas de comunicação; f) presidentes de entidades sindicais regionais ou representantes regional em entidades nacionais, tais como “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”, FENAJ, FNPJ, SBPJor.

A fonte principal de dados se constitui por entrevistas complementadas por fontes secundárias, a saber: dados fornecidos por outras pesquisas, currículos, produções (livros, textos, um conjunto de sítios pessoais, entrevistas para jornais e perfis que foram publicados na Internet sobre os jornalistas entrevistados). Muitos jornalistas possuem sítios que contam com seus currículos e vários dados sobre sua carreira profissional⁵. As entrevistas permitem levantar uma série de informações a respeito das trajetórias de vida desses jornalistas, incluindo tanto sua vida familiar, como profissional e política⁶.

Esse eixo analítico corresponde aos capítulos quinto e sexto. O capítulo quinto propõe-se a elencar as instâncias fundamentais de recrutamento e verificar as principais propriedades do grupo de jornalistas enfocados, examinando as semelhanças e as diferenças na composição desse grupo. A análise das formas de recrutamento trará informações pertinentes não só sobre as características daqueles que investem no jornalismo, mas também sobre os critérios que contam para o ingresso na atividade e que permitem estruturar os espaços sociais. Assim, esse capítulo permitirá formar um quadro geral tanto das características sociais que contam para entrar no jornalismo e crescer na sua hierarquia interna, como da forma que o espaço do jornalismo está organizado.

Contudo, para analisar as trajetórias que conduzem a diferentes posições dentro do jornalismo e de que forma o título acadêmico compõem as estratégias de investimento, é preciso proceder a um exame mais detalhado dos determinantes sociais que permitem a

⁵Ao total somam 46 entrevistas realizadas. Desse conjunto, cinco são representantes de entidades nacionais da categoria e não foram incluídos nesse capítulo. Os perfis considerados para análise podem ser encontrados no site: www.coletiva.net e os currículos através do sistema Lattes na página do CNPq: www.cnpq.br. Os sites pessoais foram: www.flavioportela.jor.br; www.renatomartins.com.br; www.waltergalvani.com.br; www.polibiobraga.com.br.

⁶Ver roteiro de entrevista em apêndice I.

ascensão na profissão. De posse de um conjunto de indicadores mais abrangentes, os quais serão expostos no capítulo quinto, é preciso colocar em evidência as associações possíveis entre o conjunto dos recursos sociais acumulados. Portanto, o capítulo seis avançará na análise das modalidades de investimento no jornalismo, ao partir da reconstituição das posições ocupadas para apreender as modalidades e os percursos dentro da profissão, os tipos de recursos mobilizados, os investimentos e as apostas realizadas.

Tal capítulo avançará na análise das trajetórias, uma vez que mostrará quais são os padrões e as modalidades de reconversão de recursos diversos em posições profissionais. Desse modo, será possível mostrar quem ocupa posições dirigentes no jornalismo, com base em que recursos e como ascende na hierarquia dos postos. O capítulo seis analisará a importância que assume o diploma e a formação acadêmica para ocupação de postos e cargos jornalísticos e o valor que lhe é atribuído para o exercício do jornalismo. Um dos aspectos que se destaca nesse capítulo, e que está vinculado à análise dos recursos sociais, é a apreensão das redes de relações capazes de serem acionadas e reconvertidas em formas de atuação profissional.

Assim sendo, esta tese visa mostrar a pertinência das múltiplas inserções dos jornalistas e à diversidade de recursos sociais acumulados para a entrada no jornalismo e para o crescimento na hierarquia interna da profissão. Em outras palavras, a ocupação de posições no jornalismo é possível mediante a articulação de recursos diversos, obtidos através de múltiplas inserções, e sua reconversão para atuação profissional. Desse modo, a profissão de jornalista está fortemente vinculada a certas condições sociais que, *a priori*, não implicam, apenas no acúmulo de títulos acadêmicos e profissionais, como também no acúmulo de vários recursos que decorrem do pertencimento a múltiplas esferas sociais. Este trabalho constitui-se como uma maneira particular de analisar os efeitos que podem decorrer da diversidade de recursos sociais para o ingresso no jornalismo, para a ascensão na sua hierarquia interna e para a ampliação dos espaços de atuação profissional; os quais podem não se restringir a um espaço, mas a vários concomitantemente (jornais, revistas, rádios, consultorias, assessorias, universidades). Além disso, é possível perceber as percepções do exercício profissional que associam o conhecimento especializado à capacidade de “circulação” e à atuação em vários espaços sociais (políticos, jornais, universidades, etc.).

De maneira diversa, o exercício do jornalismo, a entrada e o crescimento na hierarquia interna dessa atividade aparecem associados a um acúmulo de recursos sociais que combinados conduzem à ascensão profissional. Nesse sentido, o diploma só adquire valor se

articulado aos recursos obtidos fora da esfera escolar, como aqueles obtidos por uma posição de origem social privilegiada ou ainda pelo investimento na militância política e partidária. No entanto, essa não é uma peculiaridade do jornalismo, outros estudos têm demonstrado que, em situações “periféricas”, a formação de “elites profissionais” está associada a uma ampla variedade de recursos sociais que os agentes acionam no decorrer de suas trajetórias sociais e profissionais. Destaca-se o acúmulo de capital de relações sociais como estratégia para ascensão profissional.

A relevância deste estudo está relacionada a duas questões primordiais. A primeira é a especificidade histórica das profissões no Brasil e as peculiaridades dos usos sociais da escolarização. A segunda é a contribuição de ordem teórica e metodológica para pensar os processos de profissionalização e valorização do diploma e ascensão profissional. Essas duas questões mais gerais possuem alguns desdobramentos. Quanto à primeira, os desdobramentos estão relacionados ao papel fundamental do Estado nos processos de profissionalização no Brasil e a importância da escolarização para entrada na política. Quanto à segunda questão, a relevância deste estudo está em mostrar que a profissão é um espaço não somente de luta pelo monopólio e reserva de mercado, mas também um espaço de confronto entre estruturas de capitais diferenciados. Nesse sentido, a análise das trajetórias sociais e profissionais dos agentes se torna um instrumento metodológico indispensável, uma vez que através de tal instrumento é possível apreender o conjunto dos recursos sociais acumulados e quais deles têm chance de serem reconvertidos para atuação profissional.

CAPÍTULO I: REFERENCIAL DE ANÁLISE: MODELO TEÓRICO E CONCEITUAL

A elaboração de um esquema de análise para dar conta das dimensões do fenômeno descrito acima enfrenta alguns problemas teóricos e conceituais. Os principais obstáculos estão relacionados à escassez de estudos nacionais e também latino-americanos sobre o jornalismo que possam contribuir analiticamente para construção do problema a ser investigado. Esses obstáculos, por sua vez, não estão separados das condições sociais da produção de pesquisa sobre o universo do jornalismo. Grande parte dos estudos sobre esse universo ou tem como preocupação central apontar as soluções para enfrentar os desafios do exercício do jornalismo e as crises com as quais a atividade se defronta, ou buscam analisar a influência da mídia nos processos de definição da agenda política.

Outros obstáculos consistem no tratamento diferenciado que o tipo de problema a ser investigado, a saber, as condições sociais de uso do título acadêmico, recebeu conforme a tradições de pensamento das ciências sociais. As diferentes tradições trouxeram formulações diversas para esse tipo de problema e o seu tratamento depende tanto das condições e da dinâmica das ciências sociais em cada país, como também das condições de desenvolvimento do jornalismo. No caso dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França isso fica mais evidente. Enquanto que nos dois primeiros o problema era resolvido no sentido de mostrar a importância do diploma como uma forma de credencial social. No segundo, os diplomas representam indicadores de posição social e uma forma específica de capital e recurso social.

1.1. O Diploma e o Sistema de Credenciamento das Profissões

A chamada “sociologia das profissões”, a qual atingiu seu ápice nas Ciências Sociais, sobretudo em meados nos anos 1960, nos países de língua inglesa, dedicou especial atenção para a importância do diploma e dos títulos acadêmicos no processo de credenciamento das atividades profissionais. Essa escola, apesar de internamente diferenciada no que diz respeito às concepções sobre os processos de profissionalização, foi marcada pela análise do sistema de credenciamento social, o que implicou em considerar os elementos e os critérios fundamentais de entrada numa profissão e a necessidade fundamental do certificado para ser aceito nas atividades profissionais. O diploma assumiu, nesta escola, uma forma importante de habilitação para o exercício de uma atividade, constituindo-se, assim, em uma licença essencial para a entrada em certos grupos profissionais. Um dos estudos considerado marco

principal para o surgimento dessa temática foi o de Carr-Saunders e Wilson em 1933, denominado “The Professions”, o qual apontou os grupos profissionais que poderiam ser classificados como profissões. Esses autores deram destaque à importância que assume a posse de uma técnica intelectual, adquirida por meio do treinamento especial, para o trabalho profissional. Isso quer dizer que uma profissão surge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada em um conhecimento especializado.

Nesse sentido, esse trabalho trouxe para as Ciências Sociais algumas das principais interrogações que marcaram o desenvolvimento das análises das profissões: como ocorre a formação de grupos profissionais? Como se dá o processo de estabelecimento de um conhecimento especializado? Qual a importância das instituições encarregadas de realizar o treinamento profissional (universidades)? Qual é a importância dos credenciais para se tornar membro de uma profissão (diploma, títulos)?

Depois desse clássico trabalho, o tema “profissionalização” e “credencialismo” passou a ocupar o centro das preocupações da “sociologia das profissões”. O estabelecimento de organizações universitárias, a afirmação de uma deontologia, o controle sobre o recrutamento dos membros, a importância dos credenciais sociais, dentre os quais o diploma assume um peso essencial para estabelecer uma reserva de mercado, foram alguns dos temas que ganharam destaque. Uma das preocupações centrais estava relacionada ao papel que os títulos escolares exerciam para diferenciar os grupos profissionais de outros grupos sociais.

A dedicação de muitos estudiosos ingleses e norte-americanos a essa temática, está relacionada a determinadas condições sociais e históricas dessas nações e do desenvolvimento da sociologia. Por um lado, o desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra e nos Estados Unidos, no século XIX, estimulou muitas ocupações recém formadas a buscarem o reconhecimento e receberem o título de profissão, uma vez que tal título estava associado ao prestígio social dado às profissões liberais tradicionais, como a medicina e a advocacia. Para conseguir um lugar privilegiado e seguro no mercado, as ocupações precisavam buscar o apoio do Estado. Assim, ser reconhecido como profissional, como salienta Freidson (1998), nessas condições nacionais, além de possibilitar um maior reconhecimento social, permitia uma proteção contra a competição no mercado de trabalho confirmada pelo Estado.

Por outro lado, o amplo desenvolvimento da “sociologia das profissões” nos Estados Unidos não está relacionado diretamente à tradição de pais fundadores nessa área, mas à estratégia de profissionalização dos próprios sociólogos que se viram colocados diante das demandas dos governos, os quais necessitavam de respostas para a evolução da sociedade. A

construção de uma “sociologia das profissões”, por parte de uma geração de sociólogos americanos, compôs as estratégias políticas que serviram como um meio importante de promoção dos seus membros e que permitiram a configuração de critérios profissionais independentes das demandas do campo político, como destacou Dubar (1998b).

O século XIX representou na sociedade norte-americana o palco de uma luta pelo monopólio da definição autorizada de interesses coletivos, bem como o reconhecimento dos problemas sociais e suas soluções por grupos especializados, dentre os quais a própria sociologia. O que cabe destacar para a questão em pauta é que é dentro desse contexto que a sociologia americana se desenvolve. Em 1865, surge a primeira associação profissional: “American Social Science Association”. A partir disso, a sociologia reservou para si a possibilidade de intervenção social e a análise dos problemas sociais, reivindicando o monopólio de autoridade profissional fundada em um saber científico.

As associações profissionais passaram a ser consideradas de grande interesse, uma vez que revelavam o modelo de todas as ocupações bem sucedidas. A figura do profissional, como aquela que se distingue da figura do empresário e do operário, se desenvolveu na literatura sociológica dessa época nos Estados Unidos e no Canadá. Em contraposição, diminuíram as pesquisas sobre classes populares e sindicatos, como demonstram Becker (1999) e Dubar (1998b).

Contudo, os primeiros promotores de um “campo sociológico” norte-americano foram indivíduos que se dedicaram às reformas do serviço público e à universidade, contribuindo para estabelecer a autoridade do conhecimento científico nas análises dos problemas sociais e reservando, assim, aos especialistas o monopólio da autoridade profissional. A pesquisa dos problemas sociais, que deveria ser própria da sociologia, se opôs à filantropia, uma vez que teve como base o conhecimento científico do social. Desse modo, estabeleceu-se uma oposição entre os amadores (pesquisadores em problemas sociais sem formação universitária) e os profissionais (os sociólogos com formação acadêmica). Daí o papel fundamental que desempenhou a formação universitária na consolidação do conhecimento científico do social. A luta entre os sociólogos e os pesquisadores não universitários assumiu duas formas: de um lado a oposição entre definições diferenciadas da intervenção social; de outro, uma oposição epistemológica entre racionalismo e empirismo. Isso traduziu-se numa oposição mais ampla entre a possibilidade de intervenção com base em um conhecimento universitário e a intervenção pela mera observação dos problemas sociais, como explicita Breslau (1988).

Com o aparecimento dos primeiros cursos universitários destinados a formar sociólogos, como a Universidade de Chicago e a Universidade de Columbia, essa oposição manifestou-se no interior dos centros acadêmicos como oposição entre “teóricos” e “práticos”. O momento de eclosão foi, sobretudo, a partir da grande crise de 1929. Nesse momento, dois tipos de sociologia confrontaram-se: a sociologia “teórica” contra a sociologia “aplicada”. A segunda contou com alguns representantes em Chicago⁷. Essa oposição também era marcada pelo confronto entre os detentores de títulos universitários e aqueles que haviam entrado pelo trabalho de pesquisador social que desenvolviam. Essa divisão reforçava a dominação dos “sociólogos teóricos” e representava uma luta pelo monopólio do conhecimento legítimo do mundo social e da intervenção nesse mundo. A sociologia passou a se distinguir de outros grupos profissionais, tais como os dos economistas, dos historiadores e dos filósofos, mas internamente estava dividida.

Nesse confronto, a posição dominante era ocupada por uma parcela dos sociólogos norte-americanos que prestavam serviço às agências governamentais. Os sociólogos “teóricos”, como eram definidos, ocupavam um lugar de destaque na divisão do trabalho respondendo à função de coordenadores sistematizando o resultado das pesquisas. Tais sociólogos constituíam-se e apresentavam-se como uma comunidade científica capaz, pelo conhecimento especializado, de oferecer um serviço ao Estado. Tratava-se de uma comunidade, ou seja, de um conjunto de profissionais calcados em princípios científicos e teóricos e que prestavam uma espécie de consultoria ou assessoria técnica aos governos. Um dos responsáveis por essa visão da sociologia foi William Fielding Ogburn, o qual contribuiu para convencer o governo dos Estados Unidos da necessidade da sociologia para fazer eficientemente o seu trabalho. Ogburn teve muitos seguidores em Chicago⁸.

Assim, é sob essas condições de profissionalização da própria sociologia que se desenvolve toda uma literatura a respeito das profissões e da importância que deve assumir o título universitário na divisão do trabalho social e na separação entre o mundo das profissões e o de outras ocupações. O trabalho, já citado, de Carr-Saunders e Wilson, publicado em 1933, é considerado para muitos sociólogos anglo-saxões uma referência nas análises das profissões. Esse trabalho influenciou profundamente o estudo desenvolvido por Talcott Parsons, em 1968, sobre as profissões, marcando, assim, uma longa tradição na análise dessa

⁷O departamento de sociologia da Universidade de Chicago foi fundado em 1892 por Albion Small. A Universidade de Chicago foi uma das que obteve patrocínio mais generoso, uma vez que estava localizada numa cidade que se industrializava rapidamente. John Rockefeller doou enormes quantias à Universidade (BECKER, 1990, BOTTOMORE, 1980).

⁸Ogburn também se caracterizou por colocar a estatística a serviço da pesquisa social, competindo assim com a universidade de Colúmbia que tinha em Lazarsfeld um dos marcos nas análises quantitativas.

temática que se denomina teoria funcionalista das profissões. Parsons que, durante certo momento foi considerado o grande “pai” da sociologia americana, e também um dos fundadores da própria sociologia das profissões, afirmou que as profissões constituíam um fenômeno social fundamental da sociedade contemporânea. A escola funcionalista se constituiu como a primeira abordagem a elaborar uma teorização sobre as profissões e a dar uma ênfase sistemática à vida profissional, baseando-se, sobretudo, na especialização das tarefas profissionais que decorrem da alta divisão do trabalho. O funcionalismo definiu a profissão como uma comunidade homogênea cujos membros partilham identidades, valores, elaboração de regras e interesse, centrando-se nos mecanismos que asseguram a coesão nas diversas profissões.

Nesse sentido, a profissão emergia quando um número definido de pessoas começava a praticar uma técnica determinada fundada sobre uma formação especializada. De acordo com essa perspectiva, os estudos sobre profissões pretendiam dar destaque à análise do papel e da função que determinadas tarefas desempenhavam na divisão do trabalho, bem como mostrar como estavam organizadas as profissões, qual era a sua dinâmica de funcionamento e as suas principais características. Para os funcionalistas, as estruturas particulares de uma profissão, suas funções e sua política de formação - como a exigência do diploma acadêmico - servem para garantir a qualidade dos serviços prestados, uma vez que os clientes não dispõem de competências específicas para apreciar o que está sendo oferecido.

Sob essa perspectiva, o diploma representava um dos mecanismos essenciais de que se valem as profissões para se tornarem organizações fechadas, provocando alta segregação social. O diploma representava uma maneira de “burocratizar as carreiras”. Segundo Merton (MERTON *apud* DUBAR, 1998b), um dos principais representantes dessa escola, o processo de “burocratização das carreiras” passava por cinco etapas principais: a) para se fazer reconhecer como profissão um grupo tem de se vincular a uma instituição; b) as instituições mais eficazes para essa função são as instituições educativas, as quais permitem instaurar uma formação profissional específica; c) as profissões se institucionalizam em torno de um currículo; d) a universidade permite a multiplicação dos pré-requisitos e dos níveis de formação que levam à última sanção: o diploma; e) a formação hierarquizada tem um quadro de desenvolvimento de carreiras e cada nível da formação está associado a uma escala da carreira.

O processo de “burocratização das carreiras” permite estabelecer uma diferenciação nas formas de ingresso na profissão entre os “verdadeiros profissionais”, integrados às

instituições e com formação superior valorizada, e os “falsos profissionais” periféricos que não transitam no “caminho real”, uma vez que entraram pelos meios menos valorizados (DUBAR, 1998b). Tal processo de “burocratização das carreiras”, que se materializa no diploma, permite validar o poder interno da profissão.

Além disso, o funcionalismo trouxe determinados tipos de resposta para o problema da valorização do título escolar e do que ele representa para determinados grupos. Nessa linha, o conhecimento especializado adquire uma conotação central e as universidades e instituições de ensino e pesquisa tornam-se o fundamento da estrutura institucional das profissões. Portanto, o modelo de profissão utilizado para demonstrar a acumulação desse conhecimento e a relação estabelecida com aqueles que consomem os produtos oferecidos pelos especialistas é a Medicina: relação médico-paciente. Porém, essa centralidade no conhecimento especializado traz como consequência a naturalização dos processos de profissionalização e do valor que assume o diploma. Em vez de serem problematizados como estratégia individual e coletiva que podem estar relacionadas a outras estratégias concorrenciais, eles são tomados como princípio estruturador dos universos profissionais.

A partir da perspectiva funcionalista na análise das profissões, a questão do conhecimento formal, técnico e especializado, na maioria das vezes associado ao diploma de nível superior, passa a ocupar o centro do debate dos processos de profissionalização. Entretanto, é com base nas críticas a essa escola que surgiram vários modelos de análise sobre as profissões e os processos de profissionalização, permitindo a integração de novos problemas de análise, como a relação entre profissão e hierarquia social.

Segundo Schudson (1980), Larson foi uma das autoras a se contrapor à abordagem funcionalista e a trazer novas formulações para a utilização do título acadêmico. Dentre essas novas formulações, está a universidade como aparato burocrático central que determina a estratificação das profissões fornecendo os títulos escolares necessários para garantir *status*. A academia atua como uma instituição capaz de certificar um novo tipo de propriedade: o saber, fundamentando, assim, hierarquias meritocráticas. Um dos ingredientes principais, que passa a se constituir na análise das profissões, é a “luta por *status*”. Nessa “luta por *status*”, a educação formal, ao conceder diplomas e títulos escolares, desempenha um papel fundamental. A academia cumpre um papel legitimador, certificando o saber e o diploma torna-se um novo tipo de autoridade, contribuindo para a fundamentação de hierarquias meritocráticas que seriam a recompensa de um esforço individual. Essa autora centra suas análises no profissionalismo como uma ideologia e na relação das profissões com o mercado e

com o sistema de classes. A ideologia do profissionalismo está relacionada ao fato das pessoas considerarem os membros de certas profissões moralmente superiores e para que isso ocorra o diploma tem um papel fundamental garantindo poder profissional. O projeto profissional serve para formar uma imagem e controlar o público. Para essa autora, os profissionais têm em comum não o conhecimento, nem a autonomia, mas a ideologia.

Para Larson, as profissões organizam-se em torno do princípio mais geral da sociedade capitalista: o mercado. As mudanças na estrutura social provocaram a organização das profissões em torno de mercados profissionais competitivos. Por isso, o profissionalismo corresponderia a um projeto coletivo que permitiria aos grupos se organizarem em torno do conhecimento determinado (formação superior) e controlarem o mercado, estabelecendo uma espécie de reserva de espaços para atuarem.

Dentro dessa perspectiva, vários estudos sobre a profissão médica, e também a odontologia, desenvolveram-se, procurando mostrar de que modo a evolução e as transformações no mercado de serviços poderiam provocar a profissionalização da atividade através da disputa entre os agentes pelo controle desse mercado. Na formação dos mercados de saúde, para que a profissionalização ocorra, é fundamental o desenvolvimento da “necessidade vital e universal”. O desenvolvimento de tal necessidade aparece associado à defesa de que as atividades profissionais prestam um serviço fundamental de “utilidade pública” e que, por oferecer riscos a saúde coletiva, esse serviço deve ser oferecido por profissionais especializados e altamente treinados. No caso da odontologia, os estudos com base nessa proposta mostraram que, para o desenvolvimento dessa profissão, foi essencial o surgimento do discurso de que a “dor de dente” é um problema de saúde do corpo e, desse modo, necessita ser tratado por um conjunto de especialistas. A própria descoberta da anestesia reforçou as campanhas pela legitimação social, agindo como um fator de consolidação do processo de profissionalização. A idéia de “utilidade social” torna-se fundamental para que o público se convença de que os serviços profissionais oferecem riscos e que, por isso, devem ser prestados e controlados por um grupo especializado, com formação universitária, o que atribui ao grupo certo prestígio e autoridade - elementos essenciais da ideologia profissional (CARVALHO, 2003, 2006). O problema do diploma é resolvido, nessa perspectiva, como uma estratégia fundamental para controlar o mercado e reservar, a prestação de determinado serviço, a um grupo altamente seletivo.

O diploma como objeto a ser analisado também é destacado por algumas abordagens vinculadas ao interacionismo que no decorrer das críticas ao funcionalismo afirmou que essa

última perspectiva havia ignorado os numerosos aspectos significativos das profissões, da vida profissional e do processo de socialização universitária. Nessas críticas, o interacionismo se voltou essencialmente para dois tipos principais de problemas: a) aqueles que estão relacionados ao monopólio profissional: como os serviços prestados por uma profissão podem se tornar instrumento de poder e a base de um monopólio? b) e aqueles que estão vinculados às carreiras profissionais e aos os processos de socialização: como se constitui uma carreira profissional e quais são as suas fases? Como os indivíduos mudam sua percepção sobre si mesmo e sobre o mundo social quando se inserem em uma profissão?

Essas redefinições dos problemas vinculados à análise das profissões trazem como questão essencial a socialização profissional e as etapas pelas quais passam os indivíduos para apreender as categorias específicas de uma profissão. A academia constitui um importante espaço de socialização de uma profissão, local onde o indivíduo é inserido no mundo das categorias profissionais.

Além disso, essa escola, em sua primeira fase, trouxe para o centro do debate o caráter de monopólio que desempenham os grupos profissionais. O centro da análise era mostrar como o grupo profissional luta para definir os critérios de seleção dos membros, a formação e a maneira como os serviços deveriam ser prestados. A característica principal das profissões é a formação de um grupo de pares que compartilha códigos, regras de seleção, interesses, linguagem comum, bem como estereótipos profissionais próprios que contribuem para excluir aqueles que não correspondem às características exigidas. O paradigma interacionista colocou em questão a existência de comunidades profissionais que reivindicam o monopólio da organização profissional (DUBAR, 1998b, STRAUSS, 1992).

Apesar de a escola interacionista ter tido alguma influência do modelo funcionalista, ela elaborou algumas críticas que trouxeram novas questões para a análise do mundo das profissões e do papel do diploma. Uma das considerações diz respeito à análise das categorias utilizadas pelas profissões para desempenhar suas atividades. Trata-se de construir categorias de análise que dêem conta das categorias utilizadas pelas profissões para realizar seu trabalho e não de aceitar o ponto de vista profissional sobre o saber, como fez Parsons na análise da Medicina, aceitando o olhar médico sobre o saber. O interacionismo ofereceu uma análise sociológica das noções que utilizam os profissionais, os médicos, no desenvolvimento de suas práticas e como tais noções também justificam um *status*. Assim, uma das questões que se colocava era entender o sentido dado pelos atores às suas ações através das categorias que usam para organizar o mundo (CHAPOULIE, 1985, LALLEMENT, 1994).

Everett Hughes destacou-se nesse tipo de análise e, em seu livro intitulado “Men and their Work”, escrito em 1958, ele aponta a necessidade de considerar o termo “profissional” como uma categoria da vida cotidiana que implica um julgamento de valor e prestígio. Hughes (1994) centra suas análises na divisão do trabalho como interação social, contrapondo-se ao modelo funcionalista que, segundo ele, naturaliza a divisão do trabalho sem percebê-la como fruto de uma construção feita por atores que buscam consolidar o reconhecimento social. Tal divisão consiste não na diferença pura de um tipo de trabalho em comparação a outros, como estabelecia a abordagem funcionalista, mas no fato de que as diferentes tarefas e sua realização são partes de um todo cuja essência está nos processos de interação social. O trabalho é realizado na interação social exercendo importância decisiva nos processos de construção da identidade social: se há divisão do trabalho, há trocas entre pessoas que interagem durante seu papel ocupacional.

Para analisar o fenômeno “profissional”, o autor parte de duas noções fundamentais: o diploma e o mandato. Para Hughes, um grupo profissional atua simultaneamente de duas formas: colocando-se na condição de selecionar, formar, iniciar e disciplinar seus próprios membros e buscando definir como devem ser realizados os serviços que ele deve prestar e quais são as condições para fazer isso. Assim, toda profissão está baseada em uma filosofia, em uma visão de mundo a respeito do trabalho que deve ser realizado e desempenhado, o que contribui para constituir um grupo específico, com regras e princípios próprios. Há uma hierarquização e uma segregação interna no grupo profissional que reserva o essencial do mandato e do secreto àqueles profissionais dotados de traços conforme ao estereótipo dominante. O diploma, também definido como licença, representa a permissão legal para desempenhar certas funções e o mandato é a obrigação legal de manter uma função específica. Enquanto o diploma cumpre a função de separar os membros de profissões específicas de outros que não podem exercê-las, o mandato serve como uma garantia para manter essa separação. Mas para proteger o diploma e manter o mandato, as instituições e as organizações profissionais são fundamentais. O diploma e o mandato representam as principais manifestações da divisão moral do trabalho que é o processo pelo qual diferentes funções morais são distribuídas entre os membros da sociedade. O objeto de investigação, nessa perspectiva, consiste na análise das circunstâncias em que as licenças e os mandatos são instaurados ou transformados, uma vez que o poder de uma ocupação está relacionado à capacidade de proteger sua licença e manter seu mandato (HUGHES, 1981, 1994).

Para os interacionistas, de um modo geral, o mundo do trabalho não se reduz a uma simples transação econômica, ele coloca em jogo a personalidade individual e a identidade social do sujeito, cristalizando aspirações e a imagem de si. O fundamento das análises está na articulação entre a trajetória provável e o sistema ocupacional que corresponde a um conjunto de instituições capazes de garantir as profissões o monopólio de certos serviços. Nesse sentido, a socialização profissional, iniciada na academia e no espaço do trabalho, ganha destaque.

Esse tipo de abordagem considerou a academia e as profissões como formas específicas de socialização e de construção de carreiras. Tornaram-se fundamentais as análises dos processos de conversão profissional. A iniciação a uma cultura profissional implica em um processo de conversão do indivíduo a uma nova concepção de si e do mundo, ou seja, a uma nova identidade. Essa conversão consiste na imersão em uma cultura profissional e tem início na vida acadêmica. Hughes (1994) identifica três mecanismos de socialização profissional: “passagem através do espelho” - que consiste em olhar o mundo detrás dele, de modo que se vêem as escolhas de fora como escritas em um espelho, consiste na imersão na cultura profissional; “instalação da dualidade” que representa o confronto entre o modelo ideal que caracteriza a profissão e o modelo prático que diz respeito às tarefas cotidianas. Essa segunda fase se caracteriza pelas lutas, no seio dos grupos profissionais, para manter o controle das tarefas nobres. E por fim, a fase de “conversão última” que é o ajustamento da concepção de si. Essa fase implica em tomada de consciência e identificação das possibilidades, na qual o indivíduo se vê entre escolhas a fazer e, para isso, ele precisa articular os critérios do sucesso profissional com oportunidade. Nessa fase, o indivíduo pode fazer das estratégias de carreira uma forma de projeção de si.

Uma segunda geração de pesquisadores vinculados à abordagem interacionista trouxe novos problemas para a análise das profissões, apontando que a hipótese da homogeneidade no interior de uma profissão não é útil, uma vez que as identidades e os valores são múltiplos e não se reduzem a uma simples diferenciação, mas estão em constante competição por diferentes segmentos no interior das profissões. Em última instância, não existe profissão unificada, mas segmentos, que mais ou menos, se identificam e que concorrem entre si. Dentre os autores que se destacaram pode-se citar Becker (1999), Freidson (1996, 1998a) e Strauss (1992), para os quais as análises estavam centradas nos seguintes problemas: como certos grupos ou segmentos no interior de uma profissão competem pelo domínio da deontologia, dos valores, da organização do trabalho e da identidade profissional? Como

certos segmentos no interior de uma profissão controlam os procedimentos de recrutamento e como isso pode influenciar as carreiras individuais?

Esses estudos centraram-se nos processos de constituições das carreiras profissionais e na formação de segmentos no interior de uma profissão. Tais estudos trouxeram grandes contribuições para pensar os processos de socialização profissional considerando como se desenvolvem diferentes carreiras profissionais e como isso está relacionado a determinadas culturas profissionais. Nessa perspectiva, a socialização profissional implica em desenvolver uma concepção sobre si mesmo e sobre as atividades que realiza, as quais estão diretamente relacionadas à inserção em um grupo confrontado com os mesmos problemas. A carreira se desenvolve dentro de um grupo e diz respeito à trajetória seguida por um indivíduo no interior das organizações de trabalho incluindo tanto os empregos ocupados, como as mudanças de percepções e de sentido que os indivíduos dão à sua tarefa e que permite uma identificação com seu trabalho.

Os problemas apontados por tais autores contribuem para pensar o diploma não apenas como um critério formal de recrutamento essencial nas profissões, mas a formação universitária como um momento importante de iniciação a uma profissão. O estudo de Becker (1999) sobre uma escola de Medicina mostra como o processo de conversão a uma profissão, inicia durante a realização do curso superior. A academia funciona como um dos principais locais de aprendizagem das categorias básicas de uma atividade e, nesse processo, o indivíduo muda sua concepção de si e do mundo para se converter a uma atividade profissional. Na rotina da escola de Medicina e nas atividades da educação médica, como nas aulas, nos seminários, nos laboratórios, na dissecação de cadáveres, no contato com os pacientes, os alunos aprendem a classificar os doentes, os membros de outras categorias, bem como o que é considerado enfermidade e os processos de cura. Essas análises trouxeram para o centro das discussões sociológicas a importância da investigação da socialização profissional para a compreensão dos processos de formação de grupos profissionais.

Em função dos diversos estudos sobre profissões realizados, a Sociologia anglo-americana, durante muito tempo, preocupou-se em analisar que atividades se constituíam em profissões e, para isso, diferenciava o conceito de profissão do conceito de ocupação. Segundo Freidson (1998a), um dos autores da chamada “segunda geração” do interacionismo, que se destacou na contraposição ao modelo funcionalista propondo uma nova perspectiva, o que distingue uma ocupação da outra é o conhecimento e a competência especializados que são fundamentais para a realização de determinadas tarefas na divisão do trabalho. A

profissão é uma ocupação que tem controle sobre seu próprio trabalho, ou seja, ela tem poder de coordenar e ordenar o exercício da atividade. Esse poder é concedido pela posse de um conhecimento técnico, o que o autor chama de “autoridade de expertise” (FREIDSON, 1998a, p. 110). Nesse processo, as instituições são fundamentais, pois elas sustentam uma ideologia particular de experiência e utilidade. Uma das preocupações que passaram a ser freqüentes era ver como uma ocupação se profissionaliza, isto é, como uma ocupação adquire um *status* profissional e como ocorre o processo através do qual as ocupações reivindicam esse *status*.

Freidson (1986, 1996, 1998a), ao se contrapor ao modelo funcionalista, trouxe, como uma de suas contribuições, a necessidade de pensar a profissão como um tipo ideal de organização social do trabalho que se diferencia de outras formas de estruturação do mundo do trabalho, tais como o modelo que está baseado na lógica do consumo e na livre concorrência e o burocrático baseado no princípio administrativo racional-legal. Tal autor aponta que as profissões possuem uma lógica própria de funcionamento e organização, denominada lógica ocupacional, e uma das suas características fundamentais é a submissão de seus membros à educação superior e ao conhecimento formal. Esse é um tipo de credenciamento que produz, ao mesmo tempo, um mecanismo de exclusão criando uma reserva de mercado de trabalho e exclui aqueles que não possuem tal credenciamento. O ensino superior e a posse do diploma constituem as principais credenciais das profissões. Mas, em contrapartida, o sistema de credenciamento apenas não é suficiente, é preciso desenvolver um sistema de controle do mercado interno, uma vez que a obtenção de emprego é fundamental. O que une o mercado à educação é o sistema de credenciamento institucional. Essa definição de profissão estabeleceu uma diferenciação interna entre aqueles profissionais que se voltam ao conhecimento dedicando tempo integral às atividades de ensino e pesquisa, aqueles que formam a classe administrativa assumindo postos administrativo-gerenciais e aqueles que formam a classe trabalhadora. Isso provoca uma divisão entre os acadêmicos, os administradores e os práticos, os quais possuem interesses e poderes diferenciados: o acesso às posições de poder é determinado por estes postos-chaves.

Nesse modelo, o “profissionalismo” é um modo, ideal-típico, de organizar uma ocupação capaz de produzir identidades ocupacionais distintas e reservas de mercado, o que contribui para manter as ocupações separadas umas das outras. A profissionalização é o processo pelo qual passam as ocupações para determinarem a realização do trabalho e controlarem o treinamento garantido pelo poder do Estado. O Estado permite à profissão a autoridade legal para selecionar, recrutar, examinar, licenciar, reavaliar desempenhos e

estabelecer os limites formais da sua jurisdição. Contudo, a distância da política governamental é essencial para marcar a independência das profissões com relação ao universo político. Ao construir uma política própria, as profissões protegem-se dos interesses específicos do mundo da política. Os principais estudos nessa área definiram o conceito de profissão como relacionado a um número limitado de ocupações que compartilham características e especificidades em que o título universitário funciona como medida suprema de todas as hierarquias. Mas é fundamental que as profissões se distanciem do Estado construindo para isso uma força autônoma e independente através das associações profissionais que permitam a auto-organização do grupo.

A relação entre as profissões e o Estado, salientada por Freidson (1998a, 2001), trouxe novos problemas para análise das profissões. Nesses novos problemas, tratava-se de levar em consideração as condições sociais de cada país, e como isso produziu uma relação diferenciada entre Estado e profissão. Nos países de língua inglesa, as ocupações organizaram o seu próprio movimento para garantir reconhecimento e proteção estatal. A postura do Estado foi menos ativa, ao contrário do que se manifestou na Europa, onde o Estado atuou no sentido de organizar tanto a capacitação profissional, como o emprego. As novas ocupações de classe média, no lugar de buscarem uma classificação de “profissão”, obtiveram seu *status* e segurança por meio das “grandes escolas”, ou seja, das instituições de educação superior de elite controladas pelo Estado, sobretudo na França. A posição ocupada pelas novas profissões, no mercado, ocorreu não pela capacitação específica e pelas identidades ocupacionais que reivindicaram, mas pelo prestígio das instituições de ensino superior às quais tais profissões estavam vinculadas.

Um outro aspecto fundamental destacado por Freidson (1998b, 2001) está relacionado ao fato de que a classificação oficial e institucional de “profissão” fornece às ocupações não só prestígio e *status* social, mas o direito legal de exercício exclusivo da atividade e controle sobre as instituições de formação. Esse direito legal constitui-se em um privilégio considerável de controle sobre o próprio trabalho. Sua análise está centrada na preocupação de como certas ocupações recebem o rótulo legal de profissão e como ocorre o processo através do qual elas se profissionalizam. Além disso, as ocupações classificadas oficialmente como profissões adquirem privilégios mais gerais sobre a definição de problemas mais amplos como nas políticas públicas. O argumento e o testemunho de um especialista, por exemplo, adquire uma importância maior do que aquele argumento ou testemunho ordinário. Esse autor ainda salienta a necessidade de levar em consideração as lógicas históricas e

institucionais que permitem dar às profissões privilégios em diferentes países e de que forma os contingentes históricos permitem conservar e estabelecer as condições de controle da profissão sobre a divisão do trabalho, sobre o mercado, além de permitir a conservação e o estabelecimento das instâncias de formação.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a maior parte dos trabalhos realizados pela “sociologia das profissões” tem concentrado esforços na análise do desenvolvimento das profissões, sua ideologia própria, sua identidade, assim como nas etapas das carreiras e na socialização profissional. O diploma adquire uma força fundamental, à medida que se torna um dos critérios principais de entrada na profissão e de controle sobre os seus membros. Dessa forma, a socialização iniciada na academia e perseguida nos espaços de trabalho constitui o foco de muitas análises sobre as profissões. Essas análises trazem algumas limitações, mas também muitas sugestões de problemas a serem pesquisados. Quanto às limitações elas podem ser organizadas em torno de dois eixos principais: as dificuldades inerentes à definição de comunidade profissional e as condições sociais e histórias nacionais particulares.

O primeiro eixo está vinculado à definição de profissão e de grupo profissional como um conjunto homogêneo, em que os atores sociais se identificam e incorporam seus códigos e regras. Nem as abordagens funcionalistas, nem as interacionistas contestaram a representação dos processos de profissionalização e institucionalização que, em vez de serem questionados como compondo parte das estratégias individuais e coletivas, são naturalizados (BOIGEOL e DEZALAY, 1997). Ao partir da profissão como ocupação que compartilha de especificidades, essas propostas não consideram os conflitos para imposição de fronteiras, nem a força que exerce nessas disputas concorrenciais o estabelecimento de regras formais. O estabelecimento das fronteiras, por meio do qual o título acadêmico exerce força fundamental, constitui, nas lutas profissionais, um dos recursos fundamentais para tornar institucional aquilo que é resultado de lutas entre grupos (BOLTANSKI, 1982). A profissão, vista como categoria social homogênea, pode exercer um efeito de unificação simbólica que fornece aos agentes critérios de identidade, princípios explícitos e oficiais de pertencimento e que impõem a crença no caráter objetivo dos critérios impostos.

Ainda nesse eixo, um outro elemento ignorado é o de como ocorrem os processos de recrutamento desses profissionais e as características daqueles que investem nessas atividades, bem como as características daqueles que têm interesse na imposição de critérios de pertencimento. Ao considerar o diploma apenas como um critério de entrada na profissão, o

conjunto das abordagens vinculadas a “sociologia das profissões” não percebe em que medida ele pode se constituir como um recurso social e profissional; nem a importância que assume frente a outras modalidades de recursos sociais acumulados através da inserção em partidos políticos, na militância sindical e nos movimentos sociais, etc.

O segundo eixo que organiza as limitações diz respeito ao fato de que grande parte das abordagens ideal-típica das profissões, especialmente o funcionalismo, não levou em consideração o processo anglo-saxão, no qual as profissões, para serem reconhecidas socialmente, diferenciaram-se das ocupações reivindicando o *status* de profissão concedido pelo Estado. O pré-requisito para o credenciamento foi a instrução do conhecimento formal obtido em instituições de alta educação.

Nos Estados Unidos, a profissão funciona como fundamento da hierarquização social e como condutor institucional para o estabelecimento do conhecimento formal. Além disso, o sistema educacional, nesse país, desempenhou um papel importante no processo de profissionalização de muitas ocupações, especialmente no início do século XX. O sistema credencial tornou-se a base de uma luta pelo controle das ocupações e de um modelo de outras formas de monopólio de posições a serem ocupadas⁹. O treinamento das profissões estava ligado às instituições de alta educação e isso teve implicações decisivas para a forma como as profissões desenvolveram o conhecimento. A organização da estrutura produtiva e do sistema de ensino dessa sociedade levou a exigência de uma forte preparação escolar para ocupação de postos de trabalho, exigindo habilidades técnicas, e não culturais, fato esse que

⁹Segundo Collins (1979), a alta diversidade étnica da sociedade norte americana provocou o aumento do sistema de credenciais. Os conflitos culturais contribuíram para expansão do setor cultural e a expansão do sistema educacional. Tanto o setor cultural como o educacional foram usados para controlar a monopolização da burguesia protestante inglesa e produzir mobilidade ocupacional de alguns imigrantes. A grande imigração étnica, que marcou a história dos Estados Unidos no final do século XIX, gerou uma luta pela hegemonia cultural que foi travada especialmente para construção de um sistema escolar. As comunidades católicas e de outras religiões e minorias étnicas construíam escolas separadas de acordo com suas próprias culturas. Isso gerou comunidades organizadas com diferentes linguagens, costumes, maneiras de se comportar, mas também diferenças profundas no estilo de trabalho, nas atitudes - que dizem respeito ao poder- e à interação pessoal. A população anglo-protestante, por exemplo, mantinha atitudes ascéticas no trabalho, na economia e no comportamento sexual. Essas atitudes criavam pequenas comunidades independentes, não só com culturas opostas, mas com princípios morais antagônicos. Essas divisões étnicas também produziam estratificações, como os empregos administrativos reservados aos ingleses e o trabalho manual, aos imigrantes étnicos. O esforço mais significativo para afirmar uma cultura americana foi na educação: escolas públicas e educadores para *americanizar* os imigrantes. Os conflitos foram canalizados para um sistema institucionalizado e, nesse sentido, o sistema escolar cumpriu a função de resolver o conflito étnico e reduzir a diversidade cultural. Aos poucos, as culturas de grupos específicos foram transformadas num sistema de credenciamento educacional abstrato e as lutas sociais começaram a mudar provocando um aumento na confiança em tal sistema. Essa mudança diversificou não só as escolas, mas as profissões e a estrutura ocupacional. O padrão institucional, o sistema credencial, contribuiu para unir as diversas culturas em um mercado cultural que se apresentava como impessoal baseado em uma concorrência abstrata própria. A estratificação social passou a ser determinada pelo sistema credencial e a universidade passou a desempenhar um papel fundamental. Durante o século XIX, a universidade diferenciava-se dos níveis anteriores de ensino somente no sentido nominal, mas não em substância e funcionava mais como um instrumento de inculcação religiosa. A partir dessas mudanças no sistema de ensino, a universidade passou a desempenhar uma função não só de certificação, mas de treinamento profissional. O avanço dos níveis escolares permitiu uma maior mobilidade social e uma aceitação dos critérios ocupacionais e profissionais.

contribuiu para aumentar o valor do diploma. Assim, o diploma representou um importante recurso para distinguir certos grupos em torno do conhecimento técnico e especializado e reservar espaços em que era possível atuar em nome de uma formação particular. Em contrapartida, o corporativismo profissional, provocado pela organização das profissões, contribuiu para limitar a expansão do ensino entre os cursos que pudessem causar uma inflação nos títulos, ocasionando assim agrupamentos profissionais mais tradicionais, tais como Medicina e Direito (COLLINS, 1979). O próprio termo “profissão” está ligado a um período particular da história, de desenvolvimento do processo de industrialização, de urbanização, e inclui um número limitado de países. Não é sem sentido que muitos teóricos definiram o profissionalismo como uma “enfermidade anglo-americana” (FREIDSON, 2001).

Tais considerações são necessárias para que não se ignore, na análise dos conflitos pela imposição de recursos legítimos, as experiências nacionais, como a brasileira, em que a profissionalização assumiu outras características e o diploma tomou outro significado. Freidson foi um dos autores que contribuiu para trazer à tona, a análise das profissões, as experiências nacionais. Diversos estudos têm demonstrado que as profissões, no Brasil,¹⁰ se desenvolveram através de uma relação direta com o Estado e foram iniciadas por segmentos sociais de elite que visavam influenciá-lo através do conhecimento formal, obtido em universidades. Tal conhecimento formal tornou-se um recurso imprescindível não para construir uma ideologia ocupacional, capaz de reservar um lugar seguro no mercado, mas para permitir aos membros de profissões específicas a inserção na burocracia pública e colocar seus conhecimentos especializados a serviço da construção da nação e do Estado nacional. No caso do Brasil, estudos sobre o Direito (BONELLI, 1999, DEZALAY, 2002) mostram que o Estado brasileiro colocou na pauta da elite a importância de se organizar para influenciar o processo político. Bonelli (1999) ainda enfatiza que a trajetória da Organização dos Advogados no Brasil, a OAB, revela uma relação dinâmica entre Estado e Direito, em que os advogados brasileiros exploraram um diversificado conjunto de possibilidades para influenciar o Estado e não exclusivamente controlar o mercado. O Estado atuou como promotor da cooptação profissional apadrinhando, inclusive com nomeação para postos públicos, os membros dessas organizações. Processo semelhante aconteceu com os economistas (LOUREIRO, 1997), em que os conselhos técnicos e outros que foram criados pelo Estado, contribuíram para formação do campo dos economistas no Brasil, além de

¹⁰Uma gama grande de trabalhos tem se dedicado ao estudo do desenvolvimento das profissões no Brasil, especialmente: BONELLI, 1999, CORADINI, 1997a, 1997b, 2001a, 2001b, 2005, DEZALAY, 2002, LOUREIRO, 1997, MICELI, 2001.

consolidá-los como novo segmento da elite dirigente capaz de, através do conhecimento técnico, ocupar os postos oferecidos pelo Estado. Nesse sentido, o diploma é usado para influenciar o Estado e ocupar postos na burocracia pública.

Contudo, apesar dessas limitações, é possível apontar considerações importantes levantadas pelas teorias de análise das profissões para esta tese, especialmente as contribuições apontadas pelo paradigma interacionista, que trouxe novas preocupações para o estudo da formação superior e do papel do diploma. As principais contribuições dizem respeito à importância de se considerar a inserção e a socialização profissional como momentos determinantes do engajamento e do comprometimento profissional.

Por um lado, elas permitem perceber como a academia torna-se um importante local de aprendizagem dos fundamentos de uma profissão, constituindo-se como um espaço de socialização. Por outro lado, essa proposta permite considerar o percurso dos atores sociais no interior de uma carreira, os empregos ocupados, as mudanças nas percepções, o processo de construção de categorias profissionais (as noções utilizadas pelos atores no desenvolvimento de certas atividades para justificar suas práticas e que permitem organizar o mundo). Por conseguinte, tal proposta contribui para pensar as diferentes modalidades de carreira no interior de uma profissão. Além disso, é possível levantar algumas questões com base nessa perspectiva: de que forma a socialização escolar e profissional possibilita aos atores acumulem um conjunto de recursos específicos dos espaços nos quais estão atuando? Quais são esses recursos e quais as bases sociais que os respaldam? Isso quer dizer que a inserção na academia e a socialização profissional permite estabelecer um conjunto de contatos, interações, vínculos e laços importantes na formação das carreiras profissionais e de determinadas carreiras no interior de uma mesma profissão.

Entretanto, torna-se importante também articular esses recursos de origem profissional com outros de natureza diversa, acumulados através da socialização em espaços sociais variados, externos a atividade, tais como os recursos de origem familiar e aqueles acumulados pela inserção em outras esferas sociais. Por isso, é necessário perceber o conjunto dos recursos obtidos não só na esfera profissional, mas também sua relação com as modalidades de inserção em outras esferas sociais: a esfera da família pouco destacada até então. Para dar conta desse conjunto de questões torna-se necessário lançar mão de outras abordagens teóricas e conceituais.

1.2. Os Títulos Universitários: Origem Social e Capital Escolar

Em linhas gerais, em contraposição à abordagem anglo-saxônica, a sociologia francesa, sobretudo os trabalhos de Pierre Bourdieu e sua equipe, vêem o diploma como uma forma particular de capital cultural que concorre com outros tipos de capitais (familiar, econômico, político) para se constituir como mecanismo de distinção social. O título acadêmico não é tratado pela sua essência, representando um fim em si mesmo, como na grande parte das perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do profissionalismo, mas ele integra outras formas de capital para produzir efeitos específicos. Assim, essa proposta visa afastar problemas como a tendência à substancialização em que as definições cristalizadas e formalizadas a respeito do diploma constituem-se no ponto de partida para análise. O diploma representa não apenas uma forma específica de distinção social, separando o universo das profissões dos outros grupos sociais, mas um tipo específico de capital, que permite usos diferenciados e apropriações diversas. Os trabalhos de Pierre Bourdieu centram-se na relação entre os títulos acadêmicos e escolares e outros títulos, sobretudo aqueles obtidos pela posição social de origem, procurando dar conta das modalidades de ingresso no espaço acadêmico e científico.

O título universitário não corresponde a um princípio único de organização do espaço social. Contudo, ele representa um dos princípios de divisão e hierarquização e está constantemente em confronto com outros, como aqueles obtidos pela posição de classe, pelo acesso a bens econômicos, etc. Essa luta entre diferentes títulos confere à escola e à universidade a distribuição de um tipo específico de capital cultural: o diploma. Assim como os demais tipos de capitais e recursos, os títulos universitários são objetos de lutas constantes pela posse e valorização desse capital. Nessa luta, a possibilidade de vencer e de obter rendimentos mais elevados dos títulos está associada a posições de classe, o que equivale a dizer que o valor do título está diretamente relacionado à herança. Como salienta Bourdieu (1992, p. 333), “o rendimento do capital escolar depende do capital econômico e social que pode ser utilizado em sua valorização”. Nesse sentido, o filho de um industrial e o filho de um funcionário de uma empresa, que obtiveram o mesmo diploma na “Escola de Altos Estudos Comerciais”, não contam com as mesmas condições sociais para fazerem valer seus títulos escolares. Enquanto para o primeiro, o título representa apenas um complemento para suceder seu pai e ocupar um cargo de direção já garantido pelas relações familiares; para o segundo, que possui apenas seu sucesso escolar, o título pode não garantir a conquista do posto de

diretor na mesma empresa. A obtenção de um diploma por mais valorizado que seja não garante o acesso a posições elevadas.

A obra de Bourdieu levanta novos aspectos na análise do título escolar e do sistema de credenciamento. Um desses aspectos está relacionado à necessidade de se considerar, nos estudos, os significados que assumem os títulos escolares em diferentes sociedades, os sentidos que lhe são atribuídos e a sua relação com as trajetórias sociais dos agentes. Em um dos seus trabalhos (BOURDIEU, 1980), o autor mostra a necessidade de um mercado estruturado e o estabelecimento de instituições que permitam garantir uma importância equivalente a outros títulos sociais ao diploma. Nesse trabalho, é estabelecida uma oposição entre uma sociedade não-ocidental - tendo como referência a Argélia, onde não existe um mercado estruturado, nem instituições que garantam à importância dos títulos escolares - e uma sociedade ocidental - cuja referência é a França, em que o princípio de hierarquização permite a existência de uma estrutura que garante ao título escolar uma importância especial. Na sociedade argelina, a inexistência de um mercado faz com que os agentes tenham de recorrer a um acúmulo de capital social para valorizarem seus títulos acadêmicos. Tais capitais sociais estão baseados, sobretudo, em relações sociais de reciprocidade e amizade.

Já na sociedade francesa, a formação de uma ideologia meritocrática¹¹ em confronto com outros determinantes sociais permitiu a estruturação de um mercado escolar e de um sistema de ensino organizado e institucionalizado que conferiu uma importância social aos títulos escolares. A constituição de um sistema de ensino contribuiu para institucionalizar um tipo específico de capital cultural: o diploma. A escola passou a desempenhar a função de colocar os agentes no espaço social, que antes era desempenhada pela família, e passou ocupar um espaço de socialização de todas as famílias. Cabe destacar que os respectivos campos acadêmico, escolar e científico passaram por um processo de autonomização em que se podem perceber formas específicas de capital social e investimento, alcançando uma organização própria e obtendo princípios que os legitimam e hierarquizam. Essa autonomização conferiu ao sistema de ensino uma independência em relação às famílias e ao mercado econômico e sistema produtivo.

Contudo, as diferenças entre o sistema escolar e o sistema econômico fazem com que os princípios do campo acadêmico estejam organizados em torno de dois pólos principais, a saber: o pólo científico ou intelectual e o pólo administrativo e econômico. O pólo científico

¹¹A ideologia meritocrática tem como princípio atribuir ao sistema de ensino o poder de fornecer e distribuir recursos propriamente escolares independentes da posição de classe.

constitui-se como escolarmente dominante com autonomia para definir os critérios de competição com base no capital escolar e no título escolar. O capital escolar ou científico apresenta-se estruturado e legitimado conforme as regras próprias do campo escolar e relacionado com as trajetórias sociais que predispõem ao investimento nesse tipo de capital. Já o pólo econômico constitui-se como escolarmente dominado, mas social e economicamente dominante, definindo os postos e os cargos a serem ocupados. Isso conduz a dois princípios fundamentais de organização: o grau de autonomia das instituições de ensino para impor os critérios escolares para a ocupação de postos e cargos e a estrutura de capital que os indivíduos herdam de sua família.

Essa polarização estrutura as disputas no interior do campo escolar e acadêmico e contribui para a divisão entre as próprias instituições de ensino e as “grandes escolas”, as quais estão organizadas em “escolas intelectuais” e “escolas de poder” (BOURDIEU, 1996a, 1996b, 1996c, 1975, 1998). Nesse sentido, os diferentes usos da cultura escolar e dos próprios títulos acadêmicos dependem da relação entre estrutura de capital e posições sociais em cada um dos pólos do campo escolar.

Nessas divisões e polarizações, as profissões corresponderiam a grupos sociais que se caracterizam pela forma diferenciada de apropriação e de mobilização de um tipo de capital: o cultural. A diferenciação e a constituição de campos sociais autônomos é produto também da exigência de um grau mínimo de institucionalização desse capital, nesse caso, o diploma. O processo de institucionalização corresponde, dentre outras coisas, ao estabelecimento da fronteira jurídica e formal que permite o acesso aos campos. No caso das profissões, a produção de certificados e a preponderância do diploma universitário constituíram a principal forma de controle do capital e o fundamento da distinção. O diploma serve como proteção frente ao controle exercido pelo sistema econômico, garantindo uma “competência de direito” que pode corresponder ou não a uma “competência de fato” (BOURDIEU, 1978). A regulamentação da profissão serve como uma garantia na medida em que impõem certas obrigações para o exercício da atividade, qualificando-a. O certificado escolar defende o indivíduo da exploração do mercado constituindo-se uma força social cada vez mais importante.

Todavia, a importância do diploma depende tanto das estratégias individuais para sua valorização, como das estratégias coletivas que visam estabelecer uma relação garantida entre o diploma e o cargo. Assim, percebe-se que, por um lado, os agentes lançam mão de estratégias individuais para se defenderem nas lutas cotidianas e obterem o rendimento

máximo de seus diplomas ou tirarem o maior proveito do seu cargo. Já por outro lado, as associações profissionais e os sindicatos por meio de estratégias coletivas procuram instituir uma relação equilibrada entre o diploma e o cargo. Essa relação é, a cada momento, objeto de luta, colocando em jogo estratégias individuais e estratégias coletivas. O valor vinculado a um título escolar define-se na “totalidade dos usos sociais que dele podem ser feitos” e a sua força pode ser medida pelo capital social que os agentes sociais acumulam (BOURDIEU, 1978, p. 16). Nesse sentido, os usos que podem ser feitos do diploma dependem de uma estrutura de capital herdado, fazendo com que o valor do título seja avaliado pelo conjunto de propriedades sociais e econômicas que possui o seu portador.

Além disso, os pontos de vista sobre o título escolar dependem tanto das trajetórias dos próprios agentes, produto do passado próprio e de suas disposições sociais adquiridas (posição de classe), como da estrutura dos espaços em que estão inseridos, produto da institucionalização dos espaços sociais específicos e do estabelecimento de exigências para ocupar posições, postos e cargos (os diversos campos sociais). Assim, as tomadas de posição ocorrem na relação em que os postos e as posições ocupadas pelos agentes podem definir seus ocupantes e esses agentes dotados de recursos e propriedades sociais específicas podem modificar os postos. As posições constituem os seus ocupantes ao mesmo tempo em que os seus ocupantes, através de suas disposições, ajustam-se ou não a elas.

Porém, as possibilidades de os agentes moldarem os postos dependem do grau de institucionalização dos espaços. Pode-se exemplificar essa asserção com o caso das posições situadas em “zonas de incerteza” do espaço social: os ofícios pouco profissionalizados e fragilmente institucionalizados. Nesses ofícios mal profissionalizados no que concerne às condições de acesso e às condições de exercício, os postos e cargos mal delimitados e, desse modo, ditos “abertos”, deixam aos seus ocupantes a possibilidade de defini-los. A definição desses postos reside na liberdade dos ocupantes em delimitá-los introduzindo neles seus princípios e sua definição e o futuro desses cargos estará sujeito àquilo que os seus ocupantes definirão como relevantes. O efeito de “redefinição criadora” pode ser observado em ocupações com grande dispersão ou em setores mais novos nos quais os cargos e as carreiras não adquiriram rigidez. Nesses casos, o recrutamento faz-se com base em relações e afinidades, não em nome de títulos escolares (BOURDIEU, 1998). Dessa forma, o capital escolar só representará um valor para os agentes no mercado de trabalho se a relação entre o diploma e o cargo for “rigorosamente codificada” (BOURDIEU, 2001).

Em outras palavras, por tratar-se de espaços sociais com uma institucionalização mais flexível e uma fronteira formal e jurídica mal definida, as tomadas de posição possíveis estarão mais respaldadas nas trajetórias dos agentes que ocupam posições e postos nesses espaços, do que nas normas que se institucionalizaram e que estruturam tais cargos. O mesmo ocorre no caso das profissões em que a exigência e o valor do diploma não estão claramente definidos e fixados. Nesses casos, quanto mais fluidas e incertas forem a definição do diploma e também do cargo assim como de sua respectiva institucionalização, mais espaço sobrarão para as “estratégias de blefe” e, com isso, mais possibilidades terão aqueles que acumularam elevado capital social e relacional para obter um rendimento elevado do seu diploma. (BOURDIEU, 1975, 1978, 1998, 2001).

Porém tal análise não pode ser rigorosamente transposta para o Brasil, pois um dos problemas que surge da transposição desse tipo de análise para o caso brasileiro está relacionado às condições sociais de produção dos títulos escolares e a estruturação do campo escolar e universitário. No caso da sociedade francesa, como uma sociedade dividida em classes, os conflitos por classificação são, a cada momento, produto das relações de força entre as classes. Dependendo das relações de força entre essas classes um grupo pode obter um cargo sem obter o direito a tal. Como dito anteriormente, o sistema de ensino como um todo e o diploma conseguiram impor critérios escolares e romperam com os critérios de classes, estritamente aristocráticos, que favoreciam diretamente o acesso a certos cargos, permitindo, desse modo, a formação de ideologias meritocráticas. O sistema de ensino e as instâncias de negociação coletiva permitiram legalizar o sistema de classificação escolar, o que contribuiu para renovar as estratégias de reprodução social da aristocracia (PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2003, SAINT MARTIN, 2002, 2003).

Nessa situação, os usos e os significados do diploma dependem tanto do capital escolar como do capital social herdado pela posição de classe e é a combinação desses dois tipos de capital que permitem determinados usos do diploma e da cultura escolar. O sucesso escolar e os benefícios que se pode obter no mercado de títulos dependem da estrutura do sistema escolar e da posição de classe, a qual resulta no capital cultural investido pela família. Assim sendo, o rendimento do certificado escolar, tanto econômico como social, depende dos diferentes capitais herdados e que podem ser colocados a serviço de tal certificado. O diploma e o próprio sistema escolar que o produz são objetos de uma concorrência entre as classes, o que conduz a uma inflação e à desvalorização dos diplomas. Para obter essa valorização, as classes sociais lançam mão de determinadas estratégias. A reconversão, por exemplo, do

capital econômico em capital escolar foi uma das estratégias que contribuiu para que a burguesia de negócios conservasse a posição de seus herdeiros (BOURDIEU, 1975, 1978, SAINT MARTIN, 2002, 2003). Portanto, através da análise da estrutura do sistema escolar e das características sociais e escolares dos agentes pode-se perceber a importância do diploma.

Essa perspectiva trouxe novos elementos para problematizar a questão dos usos sociais do diploma permitindo considerar tanto os condicionantes sociais, históricos e culturais que permitem determinadas apropriações e usos do título escolar, como a relação entre as estratégias acionadas pelos agentes para obter um rendimento máximo do diploma e suas trajetórias sociais e escolares. Contudo, tal proposta ao dar ênfase para os recursos de origem social e aqueles obtidos pela escolarização não destaca a importância da própria socialização profissional e dos recursos que ela proporciona e que permitem novas apropriações para o título acadêmico.

Levando em consideração os elementos aqui destacados, tornou-se relevante apreender como se constituiu um sistema de ensino no Brasil, que lugar os diplomas ocuparam, como as profissões se desenvolveram e quais as suas peculiaridades. Para isso, o tópico seguinte visa abordar os elementos históricos da constituição de um sistema de ensino no Brasil e como isso conduziu para a formação de um sentido próprio atribuído aos títulos acadêmicos, ao mesmo tempo em que contribuiu para uma apropriação peculiar dos diplomas. A partir dessas discussões, é possível elaborar um esquema geral de pesquisa que dê conta tanto da importância dos aspectos institucionais como da socialização familiar, escolar e profissional dos agentes e que permitem determinados usos do título acadêmico.

1.3. O Sistema de Ensino e os Títulos Escolares no Brasil: consagração social e inserção política

Em situações como a brasileira, torna-se evidente que o campo escolar não conseguiu impor critérios propriamente escolares que fossem independentes do mercado econômico ou do campo político, como no caso francês. A falta de um mercado estruturado e de instituições que possibilitem dar um sentido aos títulos independentes do agente social que os possuiu conduz a um novo significado para os títulos acadêmicos. A expansão do ensino superior no Brasil resultou não em um mercado estruturado, mas em uma diversificação de significados e de usos do título escolar na qual o acúmulo de recursos sociais variados tornou-se fundamental para garantir equivalência ao diploma. O título escolar representou uma forma de recurso que permitiu não só a acumulação de prestígio e consagração social, como também a

inserção em várias esferas sociais simultaneamente, com destaque para as esferas políticas e administrativas (CORADINI, 1997a, 1997b, PÉCAUT, 1990).

A formação de um sistema de ensino no Brasil ocorreu, sobretudo, a partir de 1930 e fez parte do processo de construção do Estado Nacional. A organização desse sistema assumiu um caráter unificado e segmentado, possibilitando às camadas médias e superiores o acesso ao ensino, ao passo que as camadas menos privilegiadas econômica e socialmente mantiveram-se afastadas da escola. Tal sistema estava dividido em duas polarizações: o ensino primário, a escola normal e profissionalizante, ambos públicos, e o ensino secundário privado e o ensino superior público. O ensino secundário destinava-se à formação para o ensino superior fechando, assim, às outras camadas sociais a possibilidade de acesso à universidade. Além de o ensino não chegar às camadas populares, a escola e, sobretudo, a universidade tornavam-se espaços reservados às elites fazendo com que os diplomas assumissem uma função fundamental na reprodução das camadas médias e superiores. O diploma de nível superior não só tornava as camadas superiores mais distantes das outras camadas sociais como garantia o acesso ao setor burocrático das empresas privadas e estatais. Assim, a escola e os títulos por ela fornecidos representavam um recurso a mais para consagração das elites (ALMEIDA, 2002, AZEVEDO, 2005).

Todavia, os títulos acadêmicos já constituíam meios para consagrar as elites antes mesmo de 1930. No período anterior à formação da República, os títulos universitários desempenharam importante papel na política brasileira. A educação universitária representava um requisito fundamental para ocupar um alto posto político desde o Império e manteve-se assim com a chegada da República. A carreira política constituía-se como um meio de mobilidade social para pessoas “talentosas com as qualificações certas” (BARICKMAN & LOVE, 2006, p. 85). A maioria dos membros da elite nacional possuía, no período da década de 1930, títulos universitários, sendo o mais comum o de Direito, representando 44%¹² (CONNIFF, 2006). A educação universitária possibilitava também o surgimento de grupos que agiam na política, desde o Império, como determinadas sociedades de estudantes, sobretudo de Direito, que formavam redes de políticos e profissionais. Com a queda da República Velha¹³, a tendência ao declínio das profissões tradicionais aumentou e novos profissionais passaram a ocupar postos políticos, principalmente aqueles da área de

¹²Segundo Love e Barickman (2006), 93% da elite política nacional possuía formação universitária. Conforme mostra Conniff (2006), os diplomas militares ocupavam o segundo lugar, com 32%, e os de engenharia e medicina, terceiro e quarto com respectivamente 12% e 5%.

¹³República Velha ou Primeira República foi como se denominou o período que se estende de 1889, com a proclamação da república, até 1929.

engenharia. Os títulos acadêmicos, cada vez mais, representavam uma forma importante de se inserir na esfera política.

Contudo, o título não representava apenas uma condição fundamental para entrada na política como um critério último de seleção de uma elite política. É preciso considerar que, por um lado, tal inserção implicava em uma determinada concepção da formação universitária, da profissão e do papel do político. Para os diplomados, o ofício de governante necessitava de um conhecimento especial, uma vez que a “arte de governar” dependia de um saber especializado, ou seja, de uma formação acadêmica. A formação superior, por sua vez, adquiria valor pelo seu caráter instrumental e os títulos constituíam-se em um instrumento de transformação social e política permitindo aos diplomados colocarem-se prontos a ocupar postos de direção política. Os títulos acadêmicos se destacavam pela possibilidade que ofereciam de fazer deles uma força política e um instrumento de promoção das mudanças sociais (PÉCAUT, 1990).

Entretanto, não se pode esquecer de que a importância do diploma consistia na combinação com outros títulos que resultavam de um alto capital de relações e vínculos sociais, uma vez que sozinho ele não garantia o acesso a posições na esfera da política e nem em outras esferas sociais. Em uma sociedade em que a profissão não consiste no principal fator de hierarquização social e o campo científico e escolar não adquiriram a relativa autonomia, o título escolar contribui, muitas vezes, para consagrar uma posição social já ocupada e garantida por outros recursos sociais, sobretudo as redes de relações de reciprocidade e amizade. A profissão, assim como o diploma, constitui-se como um dos “títulos”, dentre muitos outros, que respaldam a posição social (CORADINI, 1997a, 2005).

Assim, o título proporcionava às elites a inserção em diversas esferas simultaneamente e como mostra Barickman e Love: “o pequeno número de universitários formados fazia frente a um número muito expressivo de demandas e oportunidades para deixar-se confinar em uma simples carreira; eles, então, duplicavam ou triplicavam suas áreas de atividade” (BARICKMAN & LOVE, 2006, p. 82). A maioria dos membros da elite política exerceu a profissão de formação e dedicou-se a outras atividades, das quais as carreiras adicionais mais comuns o magistério, o jornalismo e as atividades bancárias e industriais. Isso permite considerar que o título adquiria valor pela combinação com outras atividades, seja no âmbito da política governamental, por meio de postos e de cargos, seja em outras esferas sociais.

Dessa forma, as profissões associadas à obtenção do diploma representavam importantes recursos para inserção na esfera política e em outras esferas concomitantemente.

O trabalho de Dezalay (2002) sobre o Direito no Brasil, constitui um bom exemplo do que representa a profissão em termos de divisão e hierarquização social. Segundo tal autor, apesar da importância da formação jurídica na dominação social, há uma desqualificação e uma desvalorização dos fundamentos institucionais capazes de possibilitar uma autonomia do Direito. Isso acontece tanto no ensino do Direito como no sistema judiciário. As grandes faculdades de Direito ou oferecem uma base para aqueles que estão temporariamente excluídos do poder do Estado, ou servem de trampolim para novas aspirações. A aprendizagem de Direito é considerada como um meio para se ter acesso às funções de Estado mais prestigiosas do que as de advogado, de juiz ou de professor. Assim, aqueles que ocupam uma posição mais elevada nas elites do Direito apesar de controlarem as instituições jurídicas, não desfrutam dessa posição para se dedicarem à defesa da autonomia do Direito, a criação de instituições que visam oferecer os fundamentos da autonomia do campo jurídico, mas ao investimento numa série de relações que lhe proporcionam mais capital social. Esse capital social permite a inserção em várias esferas, sobretudo à esfera da política.

No caso do Brasil, o exercício de uma profissão jurídica elevada solicitou dos agentes um capital social e relacional que não se pode obter nas escolas, no entanto advinha de relações estabelecidas, sobretudo com grandes famílias dirigentes. A necessidade de os agentes mobilizarem todos os recursos possíveis e reverterem em torno de novos recursos, na maioria das vezes, múltiplos e concorrentes mais do que complementares, não conduziu, ao desenvolvimento da autonomia dos espaços sociais, mas a um investimento em capital simbólico personificado elevado. Isso aconteceu, por um lado, em função de uma diversidade de instituições que contribuíram para promover uma competitividade entre as elites, por outro lado porque os agentes fizeram e fazem das posições ocupadas nesses espaços trampolim para posições mais destacadas, sobretudo no universo da política. A forte competitividade entre as elites fez com que elas tivessem que lançar mão de recursos cada vez mais diversificados para vencer a concorrência.

Nesse sentido, um dos usos que esses profissionais faziam de seus diplomas era um uso político, uma vez que se valiam de seus títulos para ocupar posições no Estado, na burocracia pública e nos governos. Alguns estudos que dão destaque para análise da estruturação dos espaços sociais, sobretudo na França, têm considerado que a autonomia dos espaços é dada pela capacidade que têm em transformar as pressões externas em demandas internas. Quanto mais autônomo for um campo profissional, mais os seus agentes irão se destacar em outros campos sociais com a autoridade do seu capital específico. O acúmulo de

autoridade específica permite impor princípios em outros campos sociais, como por exemplo, o campo político sem que para isso seja necessário tornar-se um agente do campo político. Ao contrário, a heteronomia de um campo manifesta-se essencialmente pelo fato dos problemas exteriores, sobretudo os problemas do campo político, ganharem respaldo diretamente. Isso quer dizer que a politização de um campo, nas diferentes formas em que isso pode ocorrer, não é indício de grande autonomia. Assim, quanto menos um campo é autônomo, mais os títulos adquiridos e acumulados serão usados para ocupar posições de poder em outros campos sociais. Um campo profissional se torna mais heterônimo quando a ocupação de posições no seu interior depende da ocupação de posições em outros campos sociais, fazendo com que as posições profissionais estejam sujeitas a um aumento de funções externas (BOLTANSKI, 1973, BOURDIEU, 2003, LEBARON, 2001).

Essas pressuposições remetem a um conjunto de problemas. Um deles está relacionado a transposição das análises baseadas na estrutura do campo escolar e profissional francês para o caso brasileiro e a possível interferência entre um “campo profissional”, ou “campo escolar”, e um “campo político”. Considerar que o sistema escolar ou profissional brasileiro sofre uma forte interferência do “campo político” ou “intelectual” seria precipitado e até mesmo insuficiente, pois nessas situações os espaços sociais, escolar e profissional, já são desde o surgimento, completamente politizados. Como mostra Pécaut (1990), de maneiras variadas, diferentes gerações de intelectuais brasileiros e membros de profissões específicas defenderam em seus discursos a constituição da nação brasileira e desse modo não fazia o menor sentido separar o conhecimento que possuíam da ação que pretendiam empenhar para construir a nação. Seus títulos universitários valiam pelo poder de intervenção na realidade que proporcionavam. Mas cabe ressaltar que essa ação deveria supor uma atuação na realidade, uma intervenção, e não eram somente os títulos formais, conquistados através da inserção em instituições de ensino, que se destacavam. Tratava-se de títulos reconhecidos por setores da sociedade e adquiridos pela “posse de um saber sobre o social” (PÉCAUT, 1990, p. 33) e se manifestava pela inserção em diversas esferas simultaneamente, incluindo partidos políticos e os movimentos sociais. Desse modo, se os títulos universitários implicavam em uma responsabilidade diante da nação e se os membros de profissões específicas investiam-se de uma missão política, a dissociação entre um campo escolar e profissional, fundado em uma lógica própria de funcionamento, e um campo político torna-se no mínimo, controversa.

Em situações como a brasileira, as profissões emergem como uma categoria política. Muitas categorias profissionais como médicos, advogados, engenheiros e outros que

desempenhavam atividades na literatura, no cinema, no jornalismo, associavam suas atividades à preocupação de se colocarem a serviço da nação e da sua construção política. As profissões emergem como uma condição fundamental de formação do Estado. Por um lado, é o Estado que vai garantir os monopólios profissionais, mas por outro lado, a condição de profissional permite o acesso ao Estado e aos postos que ele oferece. O pertencimento a várias esferas sociais, sobretudo à esfera da política partidária, constitui um dos elementos da composição desses grupos (PÉCAUT, 1990).

A própria universidade desde seu nascimento “é concebida mais como um instrumento político do que um lugar de produção científica” (MARTINS, 1987, p. 18). A luta pela reforma do ensino e pela construção de um “campo cultural” a partir da universidade, na década de 1920, possibilitou aos intelectuais uma via de ação tornando-se um dos eixos fundamentais de preocupação política. Era pela ação política que os intelectuais pretendiam impor suas idéias e uma das vias para essa ação era a própria universidade defendida na reforma do ensino. A partir da década de 1920 a idéia reaparece com mais força.

Trata-se, agora, de reformular inteiramente as concepções e as práticas pedagógicas do ensino primário, secundário e profissional e se trata também de criar uma "verdadeira universidade" (expressão muito em voga) através da federação das diferentes faculdades e institutos de pesquisa até então isolados sob a égide de uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. A esta se atribuía à função de produzir a reflexão e a pesquisa de alto nível: o saber (MARTINS, 1987, p.17).

Porém, a esse saber necessitava atribuir uma função política explícita: a de "orientar a nação". Em 1924, é criada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação representada por educadores reformadores do chamado movimento da Escola Nova, tais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. A ação dessa entidade e a atuação do jornal “Estado de São Paulo” contribuíram para o surgimento de duas universidades idealizadas com base nessa reforma: Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade do Distrito Federal. O objetivo era reformar a sociedade por meio da reforma do ensino.

Nesse contexto, o Governo Provisório da revolução de 1930 criou o Ministério da Educação e interferiu no debate. Como mostra Martins (1987), nos arquivos de Capanema, então Ministro da Educação, entre 1938 e 1942, encontraram-se cartas de recomendação e pedidos de emprego no ensino superior assinadas por intelectuais conceituados e portadores de prestígio. Desse modo, “o Estado intervém diretamente no campo cultural antes que ele se estruture e o campo cultural é politizado antes mesmo de estruturar-se e criar suas próprias instituições” (MARTINS, 1987, p. 18). Além de o Estado interferir na construção de um

sistema de ensino, o papel que os intelectuais se atribuíam no processo de construção da nação e a missão social que os preocupava conduziu-os diretamente ao Estado, e foram por ele cooptados. Como exemplo da absorção dos intelectuais por parte do Estado, pode-se citar o caso de Villa Lobos que era encarregado de organizar escolas de músicas e de canto coral em todo o país e Mário de Andrade que era contratado para preparar o projeto de uma enciclopédia brasileira.

Os estudos sobre profissões no Brasil destacam a inexistência de um campo estruturado e organizado independente das pressões do campo político. As pressões da esfera da política, nessas condições, não contribuem para transformá-las em pressões internas, em demandas profissionais, mas para fazer com que os membros de profissões específicas tenham a possibilidade de usar seu título para atuar em outros espaços sociais, sobretudo na esfera política, ampliando, assim, suas formas de atuação. O trabalho de Coradini (1997a) a respeito da Medicina traz considerações importantes para pensar essas questões, ao colocar que

[...] a inexistência de um campo científico, ou mesmo escolar, faz com que o valor do título escolar resulte de sua inserção em redes de relações de reciprocidade, do respectivo capital social, e conseqüentemente, das vinculações com outros títulos. Nestas condições, as próprias regras escolares são recontextualizadas. Primeiro, porque as regulamentações e práticas escolares sofrem a influência das relações com a política (Moacyr, 1938, v. 3, pp. 179-80 e *passim*; Santos Filho, 1947) e o clientelismo; segundo, porque se redefinem os próprios critérios de realização profissional, apesar de sua origem importada. Em outras palavras, na medida em que inexistente um *ethos* e não se objetivam as regras próprias do campo escolar e da organização profissional, os critérios que regem os investimentos profissionais e a avaliação de seus resultados são “multidimensionais”, centrados na “pessoal moral”. Conforme um biógrafo e descendente, Sodré (1947, p.150), a escolha de Jobim pela “medicina pública” seria “marcante na sua personalidade”, já que era “a especialização preferida por todas as inteligências propensas a cultura geral. Ela excede as noções da medicina e invade os conhecimentos generalizados, sobretudo a sociologia e o direito”. Segundo Fernandes (1982, p.48), Jobim qualifica a “medicina política” como “aplicação contínua dos verdadeiros princípios da nossa arte ao entendimento da saúde pública e a administração da justiça”, dividindo-a em duas partes, a medicina legal e a política médica ou higiene pública. Observa-se, portanto, uma tendência a se definir a medicina a partir daquilo que está mais próximo de conhecimentos próprios ao exercício do poder político ou da gestão de burocracias públicas. Nesse sentido, assemelha-se Jobim aos demais acadêmicos e, de certo modo, também as elites políticas brasileiras da época com titulação escolar superior em sua maior parte oriunda de cursos de direito (Carvalho, 1981). Por outro lado, tal concepção de medicina e de exercício profissional é viável na medida em que seu exercício não requer o *ethos* do campo científico, visto que se trata de “arte” e “moral” tecnicamente garantidas [...] (CORADINI, 1997a, pp. 436-437).

É pertinente destacar que nas condições de desenvolvimento do título escolar no Brasil, não é somente a estrutura dos espaços sociais, os princípios de legitimação e hierarquização que se transformam, mas as próprias concepções acerca do papel da escola, da

carreira profissional e do próprio título que se modificam. Trata-se não apenas de mudanças nos espaços sociais provocadas pelas relações diretas com a política, mas de percepções e entendimentos que adquirem outros significados a partir dos quais torna-se possível admitir usos diversos de um diploma e a vinculação com outros títulos que lhe garantam valor real. Sem descartar a contribuição da “sociologia das profissões” a respeito dos processos de institucionalização, é preciso considerar os recursos (sociais, profissionais, escolares, políticos, etc.) que os agentes acumulam, bem como a relação que estabelecem com outras esferas sociais e as possíveis reconversões disso nos espaços em que estão inseridos. Tais questões estão na base do uso do diploma.

Esses dados mostram que os títulos escolares e as profissões, no Brasil, constituíram-se em importantes recursos para o acesso à esfera política e a outras esferas sociais simultaneamente. Contudo, sozinho, ele não garantia nada, era preciso que os agentes acumulassem um conjunto de outros recursos proporcionados por laços e vínculos diversos para poderem fazer dele um recurso relevante para o acesso a outras esferas. Nesse sentido, diversos recursos (familiares, políticos, escolares) eram reconvertidos para ampliar os espaços de atuação e intervenção, e o diploma constituía apenas mais um. Além disso, o sentido atribuído a formação superior remetia a uma missão política e estava apoiado em um uso instrumental, por meio do qual era possível colocar o diploma a serviço das mudanças sociais e intervir no debate político.

Tais considerações permitiram construir uma das idéias centrais desta tese. Trata-se, mais do que explorar a falta de autonomia do campo escolar e do campo das profissões, apreender as condições sociais, políticas e culturais que possibilitam determinados usos da formação acadêmica em jornalismo para ingresso e ascensão nessa profissão e o sentido que lhe é atribuído. Os trabalhos mencionados aqui sobre o lugar dos títulos escolares em sociedades como a brasileira sugerem a reflexão a respeito da multiposicionalidade dos agentes e a pluralidade do pertencimento a outras esferas sociais, uma vez que, para fazerem valer seus diplomas os agentes precisaram investir no acúmulo de outros recursos sociais. Isso significa que mais do que o problema do título enquanto mecanismo de distinção social ou o diploma enquanto mecanismo de separação entre grupos profissionais e outros grupos sociais, é preciso analisar o confronto entre os diversos títulos e sua combinação com outras esferas de atuação. O diploma superior em jornalismo consiste num componente a mais para o recrutamento dos agentes para as carreiras jornalísticas em associação com outras bases de recursos para ascender profissionalmente. Assim, ele compõe um dos recursos que funciona

em combinação com outros recursos adquiridos durante o trajeto social e profissional e, em alguns casos, durante o trajeto de militante político e sindical, resultando em um componente a mais no conjunto dos recursos. Essa composição de recursos permite o acesso não só à esfera política, mas a várias esferas simultaneamente.

CAPÍTULO II: AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE EMERGÊNCIA E DE DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo analisar as condições de ingresso e de desenvolvimento da carreira de jornalista no Brasil, procurando dar conta do conjunto dos recursos associados aos princípios de entrada nessa atividade, como também a formação de um mercado de serviços jornalísticos. Para atingir tal objetivo, considerou-se as características sociais daqueles que investiram no jornalismo em períodos distintos e o processo de constituição e de transformação das empresas jornalísticas, tomando como referência a história de dois grupos de imprensa regionais.

Ao longo deste capítulo, a análise dos jornalistas e das empresas de comunicação faz-se presente e, por meio dela, é possível mostrar as condições sociais que permitiram as modificações no exercício do jornalismo, nos usos feitos desse título e nas atribuições que lhes eram dadas. O período em que os esforços de análise se concentram é a passagem do século XIX para o século XX, pois esse período representa o momento de mudança tanto nas exigências para a dedicação desse ofício, alterando assim as possibilidades de carreira, como na organização das empresas jornalísticas que passaram de meramente “partidárias” para “empresas econômicas”.

A investigação das características daqueles que se dedicaram ao jornalismo em diferentes contextos fornece indicações a respeito da importância que assume o jornalismo frente a outros recursos sociais adquiridos e acumulados pelas origens sociais, pela inserção em partidos políticos, pela militância sindical e pelos movimentos sociais, pelas atividades profissionais. Tal investigação permite revelar as múltiplas estratégias de carreira e a base dos recursos sociais de que dispunham certos agentes para atuar no jornalismo. A análise da trajetória social e profissional dos jornalistas contribui para análise da trajetória coletiva do jornalismo, visto que podem ser tomadas como ponto de partida que possibilita examinar e decodificar as divisões e os recursos que caracterizam os investimentos no jornalismo em um determinado momento de sua história. Do mesmo modo, a investigação sobre o funcionamento das empresas jornalísticas permite mostrar como se organizou um dos principais espaços de atuação do jornalismo: as empresas de comunicação. A dinâmica interna

dos jornais possibilita certos usos do jornalismo, bem como o acúmulo de recursos sociais que podem ser mobilizados para ampliar as possibilidades de atuação profissional.

Este capítulo permite mostrar, portanto, o quanto as características daqueles que investiram no jornalismo, em termos de recursos sociais acumulados, contribuiu para consolidar um capital de relações sociais fundamentais para a entrada no jornalismo, ao mesmo tempo em que tornava a atuação nessa atividade uma das ferramentas essenciais para ampliar as possibilidades de atuação em esferas sociais diversas. No final do século XIX e início do século XX, médicos, advogados, escritores, valiam-se do título de jornalistas para diversificar as esferas em que poderiam se inserir e atuar tanto profissionalmente como politicamente. A estreita relação com o universo da política e da cultura contribuiu para gerar um amplo capital de relações mobilizadas para expandir os espaços de atuação tanto no interior do jornalismo como fora dele, e, nesse sentido, o recrutamento daqueles que atuavam na imprensa se realizava através da rede de relações sociais que conseguiam mobilizar para entrada e exercício no jornalismo. Para compreender essa diversidade de relações sociais, a noção de capital social¹⁴ tornou-se um instrumento analítico importante.

Além disso, a análise da dinâmica de funcionamento e das formas de contratações realizadas pelos jornais revelou as interferências que o jornalismo sofria da política governamental mesmo em um período em que à atividade jornalística se atribuíam uma condição de independência em relação à atividade política. O Estado, no século XX, principalmente durante a Primeira República, favoreceu o desenvolvimento de um mercado jornalístico e tornou-se o principal promotor da constituição de uma “grande imprensa”. Por meio do exame da trajetória das principais empresas jornalísticas gaúchas, é possível mostrar a formação e as mudanças no jornalismo, principalmente quanto ao recrutamento de seus membros e quanto as relações com outros segmentos e esferas sociais. Por isso, a investigação a respeito das condições sociais e históricas de desenvolvimento das empresas jornalísticas fornece elementos para compreender as possibilidades que são oferecidas aos agentes nesses espaços em termos de ascensão profissional e construção de carreiras.

¹⁴ Entendida, neste estudo, como: “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1980b, p. 2).

2.1. O Jornalismo no Brasil: entre política e literatura

O exercício do jornalismo, no Brasil, esteve, durante muito tempo, associado a uma posição intermediária entre as “verdadeiras” carreiras da esfera da política, caracterizadas por postos e cargos políticos¹⁵, e da esfera da cultura, como a publicação de livros e a inserção em entidades e atividades artístico-literárias. O jornalismo representava uma ocupação provisória, seja para aumentar e complementar o rendimento econômico constituindo-se como um “bico”, um trabalho extra, seja como um trampolim para posições destacadas em outras esferas. Tratava-se de uma atividade secundária que permitia estabelecer uma série de relações, contatos e vínculos que poderiam resultar em uma posição na esfera da política ou na esfera da cultura.

Durante o período monárquico no Brasil, a imprensa estabelecia uma forte ligação com a política governamental. Com a vinda da Corte portuguesa em 1808, ocorreu uma das primeiras mudanças na organização da atividade por meio do estabelecimento da Imprensa Régia que determinava a produção de jornal somente pelo Império. A “Gazeta do Rio de Janeiro”, fundada por Dom João VI, tornou-se o jornal da Corte. Em 1823, via um decreto de Dom Pedro I, estabeleceu-se a primeira lei de imprensa, a qual determinava a punição a qualquer publicação contra a Igreja Católica. O segundo jornal foi fundado em 1808, momento em que a imprensa era proibida na colônia, e teve como objetivo vencer a censura no país, e tratar essencialmente de temas políticos, cujas principais bandeiras levantadas por esse jornal foram o combate às instituições, o despotismo dos governantes, a censura ao pensamento escrito e à palavra e a independência das colônias americanas (QUEVEDO, 2001).

Tal jornal chamava-se Correio Brasiliense e foi fundado por Hipólito José da Costa, apoiado pelo Duque de Sussex. Era produzido na Inglaterra e chegava clandestinamente ao Brasil. Hipólito José da Costa, filho de oficial de infantaria e família tradicional, nasceu na Colônia do Sacramento, no Uruguai, e formou-se em Direito e Filosofia em Coimbra. Em sua viagem aos Estados Unidos da América, onde permaneceu de 1798 a 1800 por conta do governo português, passou a pertencer a Maçonaria, filiação que representou um papel importante e decisivo em sua trajetória. Depois de retornar dos Estados Unidos e desembarcar em Portugal, estabeleceu contato com Duque de Sussex, que se tornou, mais tarde, líder da

¹⁵Tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de uma carreira política (vereador, prefeito, senador, deputado) quanto na burocracia pública (assessor parlamentar, funcionário público).

realiza britânica e membro proeminente na Grande Loja Unida da Inglaterra, no qual a Maçonaria é altamente conceituada. Foi nas lojas maçônicas que Hipólito estreitou relações com líderes revolucionários e generais, tornando-se íntimo amigo do Duque de Sussex, filho do rei George III da Inglaterra, de quem mais tarde tornar-se-ia conselheiro e examinador. Hipólito tornou-se secretário e assessor na maçonaria da qual o Duque de Sussex era dirigente e chefe. O apoio inglês e as lojas maçônicas tiveram um papel importante nos movimentos libertários da América do Sul. Por meio da articulação entre suas origens sociais e familiares, que lhe possibilitaram uma formação escolar e acadêmica proeminente e vínculos com o exterior, sobretudo com a maçonaria, Hipólito passou então a coordenar o primeiro jornal brasileiro com o apoio do Duque de Sussex. Com esse jornal, pretendia educar o povo para com isso “criar condições para uma política justa e eficiente” (LUSTOSA, 2002, p.30).

Assim, como o caso de Hipólito José da Costa, a articulação entre a atividade jornalística e diversas outras tarefas políticas e religiosas marcou a trajetória de muitos personagens que se dedicaram a uma carreira na imprensa durante todo século XIX. Os redatores de jornais acumulavam várias funções, e a atividade jornalística tornava-se apenas uma das atividades exercidas, além de um importante instrumento de ação política. A atuação da imprensa era vista, por um lado, como um instrumento estratégico de mobilização política e participação de diversos conflitos sociais; por outro lado como uma prática de atualização, de crítica e de julgamento dos fatos, pois atuava contra e a favor do Estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos, movimentos e manifestações. Dessa forma, a imprensa representava um espaço importante para projeção de partidos e personagens políticos, pois era através do jornal que se fortalecia a carreira na política no período imperial, constituindo-se, assim, como um meio de se chegar à política (RIBEIRO, 2003). Nesse contexto, os jornais encontraram na política a fonte de sua existência e sustento, servindo aos interesses do Império ou àquele dos grupos opositores, manifestando-se nas lutas que ocorreram durante o período de Brasil - Colônia e Império, - tendo inclusive uma influência decisiva nos conflitos políticos pela Independência. No momento em que o Brasil deixa de se considerar colônia portuguesa para se tornar uma nação independente, os jornais tornam-se instrumento e espaço de competição política participando ativamente dos conflitos em torno de uma definição do formato e do projeto político da “nação brasileira”¹⁶ (LUSTOSA, 2000).

¹⁶Isabel Lustosa (2000) mostra como nesse momento os jornais eram espaços de insultos, palavrões, agressões e ataques pessoais.

Do seu surgimento até 1880, a imprensa caracterizava-se pela panfletagem, pela criação de vários jornais e pelas folhas avulsas, que marcou todo esse período.

Na primeira metade do século XIX, os jornais tinham uma forte conotação política, uma vez que estavam completamente inseridos no debate sobre o papel das instituições estatais e sobre a educação e preparação do povo para o novo regime. Na sua grande maioria, os jornais tinham um período de curta duração e eram fundados e redigidos, principalmente, por pessoas que desempenhavam funções públicas, como o Visconde de Cairu, censor da imprensa régia, fundador do jornal “Conciliador do Reino Unido”, e também eram fundados por escritores, padres, ex-militares, médicos, personagens políticos e revolucionários vinculados aos movimentos sociais e políticos do momento (RIBEIRO, 2003, SODRÉ, 1999). A grande maioria desses personagens acumulava várias funções, como é o caso de padres que eram também funcionários do Estado e jornalistas, e tinham também uma forte inserção no meio intelectual da época, constituindo-se como mentores da sociedade, tais como Visconde de Cairu que, em razão do domínio que tinha de línguas estrangeiras, tornou-se um dos sábios do Império. Dessa forma, política, trabalho intelectual e jornalismo não estavam dissociados. Inúmeros são os exemplos de entrada na atividade jornalística via atuação política e religiosa; Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, principais redatores do “Revérbero Constitucional Fluminense”, que durou de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, os quais estavam engajados na luta pela Independência do Brasil; como também Frei Caneca que fundou o jornal “Typhis Pernambucano” em 1823 comprometendo-se também nos conflitos políticos; Cipriano Barata, representante brasileiro nas Cortes portuguesas fundou em 1822 o jornal “Sentinela” (PACCOLA, 2004). Os jornais estavam articulados à atividade política e atuação em movimentos e facções.

A imprensa brasileira, no início do século XIX, participou ativamente dos debates para definir o regime adotado após a Independência e contribuir para construção do Estado brasileiro. Para isso, contava com a efetiva ação daqueles que se dedicavam ao exercício inicial do jornalismo, no processo político, muitos dos quais tiveram intensa atuação dentro do recém criado Estado brasileiro, num contexto em que predominavam a indefinição do regime político que estava sendo adotado e as incertezas a respeito dos limites da autoridade do Estado e das instituições políticas. A imprensa tornava-se o palco para as disputas em torno do projeto político que visava, dentre outras coisas, rever as antigas instituições e criar outras sobre novos moldes e os jornalistas um dos agentes interessados nesse processo (LUSTOSA, 2000).

Um dos usos sociais do jornalismo estava associado ao uso político, o qual implicava em perceber o jornalismo como uma atividade missionária e militante que tinha por objetivo defender causas, acusar e criticar governos, apoiar partidos, definir os rumos da política brasileira e educar e instruir o povo, politizando assim a população. Desse modo, o trabalho jornalístico tornava-se indissociável do trabalho político, e isso se perpetua por toda geração de 1870, para a qual o trabalho intelectual, de maneira geral, é inseparável do exercício político, tornando impossível a distinção entre “intelectuais”, “políticos” e “jornalistas” (ALONSO, 2002, MICELI, 2001).

No Rio Grande do Sul, o processo de constituição do jornalismo deu-se de maneira semelhante. O primeiro jornal do Estado foi fundado pelo presidente da província e tratava-se de um boletim oficial que surgiu por força de necessidades militares em função da guerra da Cisplatina¹⁷. Durante o século XIX, muitos foram os jornais, por um lado, com fortes influências ideológicas, políticas e religiosas e, por outro, destinados a se tornarem folhetim literário que surgiram e desapareceram no estado. Dentre esses jornais, estão aqueles vinculados às Igrejas e às ordens religiosas, como “O Colono Alemão”, fundado em 1836, com forte influência sobre os imigrantes alemães; “Deutsches Volksblatt”, fundado em 1871 pelos padres jesuítas, e “O Mercantil”, com fortes tendências católicas. Há ainda aqueles vinculados a partidos políticos como “O Amigo da Pátria”, fundado em 1829 por um major com idéias liberais; “O Povo”, jornal oficial da Revolução Farroupilha criado em 1838 e organizado pelos Farrapos¹⁸. Além desses, o “Jornal do Comércio”, fundado em 1865, inclinava-se às idéias do Partido Liberal; “O Dia”, fundado em 1883, era considerado oposição permanente a Júlio de Castilhos; “A Federação”, fundada em 1884, dirigida por Júlio de Castilhos, defendia as idéias do Partido Republicano Rio-Grandense e defrontava-se com “A Reforma”, órgão do Partido Federalista, criado pelo político Gaspar Silveira Martins, juntamente com “A República”, fundada em 1884, que também defendia os republicanos.

Até a metade do século XIX, a imprensa caracterizava-se por ser essencialmente política, dominada por partidos e por facções com alguns jornais dedicados a um público específico e organizados por escritores e literatos. Contudo, sobretudo a partir da segunda

¹⁷O jornal surgiu em 1827 e chamava-se Diário de Porto Alegre.

¹⁸Os Farrapos era como se chamava o grupo político que deu origem e liderou a Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul de 1835 a 1845. O editor do jornal de tal grupo político, Luis Rosseti, era um dos revolucionários e membro do partido que mais tarde abandonou o jornal para atuar na tropa como soldado. Luís Rosseti era italiano e chegou ao Brasil fugindo dos conflitos políticos europeus no início do século XIX. Estava sendo perseguido por participar de uma associação denominada “A Jovem Itália”, que tinha como objetivo se tornar um instrumento para preparar a ação insurrecional.

metade do século XIX, os jornais diários passaram a adotar em seu corpo contos literários e textos de escritores de modo que crônica política e literatura conviviam no espaço dos jornais.

Devido à ausência de um mercado editorial¹⁹, os escritores contavam com os jornais para publicar suas crônicas, contos, romances e folhetins. Obras de escritores da época passaram a ser publicadas em jornais: “Memórias de um Sargento de Milícias”, escrito por Manuel Antônio de Almeida em 1852 e publicado no “Correio Mercantil”; o romance “O Guarani”, de José de Alencar, em 1857, publicado no “Diário do Rio de Janeiro”; a “Mão e a Luva” e “Iaiá Garcia”, de Machado de Assis, publicados respectivamente em 1874 e em 1878 no jornal “O Globo” e em “O Cruzeiro”. As obras literárias passaram a depender dos periódicos para conquistarem reputação e serem divulgadas. Além disso, esses escritores também passaram a ocupar cargos como redatores e chefes de redação no interior dos jornais. José de Alencar, que já era romancista conhecido em 1856, passou a redator-chefe do jornal “Diário do Rio de Janeiro”; Machado de Assis, revisor em 1859 do jornal “Correio Mercantil”, também foi colaborador de vários jornais, nos quais publicou vários de seus contos e crônicas; Olavo Bilac, em 1890, publicando folhetim literário na “Gazeta de Notícias”; Raul Pompéia, em 1894 torna-se colaborador da “Gazeta de Notícias”, também publicava folhetins literários no “Jornal do Comércio”; Aluísio Azevedo em “O País”; Euclides da Cunha, colaborador do “Estado de São Paulo”.

Esse é o período em que a literatura e os literários ganharam espaço na imprensa, momento de articulação entre a atividade do jornalista e o homem de letras. Os “homens de letras”, como eram comumente designados os literatos, procuravam encontrar, nos jornais, a notoriedade e a recompensa econômica que não encontravam nos livros. Para muitos literatos da época, como Lima Barreto²⁰, a literatura e a profissão de escritor representavam, no Brasil, um mau negócio devido à fraca divulgação das obras literárias (SODRÉ, 1999). Políticos e escritores disputavam espaço na imprensa e a carreira no jornalismo se desenvolveu por meio da articulação com as esferas da política e da literatura, marcando o período pela inexistência de fronteiras entre tais esferas.

¹⁹As editoras brasileiras, que começaram a aparecer na segunda metade do século XIX, mandavam imprimir grande parte de sua produção no exterior, sobretudo, Portugal, Alemanha e França. Isso fazia do livro um bem escasso no Brasil, contribuindo para fazer da imprensa o principal meio de divulgação de trabalhos de escritores e contato com o público (SODRÉ, 1999)

²⁰Esse autor criou em 1907 a revista “Floreale”, destinada essencialmente à literatura. Foi autor da obra “Isaias Caminha”, romance que retrata a imprensa brasileira do início do século: “povoada de literatos frustrados”. A obra é uma sátira ao jornal “Correio da Manhã”.

2.2. A Evolução do Mercado de Títulos e a Carreira Jornalística

A expansão da atividade jornalística e a ampliação daqueles que atuavam na imprensa é seguida pelo desenvolvimento das faculdades no Brasil e pela evolução do mercado de títulos, o que permitiu diversificar as possibilidades de entrada e atuação no jornalismo. Formados em Direito, Engenharia e Medicina, as primeiras faculdades brasileiras, passaram a se destacar no interior dos jornais. Uma diversidade de carreiras conduzia ao jornalismo, essa atividade passou a constituir-se como um título a mais no conjunto dos títulos acumulados por políticos, por escritores, por médicos, por advogados. Com o advento das faculdades brasileiras, muitos acadêmicos passaram também a fazer seu próprio jornal através do qual manifestavam seus posicionamentos políticos.

Durante a segunda metade do século XIX, a atividade na imprensa era seguida por aqueles que tinham intensa atividade política manifestada pela ocupação de cargos políticos e desempenho de funções públicas, cuja formação acadêmica central era o curso de Direito. Dentre os nomes que se destacaram cita-se: Quintino Bocaiúva, editor executivo do jornal “O País” em 1891; Rui Barbosa, redator-chefe do “Diário de Notícias” em 1889; Joaquim Nabuco, correspondente e colaborador de vários jornais; Rodolfo Dantas fundador do “Jornal do Brasil” em 1891; Júlio Mesquita fundador de o “Estado de São Paulo” em 1890; e diversos outros nomes que se destacaram como dirigentes de jornais.

Para compreender as características sociais daqueles que se dedicavam ao jornalismo, não só atuando em jornais, na qualidade de colaboradores, mas também fundando e dirigindo periódicos, é importante analisar as trajetórias desses jornalistas. Tal análise fornece informações preciosas sobre as formas de ingresso no jornalismo, neste contexto, e as possibilidades de carreira. Começar-se-á por Quintino Antônio Ferreira de Sousa, também conhecido como Quintino Bocaiúva.

Quintino Bocaiúva iniciou sua atividade em jornais na qualidade de revisor do “Diário do Rio de Janeiro”, jornal da Corte, no qual se tornou diretor estreitando, assim, relações com políticos. Mais tarde, passou a cursar Direito, colaborando em vários jornais estudantis. Investiu, nas quatro últimas décadas do século XIX, na atividade jornalística, atuando em diversos jornais, fundando tablóides e ocupando cargos de redator e de diretor. Paralelo a essa atividade atuava como crítico literário e teatrólogo e construía também sua carreira na política. Nos jornais em que atuava, orientava a propaganda republicana e os rumos do Partido Republicano do qual foi um fundador. Tornou-se ministro das relações exteriores do

governo provisório da República em 1889, senador e governador do Rio de Janeiro. A atuação no jornalismo, concomitantemente a outras atividades que desempenhava, permitiu ampliar as possibilidades de inserção em várias esferas, como a da política e a da cultura, visto que, nos jornais intensificava contatos, formava vínculos e estabelecia novas relações. Assim, o jornalismo constituía-se como uma ferramenta, um recurso, que expandia as formas de atuação e permitia articular a formação acadêmica com uma atuação política.

Semelhante ao caso de Bocaiúva está aquele que talvez melhor represente as trajetórias típicas de jornalistas nesse contexto: Rui Barbosa. Originário de uma família de políticos da Bahia, cujo pai foi deputado geral, cursou faculdade de Direito em São Paulo em 1868, momento em que também ingressou na imprensa colaborando para vários jornais paulistas. Rui Barbosa iniciou sua carreira em jornais através de seu colega da faculdade de Direito, Joaquim Nabuco, proprietário do jornal “A Independência”, jornal político e literário. Na academia de Direito ingressou também em associações estudantis, em especial em o “Ateneu Paulistano”, tornando-se orador e mais tarde presidente, sucedendo o seu amigo Joaquim Nabuco. Nesse período, filiou-se à sociedade maçônica. Em seguida, iniciou sua carreira na advocacia e intensificou sua atuação na imprensa. A carreira na advocacia teve início em meados dos anos 1870 quando começou a trabalhar no escritório do Conselheiro Dantas na Bahia. Nesse escritório, estreitou relações com o filho do conselheiro, Rodolfo Dantas, proprietário do jornal do Partido Liberal denominado “Diário da Bahia”, jornal no qual Rui se tornou, em 1872, redator-chefe. Nesse jornal, desenvolveu várias campanhas em favor da abolição da escravatura, da reforma eleitoral e da liberdade religiosa. Paralelo a essas atividades, foi eleito em 1878, deputado na assembléia legislativa, assumindo, anos mais tarde, a função de redator-chefe do “Diário de Notícias”. Com Rodolfo Dantas, Rui Barbosa montou um escritório de advocacia no Rio de Janeiro, e, nessa cidade, suas carreiras jurídica, jornalística e política deslançaram. Em 1884, recebeu o título de conselheiro, em 1889 foi eleito vice-chefe do governo provisório instaurado logo após a proclamação da República. Paralelamente à a atividade de vice-chefe do governo provisório assumiu a pasta do Ministério da Fazenda e da Justiça por intermédio de Quintino Bocaiúva. Em 1893, adquiriu o “Jornal do Brasil” e, em 1898, tornou-se redator-chefe do jornal “A Imprensa”. No ano de 1908, assumiu a presidência da Academia Brasileira de Letras e, em 1914, a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros. Sua atuação também estendeu-se à literatura, compondo várias obras na área do Direito. Candidatou-se, várias vezes, a presidência da República, porém sem sucesso. Advogado, jornalista, político e escritor, Rui Barbosa acumulou várias

funções e investiu em várias carreiras ao mesmo tempo, com inserção em várias entidades. O jornalismo, além de permitir, em muitas situações, ampliar e intensificar sua atividade política constituiu-se como mais um dos títulos que carregava e mais um dos espaços de atuação em que estava inserido. Nos jornais em que atuava ora como redator, ora como proprietário e diretor, manifestava os anseios das reformas pelas quais deveria passar a nação: a reforma eleitoral, a reforma constituinte, colocando o seu conhecimento na área da jurisprudência em prol das reformas políticas. O jornalismo constituía-se como um espaço importante em que era possível fazer um uso político da sua formação em Direito. Um espaço chave na articulação da formação acadêmica e profissional com a atuação política.

Júlio Mesquita, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas não fogem à regra. Formados em Direito, iniciaram suas atividades em jornais em meados da década de 1860 e 1870 e, paralelo à faculdade, investiram, ao mesmo tempo, em suas carreiras políticas e jornalísticas, atuando ativamente na Proclamação da República. Rodolfo Dantas tornou-se ministro em 1882, e Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil em Washington em 1905. Foram colaboradores de vários jornais, redatores e fundadores; faziam crônicas políticas, críticas literárias e escreviam matérias. Júlio Mesquita adquiriu o controle acionário do jornal “Estado de São Paulo”, em 1890, transformando esse quotidiano em um jornal “independente” de partidos políticos, mas, ao mesmo tempo, investindo fortemente nas relações políticas que conseguia mobilizar colocando-se na defesa do liberalismo oligárquico e assumindo a liderança da oposição ao Partido Republicano Paulista (MICELI, 2001).

A carreira política, nesse contexto, iniciava-se nas faculdades de Direito e o diploma de bacharel representava o primeiro passo para ocupação de cargos públicos no Império, fornecendo a retórica e a erudição. Contudo, esse diploma sozinho não garantia muita coisa, pois o nome de família era um dos títulos que, associados ao diploma, permitia a entrada na política (ALONSO, 2002). Dessa forma, a imprensa representava um meio de articular a carreira de bacharel com a carreira política possibilitando estabelecer contatos e vínculos com o universo da política. Nesse sentido, a imprensa era um importante espaço de socialização da elite política e um meio fundamental para colocar o conhecimento acadêmico e profissional em prol das reformas políticas. Portanto, a articulação da formação profissional com a atuação política dava-se por meio dos jornais.

2.3. A Atividade Literária e a Carreira Jornalística

Se, por um lado, o jornalismo representava um espaço de atuação importante para aqueles que seguiam uma carreira política e jurídica; por outro lado, exerceu a atração sobre muitos escritores que desenvolviam atividades literárias e artísticas, uma vez que a ausência de um mercado editorial forte favorecia a aproximação entre jornalismo e escritores, tornando a imprensa o principal espaço de difusão das obras literárias. Dentro desse quadro, destacaram-se como literatos, José de Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, Raul Pompéia e vários outros que foram personagens ativos na imprensa. José de Alencar começou sua atividade na imprensa em 1854 no “Correio Mercantil” levado por um colega da faculdade de Direito e, além de escrever na seção forense do jornal, passou também a compor as crônicas dos rodapés dos jornais de domingo, que se constituíam em revisões dos acontecimentos da semana. Em 1856, era redator-chefe do “Diário do Rio de Janeiro”. (SODRÉ, 1999)

Machado de Assis começou sua atuação na imprensa como tipógrafo publicando também seus poemas em jornais e revistas. Em 1859, tornou-se revisor e colaborador do “Correio Mercantil”, jornal em que também atuava Quintino Bocaiúva. Em 1860, a convite de Quintino Bocaiúva, passou a escrever para o “Diário do Rio de Janeiro” na qualidade de repórter parlamentar. Mas não foi somente a atividade de jornalista e de escritor que caracterizou a trajetória profissional do autor de “Dom Casmurro”, atuou, também, na burocracia pública, como oficial da secretaria do Estado do Ministério da Agricultura em 1873, cargo que conquistou por meio de um colega, também poeta, que, ao assumir a função de Ministro Interino da Agricultura, Comércio e Obras, convidou-o para oficial do gabinete. Em seguida, Machado é promovido a membro da diretoria do Comércio. Ao mesmo tempo em que dava continuidade à sua atividade como escritor, publicando seus contos e poemas em jornais, investiu na carreira jornalística atuando como redator, repórter e redator-chefe. Porém, suas inserções não se limitaram ao jornalismo e à literatura, estenderam-se também à burocracia pública como oficial de gabinetes. Em 1879, foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras, projeto que surgiu de um grupo de escritores da Revista Brasileira, da qual também fazia parte. Nesse período, a atuação como jornalista e escritor em jornais confundia-se, uma vez que o jornal era um dos espaços principais de publicação de contos de vários escritores.

Semelhante à trajetória de Machado de Assis, há a de Euclides da Cunha. O autor de “Os Sertões” participou ativamente da propaganda republicana do “O Estado de São Paulo” na década de 1880, atuando também no jornal “Gazeta de Notícias”. Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, o que marcou a carreira de escritor de Euclides foi a divulgação de “Os Sertões”. Esse livro resultou de uma série de matérias publicadas pelo autor no jornal “O Estado de São Paulo” sobre a Guerra de Canudos, ocorrida no interior da Bahia. O convite para reportar a guerra, na qualidade de correspondente, ocorreu em função dos artigos que escreveu, para o referido jornal, sobre esse acontecimento. O resultado dessas reportagens rendeu o livro “Os Sertões”, o que lhe valeu notoriedade e uma vaga na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Geográfico Brasileiro. Mas Euclides já havia se iniciado no jornalismo desde os tempos de estudante secundarista quando fundou, junto com outros colegas, o jornal “O Democrata”. Sua carreira jornalística é marcada também pela passagem e pela colaboração em diversos jornais, como a “Gazeta de Notícias”. Esse escritor investiu, ao mesmo tempo, na carreira militar, na burocracia pública e no magistério. Em função de sua intensa atuação na defesa da República, foi afastado do exército em 1888. Proclamada a República, foi reintegrado ao exército com promoção, ingressando na Escola Superior de Guerra, na qual se tornou primeiro-tenente e, em 1897, foi promovido a adido ao Estado Maior do Ministério da Guerra. Em 1904, foi nomeado chefe da comissão de reconhecimento do Alto Purus para demarcar os limites entre Brasil e Peru e, logo em seguida, é nomeado adido do gabinete do Barão do Rio Branco.

As trajetórias desses dois literatos revelam que não é articulação do título de bacharel com a atividade na imprensa que conduz a carreira política e intelectual, como nos casos descritos anteriormente, mas a associação da atividade de escritor com a atuação na imprensa como uma estratégia para estabelecer novas relações, promover obras literárias e conquistar um espaço na burocracia pública. Muitos literatos e escritores, nesse período, viviam dos rendimentos que conseguiam obter através das mais variadas modalidades de sua produção. Dentre essas formas de produção, está a colaboração na imprensa que se tornava uma atividade central, sobretudo, para aqueles que vinham de camadas econômica e socialmente menos favorecidas e que, ao se encaminharem para as carreiras intelectuais, tiveram a possibilidade de ocuparem novas posições não em razão do título e de diplomas, mas dos contatos que conseguiram acionar e que lhe renderam espaço nos jornais. O sucesso de suas estratégias está associado ao desenvolvimento das burocracias intelectuais, dentre as quais se situa a imprensa. O exercício do jornalismo tornava-se um ofício compatível com o prestígio

proporcionado pela atividade de escritor e cada vez mais indispensável, uma vez que era um dos meios de sobrevivência de muitos literatos (MICELI, 2001).

Através desses dados é possível perceber que, durante toda República Velha²¹, o jornal tornava-se um grande espaço que congregava pessoas vindas de diversos meios, sobretudo, uma elite política e um grupo cultural em ascensão. Além disso, por meio da imprensa, era possível conhecer pessoas e até conseguir uma posição de destaque no espaço político e cultural. Por meio dela consagrava-se obras literárias e conquistava-se um espaço na política, uma vez que, dentro dos jornais, havia grande circulação de homens políticos atuando como diretores, fundadores e redatores. Os jornais representavam um dos principais espaços nos quais era possível reconverter uma formação acadêmica ou literária e cultural em atuação política.

O que caracteriza essa geração de jornalistas, que compreende o período da segunda metade do século XIX, é que, para ela, o jornalismo representava apenas uma de suas atividades e elas precisavam ser divididas com inúmeros outros afazeres de escritores, de advogados, de políticos, de burocratas. No início do século XIX, a característica principal das pessoas que investiam no jornalismo era a associação a uma carreira política no interior de partidos, facções políticas e do Império. Eram essas pessoas que fundavam jornais e atuavam como redatores. A partir da metade do século XIX, com o advento das primeiras faculdades brasileiras, muitos estudantes passaram a se inserir na imprensa como uma maneira de ingressar na carreira política, intelectual ou manter seus estudos. Nesse contexto, devido à inexistência de um mercado editorial, também escritores e poetas passaram a investir em publicação, em jornais e revistas, vendo, nesse meio, uma maneira de publicar suas produções literárias. Escritores, acadêmicos e políticos disputavam espaço nos jornais e desenvolveram carreiras paralelas no jornalismo, na literatura, na política partidária e na burocracia pública ocupando, em alguns casos, cargos como redator-chefe e diretor de jornais. É inclusive no interior das redações dos jornais que surge o grupo fundador da Academia Brasileira de Letras, grupo esse constituído tanto por escritores como por muitos políticos da geração de 1870: Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Rui Barbosa.

Além disso, há uma grande dificuldade em separar analiticamente os jornalistas cuja carreira era predominantemente política daqueles cuja carreira era predominantemente literária, visto que ambos circulavam nesses universos concomitantemente. Como se percebe,

²¹A República Velha é como se convencionou denominar a primeira república brasileira que durou de 1889 até a Revolução de 1930.

os escritores tinham também uma atuação destacada dentro da política governamental e, desse modo, cultura e literatura eram colocados a serviço de uma causa política, da construção da República e de abolição da escravatura, princípios os quais estavam imbuídos muitos deles. As fronteiras entre o que é próprio do jornalismo, o que é da política e o que é específico da esfera cultural confundem-se e ficam cada vez menos nítidas. Um exemplo disso é a redação do jornal “A República”, órgão oficial do Partido Republicano, que reunia os grandes nomes da política e da literatura na década de 1870, constituindo-se como ponto de encontro dos “homens de letras”. Além de nomes como Quintino Bocaiúva, fundador do jornal e do partido, nesse jornal circulavam Machado de Assis, Joaquim Nabuco e José de Alencar.

Nesse contexto, não havia posições intelectuais autônomas em relação ao poder político e toda vida intelectual era dominada pela imprensa que representava a instância principal de produção cultural e consagração da época (MICELI, 2001). Contudo, se, até a metade do século XIX, o recrutamento dava-se basicamente pela atividade política, literata e religiosa, foi a partir da segunda metade do século XIX que os títulos escolares e acadêmicos se tornaram um dos trunfos e recursos sobre os quais se basearam muitos para entrar no jornalismo. Cada vez mais, esses grupos que ingressavam na imprensa passaram a sofrer a interferência de trunfos escolares que tiveram uma força decisiva nos processos de recrutamento acentuando a concorrência no interior do espaço intelectual (MICELI, 2001) e, no interior do jornalismo, visto que esse representava a principal instância de consagração de obras literárias e culturais.

Todavia, é preciso ressaltar que o jornalismo representava não somente um importante espaço de consagração e difusão de obras, já que o mercado editorial era escasso, mas, ao mesmo tempo, um espaço fundamental de reconversão de recursos diversos (formação acadêmica, títulos escolares, produção literária) para atuação na política. A inexistência de um campo intelectual autônomo tornava toda manifestação intelectual um evento político. A imprensa representava um meio importante no qual era possível colocar a formação acadêmica e a atividade literária a serviço da política e os escritos que perpassavam os jornais eram formas de intervenção política. Por isso, se no cenário nacional os recursos que caracterizavam a entrada e o exercício do jornalismo eram basicamente recursos políticos, culturais e mais tarde escolares, com uma mescla diversificada entre eles, no Rio Grande do Sul a situação não será diferente.

No Rio Grande do Sul, nesse contexto, uma série de jornais destinados especificamente à literatura surgiu: “O Trinta e Cinco”, um periódico literário e humorístico;

“O Guayba”, fundado em 1856, contava com a colaboração de Félix da Cunha; “O Relâmpago”, em 1869, “Revista Mensal”, nos anos de 1860, “Revista Partenon Literário”, em 1869, e diversos outros que surgiram e desapareceram nesse período e que tinham por finalidade abrigar escritores. As duas últimas revistas estavam vinculadas à “Sociedade Partenon Literário” que representou um espaço importante de atividade literária no Rio Grande do Sul (FERREIRA, 1975, RIBEIRO, 2004, REVERBEL, 1996, ZILBERMAN, 1992). No final do século XIX, os escritores entraram para as redações dos jornais. Destacou-se, nesse período, o escritor José Paulino Azurenha, um dos fundadores do jornal “Correio do Povo”, que atuou como redator-chefe desse jornal de 1895 até 1905 e Oliveira Bello com a publicação do folhetim “Os Farrapos”, em 1895, também no mesmo jornal. Além de Aquiles Porto Alegre que fora escritor, redator e diretor do primeiro “Jornal do Comércio”: em 1865, fundador da “Sociedade Partenon Literário” e de diversas outras entidades culturais, como “Academia Riograndense de Letras” e “Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul” (GALVANI, 1995, SODRÉ, 1999).

Os jornais tinham como principais fundadores e colaboradores personagens políticos, conservadores ou liberais, e ainda personagens vinculados à intelectualidade e a tendências religiosas que representavam os interesses desses grupos e facções. O surgimento da imprensa e o desenvolvimento do jornalismo no Rio Grande do Sul estão relacionados a esse processo político de atuação de grupos políticos, culturais, partidários e ideológicos. Nesse momento, a atividade jornalística, que tinha como uma das finalidades produzir matérias, fazer comentários e descrever fatos em jornais misturava-se com a atividade política partidária e ideológica, provocando o desenvolvimento simultâneo das duas carreiras. Os recursos para se tornar jornalista eram obtidos dentro de espaços muito variados ora na política, ora na igreja ou ainda no meio literário e cultural da época e, por conseguinte, nesses espaços, os jornalistas eram recrutados.

Cabe destacar que muitos dos empreendimentos literários, nesse contexto, atuavam também em conflitos e divisões político-partidárias regionais. Nesse sentido, a “cultura” estava também a serviço de um empreendimento político. Jornalismo, política e literatura eram muitas vezes atividades que se confundiam. Aqueles que investiam no jornalismo desenvolviam também atividades políticas e intelectuais, atuando muitas vezes nesses três espaços. A “cultura” não estava dissociada da política, como se percebe na “Sociedade Partenon Literário” composta por escritores vinculados às idéias liberais e republicanas. O que caracterizava seus fundadores era o trajeto de intelectual e político atuando nas duas

esferas. Um dos seus fundadores, Apolinário Porto Alegre²², iniciou curso de Direito em São Paulo, mas, com a morte do pai, teve de abandonar o curso e retornar à Porto Alegre. Tornou-se professor particular e mais tarde fundou o “Colégio Porto Alegre”. Atuou também como fundador de um clube republicano com o qual rompeu devido a algumas divergências internas para fundar a União Nacional, que contou com o apoio do Partido Liberal e com o tempo passou a se chamar Partido Federalista. Publicava romances, poesias e crônicas em vários jornais da cidade, dentre os quais o Jornal do Comércio, fundado pelo seu irmão, e aqueles vinculados à Sociedade da qual foi fundador. Com a proclamação da República, em 1889, aliou-se a Silveira Martins na luta contra o governo do Marechal Deodoro e em oposição às orientações políticas de Júlio de Castilhos no estado. Durante a Revolução Federalista²³, de 1893, refugiou-se devido à campanha aberta contra o governador.

Apolinário Porto-Alegre não se dedicou exclusivamente à imprensa e à política. Foi homem de grande erudição, versado nas doutrinas filosóficas de Kant, Spencer, Haeckel e Darwin. Conhecia perfeitamente o idioma guarani e conta-se que numa conferência traduziu trechos da Odisséia e da Ilíada de Homero, bem como parte dos poemas índicos Mâhâbhârata e Ramayana. Seus trabalhos sobre folclore gaúcho foram reconhecidos e enaltecidos até mesmo na Alemanha (<http://www.paginadogaicho.com.br/escr/apa.htm>, acesso em setembro de 2005).

Tal citação revela a articulação de três atividades concomitantes: a de político, a de literato e a de jornalista como uma maneira de vincular os dois espaços de atuação; criando um terceiro espaço híbrido. Caso semelhante foi também o da “Revista Globo” da qual participava grande parte das elites políticas e intelectuais do estado, cujos membros seriam as lideranças da Revolução de 1930. Essa revista, cujo objetivo era fortalecer a aliança entre duas correntes políticas adversárias no estado (republicanos e federalistas), atuou na mobilização política e na campanha que acabou desembocando nessa revolução. Assim, a “cultura” estava a serviço do regionalismo e de campanhas de mobilização política. Até o início dos anos 1930, os principais espaços de atuação dos intelectuais, no Rio Grande do Sul, eram as revistas dirigidas a um público específico, sobretudo em meados do século XIX; revistas cuja duração era passageira; e os jornais de circulação diária, aglutinadores de atividades intelectuais²⁴ (CORADINI, 2003). Dessa forma, o jornalismo, assim como a

²²Irmão de Apeles Porto Alegre e Aquiles Porto Alegre. O primeiro escreveu vários romances e foi fundador do primeiro diário republicano do Rio Grande do Sul: A Imprensa. O segundo, também escritor, foi fundador do Jornal do Comércio vinculado ao Partido Liberal.

²³Movimento armado que se estendeu a todo o estado e que tinha como objetivo depor o governador Júlio de Castilhos. Durou até 1895.

²⁴Coradini (2003) atribui isso a dispersão da produção da cultura erudita no estado e a frágil institucionalização de uma esfera propriamente cultural.

“cultura”, era colocado a serviço da atuação política, literária e intelectual, representando um espaço importante de articulação entre política e cultura.

2.4. A Reportagem como Missão Política

O estabelecimento de um espaço jornalístico e a criação de critérios e saberes próprios para atuação em jornais estão associados às possibilidades de fazer do jornalismo um espaço importante de articulação com outras esferas sociais, sobretudo, a esfera política. Um exemplo disso é o desenvolvimento da reportagem como uma forma de narrativa tipicamente jornalística que surge, ao mesmo tempo, como uma narrativa política através da qual é possível mostrar os problemas nacionais e uma imagem do próprio povo brasileiro. A associação da reportagem à narrativa política está relacionada às próprias condições históricas e sociais de desenvolvimento e surgimento dos jornais que contribuiu para fazer do jornalismo um espaço importante de reconversão de recursos diversos (religiosos, títulos escolares, literatura) para atuação política. Por isso, a reportagem representa apenas mais um desses recursos, porém, com a peculiaridade de agora eles serem definidos como saberes jornalísticos e proporcionarem uma carreira na imprensa.

O surgimento da reportagem e o desenvolvimento de uma carreira na imprensa, aparecem associadas a uma forma de atuação política. A reportagem, cujo aparecimento data final do século XIX no Brasil, significou o surgimento de uma narrativa política, na qual o enunciado e a linguagem tornavam-se uma maneira de mostrar a nação e desvendar as raízes do Brasil. Através da reportagem, tornava-se possível mostrar as peculiaridades da nação brasileira, as diferentes regiões e seus costumes, suas diferenças sociais e econômicas, e figuras como o “povo sertanejo” começam a aparecer no espaço dos jornais. A nação passa a ser representada nas reportagens e o caráter nacional descoberto e exaltado. O repórter, por sua vez, é aquele que vai aventurar-se em busca de um Brasil autêntico, que vai desvendar o país, mostrar suas peculiaridades, suas características próprias, sua realidade escondida.

Um exemplo da função da reportagem e do papel social que desempenhava o repórter, pode ser encontrado na cobertura da Guerra de Canudos, ocorrida em 1897, e que constituiu-se como um marco para a definição da reportagem e caracterização da figura do repórter como aquele que vai mostrar a realidade brasileira e os problemas nacionais. Os repórteres enviados a Canudos inauguraram a reportagem como o “encontro com o país”. Destacou-se na cobertura da Guerra de Canudos o escritor Euclides da Cunha que havia sido enviado pelo jornal “O Estado de São Paulo” para cobrir a guerra. Nessa cobertura, ele salienta não

somente os aspectos da guerra, mas os habitantes do sertão (VIDAL E SOUZA, 2003). As reportagens de Euclides da Cunha para o jornal sobre o acontecimento resultaram em um livro denominado “Os Sertões”. Esse livro é considerado um marco também na história das idéias brasileiras e na formação de uma inteligência nacional. Esse é um momento em que as cidades passam a olhar o Brasil de dentro e a descobrir um país, cujas raízes estão no passado. A população pobre do interior, em contraste com a cidade e a capital, tornou-se objeto do pensamento nacional no qual se tornava fundamental procurar conhecê-la e compreendê-la. No início do Império pensava-se no Brasil como um “país sem povo”, agora, tratava-se de descobrir onde estava o povo brasileiro (WEFFORT, 2005). Para isso, o jornalismo e as reportagens foram fundamentais, pois assumiram um compromisso com a formação nacional.

As reportagens, cuja finalidade estava em localizar os males que assolavam a nação, contribuíram para fazer da carreira de repórter uma forma particular de investigar os problemas sociais nacionais e uma maneira de articular, para isso, os conhecimentos de literatura e política que possuíam. Tal finalidade constitui-se como uma das principais características genéticas da reportagem, conduzindo a um conjunto de temas a serem tratados pelos jornalistas: o interior brasileiro, a vida pobre do sertão, a fome, os problemas econômicos, o atraso²⁵. Para atingir tal objetivo colocado as reportagens, o jornalista encontrou na literatura e na política um dos recursos fundamentais.

Entretanto, essa característica da reportagem brasileira e da figura do repórter, surgiu diferente do modo como aconteceu em outros países, como nos Estados Unidos, onde a imagem do repórter desenvolveu-se dissociada da literatura e da política, constituindo-se como um profissional portador de um conhecimento específico e de um “saber fazer” próprio orientado para a busca do novo e coleta de fatos. Ao mesmo tempo em que associava a figura do repórter²⁶ à neutralidade e à objetividade. Isso implicou em estabelecer uma distância entre o repórter, o homem político e o intelectual, instaurando um discurso de objetividade o qual implicava em restituir os fatos, separando informação do comentário. As orientações para separar fatos de opiniões foram dadas em 1880 pelo “Chicago Tribune” que fixou no interior da redação as seguintes perguntas as quais uma matéria deveria responder: Quem? O quê? Como? Quando? Onde? Tal orientação define um modelo de profissionalismo que supõem

²⁵ Um exemplo da valorização desses temas nas reportagens jornalísticas pode ser encontrado na premiação dada às matérias. O “Prêmio Esso de Reportagem”, criado em 1955, contribuiu para instituir a reportagem dos problemas nacionais como a reportagem legítima. No primeiro ano de entrega a reportagem vencedora trazia no título: “Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”, publicada na revista “O Cruzeiro”. Em 1959, a reportagem vencedora: “Diário de um flagelo de secas”, do “Estado de São Paulo”. Em 1994, a finalista do prêmio regional: “Morte na Infância” (VIDAL e SOUZA, 2003).

²⁶ O nascimento da reportagem e da figura do repórter aparece nos Estados Unidos a partir da cobertura da Guerra de Secessão ocorrida de 1861 a 1865.

uma relação no campo, isto quer dizer, a constituição de um caderno de endereço e de um “saber fazer” ligado à tomada de notas, a decodificação da informação e no controle da situação de entrevista (NEVEU, 2001).

Em fins do século XIX os jornalistas já eram definidos nos Estados Unidos da América como um “corpo profissional autônomo” e não como simples cidadãos contratados para reportar notícias, como eram tratados até o momento. Essa definição consolidou-se, principalmente, após a fundação dos primeiros cursos superiores de jornalismo. Em 1878, foi fundado o primeiro curso de jornalismo, na Universidade de Missouri, logo após a criação da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, que teve Pulitzer²⁷ seu principal promotor (PINTO, 2004). Mas esse sentido atribuído à profissão de jornalista também está relacionado ao fato de que, nesse país, as profissões, para serem reconhecidas socialmente, precisavam diferenciar-se das ocupações reivindicando o *status* de profissão e caracterizando-se como portadoras de um conhecimento específico que precisava ser reconhecido pelo Estado como um conhecimento profissional. A notícia, sobretudo a partir de 1830, passou a ser considerada um produto a ser vendido e surge o chamado “penny press” que consagra o jornalismo orientado à coleta do fato. Para vencer a concorrência, os jornais buscavam cada vez mais a novidade na informação, o que gerou a reportagem como algo vinculado à descoberta do novo. As práticas discursivas identificadas como jornalísticas não eram de caráter literário nem político, e a imprensa cresceu independente do campo literário e político, uma vez que os escritores não conseguiram impor aos jornalistas os valores literários. Em contrapartida, essa imprensa norte-americana, livre do campo literário, apresentou-se presa aos valores do campo econômico.

Já na França, a figura do repórter apareceu associada à imagem do escritor, caracterizando-se por possuir uma competência e uma retórica literária. Os artigos dos jornais eram redigidos por colaboradores de imprensa que não viviam essa atividade como uma profissão em particular com seu “saber fazer” próprio, sua lógica de carreira. Trabalhar para um jornal era uma posição de espera para as verdadeiras carreiras da literatura e da política. A reportagem é confiada a escritores de talento e a competência dos jornalistas é na literatura,

²⁷Joseph Pulitzer foi um dos maiores magnatas do jornalismo americano. Nasceu na Hungria, mas emigrou para Saint Louis, Missouri (Estados Unidos) em 1864, onde obteve emprego e concluiu o curso de direito (1867). Iniciou-se no jornalismo e na política, tornando-se repórter do *Westliche Post*, editado em alemão (1868) e elegendo-se deputado (1869). Iniciou sua fortuna comprando parte das ações do próprio *Westliche Post* e revendendo. Comprou vários jornais e firmou-se como dono de um império jornalístico e de uma grande fortuna nos Estados Unidos. Deixou em testamento grande parte de sua fortuna à faculdade de jornalismo da Universidade de Colúmbia e instituiu o Prêmio Pulitzer, à premiação anual de profissionais da imprensa.

evidenciando-se, assim, uma das características centrais do jornalismo francês a associação à figura do escritor e não àquela do repórter.

Nesse sentido, o jornalismo francês marca uma diferença com relação ao modelo anglo-americano. A dimensão de recolher cada vez mais informações foi pouco desenvolvida na França e a excelência profissional funda-se sobre o domínio e o talento do estilo, e sobre a capacidade de defender uma linha editorial. O conteúdo valoriza a crítica, a crônica, o comentário, privilegiando a expressão das opiniões e transformando os fatos em um pretexto para o exercício do estilo e da retórica. Mas não eram somente os valores literários a possuírem importância entre os jornalistas, incluía-se nesse conjunto o capital literário representado pela inserção dos jornalistas na Academia Francesa. Apesar do título de membro da Academia possuir grande valor entre os jornalistas, poucos conquistaram tal título. A competição no jornalismo francês e as lutas pelas posições mais prestigiadas dependiam do capital literário de cada um. “Assim, as posições de liderança no campo do jornalismo eram conferidas a quem possuía maior legitimidade literária” (CHALABY, 2003, p.40).

Uma outra peculiaridade desse tipo de jornalismo é a identificação às sensibilidades políticas e, mais tarde ainda, aos partidos políticos. Para os jornalistas, o controle de um cotidiano é um recurso estratégico nas lutas parlamentares e na política local. Essa tradição inscreve-se duramente na prática profissional a ponto de até o começo da 5ª República, um jornalista político poder permanecer como um jornalista detentor de opiniões políticas. A permeabilidade da imprensa francesa à política ilustra-se também pela eficácia das táticas de repressão, de corrupção e de influência espalhada pelos governantes. Os conteúdos redacionais valorizam críticas, crônicas e traduzem pontos do comentário de um discurso sobre a atualidade, privilegiando assim a expressão das opiniões (NEVEU, 2001, CHALABY, 2003).

Como se pode observar, no Brasil, a imagem do repórter apareceu associada tanto à literatura como a política, tornando-o aquele que, imbuído de uma missão política, precisava “descobrir” o Brasil autêntico. Assim, política, jornalismo e literatura se misturavam no espaço dos jornais com fronteiras cada vez menos distintas. Para isso, o jornalista brasileiro apoiou-se na narrativa dos fatos, no encontro com o fato e nos comentários e críticas. Em busca do Brasil perdido, desbravando cidades, narrando o que encontra pela frente, o repórter, junto com uma linguagem crítica, mostrou o verdadeiro Brasil escondido, com suas diferenças e contrastes. Por meio da reportagem isso tornou-se possível, e é, por isso, que a reportagem teve uma forte conotação política e literária, tendo em vista que os escritores que trabalhavam

em jornais marcaram o início desse tipo de tarefa e usaram o conhecimento de escrita e retórica que tinham para promover a descoberta da nação através da reportagem.

Entretanto, é preciso lembrar que a literatura também era colocada a serviço da recuperação da nacionalidade e nesse sentido política, jornalismo e literatura aparecem imbricadas. A construção da nação brasileira, que, para muitos estudiosos, tem como marco as lutas em torno da Independência, contou com a colaboração da geração de 1870 que propagou sentimentos de nacionalidade a camadas mais amplas da população e teve na República o período de grande difusão da identidade nacional; o jornalismo tornou-se fundamental na construção dessa nacionalidade marcada pela busca de um povo genuinamente brasileiro. O repórter apresentava-se como profissional capaz de revelar e mostrar o Brasil, mas para isso ele precisou achar as diferenças sociais, culturais e econômicas do país e das cidades. Ele precisava mostrar os problemas brasileiros e encontrou-os na periferia das grandes cidades e no interior do país; e essa era a sua missão.

Assim como o jornalismo, outras esferas da vida social também encarregaram-se dessa tarefa, como a literatura, a arte e instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que tratou de pensar a nação. Era preciso que as instituições atuassem no sentido de inaugurar novos descobrimentos do Brasil e encontrar o povo: esse era o novo desafio da construção nacional. A busca pelo povo está relacionada à condenação estabelecida no pensamento político e social brasileiro de que o Estado havia surgido antes da nação brasileira e em função dele ter construído a sociedade, não o contrário; não se tinha um povo (BOTELHO, 2005). Tratava-se, então, de ir em busca do povo brasileiro e encontrá-lo onde quer que fosse.

A competição entre os jornalistas e as lutas para ocupar as posições mais prestigiosas, como diretor e chefe de redação, dependiam do conjunto de recursos que eles possuíam, como aqueles obtidos por vínculos na política governamental e partidária e aqueles obtidos pela inserção na esfera da cultura, produção de livros, contos, instituições literárias, além dos títulos acadêmicos. A capacidade de fazer matérias, reportagens, crônicas, comentários em jornais que permitissem desvendar o Brasil, estava associada a esse conjunto de recursos sociais, culturais e políticos acumulados. Apesar de a reportagem ter sido importada do jornalismo francês, como a maioria dos gêneros jornalísticos, tais como a entrevista, o comentário e a crônica, no contexto da primeira metade do século XX, no Brasil ela assumiu

peculiaridades e características próprias²⁸. Essas peculiaridades conduziram ao surgimento de uma nova categoria de jornalista no interior dos jornais, os quais, aos poucos, passaram a dedicarem-se especialmente a reportagem.

2.5. Uma Nova Categoria: os Jornalistas Profissionais

Com o surgimento da reportagem nasceu também uma nova categoria de jornalistas que passou a conviver e a disputar espaço com aqueles que faziam crítica literária e a crônica política. Essa nova categoria compreendeu um novo sujeito que passou a viver do jornalismo e para o jornalismo constituindo-se como responsável pelas matérias e destinado a fazer reportagens, colher material, cobrir eventos, fazer a observação dos acontecimentos e colher as informações no local dos fatos. Embora seja preciso destacar que, já no final do século XIX e início do século XX, os escritores-jornalistas foram colocados a fazer também matérias e reportagens, como no caso de Euclides da Cunha no jornal “O Estado de São Paulo”. A denominação “jornalista”, que até então era aplicada aos proprietários e aos diretores de jornais e a todos aqueles que escreviam crônicas e críticas, passou a designar também os responsáveis pela coleta e confecção de notícias.

Mas o que caracterizou essa nova categoria é o próprio surgimento da figura do repórter e do início da reportagem que, como narrativa jornalística, apareceu no jornalismo no final do século XIX. A figura do repórter tornou-se um marco importante para o desenvolvimento do jornalismo. Em períodos anteriores qualquer pessoa que trabalhasse em jornal recebia o título de jornalista, com o advento da reportagem, o jornalismo passou a estar associado a um fazer próprio vinculado diretamente ao exercício da reportagem. O repórter representou o sujeito que se dedicou no jornal à tarefa de descobrir aquilo que viu e ouviu na rua. Essa tarefa, a qual exigiu exclusividade e maneira peculiar de narrar o que foi observado, compôs um tipo específico de jornalista cuja característica central foi o deslocamento, uma vez que percorria regiões do país, localidades, bairros, repartições municipais, delegacias de polícia. Nessa nova função jornalística, destacaram-se alguns nomes que se caracterizavam por seu investimento profissional no jornalismo, dedicando seu tempo para busca da reportagem e da informação: Gustavo de Lacerda, Irineu Marinho, Paulo Barreto (João do Rio), Belizário de Souza.

²⁸ Até a década de 1940, o modelo francês constituía-se como centro de importação de técnicas e estilos jornalísticos, prevalecendo a crônica e o comentário como os gêneros mais valorizados em detrimento da reportagem (RIBEIRO, 2003)

Ao mesmo passo, a informação tornou-se um produto a ser vendido e comercializado, e os jornais passaram a contar com um crescimento considerável em que novas técnicas foram introduzidas, a distribuição dos jornais ganhou novos investimentos e novas fórmulas de tratamento da informação foram adotadas. Nesse contexto, surgem os jornalistas profissionais, os quais passaram a ter o jornalismo como sua principal atividade, destacando-se, os repórteres, os caricaturistas e os ilustradores. Esse processo de expansão da atividade jornalística contribuiu para transformar o jornal em uma empresa, na qual a sobrevivência dependia de estratégias comerciais, como a publicidade, a publicação de anúncios, os financiamentos, o investimento na divulgação, na venda avulsa do jornal, etc. (MICELI, 2001).

Apesar dessas mudanças tecnológicas e de funcionamento do jornal, a imprensa ainda representava um espaço que congregava uma diversidade de atores sociais. Por um lado, permaneciam àqueles que tinham forte atuação em partidos políticos e que fizeram carreira na política, ora como deputados, ora como ministros, que por sua vez também acumulavam títulos acadêmicos e desempenhavam atividades intelectuais através da imprensa. Por outro lado, aqueles que fizeram carreiras, se consagraram como escritores e que também usavam os serviços da imprensa para escrever crônicas literárias, com destaque para Monteiro Lobato, Graciliano Ramos e todos os outros já citados. Em meio a essa diversidade, estavam aqueles que se dedicavam à reportagem e a coberturas jornalísticas.

Como dito anteriormente, para os escritores da República Velha, a imprensa tornava-se uma atividade cada vez mais indispensável e, durante todo esse período, ela dominou a vida intelectual constituindo-se como a principal instância de consagração, fornecendo gratificações elevadas e posições intelectuais. Mas, ao mesmo tempo em que os escritores usavam a imprensa para se projetar na esfera intelectual, viam-se constrangidos a ajustarem-se aos gêneros importados da imprensa francesa, como a entrevista, a crônica e a reportagem. A imprensa, ao consagrar os escritores, consagrava-se também como instância de produção cultural e, nesse contexto, passaram a se destacar aqueles que se dedicaram à reportagem e a crônica tomando o lugar dos críticos literários da geração anterior (MICELI, 2001).

Denominada como a fase de modernização da imprensa, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo declínio da crítica literária que passou a ser sacrificada em função do noticiário e da reportagem. Os escritores, apesar de ainda terem espaço destacado dentro dos jornais, enfrentavam adversários que dedicavam uma atenção para a reportagem e para o noticiário, como o noticiário esportivo e as matérias policiais. Aos escritores, era

determinado que escrevessem menos crítica literária e mais reportagem. Isso proporcionou a entrada de uma nova geração que será representada por aqueles que passam ter o jornalismo como atividade principal.

Essa nova posição que surgiu dentro do jornalismo foi marcada pelo início da reportagem como narrativa jornalística com forte teor político em que era necessário ir para rua apurar os fatos e desvendar as mazelas da população brasileira. Alguns jornalistas destacaram-se nessa nascente posição, consagrando carreira no jornalismo e lançando-se como os primeiros repórteres brasileiros. Contudo, essa nascente posição, não instaurou uma distância com relação à esfera da política e da literatura e, cada vez mais, o acúmulo de recursos sociais oriundos da inserção em várias esferas tornou-se fundamental para uma carreira no jornalismo.

Um exemplo da necessidade de acúmulo de recursos sociais pode ser encontrado na trajetória de Paulo Barreto, conhecido como João do Rio pelas suas reportagens sobre a cidade do Rio de Janeiro e a reforma urbana pela qual passava. João do Rio entrou no jornalismo com 18 anos por volta de 1899 num jornal semanário. Através desse jornal começou a conviver com a redação do jornal Cidade do Rio no qual passou a trabalhar, destacando-se pelas crônicas e pelas reportagens de rua. Apesar de ter circulado por vários jornais da cidade, o que lhe possibilitou não só construir uma carreira interna as redações como também estreitar relações e estabelecer contatos, sua vida não se resumiu ao jornalismo de reportagem. Em 1910, passou a fazer parte da “Academia Brasileira de Letras” momento em que escrevia também peças de teatro e em 1917 fundou a “Sociedade Brasileira de Autores Teatrais”. A “Academia Brasileira de Letras” já era, nesse contexto, espaço de congregação da elite cultural. Suas matérias sobre a cidade e as reportagens de rua sobre cultos populares renderam-lhe um livro com notoriedade literária e sucesso de livraria, chamado “As Religiões do Rio, publicado” em 1905. Seu trabalho como repórter constituiu-se como material sobre a cidade do Rio de Janeiro. Além de peças de teatros escrevia contos e crônicas. Uma de suas crônicas, muito conhecida, chamada “A Alma Encantadora das Ruas”, de 1908, descreve sua paixão pelas ruas da cidade. No ano de sua morte, em 1921, já era diretor do jornal “A Pátria”. Além da atividade jornalística e literária, tentou, também, por volta de 1902, entrar para a diplomacia, mas não preencheu todos os requisitos exigidos pelo Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores que estava recrutando rapazes para o Itamaraty. Sua atuação política ocorreu através do apoio declarado a Rui Barbosa durante a

campanha civilista para Presidente da República em oposição a Hermes da Fonseca, que era candidato dos militares.

O que marcou o estilo de reportagem de João do Rio foram os contrastes e as contradições marcantes na cidade do Rio de Janeiro. A reforma urbana deixava de lado a periferia da cidade e isso era um dos temas centrais das reportagens de João do Rio que mesclava reportagem com crônica política. Os excluídos do processo de modernização do Rio de Janeiro geravam a perplexidade social abordada pelas matérias de João do Rio adotando, para isso, o estilo crônica-reportagem. Ia atrás das notícias nas ruas, nos morros, no meio político, nos espaços da boemia e nos salões. Nesses espaços, estabelecia contatos, fazia relações e vínculos que lhe possibilitaram inserção em outras esferas sociais, como a política e a cultural. Na “Gazeta de Notícias”, jornal em que entrou em 1903 por indicação do deputado fluminense Nilo Peçanha e em que permaneceu até 1913, inaugurou a coluna “A Cidade”, na qual descrevia as reformas urbanas da capital federal e comentava fatos cotidianos. Esse jornal era considerado favorito pela elite cultural, pois havia se consagrado publicando diversas obras literárias e agregando vários escritores. Nele, João do Rio escreveu em várias colunas destinadas ao comentário político e a crítica literária. Foi nesse jornal que ele constituiu a série de reportagens sobre as religiões do Rio que se transformou em livro. Nessas reportagens, ele documenta as religiões minoritárias da cidade, e que estavam escondidas nos morros e em cada canto da cidade. Nessas matérias, João do Rio tematiza as tradições populares que estavam desaparecendo em função do projeto oficial de modernização da cidade. Assim, ao ir em busca das religiões desconhecidas do Rio de Janeiro ele dá o tom político de suas matérias, marcando o estilo da reportagem e a figura do repórter como aquele que busca o país desconhecido, a cidade perdida, o Brasil autêntico, o legítimo Rio de Janeiro nesse caso.

Além de João do Rio que marcou um estilo de reportagem e de imagem do repórter também se pode citar o caso de Gustavo de Lacerda que também fez carreira como jornalista repórter de vários jornais. Defensor do sentido de missão dos jornalistas, caracterizou-se por um estilo de reportagem voltado à denúncia de práticas violentas do governo, mostrando os problemas do Estado brasileiro. Para ele, o jornalista tinha uma missão social, que implicava em mostrar os problemas do povo brasileiro, suas desigualdades, seus males e se tornar uma força para a sociedade. Gustavo de Lacerda não se destacou somente como repórter, foi também o fundador da primeira entidade a reunir repórteres brasileiros: A Associação Brasileira de Imprensa, que, surgiu em 1908 de uma iniciativa de um conjunto de repórteres

liderada por Gustavo de Lacerda. Sua intenção era criar também uma biblioteca que estivesse aberta ao público “com o objetivo de atender não apenas às necessidades de informação cultural dos jornalistas, mas também a todo o povo da cidade do Rio de Janeiro” (www.abi.org.br, acesso em setembro de 2005).

Gustavo de Lacerda nasceu em 1853 e faleceu em 1912. Iniciou sua carreira no jornalismo como repórter do jornal “O País”. Investiu também na carreira política, fundando no Rio de Janeiro o Partido Socialista Coletivista e participando dos primeiros movimentos operários: o “Centro Operário Radical” que funcionou no Rio por volta de 1892, cuja entidade colaborava abordando o problema da reforma agrária no Brasil e publicando, em 1901, a propaganda socialista intitulada “O Problema Operário no Brasil”. O repórter para ele estava submetido às mesmas condições que os operários, mas por possuir conhecimento tinha como missão orientar o povo brasileiro. Assim, o repórter encontra-se na mesma situação que o político: é preciso conhecer a nação e suas chagas para mudá-la. E o jornalista, pela sua condição de noticiar o que vê, detém os meios e os segredos para fazer isso.

Nota-se que, apesar de ter se constituído a atividade de repórter como uma nova maneira de atuar em jornal, essa foi marcada também pela sua relação com o mundo da literatura, da política e a atividade intelectual. O contato com essas esferas permaneceu com vínculos ainda fortes e marcantes, o que contribuía para tornar a profissão um dentre outros títulos que respaldavam esses jornalistas. Nesse momento, diferente do que aconteceu na geração anterior, apresenta-se a possibilidade de seguir uma carreira no jornalismo fazendo dessa a atividade central. Na geração anterior, o que caracterizava a entrada no jornalismo era a relação com a literatura e com a política marcada, por um lado, pelos bacharéis em Direito que queriam fazer uma carreira política e intelectual e, para isso, valiam-se da imprensa, e, por outro lado, daqueles que queriam seguir uma carreira de escritor, mas, para isso, era preciso a entrada no serviço público e na imprensa para manter seus sustentos e proporcionar a tão esperada atividade literária. Para esses, o jornalismo, apesar de ser uma atividade constante e fundamental em suas carreiras, era secundária.

A nova posição gerada no interior dos jornais, no início do século XX, possibilitava a existência de uma carreira própria daqueles que seguem a atividade jornalística. Essa nova posição possibilitava, ao mesmo tempo, a reconversão em uma atuação política e literária, uma vez que através dela estabelecia-se contatos, conhecia-se pessoas e faziam-se vínculos como outras esferas sociais. A cobertura jornalística de determinados assuntos gerava a possibilidade de entrada em outras esferas de atuação, como no caso de Paulo Barreto que, em

razão de suas matérias sobre a cidade do Rio de Janeiro, publicou um livro que lhe permitiu notoriedade como escritor. Essa nova posição vai se constituir junto com o crescimento do jornal como empresa e concomitante às mudanças que afetaram o jornal como empreendimento cujo produto a ser vendido era a informação, a notícia.

2.6. O Jornal como Empreendimento Econômico

Segundo Sodré (1999), o jornal como empreendimento político e literário cedeu lugar, no século XX, à empresa jornalística, na qual a informação era considerada como qualquer outro produto a ser vendido. Os jornais não eram mais dirigidos por políticos de renome, por partidos ou intelectuais, mas por empresários e por homens de negócio, e essa situação provocou uma mudança nas relações com a política, sobretudo a partir da década de 1930 com o fechamento de muitos periódicos partidários pelo governo de Vargas. Os pequenos jornais de estrutura simples deram lugar às empresas jornalísticas com estruturas específicas, dotadas de equipamento gráfico. A preocupação dos jornais era distinguir-se da política, dos grupos políticos e dos movimentos contestatórios que estiveram vinculados ao seu surgimento durante muito tempo. O anúncio ganhou espaço e a tiragem dos jornais aumentou²⁹. Assim, começou a ser feita uma divisão entre os “grandes” e os “pequenos” jornais. Aqueles que começaram a adotar características empresariais passaram a ser definidos como uma “grande imprensa” em oposição à “pequena imprensa” artesanal associada aos jornais com vínculo partidário e ainda aqueles voltados especificamente à literatura e cultura. Pode-se perceber através da citação abaixo as modificações instauradas no espaço dos jornais:

“[...] Tais alterações seriam introduzidas lentamente, mas acentuavam-se sempre: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até mundanos. Aos homens de letra, a imprensa impõe agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assunto de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias [...]” (SODRÉ, 1999, p.296).

As modificações no interior dos jornais fizeram com que as colaborações literárias, que antes eram parte integrante dos jornais, passassem a ser separadas constituindo assunto à parte. Essas modificações também conduziram os próprios escritores que trabalhavam em

²⁹ Destacaram-se nesse momento, pelo número de anunciantes, os jornais “Jornal do Comércio” e a “Gazeta de Notícias”. Surge também o “Jornal do Brasil”, que despontava como empresa, com estrutura sólida.

jornais a se responsabilizarem pelas notícias, elaborando e produzindo matérias, em vez de se dedicarem apenas ao comentário ou à crítica literária. Esses fatos proporcionaram o desenvolvimento da carreira no jornalismo e passaram a se destacar aqueles que se dedicaram ao exercício dessa atividade.

Entretanto, apesar de os jornais, nesse momento, procurarem se distinguir da atividade política, o controle dos periódicos constituía ainda um dos principais elementos de disputa em que estavam envolvidas as diversas facções da oligarquia brasileira. Os jornais eram utilizados como porta-vozes de grupos oligárquicos, tanto daqueles que estavam no poder, como daqueles que estavam circunstancialmente excluídos dele. Tal fato levava os jornais a se colocarem ou contra o governo ou a favor deles, assumindo uma postura que variava entre o “oposicionismo intenso” ou “servilismo” (SODRÉ, 1999). Ilustram esse fato também os relatos de presidentes da República envolvidos em situações destinadas a fazer com que a imprensa defendesse os interesses políticos de suas facções, como também negociatas para compra de jornais, utilização de “testas-de-ferro” e concessões de subsídios especiais e favores os mais diversos (MICELI, 2001). Campos Sales, presidente do país na passagem do século XIX para o século XX, confirmava a compra da opinião da imprensa e quando indagado a respeito desses fatos respondeu: “É bom ler, vendo, com exatidão, a cifra que a mesma lhe custou” (SODRÉ, 1999, p. 277).

O Estado e os governos, muitas vezes massacrados pelos jornais “oposicionistas” ou ainda beneficiados pelos “servilistas”, passaram a ser os investidores da imprensa. Tais investimentos variavam conforme a relação estabelecida com a imprensa, e tinham como objetivo evitar notícias que os destruíssem publicamente, ou favorecer aqueles jornais que os defendiam. A compra de opinião na imprensa, pelo governo passou a se tornar rotina, uma vez que frente às novas condições “é agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal” (SODRÉ, 1999, p. 276-278). Esse trabalho de compra da opinião da imprensa e de apoio dos jornalistas a certos grupos políticos manifestava-se em comentários políticos, notas sobre figuras ilustres da oligarquia, artigos e, sobretudo, nos editoriais. O cargo de editorialista era muito almejado e, para muitos escritores, significou o ponto de partida para iniciar uma carreira política. Isso porque os escritores inseridos nos jornais estavam diante de uma situação que os conduzia a se identificar com os interesses políticos do jornal para se manterem nessa atividade. Tal situação não só rendia melhores salários como permitia o acesso a postos na burocracia pública (MICELI, 2001).

O desenvolvimento da empresa jornalística e da figura do jornalista associado ao desenvolvimento da reportagem aparece vinculado a uma atividade política. Apesar da especialização na tarefa jornalística, no sentido de desenvolvimento de uma atividade própria daqueles que trabalhavam em jornais produzindo informações, esse fato não proporcionou uma autonomia com relação a outras esferas como a esfera política. Criaram-se postos específicos, como o cargo de editor, caricaturista, ilustrador, repórter, nos quais, inclusive os escritores que trabalhavam em jornais, todos deveriam se inserir, mas muitos desses postos, como o de editor, por exemplo, passou a se constituir cada vez mais como um trampolim para a carreira na política.

Um dos exemplos disso foi o grupo “Mesquita”, controlador do jornal “O Estado de São Paulo”. Tal jornal se apresentava como “independente” de facções e grupos, mas contava com o apoio da oligarquia e com a inserção na política partidária paulista. O êxito comercial de tal jornal dependeu da diversificação das atividades do grupo que incluía jornais e revistas e da conversão em uma facção partidária assumindo a liderança da oposição ao Partido Republicano Paulista e em defesa do liberalismo oligárquico. Esse jornal, além de ter introduzido uma série de inovações mercadológicas e técnicas, tais como contratação de agências internacionais de notícias, máquinas, expansão de suas sucursais, ampliou sua atuação em empreendimentos culturais lançando revistas e contando com escritores consagrados. De posse dessa base de relações políticas, o denominado grupo do “Estado” apresentava um interesse especial em se contrapor aos jornais partidários e em fazer constantes ataques ao momento em que os órgãos de imprensa viviam dos partidos e para os partidos, denunciando, assim, os subornos de que se valia a imprensa. A atuação desse grupo é um exemplo das estratégias das classes dirigentes, às quais se valiam do poder exercido em instâncias de produção cultural como um dos seus trunfos políticos (MICELI, 2001).

A relação das empresas de comunicação com a política governamental, contribuiu para o desenvolvimento desse setor no Brasil. O processo de formação, configuração e estruturação dos grupos de comunicação demonstra como esses laços com o Estado estabelecerem-se e contribuíram para estruturar tais grupos. Na passagem do século XIX para o século XX, momento em que se destaca a figura do jornalista profissional e da empresa jornalística independente dos partidos, facções, grupos sociais e religiosos, os jornais surgem apoiados na política governamental. Mas o período de maior investimento no setor empresarial desponta no final da década de 1960 tendo como início o golpe militar de 1964. A consolidação das bases empresariais ganha impulso nesse período em que o governo oferece

possibilidade para as empresas de contribuírem na definição da agenda política e econômica nacional.

Os investimentos estatais e o aumento da publicidade tiveram uma contribuição decisiva para que as empresas de comunicação se transformassem em “grandes empresas”. O jornalismo econômico dos “grandes jornais” foi o que mais obteve investimentos dos militares no momento de ditadura de 1964, pois servia como instrumento de divulgação da política econômica do governo. Com o tempo, as editorias de economia conquistaram espaço, o que permitiu uma especialização no universo do jornalismo. Após a redemocratização, elas passaram a ocupar um lugar ainda maior nos jornais de grande circulação.

No Rio Grande do Sul, duas empresas destacaram-se, embora em períodos diferentes, como empreendimentos bem-sucedidos no ramo das comunicações. O caso dessas duas empresas de comunicação do Rio Grande do Sul, descrito abaixo, revelam como em períodos diferentes os jornais tiveram de se adaptar às condições necessárias para fazer jornalismo, e como isso interferiu no processo de recrutamento dos jornalistas e na própria carreira jornalística. De um lado, está a empresa Caldas Júnior, que se destacou no período em que o jornal passou a ser considerado um empreendimento econômico, procurando para isso se distanciar da inserção política direta. Tal empresa teve uma posição destacada no jornalismo até a década de 1960. O material a seguir mostra as relações necessárias para fazer jornalismo nesses períodos. De outro lado, está a empresa RBS, a qual despontou no cenário da comunicação a partir da década de 1970, período de falência da Caldas Júnior. A RBS representa um momento em que uma série de mudanças na estrutura das empresas jornalísticas e na sua relação com a política estavam sendo estabelecidas.

2.6.1. A Caldas Júnior e os Vínculos Pessoais

O primeiro empreendimento jornalístico da empresa Caldas Júnior foi o jornal Correio do Povo³⁰, fundado em 1895. Tal jornal despontava, no momento de seu surgimento, como o único do estado a não ter vínculos partidários e religiosos diretos. Esse fato é frequentemente apresentado como um dos fatores que contribuiu para que o jornal permanecesse por décadas com a maior tiragem e circulação do Rio Grande do Sul. A empresa, que mais tarde adquiriu a transmissão de rádio e a concessão para televisão, chegou a ser na década de 1960 e 1970 a

³⁰O grupo “Caldas Júnior” contava na década de 1960 e 1970 com a rádio “Guaíba AM”; os jornais impressos: “Correio do Povo”, “Folha da Tarde”, “Folha da Manhã” e o canal de televisão aberto “TV2 Guaíba” com produção local de toda a programação.

sétima maior do ramo em todo o país e o seu proprietário, Breno Caldas³¹, a sexta maior riqueza do Brasil. Mas, apesar de a empresa ter se constituído por não apresentar vínculos partidários diretos, as relações indiretas estabelecidas com o mundo da política governamental e partidária concederam ao proprietário o reconhecimento como um dos homens mais importantes e “poderosos” do estado, a ponto de influenciar certas medidas governamentais. Tornam-se recorrentes, em livros e materiais que visam contar a história desse jornal e de seu principal diretor e proprietário, os relatos que destacam as relações que Breno Caldas estabelecia com o universo da política³².

Os homens que chegavam ao poder no Estado e no País aprenderam logo a prática lição de Ernesto Dorneles e Getúlio Vargas. Para estar bem com o Rio Grande era preciso estar bem com o Correio e para estar bem com o Correio era preciso estar bem com Breno Caldas. Para estar bem com Breno Caldas era preciso reverenciá-lo nas ocasiões apropriadas e, de preferência nunca dizer-lhe não (GALVANI, 1995, p.380).

Uma dessas ocasiões apropriadas era a comemoração de aniversário do jornal que se tornou um dos espaços mais importantes de encontros políticos. Nessa festa, faziam-se presentes, líderes religiosos, presidentes de clubes sociais e políticos que ocupavam, muitas vezes, cargos como prefeito do município de Porto Alegre e governador do estado do Rio Grande do Sul. Essa festa caracterizava-se como um momento de firmar relações e compromissos já estabelecidos, bem como fazer novos contatos. A presença quase obrigatória de governadores e prefeitos na comemoração passou a se tornar a marca do jornal, sobretudo nos períodos de maior ascensão. Quando algum político não podia comparecer mandava um representante ou telegrama de congratulações. Essa prática cresceu até chegar ao apogeu político e econômico da empresa, nos anos 1960, em que a frase corrente no jornal era: “tomou posse no Piratini, mas foi ungido na visita ao Correio” (GALVANI, 1995, p. 350). Isso queria dizer que quem não visitava o “Dr. Breno Caldas” não estava exatamente “no poder” do Rio Grande. Assim, passou a se estabelecer como norma a visita dos governadores quando empossados à empresa Caldas Júnior e só, quando havia alguma briga ou desacordo político relevante, o governador, o prefeito e os comandantes militares não compareciam até o prédio da Caldas Júnior.

No relato do empresário em uma entrevista, logo após decretar falência em 1989, esses vínculos são ainda retratados:

³¹ Breno Caldas, filho do fundador Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, assumiu a direção do jornal em 1930.

³²Ver fotos em anexo V.

Eu posso dizer, sem imodéstia, que eu era uma das figuras aqui no Rio Grande...Eu era consultado...Pelo menos era considerado...As pessoas que decidiam, sempre queriam saber: o que será que o Correio pensa? O que será que o Correio vai fazer? Não era uma preocupação em relação ao Breno Caldas...O Breno Caldas é igual aos outros. O Breno Caldas e o Zé da Silva dá no mesmo...O importante era o Correio do Povo. Quem chegava a Porto Alegre, vinha me visitar, apresentar cumprimentos, aquelas conversas todas...Aliás, devo dizer que eu não gostava muito disso - não sou muito chegado a esse tipo de coisa. Mas, por outro lado, isso me satisfazia muito, pois eu constatava como o Correio do Povo era considerado. Afinal, era uma obra do meu pai, que a minha mãe conseguiria manter e a que eu dei continuidade (MACHADO, 1989, p.26).

Tal relato é revelador de um conjunto de aspectos, dentre os quais se pode destacar a importância da imprensa para a política governamental, no sentido de os jornais colaborarem com o Estado por meio de seus noticiários, e de como os dirigentes das empresas jornalísticas valiam-se dessa importância para consolidar um espaço destacado na política e no mercado de serviços jornalísticos, na concorrência com outros jornais. A utilização de expressões, tais como: “eu era uma das figuras”, “eu era consultado”, “eu era considerado”, revela a importância que assumia a relação de estima e apreço e como isso lhe concedia certo poder de influência. Ao afirmar que “não gostava muito disso” o empresário procura se isentar dessa relação que, aos poucos, estabeleceu e que lhe concedeu a formação de uma rede de contatos.

A adesão do jornal a diversos políticos, tais como Getúlio Vargas e posteriormente ao golpe militar de 1964, era uma prática corriqueira. Mas o apoio oferecido pela empresa a determinados políticos não estava separado da relação estreita que mantinha com eles. Além de receber condecorações e homenagens dos governos militares do golpe de 1964, Breno Caldas costumava oferecer churrascos em seu haras para receber os presidentes militares quando estes estavam no estado do Rio Grande do Sul (MACHADO, 1989).

Prática comum também no jornal era despedir jornalistas que iam contra aos “amigos da casa” e contratar aqueles indicados por tais “amigos”. Dois casos ilustram essa situação. O primeiro deles foi o caso de demissão do redator Vianna Moog, em função de ter publicado, em 1936, uma crônica no jornal criticando, indiretamente, o embaixador Oswaldo Aranha. Oswaldo Aranha, além de ser o nome mais cotado para suceder Getúlio Vargas e amigo pessoal de Breno Caldas, havia impedido em 1929 a venda do Correio do Povo a Assis Chateaubriand, o que concedia certa dívida pessoal do jornal com o político. O segundo foi o caso da contratação do jornalista Arlindo Pasqualini em 1930, a pedido do seu irmão, político e senador, Alberto Pasqualini. Arlindo Pasqualini tornou-se um dos principais jornalistas do Correio do Povo.

A rede de relações do empresário contribuía diretamente para determinar o recrutamento e contratação dos jornalistas e, além disso, oferecia aos repórteres possibilidades de carreira. É o caso de jornalistas que atuando em certos setores do jornal conquistavam empregos na burocracia pública, como exemplo está o jornalista Marco Antônio Kramer que começou como repórter do setor de militares no “Correio do Povo”, ascendeu à direção da sucursal do “Correio” em Brasília e em seguida foi convidado para ser porta voz da presidência e para presidir a EBN, reforçando assim os laços da Caldas Júnior, uma vez que se tornava um apoio à empresa dentro do Estado.

Essa rede mantida por laços de amizade instrumental implicava uma ajuda mútua entre os parceiros em que a troca de favores se tornava um componente fundamental. E quanto mais extensa ela for e mais influentes forem os amigos, mais influente pode ser a pessoa, uma vez que permite acesso a recursos materiais e simbólicos, alargando assim suas esferas de manobra social. Estabelecidas no trabalho, e ainda reforçadas nos espaços de lazer, essas redes, que se formavam através de amizade, parentesco e aliança política, possuem importância dependendo das situações e dos fins para os quais eram mobilizadas. As obrigações e os compromissos que envolvem os vínculos constituem as regras que estruturam as ações daqueles que participam de uma rede de relações pessoais. Nesse sentido, fazer um favor requer necessariamente uma ação compensadora por parte daquele que o recebe. Do mesmo modo que a troca de serviços e favores dá início a relações pessoais, os presentes, além de serem concedidos a pessoas com as quais já se estabelecem vínculos diversos, contribuem para aproximar aquele que presenteia daquele que recebe, impondo novas relações (BEZERRA, 1995). As homenagens e as condecorações, como as recebidas por Breno Caldas pelos governos militares, podem ser entendidas como um meio pelo qual se busca estabelecer uma relação de proximidade. O Estado, ao prestigiar simbolicamente certos empresários, cria as condições para obtenção de benefícios, pois aquele que recebe o “presente” fica comprometido, vendo-se na obrigação de retribuí-lo.

Assim, a influência de Breno Caldas estava respaldada nas relações diversas que estabelecia, especialmente com o universo da política governamental. As relações estabelecidas pela Caldas Júnior, centradas, sobretudo, na pessoa de Breno Caldas, possibilitou outros tipos de investimentos da empresa no setor de comunicação. Os investimentos da empresa no setor televisivo, bem como a renovação de seu equipamento técnico e modernização revelam as relações que o empresário mobilizou. A motivação ao investimento no setor televisivo ocorreu em função da concessão para a televisão que o

empresário já possuía e que havia passado o prazo, pois tinha a concessão e não havia criado a emissora de televisão. O governo, que naquele momento, estava investindo no setor e já havia liberado várias concessões, estava pressionando: ou criava a televisão ou perdia a concessão. Para não perdê-la, Breno Caldas precisou acionar seu conjunto de relações, entrou em contato com o general Geisel, candidato à sucessão do então presidente Médici e que havia oferecido ajuda ao “Correio do Povo”, e conseguiu nova concessão. Conforme relatou em entrevista:

Eu estava naquela de faz não faz...Hesitava muito. E aí o presidente Médici me disse: “Vai em frente! A TV Guaíba vai dar certo!”. Nesse meio tempo, enquanto pesávamos os prós e contras, a concessão da TV caducou, e eu mandei o Francisco Antônio, meu filho, que era gerente da empresa, à Brasília para falar com o General Geisel, que era candidato à sucessão de Médici e tinha se oferecido para ajudar o Correio do Povo no que precisasse. E ele deu um jeito. No ministério das Comunicações, arrumaram uma interpretação da lei para que nós pudéssemos recuperar a concessão da TV: cassaram a concessão antiga e nos deram uma outra, mediante nova concorrência (MACHADO, 1987, p.29).

Nesse momento, Roberto Marinho, empresário do ramo das comunicações em nível nacional, propôs a Breno Caldas tornar o canal de televisão filial da Rede Globo no Rio Grande do Sul e o mesmo não aceitou, pois queria ter controle sobre o seu próprio negócio:

O Roberto Marinho quando eu comecei a movimentar a questão da TV, me mandou um recado: “não te metas em televisão sem conversar comigo antes”. O Roberto marinho é muito meu amigo e soube da minha intenção de entrar em televisão...O Roberto Marinho é claro – e por certo com toda razão -, pensava em criar, na verdade, uma televisão dele aqui, quando me fez a oferta. E eu queria uma televisão minha, que eu manobrasse, com a minha orientação. E isso, é claro, só seria possível se eu tivesse o controle do negócio (MACHADO, 1989, p.30).

Convém mencionar que Roberto Marinho despontava, nesse momento, como grande empresário no ramo das comunicações e que também contava com apoio dos militares e de verbas publicitárias estatais. Conforme relata Herz (1989), durante o processo da comissão parlamentar de inquérito, instaurada contra a empresa em 1966, para investigar a utilização de capital estrangeiro, as relações estabelecidas entre Roberto Marinho e os militares presidenciais, como Castelo Branco e, posteriormente, Costa e Silva, contribuíram para a emissão de muitos pareceres favoráveis à empresa e sua legalização. Isso significa que não só em nível local, mas também em nível nacional as relações pessoais com o Estado constituíam maneiras de estruturar esses espaços e de fazer com que funcionassem, permitindo, inclusive, a ascensão empresarial. Nesse contexto, a concorrência entre os jornais e as empresas jornalísticas acontecia em torno dos benefícios oferecidos pelo Estado.

O fato do proprietário da Caldas Júnior ter negado a oferta do seu “amigo” o fez investir rapidamente no setor televisivo e os empréstimos aumentaram. Para se livrar da situação falimentar em que se encontrava, o proprietário do “Correio do Povo” recorreu a sua rede de relações e acionou o general Golbery de Couto e Silva, que havia sido seu colega no Colégio Militar em Porto Alegre e que naquele momento, era chefe da Casa Civil do governo de João Figueiredo; contou também com a participação de toda a equipe econômica liderada pelo Ministro da Fazenda Delfim Neto para realizar o resgate da situação da Caldas Júnior. Seria feita a consolidação de todos os débitos através de um empréstimo da Caixa Econômica Federal, aprovado pelo Conselho Econômico Social.

Entretanto, o socorro não cumpriu o objetivo e foi sugerido a Breno Caldas, por Delfim Neto, que ele utilizasse a resolução 63 que permitia o empréstimo em dólares. O empréstimo foi feito, e, com a má valorização da moeda em 1979, as dívidas cresceram o que o levou a fazer mais empréstimos no Banco do Brasil, Caixa Federal e Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Em função dessa dívida, Breno Caldas propôs ao governo a consolidação delas no Banco do Brasil. Assim, todas as dívidas seriam reunidas e unificadas no Banco do Brasil e como garantias seriam oferecidos bens particulares. Contudo, a consolidação da dívida que havia sido aceita pelo presidente do Banco do Brasil foi sendo adiada e obstáculos foram surgindo na aceitação dos bens do empresário até que foi negada a unificação. No início de 1980, Breno Caldas teve a primeira execução ajuizada promovida pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse período, o governador do Estado era Amaral de Souza, com quem o referido proprietário do jornal não estabelecia “boas relações” e já havia se desentendido algumas vezes, portanto, não poderia recorrer ao governo estadual. Logo depois vieram as execuções do Banco do Brasil e Caixa Federal (GALVANI, 1995).

Depois de vender algumas propriedades, Breno Caldas, já sem recursos para manter o jornal, pediu emprestado ao diretor da CORAG (imprensa oficial do Estado) equipamentos para colocar o “Correio” nas ruas novamente. Mas Maurício Sirotsky Sobrinho, dono do jornal “Zero Hora” e da “Rádio Gaúcha”, os principais concorrentes da Caldas Júnior, soube da regalia e entrou em contato com o então governador do Estado, Jair Soares, de quem era “amigo pessoal”, pedindo-lhe que fosse dado o mesmo tratamento. Tal situação levou o governador a desautorizar os empréstimos das máquinas. Breno Caldas logo após decretar falência, relatou em entrevista sua visão dos fatos:

O Jair fez uma ursada comigo. O Jair é como os outros políticos (...) Mas naquela época quando ele pôde, ele saltou fora. Ele prometeu que ia providenciar, eu fui para o jornal e nada! Tudo ficou muito claro: ele queria deixar a coisa acontecer mesmo! Queria que o Correio não conseguisse circular... O Jair era muito ligado a um grupo de concorrentes nossos. Eles têm defunto enterrado juntos. Eu já sabia, mas aquilo foi a confirmação. Ele me ursou mesmo! (MACHADO, 1989, p.55)

Pode-se perceber, nessa declaração, a importância que as relações de amizade assumem para atingir determinados objetivos ou conseguir algumas vantagens. Ao falar “ele me ursou mesmo”, “fez uma ursada comigo”, o empresário contesta os procedimentos desleais e a traição, ao mesmo tempo em que menciona que a política funciona nessas condições quando se refere a Jair “como os outros políticos”. Além disso, convém observar que as incompatibilidades e as desavenças pessoais são vistas e apresentadas como explicação para o sentido que tomam certos fatos. Quando Breno Caldas afirma que Jair “era muito ligado a um grupo de concorrentes nossos e por isso queria que o Correio não conseguisse circular”, ele está considerando que o governador era amigo de outros e por isso deveria atender ao pedido desses amigos.

Para melhor compreender como as desavenças pessoais são apresentadas como justificativas para o desenrolar dos acontecimentos, torna-se interessante mencionar as relações estabelecidas entre Breno Caldas, Amaral de Souza e Jair Soares. Amaral de Souza desentendera-se com Breno Caldas quando era ainda vice-governador do Estado devido a uma publicação do jornal “Folha da Manhã” afirmando que a festa de 15 anos da filha de Amaral havia sido paga com o dinheiro dos cofres públicos. Tal matéria gerou certos mal entendidos entre o jornal e o vice-governador. Mas esse mal entendido foi reforçado em outras ocasiões. Durante um almoço organizado pelos militares para obterem informações a respeito da aceitação dos empresários quanto à possibilidade de tornar Amaral de Souza governador do Estado, o proprietário da empresa Caldas Júnior afirmou: “O Amaralzinho está abaixo do nível necessário...Falta-lhe, pelo menos um palmo e meio. Em todos os sentidos. Físico, pessoal e moral” (MACHADO, 1987, p.42).

Além de Amaral, Jair Soares se desentendera também com o referido empresário. Um dos desentendimentos está relacionado ao fechamento da Borregard, fábrica de celulose instalada na cidade de Porto Alegre. Nessa época, Jair Soares era Secretário da Saúde e, conforme relata Galvani (1995), havia ficado isolado, sem qualquer respaldo público e político, depois do fechamento da fábrica em função de uma campanha antipoluição liderada pela Caldas Júnior. A campanha iniciada pelo Correio do Povo atingiu tais proporções que, segundo Jair Soares em depoimento a Galvani (1995), o governador ficou contra a parede.

Devido ao mau cheiro provocado pela fábrica em dias de vento e por ter poluído parte do Rio Guaíba, caso a empresa não resolvesse o problema, teria de fechar. Nesse momento comentavam a Jair Soares: “Fechaste a fábrica só porque ela cheirava no nariz do Breno?” (GALVANI, 1995, p.479).

Breno Caldas em entrevista logo após a venda da empresa em 1984 para o agropesqueiro Renato Ribeiro, ao falar de sua falência relatou:

O fato é que todos, por motivos misteriosos, ou, pelo menos, por motivos que até hoje não estão bem claros para mim, me faltaram (...). (MACHADO, 1987, p.34)

Era uma empresa completamente saudável. Nós não tínhamos problema algum. Tínhamos contas credoras em trinta e oito bancos! Em tudo que era banquinho de Porto Alegre havia uma conta do Correio do Povo. Eu era disputado...Todo mundo me disputava como depositante. Quer dizer, não a mim, pessoalmente, mas ao Correio do Povo...(…) Mas lembro uma história que ilustra melhor do que qualquer balanço a nossa situação. Foi aquele banco...o Sulbrasileiro...no tempo em que o coronel Hélio Prates da Silveira, presidente do banco, era governador de Brasília. Surgiram denúncias nos jornais em relação a uns negócios com apartamentos em Brasília. O Correio do Povo simplesmente noticiou o que aconteceu; não inventou nada. Recebi um recado do coronel Prates dizendo que não podia ser, que decidira “romper relações com o Correio do Povo”. Mandei ver qual era o saldo que nós tínhamos no Sulbrasileiro... Ele queria cortar relações com o Correio do Povo? Muito bem, então o Correio do Povo é que ia cortar relações com o banco! Fiz um cheque com todo o saldo e mandei descontar...Foi uma correria...(risos). Eles não tinham dinheiro disponível pra cobrir o saldo do Correio do Povo! Pediram tempo para pagar o cheque...Tu vê... a situação era assim.. (...) .eu achava que estava indo tudo bem. E aí aconteceu! Veio tudo ao mesmo tempo...Surgiram as dificuldades...do ponto de vista jornalístico, financeiro, trabalhista...tudo ao mesmo tempo!E eu fiquei muito só...(MACHADO, 1987, p. 27).

O que se percebe nessas citações e em declarações como “o fato é que todos me faltaram ou eu fiquei muito só” é a quebra de expectativas que se tem com relação aos *amigos* e a atuação destes em termos práticos e instrumentais. Os vínculos e as ligações estabelecidas com a política parecem não ter rendido os frutos que se esperava, o que se confirma também em outra declaração do empresário no momento em que pediu ajuda ao governo para sair da situação falimentar em que se encontrava:

Eu queria apenas as vantagens usuais, digamos assim, as facilidades legais e legítimas que pudessem ser concedidas a qualquer grande empresa. Eu ainda tenho as minhas dúvidas...Mas acho que Delfim estava a par de toda essa velhacaria que fizeram comigo. É uma impressão íntima. Impossível acontecer tudo o que aconteceu comigo sem o conhecimento dele. Até mesmo porque eu tive contatos frequentes com ele, em várias oportunidades. E ele sempre dizendo que eu não me preocupasse...sempre acenando com coisas...que ia me arrumar um negócio aqui, outro ali, um negócio com o Moreira Salles...até com o Roberto Marinho ele me falou em arrumar alguma coisa...Mas a verdade é que ele nada fez para minimizar as minhas dificuldades ou viabilizar uma saída. (MACHADO, 1989, p.38).

A referência a “vantagens usuais” ou “facilidades legítimas” é reveladora da concessão de benefícios tomados como comum entre governo e empresas. O governo atuava como mediador dos interesses empresariais possibilitando um “negócio aqui, outro ali” para aliviar a situação das empresas em casos de dificuldades, “viabilizando uma saída”. Quando isso não acontecia, como no caso acima, o estado em que se encontrava a empresa poderia ainda atingir proporções maiores, levando inclusive à falência. O Estado torna-se o grande financiador e promotor de um mercado jornalístico e a concorrência entre os jornais revela uma disputa também pelos apoios que o Estado pode oferecer.

Mas para ter acesso às “vantagens usuais” é necessário estabelecer uma relação com os governantes em que haja uma reciprocidade nos benefícios, ou seja, as vantagens podem ser concedidas, ao mesmo tempo em que são também recebidas.

Um comentário de um sujeito ligado ao governo me marcou muito naquela época. Ele me disse em tom confidencial: “Vou contar uma coisa ao senhor, Dr. Breno. O senhor não é considerado homem de confiança do governo. Mas como?- eu me surpreendi. Sim... é que o senhor não é confiável... até o fim!” Conversando, conversando, o sujeito foi me dizendo essas coisas. A impressão dele é que o pessoal do governo sentia que não podia contar comigo sempre, em qualquer circunstância... que eu era ótimo e enquanto estivesse aliado a eles, mas de repente, podia não estar mais, pois não tinha qualquer outra ligação que não fosse uma vinculação volitiva. Eles achavam que não podiam contar comigo porque eu não aceitaria um compromisso. “O Breno é muito nosso amigo, mas não é incondicional”- era assim que eles me viam. E tinham razão. (MACHADO, 1989).

Observa-se, na citação acima, a importância que a “confiança” e a “incondicionalidade” assumem para as ligações baseadas nas redes pessoais e como isso é usado publicamente para justificar o rumo que tomam certos acontecimentos, no caso, a falência. As relações pessoais que funcionam com base na amizade têm como regra a confiança de que certos favores serão concedidos e que a reciprocidade e a aliança não serão quebradas. A troca de favores é uma das finalidades das alianças diádicas e permite, ao aliado, demonstrar interesse na união. Nesse sentido, a incerteza de que o ciclo de reciprocidade será mantido pode transformar o amigo ou o aliado em um potencial inimigo, uma pessoa que pode criar dificuldades e obstáculos (BEZERRA, 1995).

Ainda é possível mencionar que os aliados de longa data podem perder a sua importância e atratividade quando aliados mais úteis entram em cena. Isso está relacionado ao fato de que as alianças são formadas porque ambos aliados esperam ser úteis. As necessidades e os recursos utilizados por aqueles que estão envolvidos nessas relações mudam com o

passar do tempo. É devido a esses motivos que a confiabilidade dos aliados é fundamental para aqueles que se engajam na construção de vínculos pessoais.

O processo de falência da Caldas Júnior e o fechamento temporário de seus jornais e emissoras de rádio provocou uma crise no mercado de trabalho jornalístico em meados da década de 1980 e uma reorientação na carreira de muitos jornalistas que nessa empresa atuavam, pois a demissão fez com que muitos tivessem que mobilizar uma série de recursos acumulados dentro da própria empresa para permanecer no jornalismo ou iniciar outras formas de investimento nessa atividade, como se verá no capítulo VI desta tese. Alguns conseguiram emprego na empresa concorrente que estava em ascensão (RBS) e outros montaram seu próprio negócio na área de comunicação, como empresas de consultoria e assessoria de imprensa tendo que acionar um conjunto de contatos e relações conquistadas durante o exercício do jornalismo na Caldas Júnior. Os vínculos da empresa com certos setores e pessoas ofereceram possibilidades aos jornalistas em termos de carreira e atuação profissional. Vários casos podem ser citados de jornalistas que através dos vínculos da empresa com o setor estatal conquistaram postos na burocracia pública. Em suma, nota-se que a maneira como se estruturou o espaço jornalístico ofereceu aos jornalistas condições para um acúmulo de capital de relações sociais capazes de serem mobilizadas para ampliar os espaços de atuação profissional ou para redirecionar os rumos da carreira.

2.6.2. RBS e Rede de Relações Sociais

A Rede Brasil Sul iniciou com a “Rádio Gaúcha”, adquirida pelos irmãos Jaime e Maurício Sirotsky. Mais tarde, em 1970, os irmãos adquiriram o jornal “Zero Hora”³³ e a concessão para televisão, dando início à empresa de telecomunicações³⁴. O canal de televisão, denominado inicialmente de “TV Gaúcha”, surgiu como transmissora da programação da Rede Globo de Telecomunicações no estado.

Contudo, a empresa que se destacou e cresceu na década de 1980, período da situação falimentar em que se encontrava a Caldas Júnior, contou com Fernando Ernesto Corrêa como

³³ Tal jornal era o nome dado ao antigo “Última Hora” gaúcho que, devido às tensões políticas do golpe militar, foi fechado e vendido a uma nova empresa.

³⁴ Atualmente a RBS possui no Rio Grande do Sul as rádios AM “Gaúcha”, “Farroupilha” e “1.120. Em Santa Catarina conta com as rádios AM “Diário da Manhã” de Florianópolis e “Princesa”, em Lages. Do complexo de rádios FM conta com a “Atlântida”, “Itapema” e rádio “Cidade”. Dos jornais diários, no Rio Grande do Sul, o grupo possui o “Diário de Santa Maria”, na cidade de Santa Maria, o “Pioneiro”, que atinge a região do Vale dos Sinos, “Zero Hora” e “Diário Gaúcho” ambos em Porto Alegre. No estado de Santa Catarina: “Diário Catarinense” e “Jornal de Santa Catarina”. Ainda detém o canal a cabo “TV COM” e “Canal Rural” e o canal aberto “RBS TV” com transmissão da programação da Rede Globo de televisão e produção local.

um dos principais articuladores e também fundadores que, com o tempo, passou a atuar como interlocutor junto ao poder central, participando de entidades ABERT, ANJ e atuando na constituição de 1988.

[...]E é nessa condição que se torna um importante delegado dos meios de comunicação durante a elaboração da constituição de 1988, a par do permanente acompanhamento dos trabalhos normais do Congresso Nacional. Sua atuação junto aos detentores do poder não se cingiu a Brasília. Autoridades dos três poderes que vinham ao Sul, a convite ou não da RBS, passaram a ser recepcionados na Serra Gaúcha na residência de Corrêa, em Canela. Fazia parte da estratégia de relacionamento da empresa, que, segundo depõe Fernando Ernesto, em nenhum momento precisou recorrer a meios condenáveis como o tráfico de influência: “Nesses anos todos lembro só o caso de um assessor do ministro Hugo Napoleão que insinuou um dinheirinho para uma ajuda e lhe dei um corridão”. Fernando, nos contatos com o Ministério das Comunicações, sempre se valeu do relacionamento com amigos que atuavam naquele órgão, como os advogados gaúchos Mário César Degrazzia Barbosa e Poty Chabalgoity, e de pessoas do segundo e terceiro escalões do ministério, que acabavam facilitando a tramitação de processos. Assim, os processos da RBS andavam com mais rapidez do que os encaminhados pela Rede Globo diretamente ao ministro e até o presidente da República. Homem-chave da RBS em Brasília, primeiro com o apoio dos primeiros diretores, Julio César Pacheco e Edgar Laurent, depois com a contribuição de Ana Amélia Lemos, ajudou a transformar a sucursal do DF em autêntica embaixada do Rio Grande e de Santa Catarina na capital da República. Fernando Ernesto teve papel importante e decisivo nas relações institucionais da empresa na Praça dos Três Poderes. Embora ele diga que sua ação só chegava ao nível de ministros (“com presidente da República é conversa para dono de empresa...”), Fernando sabia como ninguém chegar aos seus objetivos, levando para as áreas técnicas do governo a colaboração valiosa de engenheiros como os diretores da RBS TV, Ivo Facca e Fernando Ferreira, ou usando seu charme e ramos de flores para conquistar a simpatia da filha do ministro Quandt de Oliveira, que era a todo-poderosa auxiliar do Ministério das Comunicações (SCHIRMER, 2002, p.54-55).

Dessa declaração, pode-se destacar dois aspectos fundamentais: o primeiro referente ao funcionamento da imprensa, o segundo referente às mudanças estabelecidas nas relações entre empresa de comunicação e governo. O primeiro aspecto é concernente ao quanto recorrer às relações pessoais para obtenção de benefícios e serviços constituem uma prática recorrente, concebida como natural e legítima, contrariamente ao que ocorre com práticas como suborno, corrupção e “tráfico de influências” tidas como condenáveis. Nota-se que o bom relacionamento e a amizade com pessoas que ocupam posições destacadas podem contribuir para agilizar processos “facilitando a tramitação”. Esse tipo de relacionamento com pessoas-chaves permite usufruir de um tratamento que contribui para superar os limites da formalidade. Assim, um amigo bem posicionado pode fazer com que um processo, que dentro das suas formalidades pode levar meses e até anos para ser analisado, seja rapidamente encaminhado. Além disso, como se tem mostrado, a doação de presentes, conforme a declaração que salienta que “usando seu charme e ramos de flores para conquistar a simpatia

da filha do ministro, a todo-poderosa auxiliar do Ministério das Comunicações”, constitui um meio através do qual se procura estabelecer uma relação de proximidade com os ocupantes de cargos públicos, envolvendo-os em obrigações e criando condições para a obtenção de benefícios ou de um tratamento privilegiado por parte daqueles que ocupam tais posições. O segundo aspecto que merece destaque está relacionado à necessidade, apresentada no relato, da diversificação dos contatos, não se restringindo apenas ao poder central, mas abarcando os três poderes para conquistar espaços e ampliar as relações. O contato com várias pessoas que atuam nesses poderes, desde o segundo e terceiro escalão até postos-chaves, permite vantagens maiores do que o contato direto apenas com ministros ou com o presidente da República.

Cabe ressaltar que, diferentemente do caso da empresa Caldas Júnior, onde as relações centravam-se na pessoa do proprietário Breno Caldas e davam-se diretamente entre ele e o poder governamental; no caso da RBS, a empresa valeu-se da atuação de intermediários. Os intermediários não desempenham funções públicas, nem ocupam cargos públicos, sua atuação é fora do Estado, mas por circularem nesse meio eles acumulam certo poder e uma relação especial com a máquina pública. Sua influência e poder resultam do conhecimento que adquirem do funcionamento da esfera governamental e das relações informais mantidas com as pessoas responsáveis pela operacionalidade do sistema, conforme visto na citação acima. Por essa via, eles conseguem fazer com que as necessidades da empresa recebam um tratamento particular, contribuindo, muitas vezes, para transformar os interesses da empresa em interesses e ações do Estado. Sua função é transformar interesses privados em acordos institucionais. Os intermediários são “peças-chaves” que ajudam a resolver os problemas e as dificuldades da empresa junto ao Estado, acumulando ao mesmo tempo conhecimentos técnicos e pessoais. Apesar de não estar centrada na relação direta com a pessoa do proprietário, a lógica que constrói a relação estabelecida pelos intermediários é a mesma, ou seja, baseada nos termos da lógica pessoal. Tal lógica envolve troca de favores, bens e serviços, bem como uma série de compromissos, reciprocidades, lealdades e retribuições, que são próprias das relações pessoais (BEZERRA, 1995).

Entretanto, as ligações da empresa com a política não se limitaram ao estabelecimento desses intermediários. Em 1986, com a vitória do PMDB, o nome de Maurício Sirotsky Sobrinho passou a ser cogitado para se tornar candidato de consenso ao governo do Rio Grande do Sul.

Lideranças de vários partidos, desde o governador Jair Soares ao PMDB, asseguraram apoio à iniciativa que acabou tendo o aval do presidente José Sarney. E a formalização do convite do presidente a Maurício foi atribuída ao ministro da Educação Jorge Bornhausem (SCHIRMER, 2002).

O convite não chegou a ser formalizado porque Maurício Sirotsky faleceu antes que isso acontecesse. Na citação abaixo, podemos observar mais elementos da relação entre a empresa e a política governamental.

Fernando Ernesto Corrêa, no entanto, um dia em Brasília viveu um episódio insólito e constrangedor, no gabinete do então ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães (ACM), em reunião na qual se discutiam questões daquela área no projeto da nova constituição. Fernando Ernesto, como vice-presidente da ABERT e falando no tom que lhe é característico, quase gritando, foi interrompido por ACM: “O senhor se retire daqui. Eu não admitiria nem que o Dr. Roberto Matinho viesse me falar nesse tom”. Só restou a Fernando Ernesto retirar-se e depois, através do secretário geral do ministério, Rômulo Villar, explicar a ACM que seu jeito de falar era aquele...O episódio acabou entrando para o folclore político de Brasília. Fernando Ernesto passou a baixar o tom nos encontros com ACM e se tornou grande amigo do seu filho, deputado Luís Eduardo Magalhães. (A amizade com Luís Eduardo Magalhães quase levou Fernando Ernesto Corrêa a entrar na política. Quando a candidatura de Luís Eduardo à sucessão de Fernando Henrique Cardoso começou a se desenhar, Fernando Ernesto assinou ficha no PFL disposto a apoiá-lo. Mas sua tentativa de incursão na política ficou frustrada com a morte prematura do deputado baiano) (SCHIRMER, 2002, p. 56).

Como salientado anteriormente, as relações de natureza pessoal podem ocorrer através de distintas ligações: de parentesco, de patronagem, de amizade, de apadrinhamento, de alianças políticas, de camaradagem, de conhecimento. O vínculo estabelecido entre pessoas da mesma família, ou nos locais de trabalho, na amizade e nas alianças políticas adquire importância em função das circunstâncias em são acionadas (BEZERRA, 1995). Até o momento, foi apontada uma série de ligações de natureza pessoal cujo elo principal em jogo era a amizade instrumental. No entanto, no caso acima declarado, há indícios de uma ligação pessoal cuja base não é a amizade, nem as alianças políticas, mas a patronagem. Como evidenciam as propostas que visam analisar esse tipo de relação, a patronagem envolve pessoas que ocupam posições díspares e assimétricas no espaço social. A desigualdade de poder que existe entre essas pessoas pode ter como base distinções econômicas, *status*, prestígio ou ainda acesso a recursos. Da mesma forma como nas relações de amizade, a patronagem envolve uma série de troca de favores, bens e serviços, porém entre pessoas que ocupam posições desiguais.

Nesse sentido, quando Antônio Carlos Magalhães afirma que “não admitiria nem que o Dr. Roberto Matinho viesse lhe falar nesse tom”, ele está instaurando a sua capacidade de controlar a situação e de impor quem tem mais “poder” naquele contexto, como também está definindo, dentre outras coisas, quem pode alterar o tom de voz. Fernando Ernesto Correa, quando se submete a ordem retirando-se da sala e explicando posteriormente o motivo de sua atitude “alterada”, aceita a condição de que eles estão em posições desiguais. Ao mesmo tempo, outros vínculos pessoais são estabelecidos, como o caso da amizade com Luís Eduardo Magalhães. Vínculos com a mesma natureza pessoal, mas que se baseiam em ligações distintas: amizade, patronagem e ainda alianças políticas através de inserção em partidos.

Além desses vínculos, a RBS inseriu-se em diversos espaços, atuando em entidades e associações nacionais e de cunho internacional. Jayme Sirotsky foi presidente da “Associação Nacional de Jornais” em dois mandatos (1987/1988 e 1992/1994); presidente da “Associação Mundial de Jornais” e integrou o comitê executivo e a vice-presidência da “Federação Internacional de Editores” de Jornais. Em 1980, participou, como fundador, do “Conselho Nacional de Auto-Regulamentação”, órgão criado por iniciativa de várias entidades reunindo propaganda, meios de comunicação e anunciantes com o objetivo de estabelecer normas. Além de ter atuado como vice-presidente do “Conselho Nacional de Comunicação” em 2002. A RBS teve presença destacada na criação da “Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão”, na “Associação Rio Grandense de Emissoras de Rádio e Televisão”, em 1963 e na “Associação Nacional de Jornais”, em 1979. Atualmente, o presidente dessa última é Nelson Sirotsky Sobrinho, presidente da RBS.

Na década de 1990, a RBS, sobretudo o jornal “Zero Hora” o seu principal jornal de circulação regional, iniciou um processo de modificações na estrutura interna, na tentativa de se “profissionalizar”, seguindo os moldes dos jornais do centro do país que já haviam passado por tais reformulações. Essas reformulações incluíam mudanças nas editorias, diversificação das funções e a inclusão de concurso interno para selecionar novos jornalistas. Para fazer tais reformas, foi contratado o jornalista Augusto Nunes que já havia participado das reformas do jornal “O Estado de São Paulo” em 1988.

Os investimentos da empresa pretendiam atingir proporções maiores na área das telecomunicações. Em 1996, a RBS associa-se e, depois, assume o controle da “Companhia Rio Grandense de Telecomunicações” em parceria com a “Telefônica” da Espanha. Mas o ingresso da empresa nesse setor provocou denúncias quanto à aquisição da Companhia. Essas

denúncias estavam relacionadas ao fato de que o governador que iniciou o processo de privatização da CRT em 1994, permitindo a venda de 35% do capital com direito a voto da Companhia, Antônio Britto, havia sido ex-repórter da “Zero Hora” e ex-diretor de jornalismo da “RBS TV”. Além disso, as denúncias afirmavam a ampla vantagem do candidato Antônio Brito na cobertura eleitoral de 1994 realizada pelos veículos de comunicação da empresa.

Outras ligações da empresa com a política governamental seriam ainda fontes de denúncias por parte de grupos como o “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação” e o “Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul”. Em final de 2002, a RBS anunciou como vice-presidente executivo Pedro Parente, Ministro Chefe da Casa Civil do governo Fernando Henrique Cardoso que, depois de deixar o cargo, assumiria a vice-presidência da empresa em fevereiro de 2003. As denúncias apontavam o favorecimento de Pedro Parente a empresas de comunicação assinalando que o ministro estava envolvido na medida provisória número 70, editada em 1º. de outubro de 2002 que alterou as regras de controle das empresas de radiodifusão permitindo novas concessões e capital estrangeiro na mídia. As acusações salientavam que Pedro Parente havia sido liberado da quarentena (período de quatro meses) exigida para servidores que ocupam cargos no primeiro escalão e que migram para iniciativa privada³⁵.

A relação que os dirigentes das empresas de comunicação mantêm com o governo pode ser efetuada também pela migração de pessoas que ocupam posições em órgãos estatais a empresas privadas ou vice-versa. Essas pessoas ao exercerem funções em instituições públicas acumulam informações sobre a dinâmica da burocracia governamental e, ao mesmo tempo, estabelecem uma série de relações com a política governamental que podem inclusive ser acionadas para atender os negócios das empresas às quais estão vinculados (BEZERRA, 1995).

Além desses investimentos, a RBS assim como outras do ramo das comunicações no Brasil, está concentrando seus esforços em atividades sociais envolvidas na “responsabilidade social” da empresa. Essa “responsabilidade social” traduz-se em projetos de ajuda a comunidades e grupos carentes em que a empresa se atribui um papel essencial na “construção da cidadania brasileira” e na definição de problemas que merecem cuidados do Estado. Tais projetos de “responsabilidade social” legitimam o papel das empresas como atores sociais diretamente envolvidos na política estatal. Iniciados em 1982, com a criação da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, esses projetos ganham fôlego a partir de 1995 quando

³⁵Dados divulgados na revista: Cadernos de Porém, n. 1, novembro de 2003, Porto Alegre.

a empresa redireciona seus investimentos e muda de ação filantrópica e de assistência social “para agência de fomento ao desenvolvimento econômico e social”. Nesse novo momento, a Fundação buscou parceria com uma assessoria alemã que prestava serviços técnicos ao Estado (SCHIRMER, 2002). A Fundação, além de seus projetos que concorrem anualmente a prêmios como os de Responsabilidade Social, criados por órgãos estatais como Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, presta assessoria para empresas que desejam realizar projetos sociais.

Esses dados permitem revelar que a empresa RBS precisou mobilizar um conjunto diversificado de vínculos sociais para ter acesso a determinados recursos, materiais ou simbólicos. Esses vínculos compreendem alianças políticas, como inserção em partidos, laços de amizade e ainda ligação de patronagem compondo assim uma rede de relações distintas. O conjunto dessas relações pessoais estabelecidas constitui uma rede social que é comumente definida como “matrizes de vinculações sociais” ou ainda “campos sociais constituídos de relações entre as pessoas”. Essas redes incluem todas as pessoas que se encontram em um determinado espaço social e que estão próximas, direta ou indiretamente, umas das outras, ocupando posições iguais ou desiguais (LANDÉ, 1977). O êxito das estratégias da RBS está relacionado à diversificação das atividades e ampliação das redes, incluindo não só redes pessoais, de amizade, políticas; mas também redes institucionais.

2.7. A Diversidade e a Extensão das Redes Sociais

Este capítulo permite mostrar que o exercício do jornalismo, no Brasil, consolidou a formação de um capital de relações sociais diversificado. Isso é percebido tanto no que diz respeito às trajetórias dos jornalistas em diferentes períodos e as relações que estes estabeleciam com outras esferas sociais, como no que concerne à dinâmica de funcionamento dos jornais e veículos e os vínculos estabelecidos entre as empresas de comunicação e a política governamental. Tais relações e laços sociais constituem-se como modalidades específicas de capital social ao qual é possível acionar em determinadas situações.

Pode-se, então, notar que, as transformações que afetaram a “condição de jornalista” em períodos distintos da história do jornalismo estão associadas às características daqueles que investiram no jornalismo, como no caso da entrada dos escritores e políticos no início dessa atividade. Percebe-se também, as relações do jornalismo com outras esferas sociais, em especial aquela do universo da política, seja por meio de partidos políticos, de governos ou do Estado, as quais se mostraram determinantes para constituição do jornalismo no Brasil. O

ingresso de políticos e escritores contribuiu para fazer do jornalismo uma atividade permeada por características provindas desses universos. A própria figura do repórter, como marco do desenvolvimento de um jornalismo brasileiro, aparece associado tanto à literatura, como à política, constituindo-se como profissional que vai “desvendar” e “descobrir” o Brasil. Além disso, o jornal como empreendimento e como grande empresa desenvolveu-se associado às dependências estabelecidas com a política governamental.

A título de comparação, no caso do jornalismo americano a bibliografia tem demonstrado que o surgimento e o desenvolvimento dessa atividade nesse país estão associados à lógica empresarial e àquela do mercado. Foram essas as condições que transformaram o jornal em grande negócio, e fizeram com que ele se voltasse para a publicidade já no final do século XIX. O investimento das ações das empresas jornalísticas na bolsa de valores, em meados do século XX, tornou essa relação ainda mais drástica, fazendo com que as empresas se caracterizassem pela obtenção de lucros. Esse foi um dos fatores que contribuiu para fazer do jornalismo americano uma profissão com um “saber fazer” próprio já nos primórdios dessa atividade, assim como permite compreender a extrema importância que assumem as relações de força entre campo econômico e jornalístico nos Estados Unidos. Já no que diz respeito à França, o jornalismo constituiu-se sem um investimento específico nesse ofício. O jornalismo, nesse caso, era realizado por literários e políticos que não faziam dessa atividade um ofício à parte, mas exerciam-no como uma posição de espera para as verdadeiras carreiras políticas ou literárias. Os jornalistas dedicavam-se à carreira política dentro do jornalismo ou investiam na literatura. Essa característica genética do jornalismo francês permite compreender as relações de força estabelecidas entre o jornalismo, o campo político e o campo cultural nesse país (NEVEU, 2001, CHALABY, 2003).

No caso do Brasil, o jornalismo não se constituiu distinguindo-se da literatura e da política, como nos Estados Unidos, nem se voltando essencialmente para uma dessas esferas, como no caso da França; desenvolveu-se associando, simultaneamente, literatura, política e jornalismo, mesclando as relações estabelecidas nesses espaços. A importância das habilidades desenvolvidas na literatura para o exercício do jornalismo e para a política já era percebida por aqueles que investiam nos jornais. O relato abaixo, de Sílvio Romero, demonstra o quanto essas esferas e as habilidades por elas proporcionadas estavam associadas.

[...] No Brasil, mais ainda do que nos outros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política, que, no regime parlamentar e até no simplesmente

representativo, exige que seus adeptos sejam oradores. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o literato é jornalista, é orador e é político. Às vezes aparecem, pelo menos, conjugadas as duas primeiras [...] (ROMERO apud VIDAL e SOUZA, 2003, p.21).

A relação entre política e literatura, no interior dos jornais, fez surgir, gradualmente, uma nova profissão: jornalista. Essa nova profissão passa a ter, desde o seu princípio, fortes laços e relações com esses dois espaços, o que irá possibilitar fazer do jornalismo uma das profissões de fácil reconversão para atuação nessas esferas. Em meados do século XIX, o jornalismo constituiu-se em um espaço em que era possível colocar o conhecimento acadêmico e a literatura a serviço de uma atuação política, seja apontando os problemas nacionais e construindo a nação, seja inserindo-se na política partidária e na burocracia pública. O jornal era um meio de reconversão de recursos diversos (religiosos, político-partidário, literário, escolares) em posições políticas. Nesse sentido, o jornalismo constituía-se como um importante espaço de mediação com outros espaços sociais.

Já no século XX, com o desenvolvimento da figura do repórter e certas definições da atividade, é apresentada a possibilidade de fazer carreira como jornalista no interior dos jornais. A atuação e a dedicação exclusiva na realização de matérias possibilitaram aos jornalistas acumular recursos diversos e ampliar ainda mais as possibilidades de acesso a certas esferas sociais, o que contribuiu para tornar o título de jornalista um título a mais no conjunto de outros acumulados. A própria atividade jornalística pela maneira como se organizou e pelas suas origens, consolida-se como um ofício no qual é possível acumular recursos que podem ser reconvertidos para atuação em outras esferas sociais, ampliando, assim, os espaços de atuação e expandindo os vínculos daqueles que a ela se dedicavam. A mudança principal está relacionada ao fato de que a partir desse momento é possível fazer dessas múltiplas inserções formas de atuação profissional. O jornalismo como espaço de reconversão de recursos transformou-se numa atividade profissional que passou a exigir uma escrita própria (a reportagem) e uma dedicação especial. O trabalho das instituições, como sindicatos, associações, universidades, contribuíram para tornar essa uma atividade regulamentada, como será visto no próximo capítulo.

Assim, duas conclusões principais podem ser extraídas deste capítulo. A primeira delas está relacionada à carreira dos jornalistas, em períodos diferentes, que, tomadas em conjunto, permite perceber que os recursos que garantiam a notabilidade jornalística vinham basicamente da militância política e partidária, da ocupação de cargos nas burocracias públicas, da posse de títulos acadêmicos, da participação em instituições culturais e literárias e

do exercício do jornalismo no interior das redações. Se, em alguns casos, a trajetória profissional estava baseada em um ou dois desses recursos; em outros ela se dava pela combinação de uma variedade deles. Uma boa parte desses jornalistas passou sua vida profissional ocupando postos na burocracia e na política partidária. Portanto, o exercício do jornalismo não representava o único nem o principal recurso para ascensão, uma vez que boa parte dos jornalistas em contextos diferentes ostentava títulos resultantes de vinculações com a cultura, com a política partidária e com a atuação em outros setores.

As mudanças ocorridas nos jornais, como o advento da notícia como um produto a ser vendido, a inserção da propaganda, a importância dos anunciantes, bem como a exigência de dedicação integral para tarefa jornalística, contribuíram para transformar uma atividade, que, inicialmente, era secundária, em uma “profissão”³⁶. Cabe destacar que essa atividade, secundária no século XIX, se apresentava como fundamental para mediação com outras esferas sociais, sobretudo a esfera política. Essa característica genética do jornalismo, no Brasil, contribuiu para que ela permanecesse fortemente marcada pela imbricação com outras esferas sociais em seu processo de profissionalização. O surgimento do jornalismo como uma “profissão”, capaz de permitir aos seus membros o desenvolvimento de uma carreira no interior dos jornais, representou a profissionalização da atividade de mediação, outrora exercida como secundária.

Num segundo momento da conclusão, é possível perceber que as condições sociais que tornaram possível o desenvolvimento de uma “grande imprensa”, no Brasil, estão relacionadas à construção e à mobilização de uma rede de relações que contribuíram para a formação, a estruturação e o funcionamento de um espaço específico de atuação jornalístico. As relações de natureza pessoal, ao mesmo tempo em que se constituíram como um dos constrangimentos organizacionais que configuraram tais espaços, compuseram um dos condicionantes práticos e recursos sociais mais mobilizados que tornaram possível o funcionamento dessas instituições em certos contextos sociais. As relações entre Estado e empresariado, no caso específico aqui dos meios de comunicação, foram estabelecidas por meio da lógica pessoal, e não da lógica de mercado, constituindo-se como princípio social que fundamentou as condutas dos empresários da comunicação. As empresas organizaram-se não em torno de um mercado econômico competitivo, disputando fatias do mercado, mas disputando apoio e recursos da esfera política e de várias outras esferas sociais. Assim, a

³⁶Entendida aqui no sentido atribuído por Freidson (1998a) como uma atividade que, dentre outros fatores, passa a exigir dedicação integral dos seus membros.

relação com a política, baseada na lógica pessoal, contribuiu para estruturar as empresas jornalísticas no Brasil. Além disso, as condições sociais e históricas de produção desse espaço e a maneira como ele se estruturou ofereceu certas possibilidades aos jornalistas, permitindo um acúmulo de capital de relações sociais capazes de serem mobilizadas, tanto para ampliar os espaços de atuação profissional como para redirecionar os rumos da carreira. As estratégias realizadas por cada jornalista para fazer valer seu diploma depende dos determinantes históricos inscritos no espaço dos jornais, como também dos recursos individuais fruto de uma socialização particular.

CAPÍTULO III: A “PROFISSIONALIZAÇÃO” NO JORNALISMO BRASILEIRO

O capítulo anterior permitiu mostrar que o jornalismo se consolidou como uma atividade capaz de permitir àqueles que a ela se dedicavam um acúmulo diversificado de recursos sociais que puderam ser reconvertidos para atuação em outras esferas. A estruturação dos jornais, como um dos principais espaços de atuação do jornalismo, contribuiu para fornecer aos agentes a inserção em várias esferas e, assim, permitir o acúmulo de vários recursos. Todavia, o acúmulo desses recursos conta também com o trabalho das entidades de defesa da categoria, as quais fornecem, por um lado, o controle no exercício profissional, por outro lado, uma forma específica de acumulação de capital de relações sociais.

Este capítulo tem como objetivo analisar as origens da institucionalização do jornalismo no Brasil, considerando para isso os diferentes decretos instaurados para regulamentar a profissão, o surgimento de associações e de entidades de defesa da categoria, a criação dos cursos superiores e a exigência do diploma de jornalista. Trata-se de apreender quais os recursos sociais que estão na base desse processo de institucionalização e que contribuem para determinados usos do jornalismo e para as diversas percepções da atividade. Nesse sentido, para compreender a importância do diploma e das discussões que foram instauradas no jornalismo para impor o título como um dos critérios de entrada, é necessário levar em conta como o diploma de jornalista se tornou um recurso, como ele compõe parte das estratégias de distinção no seio de uma profissão. Para isso, torna-se fundamental investigar as instituições (entidades de representação, sindicatos, universidades) e os agentes envolvidos no processo de regulamentação, procurando identificar as concepções associadas à defesa do diploma e como tal título se tornou um recurso nas lutas profissionais e políticas. A análise das instituições permite mostrar o seu papel não só na regulamentação do jornalismo, por meio do diploma, mas como instâncias de acúmulo de recursos sociais fundamentais nas lutas profissionais. Além disso, a investigação dos jornalistas envolvidos em tais instituições permite compreender como eram recrutados os membros dessas entidades, quais os recursos estavam associados ao pertencimento a essas instituições e o que isso nos diz a respeito da importância da imposição formal de critérios de pertencimento.

Para dar conta desses objetivos, o capítulo apresenta, em um primeiro momento, o contexto de surgimento e de desenvolvimento da “profissionalização” no jornalismo

brasileiro, procurando dar conta da caracterização e das especificidades do estabelecimento dos diferentes critérios jurídico-institucionais para o exercício da atividade. O estabelecimento desses critérios, que visam definir e regular a “profissão” de jornalista no Brasil, caracterizam-se não só pela reserva de mercado de trabalho por um determinado grupo, mas também pela sua utilização como recurso para agir na esfera da política partidária e governamental. Assim, ser reconhecido como “profissão” oferece diversos meios para atuar politicamente.

Em um segundo momento, o capítulo analisa o papel das entidades voltadas aos jornalistas, bem como a instauração das universidades, mostrando as definições de jornalismo em jogo, as características daqueles que investiam em tais entidades e em que medida essas instituições contribuíram para determinados usos e apropriações do título de “jornalista”. Tais instituições adquirem relevância não apenas no controle da profissão, como também em instâncias de acumulação de recursos sociais.

3.1. A Institucionalização e o Estabelecimento da Fronteira Jurídica

O estabelecimento da fronteira jurídica e formal constitui uma das maneiras de certos espaços sociais institucionalizarem-se (BOURDIEU, 1975, 1998, 2001, NEVEU, 2001). O processo de institucionalização da atividade jornalística no Brasil apresenta-se instável, visto que, em diferentes momentos, o conteúdo dos princípios de enquadramento do jornalismo foi alterado, não conseguindo tornar constante e duráveis suas fronteiras e critérios oficiais de pertencimento. Os diversos decretos oficiais instaurados para regulamentar a atividade, os quais estabeleciam quem poderia exercê-la e como deveria fazê-lo, revelam que o controle sobre a atividade está constantemente em pauta e disputa. A configuração desse processo aconteceu diferente da forma como ocorreu em outros países, como os Estados Unidos, onde os princípios oficiais de pertencimento conseguiram fixar-se através de uma legislação ainda vigente.

O processo de regulamentação do jornalismo inicia-se na década de 1930, antes disso, quem determinava o número de horas trabalhadas e o valor do trabalho jornalístico eram as próprias empresas de comunicação. A primeira legislação da “profissão” foi criada em 30 de novembro de 1938, pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, junto com as assessorias dos sindicatos de jornalistas de São Paulo e do Rio de Janeiro³⁷. Esse decreto buscava

³⁷O Decreto-Lei número 910 determinava que a jornada de trabalho correspondia a cinco horas, tanto de dia como de noite. Ela poderia ser contratualmente prolongada para sete horas, ocorrendo compensação financeira. Tal decreto também

regulamentar a duração e as condições de trabalho nas empresas jornalísticas, definindo o jornalista como “trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca da informação até a redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho” (MARANHÃO FILHO, 1995, p. 49). Nele, definiram-se também as principais funções ocupadas pelos jornalistas: redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria. Um dos objetivos e uma das principais intenções era o de registrar e cadastrar aqueles que tinham vínculos com a imprensa, pois considerava-se jornalista todo aquele “homem de imprensa” devidamente registrado no Ministério do Trabalho, condição fundamental para sua admissão no jornal. Dessa forma, o Estado passava a ter o controle sobre aqueles que desempenhavam atividades em jornais.

O momento de criação desse decreto ocorreu em um período de intensas crises do governo com a imprensa. O Estado Novo³⁸, instituído por Getúlio Vargas, estabeleceu a censura no país e criou órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda, cujo objetivo era controlar a imprensa e o rádio. A primeira fase deu-se pelo fechamento de muitos jornais e muitas revistas que tinham vínculos políticos partidários, mas caracterizou-se também pelo investimento do governo em sua propaganda, criando revistas culturais e jornais em diversos estados. Dentre essas revistas e jornais, pode-se citar o jornal “A Manhã” e a revista “Cultura Política”, os quais contavam com a participação de muitos pensadores e escritores brasileiros. Como todos os meios de comunicação social, a rádio também foi um dos setores de investimento do governo e traduziu-se, principalmente, no programa “Hora do Brasil”, cujo objetivo era o de transmitir para todas as estações de rádio os principais acontecimentos da vida do país e incentivar a cultura nacional. As proibições do governo varguista que levaram ao fechamento de muitos periódicos favoreceu, em contrapartida, o crescimento dos jornais sem vínculo político partidário direto, tais como “Diário de Notícias” e “Correio do Povo”, no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, para entender a primeira regulamentação da profissão de jornalista e o processo de estabelecimento dos primeiros critérios jurídico-institucionais é preciso relacioná-los ao projeto para organizar a profissão proposto pelos jornalistas e às convicções políticas de que os mesmos estavam imbuídos e, trata-se, também de vincular à proposta do governo

estabelecia que o jornalista precisava ser brasileiro (nato ou naturalizado), maior de idade, não podendo ter antecedentes criminais, nem estar respondendo a processos na justiça. Apesar do pedido dos sindicatos de exigir formação universitária para o exercício da profissão, protegendo o candidato e a categoria, a exigência do diploma não foi inserida no decreto (ROCHA, 2004).

³⁸O Estado Novo durou de 1937 até 1945.

para organização das profissões. Nesse processo de regulamentação, o aparato estatal tornou-se essencial para formação desse grupo profissional. Assim como as profissões tornaram-se essenciais para formação do Estado Brasileiro, o Estado e seu aparato burocrático tornaram-se fundamentais para formação dos grupos profissionais, proporcionando espaços em que poderiam atuar em nome de suas profissões.

Uma grande parte dos jornalistas, nesse contexto, participava ativamente das lutas políticas não só exaltando o caráter brasileiro e a nação, como se verá mais adiante, mas também atuando diretamente na política, filiando-se aos partidos políticos locais e ocupando cargos na burocracia pública. Como exemplo da articulação bem-sucedida entre jornalismo, participação nas lutas políticas e inserção na burocracia pública, pode-se citar o caso de Cassiano Ricardo e Lourival Fontes, que, além de participarem ativamente da política do país, tinham uma forte atuação na imprensa, publicando em jornais e revistas, e dentro do próprio Estado. Cassiano Ricardo, engajado na construção da nação, publicou várias obras sobre o Brasil, dentre as quais se destaca o ensaio “O Brasil no Original”. Seu engajamento político não se limitou a uma busca pela nação brasileira, mas se manifestou na filiação a partidos políticos locais, atuando no Partido Republicano Paulista (PRP), e na inserção na burocracia pública, dirigindo o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, o Departamento Cultural da Rádio Nacional e o jornal “A Manhã” durante o Estado Novo. Formado em Direito atuou em diversas frentes. Foi colaborador em vários jornais e revistas de São Paulo, participou ativamente da reforma literária iniciada na Semana da Arte Moderna em 1922, fundou também o movimento político contra o Integralismo junto a Menotti del Picchia. Nesse momento dirigiu o jornal “O Anhanguera” na tentativa de recuperar a “democracia social brasileira”. Pertenceu a Academia Paulista de Letras, entrou para Academia Brasileira de Letras durante o Estado Novo, e pertenceu ao Conselho Federal da Cultura.

De maneira semelhante, Lourival Fontes também atuou em diversas áreas em prol do nacionalismo. Colaborou em diversos jornais de Sergipe e Bahia, participou da Aliança Liberal que tinha à frente Getúlio Vargas. Fundou e dirigiu revistas e jornais, foi diretor da Secretaria do Gabinete da prefeitura do Distrito Federal e dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo.

Essa articulação entre a participação nas lutas políticas e o jornalismo, manifestada não só pela exaltação da nacionalidade, mas também pela inserção em partidos políticos, pode ser percebida também entre aqueles que representavam as principais entidades que visavam reunir jornalistas naquele período e que defendiam o estabelecimento de critérios formais para

exercer a profissão. A inserção simultânea em entidades de representação, partidos políticos, burocracia pública e jornais, caracterizou as lideranças de entidades nacionais como ABI, associações de imprensa locais e sindicatos profissionais, como se verá mais adiante.

Assim, muitos jornalistas conseguiram inserir-se nos espaços privilegiados do serviço público, e o Estado constituiu-se em um trunfo imprescindível para o êxito no jornalismo. A capacidade de intervir, em nome da profissão, na política aumentava, nesse contexto; e o Estado tornava-se o promotor dos serviços, cooptando os profissionais. Ao mesmo tempo em que o Estado Novo oferecia aos jornalistas a possibilidade de atuar na burocracia pública por meio de órgãos como o DIP e as revistas que propagandeavam o regime³⁹, os jornalistas, de modo geral, também reivindicavam a participação na montagem do seu projeto político.

Nas décadas de 1920 e 1930, o jornalismo, assim como a literatura e algumas instituições como as de ensino superior, foi colocado a serviço da recuperação da nacionalidade e tornou-se instrumento de transformação social e política. O projeto corporativo, o qual visava organizar as profissões, defendido pelos jornalistas e por outros atores que desenvolviam atividades específicas -escritores, médicos e advogados- era inseparável da vontade de colaborar para organizar a cultura e a política. Aqueles que se dedicavam à arte, à literatura, ao cinema, à Medicina, ao jornalismo e a diversas outras áreas associavam suas atividades à preocupação de se colocarem a serviço da construção política do país. Desse modo, a “profissão” tornava-se um meio, um recurso, para atuar na organização política da nação e inserir-se na política estatal. Isso foi muito diferente do que aconteceu em países como os Estados Unidos, onde os jornalistas, para reivindicarem uma condição de profissão, precisaram definir essa atividade como um grupo específico com um saber fazer próprio e constituída por um “corpo profissional autônomo” que atuava distante da política e voltado essencialmente para um mercado econômico (NEVEU, 2001).

Assim, tanto o nacionalismo de que era porta-voz grande parte dos jornalistas, sobretudo aqueles inseridos na burocracia pública e vinculados a instâncias de representação da categoria, como o projeto que tais jornalistas defendiam para organizar as profissões, aparecem como uma maneira de obter o reconhecimento do Estado e, ao mesmo tempo, possibilitar o acesso a ele. “Nacionalismo”, “caráter nacional”, “realidade brasileira” e “organização profissional” aparecem como noções imbricadas, uma vez que era o “Estado Nacional”, na visão desses jornalistas, que deveria criar as condições para o sentimento

³⁹ Destacaram-se as revistas: Cultura Política; Ciência Política; Estudos e Conferências; Brasil Novo e Planalto (VELLOSO, 1982).

nacional e para a organização corporativa. O esquema corporativo enunciado e proclamado por esses atores sociais, como a regulamentação das profissões e a criação das leis trabalhistas, não está separado das suas convicções políticas e pretensões em atuar em prol da nação. O pertencimento a uma categoria profissional e atuação política aparecem como indistintas. Um dos motivos que contribuiu para que um conjunto diverso de atores se inserisse na política, nesse momento, foi o sentimento de pertencer a uma categoria profissional (PÉCAUT, 1990).

A profissão tornava-se um instrumento importante de intervenção na política do país. No jornalismo, as entidades voltadas à representação da categoria, nesse contexto, passaram a reivindicar o papel dos jornalistas na construção da política brasileira. Dentre essas entidades estão a “Associação Brasileira de Imprensa”, fundada em 1908, a “Associação Paulista de Imprensa”, fundada em 1933, o “Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro”, em 1935 e o “Sindicato dos Jornalistas de São Paulo”, fundado em 1937. O questionamento da missão política do jornalista passava a ser objeto de debate de um conjunto de congressos e seminários promovidos por essas associações recém criadas. Esses congressos tinham como objetivo intensificar a força política da categoria. Isso fica ainda mais claro no “Primeiro Congresso de Jornalistas de São Paulo”, realizado em 1933, no discurso de abertura:

Somos o espírito que anima a matéria. Do valor prático e ideológico do nosso pensamento é que se deduz a altura do nível em que se acha a nossa civilização. Somos uma força; somos uma alavanca; somos um impulso para a frente; mas fomos, até hoje, uma força destituída de finalidade, como uma flecha sem alvo, uma alavanca sem fulcro, um beijo sem boca, um impulso sem sentido, um verbo sem articulação (HIME, 2005a, p. 3)

É verdade que nem todos os jornalistas da época partilhavam das mesmas concepções de jornalismo e política, mas em sua grande maioria, mostravam-se de acordo com o fortalecimento das funções do Estado. Apesar de já existir uma identidade nacional e um povo genuinamente brasileiro isso não bastava para consolidá-lo, era ainda fundamental traçar uma cultura brasileira e assegurar a sua unidade. Essa tarefa cabia às elites e ao Estado. Os grupos profissionais, e dentre eles o do jornalismo, reivindicaram uma condição de elite, uma vez que cabia e eles a organização da nação. Essa geração herdou, daquela que a antecedeu, a idéia de que a sua missão era, antes de tudo, política e que era preciso colocar-se a serviço do Estado Nacional. Esse sentido de missão mostra o processo de conversão dos membros de profissões, nesse caso os jornalistas, em agentes políticos. Contudo, essa missão não se resumiu à defesa da nação, manifestou-se também na inserção em partidos políticos e na burocracia pública.

O projeto corporativista, instaurado pelo Estado Novo, tinha como objetivo “organizar” tanto a sociedade, de um modo geral, como um conjunto de atores que desempenhavam atividades profissionais (médicos, escritores, advogados, jornalistas). Muitos desses atores desempenhavam várias dessas atividades ao mesmo tempo. Esse projeto incluía a regulamentação das profissões, as leis trabalhistas, a legislação sindical e outros que se apoiavam na atribuição de direitos moldados em função da filiação profissional. As profissões foram reconhecidas e receberam um estatuto oficial, o que possibilitou identidades e direitos específicos. Nesse período, além da regulamentação da profissão de jornalista, foram fundadas algumas organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil, criada em 1930, a “Academia de Medicina”, fundada em 1931, o “Conselho de Engenharia e Arquitetura”, em 1933, e o “Sindicato dos Escritores”. O objetivo da regulamentação profissional não consistia em questionar as atividades desempenhadas pelos seus representantes, mas permitir que as elites de determinadas profissões pudessem determinar as condições de ingresso e intervir na política em nome de uma “ética profissional” (PÉCAUT, 1990).

O decreto de 1938 não foi o último, nem o único a regulamentar a “profissão” de jornalista. Posteriormente a ele, instaurou-se o decreto de 1943 e 1944⁴⁰. Com a consolidação das leis do trabalho em 1943, repetem-se os artigos do decreto anterior não alterando a distinção feita entre profissionais de imprensa. Esse decreto adicionava a criação dos cursos de jornalismo ao ensino superior. O decreto de 1944 acrescentou a remuneração mínima daqueles que trabalhavam em atividades jornalísticas e enquadrava como jornalistas também os redatores existentes na radiodifusão e na redação publicitária. Nesse decreto, todos os que trabalhassem em imprensa teriam de se titular como jornalista, desde o diretor ao arquivista. Acrescentaram-se ainda o fotógrafo como função auxiliar de redação ao lado do revisor, ilustrador ou desenhista e arquivista. O decreto de 1938 apenas diferenciava o jornalista do locutor e do fotógrafo, mas não o classificava dentro da hierarquia. O decreto de 1944, além de enquadrar radialistas e publicitários como jornalistas, classificava o fotógrafo como auxiliar dos jornalistas.

Outros decretos somaram-se a esses, como os de 1961, 1962, 1963 e 1969⁴¹. O decreto de 1961 colocava a necessidade de cumprir o decreto de 1938. Segundo Maranhão Filho (1995), a falta de regulamentação do decreto de 1938 prejudicava o funcionamento das escolas de jornalismo já existentes e que, por não constituírem curso obrigatório para o

⁴⁰Respectivamente: decreto 5480/43, de 13 de maio e decreto número 7037 de 10 de novembro de 1944.

⁴¹Decretos respectivamente: número 51218/61 de 22 de agosto; 1177/62 de 12 de junho; 53263/63 de 13 de dezembro; 972/69 de 19 de dezembro.

ingresso na profissão, não despertaram o interesse da classe. Já o decreto de 1962 modificava a definição de jornalista acrescentando-lhe o fotógrafo já como jornalista:

[...] Considera-se jornalista profissional aquele cuja função, remunerada e habitual compreende a busca ou documentação de informações, inclusive fotográficas, a redação de matéria a ser publicada, contendo ou não comentário, a revisão da matéria quando já composta tipograficamente, a ilustração, por desenho ou por outro meio, do que for publicado, a recepção radiotelegráfica e telefônica de noticiário nas redações de empresas jornalísticas, a organização e conservação cultural e técnica do arquivo redatorial, bem como a organização, orientação e direção de todos esses trabalhos e serviços (MARANHÃO FILHO, 1995, p.57).

O decreto de 1963 manteve a mesma conceituação de jornalista profissional, omitindo o locutor e acrescentando o estagiário de jornalismo como não diplomado, permanecendo a criação de cursos de jornalismo em nível universitário. Uma das principais modificações foi estabelecida pelo decreto de 1969, que instituiu a obrigatoriedade de diploma em jornalismo para exercer a profissão no país, acrescentando remuneração mínima. Nesse decreto, a definição de jornalista compreendia:

A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades: a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário; b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão; c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada; d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada; e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea " a "; f) ensino de técnicas de jornalismo; g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação; h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e a adequação da linguagem; i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias; j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação; l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico (DECRETO Publicado no DOU de 21/10/1969, p.1).

Comparando esse decreto com o anterior, o de 1963, houve uma amplificação daquilo que compreende a atividade jornalística, incluindo outras tarefas designadas ao jornalismo, como o ensino de técnicas jornalísticas. Uma das principais funções deste decreto-lei de 1969 foi a de valorizar os cursos de jornalismo e impedir o exercício da profissão a pessoas que não eram formadas em cursos de nível superior. Esse projeto de lei baseara-se em um anteprojeto aprovado no “Congresso Nacional dos Jornalistas”. O momento, em que essas transformações ocorreram, era de tensão e de fechamento político, o país vivia uma ditadura militar, e a imprensa, que inicialmente havia apoiado o golpe, enfrentava a censura.

3.2. As Entidades Jornalísticas e de Representação da Categoria

As entidades de representação dos jornalistas tiveram seu estímulo durante o Estado Novo, momento em que o processo de regulamentação da atividade jornalística iniciava-se, e as instituições passaram a ser consideradas espaços importantes para o estabelecimento de vínculos com a política estatal. Ampliava-se o número de sindicatos e de entidades voltadas aos jornalistas, no país, com o objetivo de enquadrar a categoria. O estímulo à organização profissional levou a uma diversidade de entidades e a uma forte concorrência entre elas, uma vez que tais entidades permitiam àqueles que a elas se dedicavam acumular uma série de recursos que possibilitavam uma aproximação com o Estado e com a esfera da política, de modo geral. Assim, as entidades exerciam, ao mesmo tempo, a função de recrutamento de jornalistas, definindo as características sociais daqueles que nela deveriam ingressar, e a de consagração social de seus membros, contribuindo para o acesso a outras esferas.

Na década de 1930, já existiam no Rio de Janeiro três entidades, além da ABI, agregando jornalistas: “Clube de Imprensa”, “Associação da Imprensa Brasileira” e o “Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro”. Em São Paulo, na década de 1940, já existiam pelo menos cinco entidades representativas dos jornalistas: a “Associação Paulista de Imprensa”, a “Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo”, a “Associação dos Jornalistas Católicos”, o “Sindicato dos Jornalistas de São Paulo” e a “Associação dos Cronistas de São Paulo”. A diversidade de instituições contribuiu para uma forte concorrência entre seus representantes que precisaram investir, cada vez mais, na mobilização de recursos amplos e variados, que decorriam da inserção em várias esferas sociais, para vencer a competição. Os seus dirigentes investiram no acúmulo de recursos sociais que lhe possibilitaram ganhos diversos, seja na política, seja na área cultural, pertencendo a entidades como “Academia Brasileira de Letras” e o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Dessa forma, essas instituições constituíram-se em trampolins para o acesso ao universo da política e da cultura.

Alguns casos podem ser mencionados para ilustrar a inserção dos dirigentes de entidades profissionais em várias esferas e o acúmulo de recursos amplos e variados. A começar pelo redator-chefe do jornal “Correio da Manhã”, membro da “Associação Brasileira de Imprensa”, Pedro Costa Rego, que, nesse período, já havia sido secretário da agricultura, deputado federal e senador. Além de ter sido o primeiro professor a ministrar cadeiras de jornalismo brasileiro na recém criada Universidade do Distrito Federal, atuou também como escritor e literato, compondo romances e obras críticas. Junto a Pedro Costa Rego, está

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da “Associação Brasileira de Imprensa” por três gestões (1926-1927, 1930-1932, 1978-2000) e Herbert Moses, presidente da ABI de 1931 até 1964. Barbosa Lima Sobrinho, além de jornalista, acumulava as funções de advogado, ensaísta, historiador, político e professor. Foi membro da “Academia Brasileira de Imprensa”, deputado federal, governador de Pernambuco e procurador do Rio de Janeiro, compondo assim a elite cultural e política do país. Iniciou no jornalismo como colaborador logo após ter concluído o curso de Direito, tornando-se noticiarista e redator político. Seu ingresso na ABI, e sua atuação como dirigente da entidade, ocorreu antes de sua entrada na política e contribuiu para aproximá-lo dessa esfera, visto que a entidade era, nesse período, permeada por diversos políticos. Já Herbert Moses, além de jornalista e diretor do jornal “O Globo”, era também advogado e diretor da empresa “Souza Cruz”, no momento em que se tornou presidente da ABI. Diferente dos casos anteriores, em que foi a condição de presidente da entidade que permitiu o acesso a outras funções, no caso de Moses, foram os seus laços externos que contribuíram para fortalecer a relação da entidade com as empresas e com o universo da política, sobretudo com o Ministério das Relações Exteriores.

Ainda é possível citar o jornalista, ilustrador e chargista Lívio Abramo, um dos fundadores do “Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo”. Lívio Abramo atuou ativamente no Partido Comunista Brasileiro, mas devido as suas posturas “trotskistas” foi expulso e vinculou-se ao Partido Socialista Brasileiro. Abramo também ficou conhecido por suas gravuras e desenhos que, nesse período, passaram a abordar as temáticas sociais; a rotina dos operários e o funcionamento das fábricas. Contribuiu, ao mesmo tempo, no “Sindicato dos Artistas Plásticos de São Paulo”. Outro jornalista a se destacar foi Guilherme de Almeida, presidente da “Associação Paulista de Imprensa” em 1937. Formado em Direito, atuou como jornalista de vários jornais de São Paulo, tendo sido membro também da “Academia Paulista de Letras”, da “Academia Brasileira de Letras”, do “Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. Guilherme escrevia poemas e obras críticas e atuou politicamente engajando-se na Revolução Constitucionalista de 1932. Além desses nomes, destaca-se o jornalista Edgard Leuenroth, um dos primeiros diretores do “Sindicato dos Profissionais de Imprensa do Rio de Janeiro” depois denominado “Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro”. Atuou junto à fundação do Partido Comunista Brasileiro, na “Federação Operária” e diversas entidades anarquistas, assim como na “Associação Paulista de Imprensa” e no Sindicato dos Gráficos. Esse jornalista organizou e editou vários jornais oficiais de movimentos políticos,

estruturando também o “Primeiro Congresso de Jornalistas” (1918) e “Primeiro Congresso Paulista de Imprensa” (1933).

Os jornalistas representantes das associações profissionais e de defesa do jornalismo, nesse período, ao mesmo tempo em que desenvolviam todo um trabalho voltado para essa área (promoção de congressos, estimulação da criação de escolas de jornalismo e leis que regulamentassem o exercício dessa atividade) atuavam politicamente contra regimes autoritários, promovendo a liberdade de imprensa e de expressão e inserindo-se em partidos políticos locais. Suas participações não se restringiam a um único universo, mas a vários espaços sociais, como o da arte, da cultura, da política e, por conseguinte, desempenhando uma diversidade de papéis. Através da inserção em diversos espaços e do exercício de várias funções, esses jornalistas acreditavam estar contribuindo para fundamentar uma cultura nacional e organizar o Estado brasileiro.

O Estado, além de estimular a organização profissional, investia amplamente em algumas delas. Foi o caso da “Associação Brasileira de Imprensa” que conquistou sua sede própria, nesse período, com os investimentos do governo. Para que a ABI adquirisse sua sede fez-se necessário que todas as entidades de imprensa que existiam no Rio de Janeiro, naquele momento, se unissem em torno de uma só. Dessa união, saiu o presidente da ABI: Herbert Moses, que ficou na entidade de 1931 até 1966. Nesse período, a entidade teve seu patrimônio enriquecido através das doações em dinheiro de Getúlio Vargas. Tal fato concedeu-lhe a função de presidente de honra da entidade e sócio benemérito. Durante todo o Estado Novo, a ABI foi o centro de referência para políticos nacionais e internacionais, empresários, jornalistas e intelectuais, que a freqüentavam intensamente, constituindo-se, a ABI, como mediadora entre os interesses do governo e a defesa dos jornalistas.

O corporativismo proposto pelo Estado Novo, além de legitimar as competências especializadas delegando funções públicas a membros de profissões específicas, traduziu-se ainda em redes institucionais permitindo, por meio de conselhos técnicos, entidades, associações, sindicatos, às elites mais diversas que encontrassem uma maneira de atuarem na esfera estatal. Assim, as associações tornavam-se recursos importantes para investimento no Estado.

A ABI permaneceu, durante praticamente toda gestão de Herbert Moses, um espaço de aglutinação de políticos, letrados, intelectuais e jornalistas. A ABI abrigava um número expressivo de diplomatas constituindo-se como um espaço importante de sociabilidade entre o jornalismo e a diplomacia. No relato abaixo, encontram-se informações significativas acerca

da intersecção da diplomacia e do jornalismo e de seus desdobramentos políticos. A gestão de Moses tornou-se o ponto culminante dessa prática de encontro de jornalistas e diplomatas.

Eu já vi Moses receber gente importante aqui nesta sala (referindo-se à sala da presidência). Eu costumo dizer que ele transformou, na época dele, a ABI na antesala do Itamaraty, quando a sua sede era no Rio de Janeiro (...) Moses tirava qualquer um do cárcere à hora que queria; era só ele ir até a polícia política. Todos nós tivemos presos na época no tempo de Getúlio. Mas Moses sempre conseguia nos ajudar. Algumas pessoas diziam que ele almoçava com os jornalistas e jantava com o Getúlio, dando uma idéia que ele jogava nos dois lados. Mas Moses fazia isso, para evitar que nós fôssemos almoçados. (SEGISMUNDO, História da ABI, disponível no site: www.abi.com.br)

O próprio espaço da diplomacia, por abrigar muitos jornalistas e escritores, procurou não só uma intersecção com a ABI, mas também com a ABL. Nesses espaços conseguiu deixar penetrar o poder estatal o que acarretou desdobramentos muitos variados ocasionados pela presença de componentes do corpo diplomático nessas instituições. A ABI constituiu-se, dessa forma, em uma arena da política, em um espaço que tornava a consagração jornalística um recurso de visibilidade do Estado e para nele atuar durante o momento de organização da nação. Isso foi mais intenso durante todo o Estado Novo, mas o vínculo da ABI com a política perdurou por várias gestões.

A relação dos presidentes da casa com o universo da política governamental exemplifica o vínculo intenso entre a ABI e a política estatal. Ao longo dos seus 96 anos de existência, a entidade contou com presidentes jornalistas que exerciam, em sua maioria, além das atividades político-partidárias, também as literárias, circulando por espaços sociais diversos, além do jornalismo, como os da política e os da cultura; desempenhando funções não só em jornais, mas ocupando, ainda, cargos em governos, em que atuavam como senadores, governadores, deputados; e se inserindo nas academias que visavam dar destaque àqueles que se dedicavam a produção literária. Como exemplo dessa atuação em vários espaços, os casos acima citados, como o de Barbosa Lima Sobrinho que se destacou pela intensa atuação na ABI, como chefe de redação do “Jornal do Brasil”, membro da “Academia Brasileira de Letras” e do “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, como governador de Pernambuco, são consideravelmente ilustrativos⁴².

⁴² Outros exemplos de presidentes da ABI podem ser dados: Dunshee de Abranches (presidente em 1911), jornalista, advogado e deputado federal apoiado pelo Barão do Rio Branco, que era ministro de Relações Exteriores e maior figura do Itamaraty. Além disso, estudava História e Ciência Política; Raul Pederneiras, caricaturista no “Jornal do Brasil”, professor de Direito Internacional na Faculdade Nacional de Direito; Paulo Filho (presidiu de 1928 a 1929), jornalista diretor do “Correio da Manhã” e formado em Direito, professor no Rio de Janeiro e membro da “Academia Carioca de Letras”; Alfredo da Silva Neves (1929-30), jornalista, médico, redator de debates no Senado Federal, secretário geral do governo do Estado do

Os vínculos diversos dos presidentes da ABI, indicam para uma combinação de diferentes tipos de recursos sociais, tais como recursos políticos, obtidos através da inserção em partidos e ocupação de cargos políticos; recursos profissionais, possibilitados pela atuação em universidades, como professores, em jornais, como jornalistas e ainda aqueles que obtidos pelo exercício de outras profissões como Medicina e Direito. Os recursos obtidos nas mais diferentes esferas, como a da política, das profissões e da cultura, eram reconvertidos para a atuação na entidade, pois possibilitavam ocupar uma posição de destaque nessa entidade. Ao mesmo tempo em que os recursos acumulados pela atuação na entidade eram reconvertidos para atuação em outros espaços sociais, como a política estatal.

No Rio Grande do Sul, a “Associação Rio Grandense de Imprensa”, fundada em 1935, também aglutinou não só jornalistas e pessoas que trabalhavam na imprensa, mas a “intelectualidade” gaúcha e pretendia defender não só os interesses dos jornalistas e dos literatos que atuavam na imprensa, como ainda os da sociedade de maneira geral por meio da promoção de atividades culturais. A ARI esteve, durante algum tempo, sob o comando de Edgard Luís Schneider que era, na época, redator do “Correio do Povo”, mais tarde se tornou professor da Faculdade de Direito, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vice-presidente do Partido Libertador e presidente da Assembléia Legislativa gaúcha na Constituinte de 1946⁴³. O primeiro presidente eleito da entidade foi o escritor Érico Veríssimo, naquele momento era redator-chefe da “Revista do Globo”.

Portanto, de forma semelhante ao que aconteceu na ABI, jornalismo, cultura e política estavam presentes em diversos momentos no interior da ARI, inclusive pelas múltiplas inserções de seus presidentes. Pode-se tomar como exemplo, para demonstrar a relação entre essas esferas, o caso de dois presidentes que se destacaram pelo seu trabalho no interior da entidade e também fora dela. O primeiro, Arlindo Pasqualini, presidiu a entidade de 1941 até 1944, e além de jornalista e diretor de redação, era também defensor ardoroso do trabalhismo e irmão do líder político Alberto Pasqualini. O segundo, o jornalista Alberto André, esteve na liderança da entidade de 1956 até 1990, e atuou como vereador, deputado, professor

Rio de Janeiro, interventor federal e senador; Celso Kelly (1966), jornalista, diretor geral do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação; Danton Jobim (1975 até 1978), jornalista, dirigiu e administrou jornais, proprietário do “Diário Carioca”, proferia cursos na Inglaterra, Estados Unidos e França, integrou o grupo inicial de professores de jornalismo do curso criado na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Adonias de Aguiar Filho, jornalista, redator e romancista, pertencia à “Academia Brasileira de Letras”, dirigiu a “Agência Nacional” (ligada à comunicação do Governo) e o “Instituto Nacional do Livro”. Sua indicação para a presidência resultou do prestígio que desfrutava junto a militares, cuja causa (golpe de 1964) promovera. Fernando Segismundo (2003), jornalista, escritor e professor; Maurício Azedo (2004), editor chefe de diversos jornais e revistas, prefeito do Rio de Janeiro, presidente da Câmara de Vereadores.

⁴³Fonte: www.ari.org.br

universitário e na direção de várias instituições de ensino e cultura. Tornou-se patrono em 1999, do “Instituto de Comunicação, Cultura, Educação e Formação Política Alberto André”, entidade que funciona como organismo cultural da ARI. Dentre as atividades do “Instituto” estão cursos de formação política, comunicação e atividades culturais, contando com as universidades como uma das parcerias.

A relação da ARI com órgãos e pessoas envolvidas na cultura, de modo geral, expressava-se também na participação da entidade na criação das Escolas de Jornalismo e Comunicação no estado. Em 1951, a entidade pressionou, principalmente junto a empresa jornalística “Caldas Júnior” e “Diários Associados”, a Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) para que criasse um curso que possibilitasse “mais cultura” aos profissionais da imprensa. O curso de jornalismo da PUC/RS, criado nesse mesmo ano, contou com professores e diretores que eram na maioria sócios da ARI. Alberto André, presidente da entidade, foi também diretor e fundador do curso de Comunicação Social e Jornalismo da PUC (FAMECOS/PUC). Depois de Alberto André, Antoninho Gonzáles foi o presidente seguinte da ARI, sucessor de Alberto André também na FAMECOS, permanecendo como diretor da referida faculdade por quase 30 anos. Esses dois presidentes da ARI citados, no momento de suas gestões, conquistaram e desempenharam funções externas a entidade e ao jornalismo, fazendo da condição de dirigente um meio para ocupar cargos em outros espaços sociais. Desse modo, é possível afirmar que, a instituição contribui para o acúmulo de recursos que podem ser reconvertidos para atuação em outras entidades e espaços sociais.

Durante muito tempo a ABI e a ARI representaram as principais associações de representação da categoria (composta de um conjunto muito diversificado de profissionais que atuavam na imprensa, como jornalistas, proprietários de jornais, diretores). Contudo, com o surgimento de outras entidades, (sindicatos, federações, associação de empresários de comunicação) houve uma diversificação nas atuações de representação e as atribuições antes concedidas à ABI e à ARI passaram para outras entidades. Os empresários da comunicação, os diretores de redação e editores de jornais, que tinham presença ativa nessas entidades, passaram a investir, nos anos 1980, na ANJ, e os jornalistas com pretensões políticas e vinculados a partidos, sobretudo ao PCB e, mais tarde, ao PT, dedicaram-se aos sindicatos dos jornalistas e a FENAJ.

3.3. Ensino Superior e Faculdades de Jornalismo

As primeiras faculdades de jornalismo, muitas delas criadas por empresas de comunicação e entidades que agregavam os profissionais de imprensa, apresentavam um projeto político amplo para formação da nação e do Estado Nacional. Os cursos de formação superior representavam espaços importantes para lutar pela união nacional e pelo engrandecimento da nação: “Para um Brasil cada vez maior e melhor”. A primeira faculdade de jornalismo, criada em 1947, chamava-se Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero e era vinculada ao jornal “A Gazeta”. Em testamento deixado em 1943, Cásper Líbero, dono do jornal “A Gazeta”, instituiu a faculdade de jornalismo. O ensino de jornalismo foi instituído por decreto em 1937, mas ainda não havia sido regulamentado pelo Ministério da Educação, o que impedia a criação da faculdade que só pôde ter sua primeira turma no ano de 1947.

Anterior a essa data, outras tentativas de criação de cursos de jornalismo já haviam sido feitas pela “Associação Brasileira de Imprensa”, que, durante o “Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas”, em 1918, tentou criar a primeira escola de jornalismo, e pela “Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo” que promoveu o Curso Livre de Jornalismo no Brasil no ano de 1943. O primeiro curso superior de jornalismo funcionou na Universidade do Distrito Federal em 1935 valorizando a formação humanística do jornalista. Mas com a ditadura do Estado Novo a Universidade do Distrito Federal foi extinta, e Vargas criou, em 1943, o curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, inaugurado somente em 1948. Os cursos de jornalismo surgidos, nesse período, pretendiam formar uma “elite cultural” capaz de contribuir para construção da política brasileira, como mostra o relato abaixo retirado do testamento de Cásper Líbero que, ao criar a faculdade de jornalismo, define os seguintes objetivos para o curso:

[...] objetivo patriótico, de iniciativas e campanhas por São Paulo, pelo Brasil, pela justiça, pelos nobres ideais, pela cultura e grandeza de nossa Pátria, servindo-se para isso de A Gazeta, do seu auditório, de seu Rádio e dos recursos do patrimônio que a dotou; b) objetivo cultural, de criar e manter uma escola de jornalismo e ensinamento de humanidades, particularmente português, prosa, estilo, literatura, eloquência, história e filosofia, em cursos de grandes proporções, a começar pelo secundário e finalizar pelo superior; c) objetivo jornalístico, consistente em assegurar e desenvolver o nome, futuro, prosperidade econômica e prestígio de A Gazeta, mantendo-a órgão da genuína opinião pública e interesses da Pátria, aparelhada dos inventos e aperfeiçoamentos que o progresso for engendrando, fidelíssima da fundação (HIME, 2005a, p.14).

Tais objetivos implicavam na defesa do espírito nacionalista e na defesa de uma formação patriótica do jornalista, constituindo-se, assim, nos elos que aproximavam Cásper Líbero do nacionalismo do Estado Novo (HIME, 2005c). As escolas de jornalismo eram vistas como indispensáveis para uma formação cultural mais ampla e, sob esse aspecto, fundamentais para traçar os caminhos da nação. O papel das faculdades e dos cursos de comunicação era o da realização da cultura e o da consolidação de um saber que permitisse impulsionar o progresso do país. Um exemplo dessa formação pode ser encontrado nos próprios currículos dos cursos de jornalismo, cujo centro era basicamente formação humanística, composto por uma cultura geral, que incluía disciplinas como História do Brasil, Geografia do Brasil, História da Cultura Artística e Literária e matérias instrumentais como língua portuguesa e história da imprensa. É somente a partir da década de 1970 que são incluídas disciplinas técnicas.

Os cursos superiores apareceram como uma das vias de ação desses agentes interessados em organizar o país, constituindo-se como um dos eixos de suas preocupações e colocando-os em relação direta com o Estado. A universidade e os cursos foram concebidos, desde o seu nascimento, mais como um instrumento de ação política do que um lugar de produção científica e de realização de pesquisa (MARTINS, 1987). Nesse sentido, a universidade tinha como objetivo formar uma elite capaz de organizar e delinear os rumos do país.

Tais questões permitem perceber que a institucionalização do jornalismo no Brasil, através da criação de regulamentos formais para o ingresso na atividade, bem como a criação das faculdades e a organização dos jornalistas por meio dos sindicatos, está vinculada a um projeto político mais amplo. Tanto os jornalistas envolvidos na defesa de um “enquadramento” para a classe e que estavam voltados à defesa da realidade nacional, como o próprio governo que visava organizar as profissões, tinham pretensões políticas de organizar a nação e de se constituírem como os civilizadores do país.

As profissões e as instituições convergiam para o Estado possibilitando a articulação dos interesses através de conselhos técnicos, associações e sindicatos profissionais, universidades, etc. Os representantes de profissões específicas aos poucos inseriram-se na construção orgânica da sociedade e do poder. A lei sindical, por exemplo, criou as condições para que o sindicalismo se tornasse instrumento político através de direções sindicais. As associações profissionais voltavam-se para o Estado a fim de obterem apoio e recurso para atuar em nome de uma cultura nacional. Numa tentativa de cooptar certos atores membros de

camadas profissionais, o governo oferecia-lhes à possibilidade de atuar politicamente, contribuindo para a cultura nacional. Dessa forma, eles eram estimulados a se voltarem para o Estado para conseguirem apoio e recurso em nome de uma “conduta profissional”. O reconhecimento profissional aparece como um recurso para se ter acesso ao Estado. A correlação existente no Brasil entre organização das profissões e o processo de formação do Estado é intensa. No contexto dos anos 1925 e 1940, os atores membros de profissões específicas, como os jornalistas, os médicos, os advogados, mostravam-se preocupados, sobretudo, com o problema da identidade nacional e das instituições, colocando-se na condição de responsáveis pela construção e pela organização da nação (PÉCAUT, 1990). Com base nisso, é possível afirmar que o reconhecimento profissional, através da ação das entidades de representação e da universidade, se tornava importante recurso para atuação na política brasileira.

A criação de cursos de pós-graduação na área de comunicação e jornalismo, que só teve início na década de 1980, representou o momento em que a competência técnica e profissional tornaram-se argumentos importantes na luta pela redemocratização do país e pela liberdade de imprensa e expressão.

3.4. A Exigência do Diploma e a Formação do Discurso Competente

O decreto que impôs o diploma como um critério de entrada no jornalismo data de 1968 e sua elaboração e aprovação surgiram em um contexto no qual a formação universitária em jornalismo apareceu como indispensável para a constituição de uma ética profissional e para apreensão dos critérios técnicos da profissão. A ética, as normas e os objetivos profissionais foram defendidos nos anos mais difíceis da ditadura, principalmente após 1968, por muitos membros de categorias profissionais como uma forma de enfrentamento ao golpe militar. As camadas profissionalizadas conferiram-se um poder que na década de 1960 e 1970 apareceu associado ao conhecimento científico e especializado e, nesse sentido, o tema da profissionalização passou a ganhar destaque. Diferentemente do que aconteceu nas décadas anteriores, em que as camadas profissionais se atribuíram um papel na elaboração da imagem da nação, nas décadas de 1960 e 1970, a reivindicação profissional associada à defesa das liberdades foi ressaltada (PÉCAUT, 1990).

As estruturas institucionais, como universidade e faculdades cujos investimentos cresceram nesse período, bem como a ideologia profissional e a recorrência ao “discurso competente” serviram ao mesmo tempo para legitimar posicionamentos em favor da liberdade

de participação e da democracia, constituindo-se como uma maneira transfigurada de apoiar abertamente um discurso em defesa da livre expressão e manifestação. No contexto dos anos 1960 e 1970, uma grande parte dos jornalistas, sobretudo aqueles vinculados às entidades da categoria e à universidade, esteve presente nas lutas contra a censura e na constituição de uma frente de resistência contra o regime, alinhando-se às lutas políticas pelas liberdades democráticas como o “Movimento pela Anistia dos Presos Políticos”. Alguns exemplos podem ser citados, as greves dos jornalistas, os congressos nacionais promovidos pelas entidades sindicais da categoria, e que salientavam a defesa da liberdade de expressão e de imprensa ao mesmo tempo em que reivindicavam uma regulamentação que valorizasse a formação profissional. Pode-se citar ainda a forte atuação dos jornais alternativos, bem como o empenho da “Associação Brasileira de Imprensa”, conhecida como a “casa dos jornalistas”, em se colocar à frente das campanhas contra a censura.

Nesse sentido, a competência especializada, a profissionalização e a filiação institucional tornaram-se recursos fundamentais para colocar em prática um conjunto de estratégias contra o autoritarismo militar. A referência ao “discurso competente” constituiu uma forma de as categorias profissionalizadas se organizarem e concretizarem ações que, em nome de um conhecimento específico, se contrapunha a um regime que se impôs via a imagem do “milagre econômico” e de um “Brasil grande e próspero”. É em função disso que se proliferou também um conjunto de associações que se encarregaram de defender a liberdade, a democracia, a sociedade civil organizada e, ao mesmo tempo, os interesses das categorias profissionais. Dentre essas entidades pode-se citar a “Associação Brasileira de Imprensa” e a “Ordem dos Advogados do Brasil” (PÉCAUT, 1990).

A formação profissional e o discurso da competência técnica tornaram-se trunfos importantes para agir contra o regime ditatorial. Em 1966, foi instalada a “Escola de Comunicação e Artes” da USP, marcada por debates envolvendo a liberdade de imprensa, o ensino do jornalismo e da comunicação social e seu aspecto “técnico” e “prático”. Os argumentos na defesa de disciplinas técnicas estavam relacionados à defesa do jornalismo como uma profissão específica que exigia uma formação própria. Um dos líderes da ECA/USP e um dos primeiros chefes do departamento de jornalismo da recém-criada “Escola de Comunicação e Artes”, havia sido chefe de gabinete do Secretário de Educação do governo Miguel Arraes de 1962 a 1964, além de diretor do “Movimento Cultural Popular” em Pernambuco, coordenador de serviço de editoração e divulgação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Sua intensa atividade política foi seguida por um

investimento concomitante à atividade acadêmica, a qual teve início em 1965, quando passou a integrar vários institutos de pesquisa e faculdades. Como chefe de departamento, nesse período de ditadura militar, promoveu a implantação de centros de pesquisa e de semanas acadêmicas cujos temas versavam sobre: a função do Estado no desenvolvimento da imprensa; o papel da imprensa no desenvolvimento nacional; imprensa, tecnologia e desenvolvimento social; a atuação do jornalista e do escritor no processo de desenvolvimento; censura e liberdade de imprensa. A promoção de tais eventos e temas fez com que tivesse seus direitos cassados em 1974 pela ditadura militar, acusado de difamador e subversivo. O surgimento da “Escola de Comunicação e Artes” e do departamento de jornalismo da USP aconteceram no momento de intenso fechamento político e representaram um espaço importante de intervenção política. A academia e a pesquisa foram colocadas a serviço de uma reivindicação pelas liberdades democráticas (VIANNA, 2005).

Nesse contexto, surgiram também as primeiras entidades que visavam reunir pesquisadores na área da comunicação. Em 1969, surgiu a UCBC, “União Cristã Brasileira de Comunicação Social”, associação ecumênica que, ainda hoje, reúne profissionais, estudantes, pesquisadores, professores de comunicação e a mídia impressa secular e religiosa, “buscando ser um espaço de encontro, de intercâmbio, de definição de políticas e processos comunicacionais e de educação para a comunicação” (www.ucbc.org.br). Até a década de 1980, a UCBC, reuniu, em seus congressos, grande parte dos pesquisadores e dos professores de comunicação e jornalismo. Mas, com o surgimento da INTERCOM em 1977, entidade científica, os encontros de pesquisadores na área da comunicação centralizaram-se na INTERCOM. O surgimento dessas entidades de pesquisa e de definição de políticas, no período da ditadura militar, foi colocado a serviço das lutas pela redemocratização do país.

A defesa da competência especializada associada a uma estratégia de participação política, não aconteceu somente no jornalismo, manifestou-se também, em diversas áreas, como nas Ciências Sociais e na Economia. No jornalismo, houve uma defesa generalizada, principalmente após 1968, da necessidade de se adotar princípios de objetividade e neutralidade na construção das notícias. A objetividade estava relacionada ao engajamento do jornalista na informação que deve estar a serviço da sociedade, como também no domínio de um conhecimento técnico específico para fazer jornalismo. Já a neutralidade correspondia ao exercício de um jornalismo desengajado de causas políticas, apontado como fundamental para não afetar o conteúdo das informações.

Ao mesmo tempo em que essa visão disseminou-se no jornalismo brasileiro, na conjuntura dos anos 1970, colocou em contraste dois modelos de definição de jornalismo. No primeiro, àqueles que acreditavam na defesa de uma postura desengajada, necessária à prática do jornalismo “neutro” e “objetivo”, em que a autonomia do profissional era sustentada pelo seu distanciamento de causas políticas, defendidas principalmente por jornalistas que ocupavam cargos e postos na “grande imprensa”. No segundo, aqueles que acreditavam na necessidade de um conhecimento específico, mas para elaborar informações com comentários críticos e, no qual, por conseguinte, o jornal seria o porta-voz das demandas sociais assumindo o papel de “formador de opiniões”, posição essa defendida, sobretudo, pela imprensa alternativa e sindical, que despontava. Esse modelo acusava o anterior de despolitizar o jornalismo, escondendo e mascarando os posicionamentos ideológicos dos proprietários de meios de comunicação. Como mostra Silva (2004), para esse modelo, o jornalista era um trabalhador como outro qualquer e não podia se isolar no interior das redações, deixando de se manifestar nos debates políticos. O seu papel implicava uma intervenção direta na esfera política e a reivindicação de uma representatividade profissional.

Mas, apesar dos contrastes entre esses modelos, e das diferenças entre os jornalistas que aderiram a essas posturas, ambos constituíam um ato político de resistência diante da repressão e da censura. Os jornalistas voltados a “grande imprensa”, ao defender a objetividade e o desengajamento, afirmavam que a cobertura se baseava nos fatos e não em opiniões, com isso pretendiam adquirir uma liberdade maior para compor suas matérias. A defesa do desengajamento passou a ser estratégica para as empresas jornalísticas conseguirem se manter no período da ditadura. Do mesmo modo, aqueles que defendiam um engajamento na formação da opinião pública, politizando o jornalismo e que estavam vinculados, sobretudo, aos sindicatos e jornais alternativos, criavam um espaço de atuação em que tentavam combater a repressão do regime. Esses últimos, com o processo de abertura, no início da década de 1980, passaram a aderir com mais intensidade aos partidos políticos de esquerda, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e posteriormente o Partido dos Trabalhadores (PT). Os sindicatos dos jornalistas passaram a aderir a organismos intersindicais surgidos pelas oposições entre esses partidos de esquerda como a Central Única dos Trabalhadores que estava ligada ao Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, suas manifestações aparecem, cada vez mais, associadas à inserção em partidos políticos.

A temática da profissionalização, do conhecimento específico e da técnica jornalística atingiu vários setores do jornalismo. Os grandes jornais de circulação nacional, (“Folha de São Paulo” e “Estado de São Paulo”), promoveram reformulações em sua estrutura interna e passaram a adotar, dentre outros procedimentos “especializados” e “objetivos” importados dos Estados Unidos, como os manuais de redação que serviram como uma orientação técnica. Os manuais de redação, denominados *stylebooks*, fizeram parte das estratégias dos conglomerados jornalísticos nos Estados Unidos para vencerem a concorrência (RIBEIRO, 2003), mas, no Brasil, se constituíram como uma das estratégias adotadas pelas empresas para vencer as limitações dadas aos jornais no momento do tolhimento da liberdade de imprensa e da ditadura militar. A implantação do “Projeto Folha” do jornal “Folha de São Paulo”, no início da década de 1980, representa um exemplo da preocupação dos jornais, nesse contexto, em definir o jornalismo como uma atividade técnica e a necessidade de reestruturar a concepção de jornalismo para atingir um jornalismo “objetivo”, “neutro”, “apartidário” e “moderno” (VIDAL e SOUZA, 2003).

As universidades receberam investimentos por parte dos governos e tiveram um crescimento surpreendente no período de 1964 até 1974. Os currículos de diversos cursos foram modificados com o objetivo de incluir matérias específicas. Nesse mesmo ano, o currículo mínimo de jornalismo incluía disciplinas técnicas. Os cursos de jornalismo que, na década de 1950, eram mais humanísticos, a partir de 1964 passam a ser considerados mais técnicos e específicos. Disciplinas como Técnica de Jornal e Periódico, Técnica de Rádio e Telejornal e Redação de Jornalismo, passaram a ser integradas nos currículos. As modificações continuaram e, no ano de 1969, o “Conselho Federal de Educação” incluiu novas habilitações ao jornalismo. O curso de comunicação social passou a ter cinco habilitações: polivalente, jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda e editoração. A habilitação em jornalismo era subdividida em jornalismo impresso, radiofônico, televisado e cinematográfico.

Além das modificações instauradas nos veículos de comunicação e na universidade, o Prêmio Esso de reportagem também sofreu alterações. A comissão de julgamento que antes incluía jornalistas e publicitários passou a contar com profissionais que tinham qualificação jornalística. Além disso, os critérios de julgamento foram alterados na tentativa de tornar o concurso mais objetivo (VIDAL e SOUZA, 2003).

No decorrer do processo de profissionalização do jornalismo, que inicia na década de 1930 e atinge seu auge na década de 1970, a França deixa de ser o centro de importação de

modelos jornalísticos, e esse espaço passa a ser ocupado pelos Estados Unidos que se constitui como o grande centro de referência jornalística. Essa mudança está associada ao desenvolvimento dos grupos empresariais que se destacam na década de 1970 com o apoio dos governos estaduais e federais, como demonstrado no capítulo anterior. A adoção de técnicas típicas do jornalismo norte-americano, como o *lead*⁴⁴, que se tornava uma ferramenta do jornalismo objetivo, claro e imparcial, começou a prevalecer nos jornais como um importante instrumento de atuação em um contexto de regime político fechado. As modificações na estrutura dos jornais, as reformas realizadas pelas empresas na apresentação da notícia, a adoção dos manuais de redação, a importação de técnicas modernas vindas, sobretudo, dos Estados Unidos, estão associadas à profissionalização no jornalismo e representam uma forma de sobrevivência da área diante das repressões do regime, além de terem se tornado uma importante arma na luta contra a ditadura e a favor da redemocratização do país. Dessa forma, o processo de profissionalização do jornalismo representa não somente uma forma de controlar o mercado e reservar os serviços aos especialistas, mas como uma forma de atuar politicamente, seja em defesa da redemocratização, seja se inserindo nas instâncias próprias da esfera da política, como os partidos políticos, os governos e o próprio Estado.

3.5. A Profissionalização como Estratégia de Inserção e Intervenção Política

A regulamentação jurídica, a criação de entidades de representação da categoria, a formação acadêmica e a fundação de escolas de jornalismo e de centros de pesquisa têm sido tratadas, pelos modelos teóricos que se voltam para análise das profissões no mercado de trabalho, como diretamente relacionadas aos processos de profissionalização pelos quais passam as atividades ocupacionais. Dentre as perspectivas apontadas no início desta tese, Larson destaca-se na análise da necessidade de certas ocupações estabelecerem uma reserva e um lugar seguro no mercado de trabalho, pois considera a preocupação com o mercado um ideal do profissionalismo. Nesse sentido, a reivindicação de um conhecimento sistematizado e especializado transmitido pela academia, o surgimento de instituições capazes de zelar pelos preceitos jurídicos e formais de acesso a um ofício e a capacidade de controle que os membros de uma profissão têm sobre a aprendizagem e o exercício da atividade, determinam o nível de profissionalismo. Dessa forma, tais instituições surgem para estabelecer uma

⁴⁴O *lead* foi uma invenção do jornalismo norte americano para facilitar a abertura dos textos e resumir os fatos respondendo as seguintes questões: quem? O quê? Quando? Onde? Como? Por quê?

reserva de mercado, definindo e controlando quem entra e o modo como ingressam os candidatos em uma profissão.

Este capítulo demonstrou que tais instituições e seus esforços no sentido de definição dos critérios de entrada no jornalismo devem ser entendidos não apenas como uma necessidade imprescindível para controlar o mercado e reservar espaço para os diplomados, mas como uma forma de atuar politicamente, seja em defesa da nação ou da redemocratização do país, seja tendo acesso ao Estado, às funções burocráticas e à inserção na política governamental. Essas instituições exerceram tanto a função de controle do exercício do jornalismo e sua institucionalização quanto se constituíram como instâncias de acumulação de recursos sociais fundamentais para permitir um investimento na política estatal e em outras esferas sociais.

Um dos limites do modelo de Larson é o de não considerar os processos de institucionalização das profissões, como no caso do Brasil, como uma maneira de ter acesso aos recursos do Estado e fazer das carreiras profissionais uma forma de se promover no Estado e conquistar funções políticas. Em situações como a brasileira, o próprio Estado ofereceu oportunidades para que as elites profissionais usassem o seu conhecimento para investir na construção política do país. Já Freidson trouxe para a pauta da “sociologia das profissões” a necessidade de considerar as experiências nacionais na construção das profissões e na relação entre Estado e profissionalismo. No caso do jornalismo no Brasil, além da preocupação com o mercado as entidades associativas contribuíram para o fornecimento de recursos para atuação no Estado, que também ofereceu as condições para criação das instituições.

Contudo, essa não é uma peculiaridade do jornalismo, outros trabalhos mostram que esse processo também aconteceu no Direito, através de instituições como a “Ordem dos Advogados”, em que os bacharéis se colocaram na condição de influenciar o Estado através do conhecimento jurídico (BONELLI, 1999). O mesmo aconteceu na Medicina, em que o Estado se tornou o agenciador dos serviços de saúde pública, expandindo as possibilidades de atuação profissional. Nesse processo de expansão dos serviços de saúde, as entidades, como “Academia Nacional de Medicina”, lutaram para garantir aos médicos espaços de decisão na estrutura burocrática (CORADINI, 1997a, 2005, PEREIRA NETO, 2001). Assim, as profissões no Brasil surgem associadas aos interesses do Estado e a possibilidade de influenciá-lo por meio do conhecimento especializado. Em diferentes épocas, como no Estado Novo de Vargas e no Estado autoritário dos militares, a relação entre Estado e profissões era

intensa, uma vez que o próprio Estado se apropriou das propostas dos profissionais cooptando-os, além do fato dos próprios profissionais também estarem prontos a colocar seus conhecimentos a serviço dos interesses nacionais (PÉCAUT, 1990).

O processo de regulamentação e profissionalização do jornalismo está diretamente associado aos contextos históricos e políticos em que surgiram, os quais consistiram em fatores que contribuíram para impulsionar a necessidade de leis e formas legais de regulamentação dessa atividade. Os princípios legais de regulamentação da atividade mostraram-se vinculados às pretensões políticas daqueles que estavam envolvidos em sua defesa e, nesse sentido, a profissionalização aparece como um recurso para agir na esfera da política governamental e estatal. Na década de 1930, momento em que os primeiros princípios de enquadramento foram estabelecidos, as pretensões dos jornalistas envolvidos na defesa de tais princípios estavam voltadas ao Estado e às necessidades de contribuir para formação da nação. Nesse contexto, a profissionalização surge como um recurso não só para ser reconhecido pelo Estado, mas para se ter acesso a ele e dele obter os possíveis benefícios como no caso da ABI e dos sindicatos e das faculdades de jornalismo recém criadas. A investigação sobre essas instituições e seus dirigentes revela uma relação com a política governamental que acontece no sentido de ampliar as possibilidades de influência e atuação dos jornalistas na construção do Estado Nacional. Ao mesmo tempo, o Estado Novo de Vargas estimulou os jornalistas a intervirem, em nome do conhecimento, na construção da nação. Uma das estratégias do Estado Novo foi a de lutar para que os jornalistas ocupassem espaço na burocracia, como o “Departamento de Imprensa e Propaganda”, aumentando ainda mais a capacidade de intervenção. O Estado, tornou-se o estimulador, não de um mercado econômico competitivo, mas das disputas entre os agentes profissionais para ter acesso aos seus recursos e fazer uma carreira na política.

Já na década de 1970, momento de estabelecimento do diploma, os jornalistas estavam voltados à necessidade de se contrapor ao golpe militar, o que contribuiu para transformar o reconhecimento profissional em um instrumento para agir contra o regime. Apesar dos contrastes entre essas situações, é possível afirmar que ambas mostram a inserção de uma grande parte dos jornalistas envolvidos na defesa da profissionalização nas causas políticas e no seu atrelamento a essa esfera. Assim, o processo de profissionalização do jornalismo permitiu articular um controle do mercado de trabalho com um projeto político mais amplo, voltado à intervenção estatal e ação política, manifestada pela inserção na burocracia pública, nos partidos políticos, nos movimentos sociais e na defesa da redemocratização do país.

As condições de institucionalização do jornalismo, no Brasil, estão atreladas às preocupações dos jornalistas, vinculados às entidades da categoria, em promover a organização do Estado Nacional e em lutar pela democratização do país e, desse modo, em atuar politicamente. Isso pode ser observado nas características dos presidentes de sindicatos, dos presidentes das associações profissionais e daqueles que ocuparam funções nas universidades, os quais desempenhavam outras atividades, paralelas ao jornalismo, em partidos políticos, na burocracia pública e na inserção em movimentos. A profissão de jornalista representava apenas um dentre outros títulos que respaldavam esses jornalistas em diferentes contextos.

Dessa forma, percebe-se que o jornalismo constituiu-se como uma profissão de fácil reconversão para atuação política e na esfera da política pela sua própria história e condições sociais de surgimento e desenvolvimento. Um dos usos possíveis do jornalismo era colocá-lo não somente a serviço do próprio jornalismo, do seu progresso, institucionalização e instauração de princípios formais de entrada, mas também a serviço da política na medida em que as associações que lutavam para definição dos critérios jurídicos possibilitavam uma aproximação ao Estado. Desse modo, defender os princípios formais do jornalismo constituiu-se como uma forma de atuar na política estatal e não apenas de estabelecer uma reserva de mercado.

CAPÍTULO IV: AS ENTIDADES NACIONAIS E DE REPRESENTAÇÃO DOS JORNALISTAS EM “DEFESA” DA PROFISSÃO

Nos capítulos anteriores, a preocupação central consistiu em apresentar as condições sociais de emergência do jornalismo e de sua profissionalização, considerando os contextos históricos em que isso aconteceu e os recursos sociais associados aos princípios de entrada no jornalismo, ao desenvolvimento da atividade e sua institucionalização. A partir de agora, cabe dar destaque aos conflitos atuais em torno da definição da atividade jornalística, da exigência da regulamentação e da imposição do diploma, bem como definir quais os recursos sociais respaldam tais disputas.

Este capítulo tem como objetivo analisar as concepções a respeito do diploma e da profissão procurando dar conta das instituições que se manifestaram em favor do título acadêmico e que atuaram em sua defesa promovendo eventos, debates, discussões. Dentre essas instituições, destacam-se: a FENAJ, os sindicatos da categoria e outras entidades específicas ligadas a ele (núcleos específicos de jornalistas), o FNDC, o FNPJ e a SBPJor. Essas entidades atuaram em conjunto em diversas situações, tais como na defesa do diploma, do conselho federal de jornalismo e do jornalismo como subárea do conhecimento.

Contudo, essas entidades não atuam apenas em conjunto, seus membros também compartilham concepções e visões comuns acerca do jornalismo e compõem uma rede de relações próximas que se manifesta em congressos, reuniões, eventos, partidos políticos, sindicatos. A construção da análise parte do modo como essas lideranças concebem a atividade jornalística a partir das justificativas que manifestaram a favor de uma regulamentação para o exercício do jornalismo e quais são os vínculos estabelecidos entre tais lideranças.

Pode-se precisar melhor o objetivo deste capítulo desdobrando-o em torno de dois momentos fundamentais. O primeiro momento examinará as visões e os pontos de vista que caracterizam a defesa do diploma, considerando, para isso, os aspectos salientados e destacados e as instâncias as quais de remetem os jornalistas quando falam em defesa da formação superior. O segundo momento analisará as características dos jornalistas envolvidos, em termos de origens sociais, carreiras profissionais e vínculos com outras esferas

sociais, bem como os laços que são estabelecidos entre as lideranças das diferentes entidades referidas.

O ponto de partida desta análise, como já mencionado na apresentação desta tese, diz respeito aos debates que ganharam visibilidade em função da aprovação de uma liminar na justiça que impediu a exigência do diploma superior para exercer o jornalismo. O diploma tornou-se objeto de controvérsias e disputas que envolvem o papel da universidade, a reforma universitária, a função social do jornalista e a necessidade de políticas de comunicação. Tal confronto conduziu à criação do “Dia Nacional de Luta em Defesa do Jornalismo”, promovido pelas entidades da categoria como a FENAJ e os sindicatos situados nos diferentes estados da federação. Porém, não foi somente o diploma que permitiu destacar os confrontos em torno da definição da profissão: a grande repercussão nacional estava mais diretamente relacionada aos debates acerca do “Conselho Federal de Jornalismo”. Assim, paralelo às discussões a respeito da exigência do diploma em jornalismo, despontaram no cenário nacional os confrontos em torno da criação do “Conselho Federal de Jornalismo”.

O projeto de criação do conselho teve como objetivo direcionar a liberação do registro profissional de jornalista, até então concedido pelo Ministério do Trabalho, para um conselho profissional. Tal projeto, aprovado nos mais recentes congressos nacionais da categoria⁴⁵, foi enviado, em 2004, ao presidente da república Luis Inácio Lula da Silva o qual aprovou-o e remeteu-o ao Congresso Nacional. O projeto aparece nas definições da FENAJ como um mecanismo para estabelecer a democratização da comunicação defendendo, ao mesmo tempo, os interesses dos jornalistas e os interesses públicos de forma geral. Esse fato provocou uma intensa disputa a respeito da regulamentação da atividade.

Os jornais, nesse contexto, fizeram uma cobertura extensa sobre o assunto. Jornais de nível nacional, como “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, publicaram uma série de notícias sobre a criação do conselho. O “Observatório da Imprensa”, que visa discutir os bastidores da notícia, tanto o televisivo como o *on-line*, também debateu o assunto. De modo geral, nos jornais e no “Observatório” prevaleceram visões contrárias à criação do “Conselho Federal de Jornalismo”, sendo que a maioria dessas visões estava baseada no argumento de liberdade de imprensa e expressão. No Rio Grande do Sul, os jornais locais, como “Zero Hora” e “Correio do Povo”, também cobriram o assunto.

⁴⁵ 27º Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas de Vila Velha (ES), realizado em 1997; 29º Congresso Nacional dos Jornalistas de Salvador, realizado em setembro de 2000; 30º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em junho de 2002, em Manaus.

Entidades como a ABI, a AGERT, a ABERT e a ANJ posicionaram-se contrárias ao projeto, afirmando que são contra a toda norma que impeça a liberdade de expressão. A ABI afirmou que o projeto parte de um equívoco: o de imaginar que as atividades profissionais do jornalista tenham semelhança com outras que necessitam da existência de um conselho regulador ou fiscalizador do seu exercício. Segundo o presidente da associação:

Este é o caso de profissões de caráter científico ou técnico, como as de médico, engenheiro, arquiteto ou químico, por exemplo, cujo desempenho pode interferir na saúde e na vida das pessoas ou mesmo no meio ambiente, como no caso dos químicos. As atividades dos jornalistas têm repercussão no campo das idéias, na formação das consciências, das mentes. Não podem, portanto, ser objeto de coerção e condicionamentos. Quando o projeto fala em que compete ao Conselho “orientar, disciplinar e fiscalizar” essas atividades, cabe perguntar: orientar em quê e como, cara pálida? Na esteira desse equívoco, o projeto incide em inconstitucionalidades, como ao atribuir ao Conselho (artigo 2º, inciso XV) a competência para “fixar normas sobre a obrigatoriedade de indicação do jornalista responsável por material de conteúdo jornalístico publicado ou veiculado em qualquer meio de comunicação”, o que significa a oficialização do dedurismo, e “definir as condições para inscrição, cancelamento e suspensão da inscrição dos jornalistas, bem como para revisão dos registros existentes” (inciso XVI), o que representa uma espécie de Ato Institucional, o número 1 ou o número 5, que instituíram no País o poder de cassar direitos. Em ambos os casos há violação da disposição constitucional segundo a qual ninguém é obrigado a fazer ou não fazer senão em virtude de lei (artigo 5º da Constituição). No conjunto das disposições do projeto há evidente colisão com o artigo 220 da Constituição, pelo qual nenhuma lei constituirá embaraço ao livre exercício da liberdade de imprensa. O projeto apresenta a singularidade ou a extravagância de impor aos jornalistas a obrigação de pagar anuidades ao Conselho Federal de Jornalismo para poder exercer a profissão, impondo-lhes, portanto, um novo imposto sindical indireto, sob outro nome. Em contrapartida, o projeto prevê que o Conselho terá inicialmente dez membros efetivos e dez suplentes, naturalmente, e por justiça, com direito a jeton por sessão a que comparecerem. Teremos, portanto, uma burocracia remunerada para “orientar” o exercício da atividade profissional. Nada mal para os idealizadores e patronos do projeto, ainda que nos traga à lembrança a expressão pelegos. (www.abi.org.br, acesso de setembro de 2005)

O jornalismo, por inserir-se no campo da cultura, segundo essas entidades, estando mais próximo da literatura e da política, não necessita de uma qualificação técnica e especializada obtida somente pelos centros universitários e pelo exame de aptidão aplicado pela ordem de classe, como é preciso para os operadores do direito, os engenheiros e os médicos. A inspiração e o talento necessários ao exercício do jornalismo prescindem a autorização de um órgão controlador e fiscalizador. Portanto, um órgão fiscalizador limitaria as possibilidades de manifestação de idéias e de pensamentos entre pessoas não formadas em jornalismo, afetando assim a liberdade de imprensa e de expressão.

Os argumentos pró e contra a existência de um “Conselho Federal de Jornalistas” são variados, conforme verifica-se nos pronunciamentos que marcaram as discussões. O ponto

comum entre eles está relacionado ao fato de que o próprio exercício do jornalismo encarna valores fundamentais ao regime democrático, como a liberdade de expressão e imprensa. Além disso, ao se referirem à liberdade de imprensa e de expressão eles estão contribuindo para afirmar que não é somente o interesse da imprensa e dos jornalistas que está em jogo, mas o da sociedade em geral que necessita de liberdade. Remeter à sociedade é uma forma de dizer que a luta pelas liberdades não é só dos jornalistas e da imprensa, e sim do leitor, do cidadão.

Entretanto, tais argumentos sofrem uma polarização, uma defesa do “Conselho Federal de Jornalismo”, promovida pelas entidades profissionais que se apresentam em nome da categoria, como os sindicatos dos jornalistas instalados nos estados da federação, a FENAJ, o FNDC, o FNPJ e a SBPJor, e o posicionamento contrário promovido, sobretudo, pelos órgãos de imprensa, jornais e revistas, como também pelas entidades vinculadas aos jornais e à imprensa de um modo geral, como a ANJ e a ABI. A forma como cada um desses pólos concebe a profissão de jornalista e utiliza os “valores democráticos” para defender ou para atacar o “Conselho” contribui para fazer a diferença entre esses grupos. Entidades como ANJ, ABERT, AGERT, assim como a ARI e a ABI, remetem a um grupo muito particular de jornalistas que não realizaram campanhas em defesa do diploma e da formação profissional do jornalista e cujas manifestações ficaram circunscritas ao “Conselho Federal de Jornalismo”. Tais entidades visam agregar, em sua composição, tanto os proprietários de veículos de comunicação, como jornalistas e não se apresentam em nome dos interesses da categoria, mas em nome da imprensa de modo geral.

Em função dessas considerações, este capítulo analisa a relação entre as concepções que respaldam as estratégias e os mecanismos de ação do “Sindicato de Jornalistas do Rio Grande do Sul”, da FENAJ e de outras entidades, e as trajetórias sociais, políticas e profissionais das principais lideranças de tais entidades. As fórmulas “lutar por uma melhor qualificação”, “em defesa do jornalismo” ou “em defesa da sociedade” economizam em termos explicativos e ocultam os princípios que estão em jogo entre os sindicalistas para defesa de instâncias de regulação da categoria. Trata-se de analisar tanto as concepções associadas à defesa do título e do conselho, como as trajetórias escolares, profissionais, político-militantes dos sindicalistas procurando apreender a que instâncias e realidades remetem a defesa da imposição de critérios formais e legais. A análise dos trajetos escolares, da formação acadêmica, da inserção sindical e da atuação em outras esferas sociais, tem como

objetivo examinar as bases sociais que respaldam a defesa do título acadêmico e do conselho (BEZERRA, 1999, 2005, BOURDIEU, 1975, CANEDO, 2002a, 2002b, CORADINI, 2002).

Com isso é possível mostrar que as tomadas de posição em relação ao diploma não estão isoladas de uma série de outras propostas das entidades sindicais, como o “Conselho Federal de Jornalismo” e a defesa da democratização da comunicação, uma vez que estão relacionados a concepções mais gerais do papel social da universidade e da profissão de jornalista. Desse modo, não é somente o controle sobre a profissão que move esses atores sociais, mas concepções que possuem implicações para a forma como a profissão deve organizar-se, assim como, as implicações do trabalho social do jornalista. Além disso, é possível demonstrar os espaços sociais em que estão inseridas as principais lideranças sindicais, os usos que fazem do diploma e os recursos sociais que respaldam determinadas concepções sobre o jornalismo.

4.1. O Título Acadêmico: “uma exigência que interessa à sociedade”

Em 2001, a aprovação de uma liminar que suspendeu a exigência do diploma de nível superior em jornalismo para o exercício da profissão provocou uma série de discussões e debates entre os jornalistas. O pedido de tal liminar levou diversas entidades e instituições que reúnem a categoria, bem como proprietários e diretores de jornais, a se posicionarem a respeito. Durante esse período, os debates sobre a “profissão” ganharam visibilidade, e temas como liberdade de imprensa, liberdade de expressão, democracia, democratização da comunicação, oligopolização dos meios de comunicação, destacaram-se e apareceram associados a essa discussão.

Os jornalistas situados nos espaços dos sindicatos, federações, entidades que reúnem professores de jornalismo e núcleos que visam tratar de especificidades próprias dessa atividade, tais como o núcleo de eco jornalistas, núcleo de assessores de imprensa e o núcleo de jornalistas afro-brasileiros, defendem a exigência do diploma afirmando que é nas universidades que se aprende os fundamentos básicos da profissão, o conhecimento técnico específico para ser jornalista e os requisitos necessários para o exercício de sua função social. Essa função está relacionada a equacionar as demandas sociais, defender a democracia, promover reflexões e contribuir para as mudanças da sociedade. O jornalista é aquele que fornece conhecimento e informação para a sociedade se mobilizar, permitindo aos cidadãos uma posição crítica diante da realidade. Nessa visão, a formação superior em jornalismo interessa não só aos jornalistas, mas à sociedade como um todo, uma vez que é de direito de

todo o cidadão uma “informação de qualidade, ética e democrática” que contribua ao mesmo tempo para promover as modificações necessárias na sociedade, fazendo do indivíduo um cidadão ativo diante da realidade.

[...] a sociedade tem direito à informação de qualidade, ética, democrática. Informação esta que depende, também, de uma prática profissional igualmente qualificada e baseada em preceitos éticos e democráticos. E uma das formas de se preparar, de se formar jornalistas capazes a desenvolver tal prática é através de um curso superior de graduação em jornalismo (...). E não gastamos tantos e tantos anos lutando por isso apenas para ter um diploma, mas sim para garantirmos uma formação realmente de qualidade e ética capaz de dotar o profissional jornalista dos requisitos necessários ao exercício de sua função social (FENAJ, 2002, pp. 31 e 36).

O diploma garante uma formação capaz de permitir ao jornalista a aquisição dos elementos necessários para o exercício do seu papel social e, nesse sentido, ele é também de interesse público. Para ser jornalista, além do conhecimento técnico, é preciso ter condições de olhar criticamente os processos sociais, e tal capacidade se adquire na universidade. A universidade conquista sua importância porque nela se desenvolve o “espírito crítico”, aprende-se a fazer crítica social. Ela é o palco para aprender não só a técnica, tão importante para os jornalistas, como também a intervenção social, o desenvolvimento de um comportamento reflexivo diante dos problemas sociais, tais como questões étnico-raciais, discriminação, além da defesa dos valores democráticos. Nessa visão, a universidade não forma agentes capacitados apenas para atuar no mercado, mas o curso de comunicação é também um espaço de crítica e é isso que faz dele um elemento fundamental na formação do jornalista. “Bons jornalistas são aqueles criados em clima de debates e discussões, são os que têm liberdade para se expressar desde a faculdade, e não os que decoram e repetem infundavelmente conceitos e mais conceitos⁴⁶”.

O fragmento abaixo, extraído da “Moção de Apoio aos Jornalistas” produzido pela FENAJ, vincula o jornalismo e sua atividade ao “interesse público”, afirmando que

[...] Com a desregulamentação, contudo, perde-se as raízes da vinculação do jornalismo ao interesse público, razão de sua consolidação como profissão nos últimos 60 anos. Com isso, além da própria categoria profissional ter redução de empregos, desprestígio em seu reconhecimento público, a própria sociedade, no conjunto, perde a referência qualitativa dos acontecimentos do dia-a-dia, essenciais para a liberdade de escolha do dia seguinte (Diploma em Jornalismo- Moção de

⁴⁶Trecho extraído de uma apresentação feita por uma professora de jornalismo da Universidade Federal Fluminense durante um seminário, em 12 de julho de 2000, promovido pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) para discutir o ensino de jornalismo. Publicado no site do observatório da imprensa: www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br, acesso em 15 de julho de 2006.

apoio aos jornalistas, disponível na página <http://www.fenaj.org.br/diploma.php>, acesso em agosto de 2006).

Essa afirmação ressalta que a solidificação da profissão de jornalista, no Brasil, está diretamente vinculada a uma necessidade que não é privada, mas pública de acesso a uma informação que possibilite a “liberdade de escolha”. Isso quer dizer que o jornalismo, de modo geral, deve ser tratado como um bem público, essencial para as liberdades individuais e coletivas. O diploma não implica em um direito restrito aos formandos, ele é diretamente remetido à sociedade, visto que é de direito da sociedade exigir um profissional qualificado. Ao remeter a questão ao “interesse público”, esses jornalistas estão contribuindo para demonstrar que a regulamentação não é uma questão de interesse de um grupo profissional apenas, não está restrita a uma categoria, no entanto, atinge toda a sociedade.

Ao mesmo tempo, a defesa pela formação universitária aparece como uma negação ao corporativismo, pois não pretende estabelecer reserva de mercado, nem atingir apenas os critérios de entrada na profissão, delimitando quem deva exercer a atividade, mas propõe-se a ter como principal referência o “interesse da sociedade” e o desempenho de um compromisso social. A qualificação formal deve ser uma exigência porque permite a construção de notícias com rigor profissional, o que seria fundamental para um “mundo mais democrático e justo”. Nesse sentido, o ataque ao diploma é apresentado como um ataque ao futuro da democracia do país, assim como as “liberdades sociais, a cidadania, a imprensa livre”, mais do que uma ofensiva aos jornalistas em particular. O trecho abaixo, extraído do livro: “Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa a sociedade”, organizado pela “Federação Nacional de Jornalistas”, ilustra essa questão:

[...] É dentro desta batalha maior que a Fenaj, os Sindicatos de Jornalistas em todo o país e a categoria organizada há muito vem lutando, debatendo e construindo o que chamamos de nossa identidade profissional. O diploma, ou melhor, a formação de nível superior faz parte dessa identidade [...] Não num sentido corporativista, de reserva de mercado, mas tendo, como principal referência, exatamente o interesse público, a função social que envolve a nossa atuação como jornalistas.[...] Por exemplo, defendendo, entre outras questões, a especificidade da profissão, a necessidade de exigência de diploma e de uma graduação de quatro anos, o Programa propõem que só a formação através de um curso superior específico especializado pode tornar consistente a abordagem da multiplicidade dos aspectos filosóficos, teóricos, culturais e técnicos envolvidos na formação dos jornalistas, bem como propiciar que, através da reflexão acadêmica e da prática política e técnica, sejam equacionadas as demandas da sociedade em relação a atuação dos profissionais jornalistas [...] O Programa conclui pela necessidade de que a formação seja teórica, cultural e técnica, possibilitando que, através desta, os jornalistas alcancem a compreensão e a identificação dos fundamentos éticos prescritos para a sua conduta profissional. Entendam e identifiquem a atitude de cidadania adequada ao exercício da profissão a partir do reconhecimento das expectativas e necessidades

da sociedade em relação ao seu papel social.[...] Enfim, estas são apenas algumas amostras de que a defesa da exigência do diploma não é uma questão isolada e muito menos exclusivamente corporativista. [...] E é por isso que a Fenaj, os Sindicatos e a categoria vão continuar lutando pela exigência do diploma, pela regulamentação profissional, entendendo que são batalhas inseridas em lutas maiores, como a luta pela democratização da comunicação (FENAJ, 2002, pp. 37-39).

A defesa do diploma envolve uma luta maior que não pretende se *isolar* nos debates acadêmicos e entre os próprios jornalistas, mas deseja atingir a sociedade e a busca da “democratização da comunicação”. Essa luta aparece, frequentemente, associada a uma crítica ao monopólio dos meios de comunicação, à concentração do capital pela mídia e o poder que exercem os empresários desse setor sobre “a consciência dos jornalistas e de todos os cidadãos”. A exigência do título escolar na medida em que impediria o exercício do jornalismo por outros profissionais mais baratos e menos qualificados e de maior interesse das empresas de comunicação estaria contribuindo para permitir ao público uma “informação mais independente, crítica e plural”, condição que é destacada como essencial para a “vida em democracia”.

Esses pontos de vista expressos, no decorrer do debate sobre o diploma, ilustram uma relação entre conhecimento, adquirido nas universidades, e ação, exercida nas suas formas mais variadas como defesa da democratização, crítica ao monopólio da mídia, entre outras já citadas. Essa relação entre conhecimento e ação denota que as discussões não devem ficar circunscritas aos universos profissionais, devem voltar-se para a sociedade e, desse modo, nada deve escapar a uma atitude prática na realidade social. Esses jornalistas dedicam-se a uma ação na esfera política, nas mobilizações e manifestações sociais, sem hesitação e acrescidos ainda de uma qualificação especial para isso, adquirida nos centros universitários. Nessa perspectiva, conhecimento e ação não se separam e toda a ação supõe um acesso a realidade. O jornalista é o profissional que deve olhar criticamente todos os processos sociais, inclusive os meios de comunicação de massa, e em função disso ele não tarda a se posicionar contra os donos da mídia se opondo ao controle que exercem sobre os instrumentos de poder social que são os diversos veículos de comunicação.

O “Programa de Qualidade de Ensino de Jornalismo” promovido pela FENAJ em parceria com outras entidades como FNPJ e SBPJor, aponta como fundamental a relação próxima que as escolas de comunicação devem manter com setores organizados da sociedade civil que atuem em defesa da democratização da comunicação, contribuindo, assim, para o avanço dos movimentos sociais em direção à cidadania e à construção da democracia.

O trecho abaixo, extraído de uma entrevista realizada com o secretário geral da “Federação Nacional dos Jornalistas”, que também é membro da atual diretoria do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”, do “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo” e coordenador geral do “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação”, reforça esses pontos de vista⁴⁷.

Os donos dos meios de produção da informação são segmentos que mais acumulam riqueza no mundo, ou seja, é um segmento da burguesia, da classe dominante que mais acumulou dinheiro nos últimos 50 anos. E, paradoxalmente, seus trabalhadores não conseguem ter a mesma valorização. É um local onde há riqueza, essa riqueza não é distribuída, é altamente concentrada. Essa concentração, essa oligopolização dos meios no Brasil, no mundo também, mas no Brasil muito mais, ao contrário de países como Estados Unidos, França, Itália e outros países onde existe uma regulação razoável que impede a concentração ou inibe, diminuindo a tendência de concentração do capital. Isso é uma tendência que Marx já tinha detectado. Alguns países são mais severos com isso, como os Estados Unidos que são muito zelosos com relação a concentração, oligopolização e monopolização. No Brasil, não há nada disso, ou seja, a desregulamentação é inédita com relação ao resto do mundo. As leis que existem são poucas para dar conta dessa situação [...] A desregulação só serve aos fortes. Abrir mão da regulação é capitular a idéia de que vence o mais forte. Há um movimento internacional, e no Brasil muito forte, capitaneado pela Sociedade Interamericana de Imprensa que tem um corte liberal fortíssimo cujo princípio é “lei melhor é lei nenhuma” e isso está impregnado na imprensa brasileira que não quer qualquer gerência sobre o seu negócio. Quando se propõe, dizem que estão atacando a liberdade de expressão. É preciso se criar regulações sobre toda extensão da informação [...] O problema dos jornalistas e do acesso à profissão, no Brasil, é que se nós não tivermos uma regulação, se não tivermos quem diga quem vai ser jornalista, nós seremos os piores e não os melhores, seremos os mais baratos, os mais servis, nós teremos os mais oficialistas, os mais submetidos aos interesses desses empresários (entrevista 11).

Esse extrato da entrevista permite destacar algumas questões que aparecem relacionadas à defesa do diploma. Uma delas está vinculada ao discurso “marxista”, engajado na luta de classes e colocando o jornalista na condição de operário e trabalhador da notícia, em contraposição a uma burguesia forte que detém a riqueza. Os conflitos e as contradições entre a classe dominante e a classe trabalhadora para o acesso aos meios de produção da informação conduz à necessidade do título acadêmico. De um lado, aparece o proprietário do jornal como representante da classe burguesa, e de outro lado o jornalista representando os trabalhadores. A outra questão que se destaca no discurso diz respeito à distribuição da riqueza. Isso significa que o diploma não vai permitir somente um acesso regulado ao mercado, mas também vai permitir uma distribuição mais igualitária da riqueza, diminuindo a

⁴⁷Ver lista das entrevistas realizadas em apêndice III.

tendência de concentração do capital⁴⁸. O discurso “marxista” torna-se um meio para justificar e a eficácia e necessidade real do diploma.

Nesse sentido, a exigência do diploma aparece associada também a uma oposição e a uma postura crítica diante dos donos de veículos de comunicação, da monopolização e da oligopolização dos meios de comunicação. Mais do que proporcionar uma reserva de mercado, no sentido de restringir o exercício do jornalismo a pessoas não-diplomadas na área, contribuindo, assim, para formar um espaço com fronteiras delimitadas, a necessidade do diploma serve para permitir uma frente de combate aos empresários da mídia que buscam, cada vez mais, um controle sobre os meios de comunicação. Cabe ressaltar que, na visão desses jornalistas, mais do que regular a atividade é preciso regular “toda a extensão da informação”, para com isso impedir a concentração da mídia. A profissão de jornalista, nesse sentido, aparece como uma atividade que deve estar menos submetida aos interesses dos proprietários da comunicação e mais voltada ao exercício de um olhar crítico e contestador que contribua para conter o monopólio das empresas de comunicação. O diploma, nesse caso, é apontado como necessário não só porque permite o acesso seguro ao mercado e uma proteção frente ao sistema econômico que busca tornar a compra da força de trabalho mais barata, mas porque contribui para descentralizar o poder exercido pelos meios de comunicação na formação da opinião pública, conduzindo assim a uma situação de democratização da comunicação.

Com isso, pode-se perceber que predomina, entre esses jornalistas, uma determinada concepção de universidade, escola e profissão que contribuem para fundamentar suas lutas pelo título acadêmico. Tanto o jornalismo como a própria universidade em seus pontos de vista devem estar comprometidos com a realidade, envolvendo-se e empenhando-se nas lutas pela democratização de certos setores, pelas liberdades e atuando em defesa da sociedade. Essas concepções mais gerais do papel social da universidade e do jornalismo contribuem para associar a defesa da obrigatoriedade do diploma à necessidade de uma regulamentação formal que delimite os critérios de entrada e a questões que envolvem ação política como a luta pela cidadania, democratização dos meios de comunicação e oposição ao monopólio da mídia.

⁴⁸Um material produzido pela “EPCOM” (Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação) ilustra esse ponto de vista ao mostrar quem são os *donos da mídia*. O fundador desse instituto também foi o idealizador do FNDC. Ver estudo em anexo II.

4.2. O “Conselho Federal de Jornalismo” e a Regulamentação da Profissão

Além disso, paralelo e relacionado aos debates a respeito da exigência e da valorização do diploma em jornalismo despontou, no cenário nacional, os conflitos em torno da criação do “Conselho Federal de Jornalismo”. O projeto para instauração de tal conselho foi aprovado no congresso nacional de jornalistas em 2002 e encaminhado pela “Federação Nacional dos Jornalistas” a presidência da república. Sua formulação entrou nas prioridades das entidades representativas da categoria, principalmente após o veto dado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999, ao projeto de lei que passava para a referida federação a atribuição de conceder o pré-registro dos jornalistas, para posterior homologação do Ministério do Trabalho. Na argumentação do veto, afirmou-se que a concessão de registro profissional é atribuição do Estado e que só poderia ser transferida para um conselho profissional. A partir desse momento, as entidades e a FENAJ concentraram seus esforços com o projeto que pretende direcionar a liberação do registro profissional de jornalista, até então concedido pelo Ministério do Trabalho, a um conselho profissional. O projeto que pretende regulamentar o exercício da profissão e estabelecer os critérios formais de entrada por meio de um conselho profissional entrou na agenda da entidade, sobretudo em função da liminar que impediu a exigência do título acadêmico em jornalismo.

Tal proposta foi aprovada pelo presidente da república Luis Inácio Lula da Silva e enviada, em 2004, para o Congresso Nacional, o que provocou, novamente, um intenso debate a respeito da regulamentação da atividade. Entidades voltadas aos proprietários de jornais e aos diretores de imprensa manifestaram-se contrários ao projeto por acreditarem que ele feriria a liberdade de imprensa e expressão a partir do momento em que uma instância específica controlaria o exercício e o acesso à profissão, limitando quem deveria praticar o jornalismo. Para essas entidades, o projeto parte do equívoco de imaginar que as atividades profissionais do jornalista tenham semelhança com outras que necessitam da existência de um conselho regulador ou fiscalizador do seu exercício.

Além disso, sindicatos da categoria e entidades ligadas a eles, colocaram-se a favor de tal conselho, defendendo o disciplinamento e normatização do jornalismo como necessários ao seu exercício sem significar cerceamento à liberdade de imprensa e de expressão. Para essas entidades e grupos, a criação de um órgão que vai estabelecer as normas e os critérios para o exercício do jornalismo contribui para zelar pela qualidade da informação e princípios éticos da profissão, possibilitando ao leitor notícias com elaboração criteriosa seguindo os

preceitos do jornalismo. O CFJ viria a recuperar a falta de uma legislação regulamentadora da profissão provocado pela perda da exigência do diploma. Seus anseios não são apenas pela regulamentação da atividade, mas também pela necessidade de regular os donos dos meios de produção jornalísticos: os proprietários de empresas de comunicação. O “Conselho” teria o papel de polícia, punindo os jornalistas que exercem o jornalismo ilegalmente, controlando o não-cumprimento das normas, contribuindo assim para conter o monopólio e a concentração da mídia.

Essas entidades acreditam que o envio ao Congresso Nacional, pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, do projeto de lei que cria o “Conselho Federal de Jornalismo” é uma conquista não só dos jornalistas que, após décadas de reflexão, conquistaram uma importante vitória para a categoria, mas também da sociedade. Segundo essas entidades

...o Conselho terá como atribuição a normatização e o disciplinamento do exercício do jornalismo no Brasil, o que não significa qualquer tipo de cerceamento à liberdade de imprensa e de expressão e, sim, a instituição de um órgão que vai zelar pela qualidade da informação e pelo exercício ético do jornalismo (...). A categoria dos jornalistas implementou a luta pela criação de Conselho, reivindicando o direito de regulamentar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, direito este já conquistado por categorias como os médicos, engenheiros, advogados, psicólogos e assistentes sociais, entre outras (...). O Conselho Federal vem justamente para enfrentar e combater a manipulação da informação, a distorção de fatos e as práticas jornalísticas que privilegiam interesses escusos em detrimento do cumprimento da função social do jornalismo (...) (www.fenaj.org.br, acesso em agosto de 2006).

O “Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul” também se pronunciou a respeito, e, segundo depoimento do presidente, em um dos jornais da cidade “o conselho não é censura”. Para ele, há mais de vinte anos, os jornalistas brasileiros vêm discutindo a criação de um “Conselho Federal de Jornalismo” que foi tema em vários congressos da categoria e que foi aprovado no Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em 2002, em Manaus:

(...) Justamente para defender o jornalismo e a sociedade deste tipo de jornalismo que serve a interesses privados os jornalistas necessitam ter seu conselho profissional, gerido pelos próprios profissionais. A única fiscalização do Estado viria do Tribunal de Contas da União, um órgão ligado ao Congresso Nacional. Portanto, é falsa a informação de que os conselhos teriam ingerência do Poder Executivo com o intuito de influenciar no noticiário. Assim como é falsa a informação de que os conselhos iriam cercear a opinião dos colunistas, comentaristas e articulistas da imprensa. Não se pode confundir o exercício da profissão de jornalista, regulamentada desde 1979, com a liberdade de expressão da opinião pública ou de intelectuais que, por seus méritos, conquistaram este espaço de opinião. Mas existe um espaço reservado aos jornalistas que vem sendo usurpado por um grande número

de pessoas irregularmente exercendo a nossa profissão. Basta ser celebridade para ter um programa "jornalístico" no rádio ou na TV, mesmo sem nenhuma responsabilidade ética ou conhecimento técnico sobre os princípios básicos do jornalismo. Resultado disso, enquanto o índice de desemprego das demais categorias chega a 12%, nos jornalistas o índice é superior a 20%. O jornalismo tem um compromisso público com a verdade. A livre circulação de notícias e informações não pertence aos jornalistas e nem aos donos dos jornais, mas são um bem da sociedade. O direito de acesso a uma informação plural, com espaço para o contraditório, é uma das garantias individuais dos direitos universais do Homem. Assim como a Liberdade de Imprensa e a de Expressão. Dois conceitos que só se confundem quando a intenção é justamente cercear o debate.(...) (www.jornalistas-rs.org.br, acesso em agosto de 2006)

Essas entidades e seus respectivos representantes afirmam que a criação do “Conselho Federal de Jornalismo” faz parte do processo de democratização da comunicação. Ele irá garantir à profissão o cumprimento do contrato com o público e com a sociedade. Segundo esses dirigentes, o debate público a respeito do assunto foi distorcido pela mídia que valorizou a proposta como sendo do governo e não de *interesse da sociedade*.

Porque a mídia está fazendo uma manipulação ao dizer que: é um assunto do interesse do Governo (Não. É de interesse da sociedade e dos jornalistas); que significa censura e compromete a liberdade de imprensa (é justamente o contrário: visa garantir a divulgação do contraditório com equilíbrio) e que vai intimidar o jornalista (visa garantir um jornalismo responsável e de boa qualidade).As empresas sempre se opuseram a qualquer regulação do setor. Elas temem a valorização da profissão e o fortalecimento de nossas organizações (O Conselho Federal de Jornalismo. A FENAJ e a luta pela liberdade e pela ética no jornalismo, setembro/2004, disponível na página www.fenaj.org.br)

Assim como o diploma, a defesa de um “Conselho Federal de Jornalistas” é apresentada articulada a um interesse que não é só dos jornalistas, mas de toda a sociedade e a luta pela democratização dos meios de comunicação e, desse modo, não está restrito aos jornalistas. Seu fundamento é defender o jornalismo como atividade de interesse público. Seu objetivo é transformar o código de ética dos jornalistas em uma força legal. O artigo 18, do capítulo VIII, que define a Ética do jornalista, esclarece que

No exercício de sua profissão o jornalista deve pautar sua conduta pelos parâmetros éticos definidos no Código de Ética, mantendo independência em qualquer circunstância, sem receio de desagradar a quem quer que seja. § 1º. O Código de Ética devesse regular também os deveres do jornalista para com a comunidade, o direito à informação, a relação com os demais profissionais, observado o disposto na presente lei (Conselho Federal de Jornalistas. Disponível na página www.fenaj.org.br. Acesso em agosto de 2006).

O projeto, ao longo do período, sofreu algumas modificações. A mais recente centra-se no nome. De “Conselho Federal de Jornalismo” passou a chamar-se “Conselho Federal de

Jornalistas”, com intuito de deixar claro, segundo as lideranças da FENAJ, que a atuação do órgão é para os jornalistas e não pretende regular o jornalismo. Além disso, o “Conselho” pretende atuar na formação dos jornalistas e na qualificação dos cursos universitários criando a categoria professor jornalista.

A função de professor jornalista, disposta nas atividades contempladas no projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, é de competência exclusiva do profissional jornalista. O profissional de jornalismo que trabalha com ensino e extensão em instituições de ensino superior está desempenhando atividades específicas da profissão, pois orienta a pauta, produção, apuração, redação e edição do material jornalístico, entre outras ações, além da reflexão sistematizada sobre o exercício ético do jornalismo (Trecho extraído do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalistas, disponível na página: www.fenaj.ig.br, acesso em agosto de 2006).

Em função disso, a FENAJ não foi a única instituição a se manifestar a favor, mas também o “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”, entidade essa que atua em parceria com a FENAJ em diversas situações. Nesse projeto, o conselho irá atuar na avaliação dos cursos observando o seu funcionamento. Segundo o presidente do “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”, isso será feito em parceria, uma vez que a FENAJ e o FNPJ já desenvolvem atividades em conjunto em função do “Programa de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo”, promovido pela “Federação”. A relação dessas entidades consolida uma rede que não é apenas institucional, no sentido de vínculos entre entidades, mas também uma rede de contatos que é fortificada por laços externos as instituições, como o vínculo que as lideranças estabelecem com partidos políticos, como se demonstrará no tópico a respeito das trajetórias desses líderes.

No ano de 2005, o FNPJ promoveu um “Pré-fórum”, que correspondeu a uma antecipação dos debates programados para o “8º. Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”, realizado em Maceió e denominado: “O Conselho Federal dos Jornalistas e a Qualidade da Formação Jornalística”. A temática pretendia atingir a importância do Conselho para a prática pedagógica. Os presidentes membros das 3 entidades: FENAJ; FNPJ, SBPJor, presentes no evento manifestaram-se em defesa do CFJ. De início, na abertura do evento, o presidente da FENAJ, apresentou a defesa do conselho manifestando que o “Pré-fórum” faz parte da “Campanha pela Valorização da Profissão de Jornalista” definida pela FENAJ para reabrir as discussões a respeito do CFJ. O presidente do FNPJ manifestou a necessidade dos estudantes de jornalismo se inserirem nas lutas sindicais da categoria. Do mesmo modo, o presidente da SBPJor apresentou o CFJ como fundamental para a prática democrática, uma

vez que ele não será apenas fiscalizador, mas um instrumento de inclusão social, uma vez que a prática jornalística é de interessa da sociedade e não só dos jornalistas.

Assim, o que se percebe é que, igualmente ao caso da defesa do diploma, a defesa do CFJ é apresentada como um projeto que engloba uma luta mais ampla da profissão de jornalista, de sua necessidade de regulamentação, e da luta pela democratização da comunicação.

4.3. O Jornalismo como Subárea de Conhecimento

O projeto de reforma universitária do governo federal e a nova classificação do jornalismo nas áreas do conhecimento proposta por tal projeto provocaram novamente intensa manifestação das entidades voltadas à “defesa” do jornalismo e dos cursos universitários. Essas entidades compreendem: a SBPJor, a FENAJ e o FNPJ. A “Comissão de Gestão da Qualidade de Formação em Jornalismo”, prevista pelo “Programa de Qualidade de Formação em Jornalismo” da FENAJ e que visa zelar pelo diploma e pelo desenvolvimento do jornalismo, conta com a assinatura de outras entidades, além das mencionadas, como a “Associação Brasileira de Escolas de Comunicação”, “Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação” e “Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação”. Tais entidades representam a área da comunicação de modo geral, que inclui a publicidade e o jornalismo. O destaque dado aqui é para as entidades que se voltam especificamente ao jornalismo: SBPJor, FENAJ, FNPJ.

Essas entidades manifestaram-se em conjunto a respeito do projeto de reforma universitária e das questões que ele propõem para o ensino de jornalismo desenvolvendo documentos, manifestos, propostas e seminários. Nesses documentos⁴⁹, tais entidades expressaram ao Ministério da Educação, a necessidade de reformular o projeto no sentido de resgatar o papel da universidade brasileira no processo de emancipação da nação, de superação da dependência econômica e da estimulação a uma distribuição mais igualitária da riqueza. Assim, a universidade estaria garantindo o seu compromisso com a sociedade e desempenhando sua função social. O projeto do governo, segundo tais entidades, não aprofundava a definição de “função social” e, portanto, como na prática a universidade iria cumprir essa função tão esperada?

⁴⁹ Dentre esses documentos estão: “Contribuições do Campo do Jornalismo ao Debate sobre o Anteprojeto da Lei de Educação Superior”. FENAJ, FNPJ, SBPJor” (abril de 2005); “O Jornalismo, a Comunicação e a Nova Classificação das Áreas de Conhecimento”. A Proposta da SBPJor” (maior de 2005).

Tal função social não deveria ficar restrita à formação dos jovens ou a oferta de oportunidade de acesso a uma profissão de nível superior, como proposto no projeto, mas requer um comprometimento com a sociedade que deve ter garantido o seu direito de ensino público, gratuito e de qualidade. O questionamento da função social da universidade não está separado da missão do ensino superior nem do jornalismo, mas, para as entidades, o projeto evidencia o mercado e sua relação com a Universidade, ignorando o que, segundo elas, constitui um aspecto essencial: a formação para a cidadania e para a geração do conhecimento. Esse conhecimento, entretanto, não deve ser tecnicificado ou especializado, mas requerer uma abertura que possibilite a comunicação com outras áreas do conhecimento acumuladas pela sociedade.

[...] É preciso, de fato, lembrar que não se produz conhecimento no isolamento absoluto, como se não dependesse, em maior ou menor grau, de outros saberes. E é necessário, de fato, introduzir no ensino a reflexão crítica do conhecimento que se produz, inserindo-o sempre numa perspectiva humana e de formação para a cidadania, o que requer, naturalmente, um certo nível de interdisciplinaridade e reflexão filosófica a respeito desse saber e da sociedade, em qualquer área do ensino. [...] (“Contribuições do Campo do Jornalismo ao Debate sobre o Anteprojeto da Lei de Educação Superior. FENAJ, FNPJ, SBPJor” -abril de 2005, p. 6, disponível: www.reforma.ufrn.br/documentos/contribuicao_dos_jor.doc, acesso em agosto de 2006)

Isso implica a necessidade do comportamento crítico que deve ser estimulado e provocado pela universidade. A falta de interdisciplinaridade fortalece, em contrapartida, aos interesses do mercado, os quais são opostos a formação crítica/cidadã. Além disso, anular a disciplina “jornalismo” como campo de conhecimento de uma área maior que é a Comunicação traz prejuízos não só para a qualificação profissional, como para a sociedade. Segundo as entidades, isso contribui para desviar a reflexão do jornalismo como forma de conhecimento e de mediação social.

O projeto de reforma universitária apresentada pelo Ministério da Educação também estabelece uma readequação das áreas dos saber. Essa readequação manifestou-se na nova tabela das áreas de conhecimento proposta pelo CNPq, CAPES e FINEP. Nessa tabela proposta em 2005, o jornalismo não consta mais como subárea do conhecimento da Comunicação. Na tabela anterior, a Comunicação compunha a grande área Ciências Sociais Aplicadas, mas o novo projeto propõe a extinção dessa área e insere a Comunicação como subárea das Ciências Sociais e Humanas. Juntamente com a “Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo”, o “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”, a “Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação”, a FENAJ e os

sindicatos da categoria apoiaram a defesa do jornalismo como subárea da Comunicação considerando que esse projeto, assim como a liminar que suspendeu a exigência do diploma, contribui para desregular a atividade.

Consideramos que ao vir no rastro de um ataque à regulamentação profissional do jornalista, pela retirada da obrigatoriedade de diploma em Curso Superior de Jornalismo para o exercício da profissão de jornalista, a proposta de nova Tabela das Áreas de Conhecimento engrossa as tentativas de desconstituir e acabar com a identidade do campo do jornalismo. Um campo que tem uma função social central, tanto ao produzir conhecimento como quando se trata da formação/ensino e do exercício profissional. A nova Tabela, se for confirmada, ameaça a identidade dos pesquisadores e professores de jornalismo assim como a extinção da obrigatoriedade do diploma destrói a identidade e organização dos jornalistas enquanto categoria profissional ao acabar com um dos principais pilares da sua regulamentação (Diploma em Jornalismo- Em defesa do jornalismo como subárea do conhecimento, disponível na página <http://www.fenaj.org.br/diploma.php>, acesso em agosto de 2006).

Essas entidades, ao se manifestarem em torno dessa questão, elencaram alguns aspectos considerados ameaçadores à profissão. Um desses aspectos diz respeito à inclusão da Comunicação na área de Ciências Sociais e Humanas, afirmando que o jornalismo

Não é uma simples teoria, mas sim uma prática profissional sobre a qual se produz uma teoria. (...) Lamentavelmente, porque até hoje sofremos a hegemonia das Ciências Sociais e Humanas, que contempla o jornalismo como um campo de estudos, mas que está descomprometida com a contribuição para o aperfeiçoamento da prática profissional (...) (“Contribuições do campo do Jornalismo” ao debate sobre o Anteprojeto da Lei de Educação Superior, abril de 2005, p. 7 e 8. Disponível em :www.reforma.ufrn.br/documentos/contribuicao_dos_jor.doc, acesso em agosto de 2006)

Cabe destacar que essa citação reforça a necessidade de relacionar a teoria a uma prática determinada. O conhecimento teórico está diretamente direcionado à contribuição para modificar uma determinada prática profissional. Assim a teoria só tem validade pela sua associação com a realidade dos jornalistas, pela sua intervenção prática, caso contrário seria uma “simples teoria”. O descomprometimento com essa realidade é apresentado como um perigo para os estudos em jornalismo.

Um outro aspecto, mencionado na defesa do jornalismo como subárea da Comunicação; destaca a relação entre a pesquisa em jornalismo e a sua contribuição para a democracia brasileira, sendo, portanto, de interesse público. O *slogan* da “Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo”, denominado “A pesquisa em jornalismo e o interesse público”, ilustra o vínculo necessário entre os pesquisadores e suas pesquisas e a

sociedade de modo geral. A noção de interesse público remete a uma ação social e contribui para fazer transcender os interesses de grupos particulares.

O trecho abaixo, extraído de uma carta produzida pelo “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo” em parceria com a FENAJ, demonstra o compartilhamento de certas visões sobre a produção de pesquisa em jornalismo.

É com muita preocupação, portanto, que o FNPJ vê o desaparecimento do Jornalismo como subárea de uma área do conhecimento, ainda mais tendo em conta que o campo do Jornalismo experimenta um adensamento sem precedentes em matéria de produção, publicações científicas e organização institucional, sem contar com o papel desempenhado pelo jornalismo brasileiro no amadurecimento da vida democrática e das instituições do país. É paradoxal, portanto, verificar que, por um lado, o Jornalismo tem crescido como campo técnico, campo teórico e campo profissional. E, de outro, ser objeto de uma “reclassificação” reducionista (Diploma em Jornalismo- Carta Aberta do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, disponível na página <http://www.fenaj.org.br/diploma.php>, acesso em maio de 2006).

Nota-se que a necessidade de publicações científicas e a produção de pesquisas em jornalismo é evidenciada também pelo papel que desempenham na vida em democracia, o que implica em afirmar que pesquisa e intervenção na realidade são questões completamente inseparáveis, uma vez que a mesma só tem sentido se implicar transformações profundas na sociedade e defesa de valores democráticos. Assim, esses jornalistas ao invocarem os valores democráticos e a intervenção na realidade estão contribuindo para politizar o debate. Portanto, a reclassificação das áreas reduziria não só a pesquisa, associando o jornalismo às Ciências Humanas, mas também a possível área de atuação, uma vez que a área das Ciências Humanas não se mostra tão comprometida com a realidade como a Comunicação.

Dessa forma, a defesa do diploma não se constitui como um projeto isolado, estando assim relacionado à defesa do CFJ, à democratização da comunicação, à implementação de políticas democráticas de comunicação, à pesquisa em jornalismo. Além disso, seu argumento de defesa está relacionado a certas concepções similares a respeito do papel da escola, da academia, da universidade e do próprio jornalismo; tais concepções colocam o jornalista e o pesquisador em jornalismo diante de uma missão social e de um papel eminentemente político, na medida em que deve voltar-se para uma atuação na realidade e na sociedade e cuja sua missão é, antes de tudo, uma missão política.

Tal apreciação está relacionada a uma caracterização mais geral da cultura política brasileira, para a qual é inconcebível pensar conhecimento e formação acadêmica separado da ação e de uma intervenção social. Essa cultura política, entendida aqui como “fenômeno de

sociabilidade política e uma adesão implícita a uma mesma leitura do real” (PÉCAUT, 1990, p. 184), implica em uma consciência política e uma atuação no plano político. Nesse sentido, a formação acadêmica e o conhecimento, ao permitirem o acesso a realidade, já são, desde o princípio, completamente politizados.

4.4. Em “Defesa” do Jornalismo, da Sociedade e da Democracia: FENAJ, FNPI, SBPJor

Essas entidades aproximam-se, como se pode perceber, quanto às concepções e às interpretações acerca do papel do jornalismo e da universidade. Mas não são apenas essas concepções que se aproximam. Tais entidades também desenvolvem parcerias e seus membros circulam entre elas não só participando dos congressos e eventos promovidos, como também integrando-se à diretoria.

Uma maneira de observar isso é em congressos promovidos pelas entidades, nos quais se fazem presentes determinadas definições de jornalismo e através dos quais é possível perceber as parcerias entre as entidades. O “32º Congresso de Jornalistas” realizado em julho de 2006, pode ser considerado, para esse trabalho, um palco para demonstrar como as concepções do papel da universidade e do próprio jornalista fazem-se presentes por meio das propostas dos diversos sindicatos da categoria do país, bem como por meio da organização do evento, da cidade escolhida, das justificativas apresentadas para tal escolha, e da própria programação do evento, das entidades que dele participaram, da escolha dos palestrantes e dos temas abordados.

Promovido e organizado pela “Federação Nacional dos Jornalistas” e pelo sindicato regional do estado em que o evento é realizado, o “32º Congresso Nacional dos Jornalistas” trouxe como título: “Liberdade de Imprensa e Democratização da Comunicação”, além de quatro outros subtemas: ética jornalística, formação profissional, “Conselho Federal dos Jornalistas” e mercado de trabalho. A escolha da cidade, Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, justifica-se por sua história de luta pela liberdade, durante a Inconfidência Mineira. Democratizar a comunicação e promover a participação política da sociedade indica algumas das idéias apresentadas como a grande bandeira de luta que é, nesse sentido, o ideal da democracia. A conferência de abertura dá alguns indícios do teor dos debates: Mídia e Poder, com a filósofa Marilena Chauí como palestrante. Nas notícias publicadas, após o encontro, no sítio da FENAJ, a manchete traz o seguinte título: “Marilena Chauí critica o poder da mídia”. Esse “poder da mídia”, que, segundo Chauí, é um poder de desinformar, constitui um dos empecilhos para a democratização dos meios de comunicação e que deve ser vencido.

“Baseado em buscas aleatórias, o jornalismo se tornou hoje um dos principais protagonistas da destruição da opinião pública”, disparou Marilena Chauí, na Conferência “Mídia e Poder”, que abriu oficialmente as atividades do 32º Congresso Nacional dos Jornalistas, no dia 5 de julho. Para ela, os meios de comunicação cumprem uma função de reprodução e valorização da ideologia capitalista. Marilena Chauí observa que, com a onda de neoliberalismo instalada no mundo, está ocorrendo o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado, “onde pouco mais de uma dezena de conglomerados detêm o poder da comunicação”. Ela cita que há uma verdadeira “saturação de informações” que, assim, contribui para desinformar a população à medida que inibem a reflexão crítica. “As reflexões sobre as referências políticas, sociais e históricas, com suas causas e conseqüências, não são exercidas. Em lugar de opinião pública, os veículos de comunicação produzem manifestação do sentimento de massa, já que todos os assuntos são uma questão de gosto, de preferência e não de pensamento, de julgamento”, sentenciou (www.fenaj.org.br, acesso em outubro de 2006).

Além disso, o evento contou com painéis de discussão cujos temas foram: “Conjuntura política e mercado de trabalho”; “Formação Profissional do Jornalista”; “Marco Regulatório da Comunicação Brasileira” e “Digitalização das Comunicações”; “Código de Ética”, “Conselho Federal dos Jornalistas”. Contou ainda com entrevista com os candidatos à presidência da república e a apresentação de suas propostas para a comunicação brasileira. Do evento, participaram as seguintes entidades: “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação”, “Núcleo de Comunicadores Afro-brasileiros”, “Conselho de Comunicação Social”, “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”, “Núcleo de Jornalismo Ambiental”⁵⁰. Uma das teses propostas foi a do “Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros” do “Sindicato do Rio Grande do Sul”, o qual propôs não apenas uma democratização dos meios de comunicação, mas também uma democracia racial nos meios de comunicação, para que os profissionais de imprensa fossem motivados a consciência social e luta contra o preconceito. A tese ainda remeteu a universidade o papel de formar uma consciência social e racial e propôs uma discussão étnico-racial dentro da universidade.

Esse evento traz para o debate, novamente, a questão do diploma, da formação acadêmica dos jornalistas e do “Conselho Federal de Jornalistas”. Nele, podem ser observadas as percepções a respeito do papel que desempenha a universidade, e do papel social que deve desempenhar o jornalista. O evento ainda contou com teses propostas pela própria FENAJ e pelos sindicatos da categoria nos estados da federação para debaterem e serem votadas. Através dele pode-se perceber certas ligações entre a FENAJ, entidade sindical, e outras entidades como o FNDC, entidade civil que visa defender a democratização da comunicação,

⁵⁰Ver em anexo III a programação do evento.

o FNPJ dedicado ao ensino do jornalismo e SBPJor, dedicada à produção de pesquisa e conhecimentos em jornalismo⁵¹.

Em cada congresso é redigida, no final das atividades, uma carta aberta com intuito de divulgar os compromissos da entidade. Essas cartas, ao serem analisadas, fornecem informações sobre as pretensões gerais do evento. O congresso anterior, realizado em 2004, reafirmou, por meio da carta, o compromisso com a defesa do diploma, da formação profissional e da ética jornalística. Tal ética apareceu complementada pelo projeto do “Conselho Federal dos Jornalistas”, considerado uma vitória tanto para os jornalistas como para a sociedade. A carta ainda manifestou a luta da entidade a favor não só do diploma da formação profissional, da democratização da comunicação, do compromisso com a liberdade de Expressão, da paz mundial, do direito a informação e contra a exclusão social de gênero, de raça e de etnia. Além dessa carta, outras foram produzidas que permitem compreender como a defesa da profissão aparece associada a outras necessidades sociais. A carta aberta do encontro de 2002 expressou o apoio da entidade à campanha de Luiz Inácio Lula da Silva como parte de uma responsabilidade histórica da entidade e também pelo fato, segundo expresso na carta, dessa proposta representar a possibilidade de construção do *novo país*. Essa carta ainda manifestou a defesa da entidade pelo desenvolvimento sustentável e pela soberania de todas as nações e em busca da paz mundial.

Nesses congressos, ainda definem-se os principais eixos de luta da entidade. Esses eixos incluem a necessidade das entidades voltadas aos jornalistas trabalharem em prol da mobilização dos jornalistas em defesa da democratização do país, da reforma agrária, da democratização dos meios de comunicação, contra a corrupção, pelo controle da sociedade do Poder Judiciário, pela união dos povos em favor do cancelamento da dívida externa, aprovando, também, a campanha pela valorização do jornalismo e da formação profissional.

Nota-se, nessas cartas, que a defesa da categoria, do diploma, da formação profissional, aparecem sempre associadas a outras demandas sociais que interessa a sociedade, de forma geral. É esse aspecto que interessa refletir a respeito desses congressos, uma vez que eles trazem à tona que a defesa da profissão não se constitui enquanto uma defesa isolada de outros segmentos sociais: movimentos populares, sindicais, etc. A defesa do jornalismo está diretamente voltada à necessidade de atender as demandas da sociedade.

Esse tipo de vinculação com a sociedade também pode ser percebido nos congressos e encontros promovidos pelo FNPJ e pela SBPJor. O FNPJ, como já mencionado, é uma

⁵¹Ver material de divulgação em anexo.

entidade que busca colaborar na formação jornalística universitária e, dentre suas atribuições está também a “de contribuir para o desenvolvimento das instituições democráticas, promovendo e difundindo o livre exercício da comunicação”⁵². Os encontros promovidos pelas entidades tratam, sobretudo, do exercício acadêmico do jornalismo, dos currículos das escolas de comunicação, e também de temas como democratização da comunicação e das atribuições do “Conselho Federal de Jornalismo”.

O primeiro encontro da SBPJor, realizado em 2003, momento que marca também o surgimento dessa entidade, teve como um dos seus objetivos estimular pesquisadores para prática da pesquisa em jornalismo. Segundo os organizadores, a entidade visa consolidar a pesquisa em uma área de conhecimento especializada que é o jornalismo, como também encarregar-se da formulação de políticas para institucionalização da pesquisa em todo o país. O ensino e a pesquisa em jornalismo são apresentados e debatidos como práticas essenciais não só para o desenvolvimento da produção científica em jornalismo, mas para o fortalecimento da sociedade.

Expressões como redemocratização, democratização, democracia, sociedade, são constantemente mencionadas nos encontros e associadas às pesquisas na área de jornalismo. O trecho abaixo da emenda de uma das comunicações coordenadas, denominada telejornalismo, apresentada no “III Encontro da SBPJor”, revela a importância que assumem essas expressões:

Consideramos ainda que a reflexão sobre o campo do telejornalismo seus processos, métodos e estratégias são de fundamental importância quanto a sua relevância, significado e eficácia para a compreensão da experiência nas sociedades democráticas. É dentro desse contexto que apresentamos a nossa comunicação coordenada.

Assim, os estudos em jornalismo, o desenvolvimento de metodologias específicas, teorias, conceitos, presentes nas comunicações coordenadas, são apresentados como fundamentais para as sociedades democráticas. Essas entidades atuam no sentido também de produzir conhecimentos imprescindíveis para modernização do Estado Democrático e para uma democratização da comunicação em sentidos mais amplos. O jornalismo e a pesquisa em jornalismo são apresentados como fundamentais para organização da sociedade.

As entidades voltadas para a defesa do diploma e da regulamentação do jornalismo não tem apenas em comum concepções do papel social do jornalista, do conhecimento e da

⁵²Estatuto do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo: www.fnpj.org.br

universidade, mas tem em comum, também, a participação intensa nas três entidades referidas: FENAJ, FNPJ, SBPJor. Nos encontros promovidos pelo FNPJ a participação da FENAJ e de membros da SBPJor é uma constante, visto que é destacada na composição do “Fórum” a parceria com determinadas entidades, dentre elas a FENAJ. Nos encontros promovidos por essas três entidades também está presente o apoio do sindicato dos jornalistas local onde se realiza o evento. O “III Encontro da SBPJor” contou com o apoio do “Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina”, da Universidade Federal de Santa Catarina, departamento de jornalismo, estado onde o encontro realizou-se, e com a presença dos representantes da FENAJ, do FNPJ.

Durante as atividades do “III Encontro de Pesquisadores de Jornalismo” promovido pela SBPJor o presidente da FENAJ participou na qualidade de mediador de uma sessão de um dos grupos de trabalho. Dos 31 mediadores de sessão de trabalhos, 7 são membros e sócios do FNPJ e desses 7 componentes, 2 são também membros da diretoria da FENAJ. Quanto aos responsáveis pelas Comunicações Coordenadas, dos 7 coordenadores, 4 são sócios e membros da FNPJ. E dos 15 componentes da atual direção da SBPJor, 6 são membros e sócios do FNPJ.

Contudo, essa relação entre os membros das três entidades mencionadas não se limita aos eventos que promovem, mas vão além deles, uma vez que seus membros estão inseridos em várias delas simultaneamente. Pode-se perceber tal inserção por meio do atual quadro da diretoria da FENAJ. Dos que compõem a direção dessa entidade, 4 membros participam da direção dessas outras duas entidades referidas. Para detalhar: um deles participa da direção da FENAJ e do FNPJ, o segundo da direção dessas duas sendo ainda sócio da SBPJor e participante no FNDC, o terceiro além de participar da direção dessas já mencionadas, participa da direção do FNDC e é sócio da SBPJor. Cabe ainda destacar que o presidente da FENAJ compõe também a direção do FNDC e é sócio do FNPJ. No que diz respeito ao FNPJ: dos 19 membros que compõem a direção, 12 são também sócios da SBPJor e 3 são também da direção da FENAJ.

Cabe ainda destacar que do total de trinta e oito jornalistas que compõem a atual direção da FENAJ, doze já atuaram ou atuam como professores, sendo que desses doze, quatro fazem parte da direção executiva da entidade. Desse conjunto de 12 membros, 8 estão atualmente atuando no magistério superior. E desses 8 que atuam como professores universitários, 2 deles compõem a diretoria executiva da entidade, representada por um total de 7 membros. Isso implica em levar em consideração que há um vínculo entre os

componentes da FENAJ com magistério superior. Pode-se dizer que existe uma parceria e um vínculo institucional entre as entidades que se manifesta nos encontros, através da participação enquanto mediadores de sessões, coordenadores de comissões e na direção das entidades.

Tais informações são pertinentes, uma vez que permitem perceber que a afinidade entre as entidades se expressa não apenas em seus pontos de vista e concepções acerca do jornalismo, mas por meio da intensa circulação dos seus dirigentes na composição dos quadros das referidas entidades. Essa intensa circulação e a atuação simultânea constituem uma das condições que contribuem para a proximidade em seus pontos de vista e tomadas de posição. Assim, essas instituições estão cumprindo o seu papel como instâncias de recrutamento, definindo quem deve compor seus quadros e como devem realizar tal feito.

4.5. Formação Escolar, Militância e Inserção Profissional das Lideranças

Cabe neste tópico, considerar quem são os jornalistas que se dedicam a atividades na FENAJ, FNPJ e SBPJor e que ocupam posições de lideranças, acumulando cargos, funções e assumindo pontos de vista em defesa da categoria, da sociedade e da democracia. Quais os trajetos e as carreiras que caracterizam esse tipo de jornalista? Quais os usos que fazem dos seus títulos acadêmicos? Trata-se com isso de especificar e qualificar os significados que são atribuídos a regulamentação da profissão e os usos que podem ser feitos dos títulos acadêmicos.

Para análise dos trajetos sociais, foram considerados os jornalistas que atuam como lideranças de entidades sindicais e associativas, tais como presidente do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”, presidente da “Federação Nacional dos Jornalistas”, o presidente do “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”, o coordenador do “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação” e o presidente da “Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo”. Esses grupos, como já mencionados anteriormente, atuaram em conjunto no que diz respeito à defesa do diploma, do conselho federal de jornalismo e do jornalismo como subárea do conhecimento. Em função disso, pretende-se abordar as características dos dirigentes dessas organizações. O objetivo, neste tópico, é centrar nos dirigentes e nos elos estabelecidos entre eles. Tais questões permitirão compreender a base social das definições de jornalismo e do diploma.

Tal seleção implicou em levantar uma série de informações a respeito das origens sociais, considerando para isso o nível escolar dos pais, suas ocupações e profissões e ainda as

formações escolares dos próprios jornalistas. Além disso, tratou-se de pesquisar o passado político-partidário e militante desses jornalistas, suas vinculações com outras esferas sociais e a forma de inserção no mercado jornalístico (o início da carreira profissional)⁵³.

Com isso, é possível vislumbrar as características que se destacam entre aqueles que lutam pela imposição do diploma, assim como demonstrar os usos que esses jornalistas fazem de seu título escolar. Tanto as características de origem, como o itinerário militante e profissional constituem as bases sociais que permitem aos jornalistas falarem em defesa da regulamentação. Nesse sentido, a análise da trajetória dos agentes individuais pode ser tomada como ponto de partida para examinar e decodificar as divisões, os confrontos e os principais eixos de controvérsias que caracterizam um espaço em um determinado momento de sua história, contribuindo, assim, para análise da trajetória coletiva do espaço no qual estão inseridos (BOURDIEU, 1996, CANEDO, 2002, DEZALAY, 2002).

Um primeiro aspecto a ser mencionado a respeito desses jornalistas está relacionado às suas origens sociais. Destacam-se, nos jornalistas dirigentes das entidades mencionadas, as seguintes ocupações realizadas pelos pais: caixeiro viajante, taxista, motorista, militar aposentado, empresário, doméstica, operária, professora primária, dona de casa. Associadas a isso, estão as formações escolares dos pais, as quais variam de segundo grau incompleto, a primeiro grau incompleto e ensino fundamental.

Um segundo aspecto, diz respeito à formação escolar e acadêmica dos jornalistas. Do conjunto dos cinco considerados, dois têm mestrado e doutorado em Comunicação, dois têm mestrado em Comunicação e um deles está concluindo o mestrado, também na área da Comunicação. Nesse caso, é interessante especificar: o presidente da SBPJor, tem dois mestrados - um em jornalismo na Espanha e outro em Comunicação no Brasil- e doutorado em Comunicação, também realizado na Espanha; o presidente da FENAJ é mestrando em Comunicação; o presidente do FNPJ tem mestrado e doutorado em Comunicação, além de ter concluído outras graduações como Filosofia e Psicologia; o presidente do FNDC tem mestrado em Comunicação e iniciou a graduação em Ciências Sociais e o último considerado, membro da direção da FENAJ, do FNPJ e sócio da SBPJor tem mestrado em Comunicação. Nesse conjunto, todos concluíram o mestrado em universidades federais públicas. Quanto ao doutorado, apenas um concluiu fora do país, o restante concluiu em universidades públicas federais brasileiras.

⁵³Os dados a respeito das características sociais, do itinerário profissional e da carreira militante foram coletados por meio de entrevistas com os jornalistas considerados como universo de análise.

Do conjunto dos jornalistas considerados, três apresentaram passagem por cursos de graduação em Ciências Humanas, com destaque especial para Sociologia, História e Filosofia. De maneira geral, a inserção em cursos na área das Ciências Humanas e Sociais é apresentada como uma forma de melhorar a atuação sindical e aparece associada à contribuição que esses cursos trazem para organizar e sistematizar um debate crítico e analítico que faziam na juventude durante a militância estudantil e partidária⁵⁴. Assim, a formação superior e o conhecimento proporcionado pelas inserções em outras áreas, adquirem relevância pela possibilidade que oferecem em enfrentar situações práticas com as quais se deparam esses jornalistas. Essas situações práticas e cotidianas envolvem a atuação sindical, as lutas em defesa do jornalismo como profissão e a realização da crítica social, elemento fundamental na formação do jornalista, como visto no início deste capítulo. Portanto, o conhecimento acadêmico tem um sentido instrumental e utilitarista, uma vez que se torna ferramenta importante no desenvolvimento de um comportamento político que implica crítica social e na defesa do jornalismo, da democracia e da sociedade, como um todo.

Pode-se acrescentar a esses dados, outras informações levantadas a respeito da atual diretoria da FENAJ, FNPJ e SBPJor. No que diz respeito à primeira, do conjunto de sete membros da diretoria executiva da respectiva entidade, três concluíram outra graduação, especialização e mestrado nas respectivas áreas de Filosofia, Sociologia e Educação. Outros três jornalistas restantes que compõem os departamentos específicos de atuação da referida “Federação Nacional dos Jornalistas” também iniciaram graduação e concluíram especialização em Sociologia, Educação e Ciência Política. Quanto à diretoria atual do FNPJ, dos 19 membros, seis iniciaram, além do jornalismo, outra graduação ou pós-graduação na área de Ciências Humanas (História, Filosofia, Sociologia, Ciência Política) e de Educação, sendo que desse conjunto, apenas quatro concluíram as referidas graduações⁵⁵. E do conjunto de 19 membros, sete componentes tem mestrado e doutorado em Comunicação Social. Quanto a SBPJor, do conjunto de 15 membros, todos são mestres e doutores em Comunicação Social, com exceção de dois casos. Um deles tem doutorado em Comunicação Social e mestrado em Antropologia e o outro tem doutorado e graduação em Sociologia no exterior (Inglaterra). Do total de 15 membros diretores, todos são doutores, sendo que oito concluíram pós-doutorado, doutorado e/ou mestrado fora do país. Desse conjunto, dois concluíram

⁵⁴Como mostra Coradini (2002), houve nas últimas décadas, conjuntamente com a expansão do ensino universitário, uma grande difusão do ensino e dos usos das Ciências Sociais. Isso está relacionado à extensão da utilização instrumental generalizada das ciências sociais na esfera política e na intervenção em movimentos sociais.

⁵⁵ Cabe destacar que não foi possível ter acesso a todos os currículos. Apenas 10 currículos foram localizados.

doutorado e mestrado fora do país, três concluíram somente o doutorado, um somente o mestrado, um somente o pós-doutorado, e um concluiu mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior, cujos países são geralmente Espanha (4), Estados Unidos (4), Portugal (2), Inglaterra (1) e França (1). A realização de cursos de pós-graduação fora do país permite a esses jornalistas inserirem-se em redes internacionais de pesquisa.

Os diretores da SBPJor têm como sua principal atuação a academia, na qualidade de professores vinculados a departamentos de comunicação e jornalismo. Do conjunto dos 15 membros, 10 são professores de universidades federais, três de universidades particulares e dois de centros estaduais de ensino universitário.

Contudo, não são apenas esses fatores de formação escolar, acadêmica e titulação que permitem compreender as estratégias que esses atores irão acionar para defender o diploma e a profissão de jornalista. É preciso ainda levar em consideração as concepções da profissão de que são portadores e as definições que apresentam para justificar suas intervenções e que tornam suas estratégias inteligíveis. De forma geral, a inserção nos cursos de graduação e pós-graduação em jornalismo são apresentadas como fundamentais para o exercício prático seja ele do próprio jornalismo, seja o exercício prático da militância político-partidária. O relato abaixo, do presidente da FENAJ, ilustra esse ponto de vista a respeito da formação acadêmica.

O curso foi muito responsável por isso, as aulas, o discurso engajado do Daniel e da própria Maria Helena que não viam o jornalismo ascético, distante da sociedade, em marte, o famoso homem de marte, que não se envolve com nada, que não tem time de futebol, que não tem partido político. Essa crítica a esse tipo de jornalismo acabou me contaminando até de mais, eu diria, de certa forma. Eu acho que a principal responsável por isso foi a própria universidade. A formação que eu tive aqui que me levou a militância política tanto no movimento universitário quanto também no movimento político, partidário, mesmo. O Daniel, em especial, defendia a necessidade de o próprio jornalista ter uma militância que fosse além das questões e dos muros da universidade, que fosse uma militância social e efetiva mesmo (...). Tu vai dizer, mas tem um monte de gente que não fez essa opção. A maioria não fez essa opção. Mas algumas pessoas fizeram (...) Mas respeito. O respeito que o outro lado não tem em relação a quem faz a opção. Eu defendo que nós devemos ter respeito com quem acha que o jornalista não pode nem ter time de futebol, não pode gostar de cor, não pode gostar de nada, mesmo sabendo que isso é completamente impossível, essa objetividade absoluta. Agora, defendo quem tem ojeriza de partido, quem não se envolve com movimento nenhum nem que seja em defesa da mata Atlântida, não tem nenhum tipo de militância porque acha que o jornalista não pode ter. Eu fui vítima, o ano passado, de uma cobertura que a “Veja” fez, eu e quase toda direção da FENAJ, que é policialesca, manipuladora. Eu trabalhei em jornal mesmo sendo filiado a partido político e duvido que alguém encontre algum tipo de confusão entre meu trabalho profissional e a militância partidária (entrevista 42).

A própria importância atribuída ao curso de jornalismo e à universidade está relacionada à capacidade de faculdade promover o engajamento, uma vez que o jornalismo

não deve estar distante da sociedade e a universidade proporciona essa reflexão. A universidade ensina a técnica, mas também a crítica, pois “é a universidade que abre a cabeça”, como visto no relato acima exposto. O curso de jornalismo permite o entendimento da realidade, do comportamento crítico e da compreensão da sociedade. Isso indica uma visão militante da universidade e do próprio jornalismo.

Assim, a relevância dos cursos está relacionada à sua capacidade de fornecer elementos instrumentais para a ação na realidade social. A formação escolar e acadêmica serve como um uso instrumental, sua valorização está diretamente voltada à possibilidade de oferecer subsídios para atuar tanto em defesa da sociedade, como em defesa do próprio jornalismo. O relato abaixo, do presidente da SBPJor, ilustra a visão da formação e do ensino do jornalismo como fundamentais para a prática jornalística.

(...) a demanda por uma formação profissional veio de quem já tinha a prática. Eu queria saber porque que era assim. O jornalismo é uma prática teórica. E isso tem a ver inclusive com a questão do ensino. Para mim o ensino do jornalismo não pode ser um ensino teórico, ele tem que ser um ensino baseado nas práticas. As práticas demandam teoria. Eu, que comecei a trabalhar muito antes de chegar na universidade, mais do que ninguém tenho autoridade para dizer que a teoria é fundamental. Eu já trabalhava e me deu a possibilidade de compreender melhor, entender o que poderia fazer para aperfeiçoar minha prática (...). Nunca me dei bem com as teorias abstratas que desqualificam a prática profissional. Isso para mim não interessa, esse cara nunca entrou numa redação, está dizendo superficialidades que não identificam o que é a prática. É necessária uma nova teoria. Essa não funciona. Uma teoria crítica das teorias que não eram capazes de fazer a verdadeira crítica porque a verdadeira crítica não desconstrói a prática, entende, compreende, reconstrói, dá elementos para melhorar a prática. Na minha hipótese, a teoria é demanda da prática. Quando alguém começa a praticar, começa a surgir perguntas que só a teoria pode responder. Se ele não praticar, as perguntas não vão surgir (entrevista 45).

O que esses relatos permitem compreender sobre as concepções acerca da formação em jornalismo diz respeito a dois aspectos fundamentais. O primeiro aspecto é que a formação adquire valor, por um lado pela possibilidade de intervenção na realidade social, manifestada em partidos políticos, movimentos sociais, sindicais e o segundo aspecto é que esse valor existe pela possibilidade de intervenção na realidade jornalística. Portanto, o jornalismo é visto como um conhecimento prático que tem na redação jornalística sua principal referência.

É muito fácil aprender técnicas de jornalismo. Agora o que tem na faculdade? O jornalismo não é simplesmente técnica, é a compreensão da realidade, é a contextualização, é o entendimento das Ciências sociais, das Ciências e Humanas e isso compõem o trabalho jornalístico. Então, isso você vai adquirir ou vai dar os primeiros passos no curso universitário em jornalismo, em outras palavras então com o diploma de jornalista (entrevista 44).

O jornalismo é visto como uma atividade que implica não só em uma técnica de escrita e redação, mas em uma relação com a realidade, com a sociedade, seja por meio da compreensão e da análise, seja por meio da intervenção e da manifestação em torno de assuntos de interesse público. Além disso, esse jornalista do relato acima tem um *blog* na internet denominado “Jornalismo e Sociedade”, no qual apresenta sua visão sobre problemas e questões diversas, a saber: copa do mundo, educação para cidadania, política, atitudes deploráveis de prefeitos, a manipulação editorial de alguns telejornais, etc.

O relato abaixo, de uma das diretoras da FENAJ, também membro da diretoria do FNPJ, sócia-fundadora da SBPJor, além de membro da INTERCOM e componente do Comitê Regional do FNDC, ilustra esse ponto de vista:

(...) A gente não fica só em discussão de questões profissionais, específicas, não é só a questão salarial e tudo isso. A gente discute jornalismo, conceitos, questão da ética e questões gerais da sociedade porque o jornalista tem uma função social e aí tu acaba tendo preocupações sociais. Eu acho que como jornalista ele tem uma função social e aí ele entra em contato com outras questões de organização social e política da sociedade e então ele acaba atuando. Por isso que a gente volta e meia está se manifestando sobre questões políticas, sobre questões que não são específicas do jornalismo, mas que nós temos que nos preocupar porque o jornalismo trata disso, porque o jornalismo não é uma coisa técnica, ele tem uma função social, ele ajuda, ele contribui, ele é uma ferramenta para que as pessoas participem da construção social da realidade. Então tu tens, tu não podes chegar lá e dizer: bom eu sei fazer um *lead*, eu sei escrever português, então vou lá e pego o esquema (...) O diploma não é para que as pessoas saiam da universidade sabendo escrever bem um *lead*, saiba falar bem no rádio, não é só isso. Aqui, ele aprende muito mais que isso, ele aprende a ver como ele tem que passar a informação, a gente quer uma boa formação e ainda que essa formação seja continuada, constantemente esteja se atualizando, esteja discutindo e refletindo sobre o mundo e sobre tudo que tá acontecendo sobre o mundo porque nós é que vamos fornecer para as pessoas as ferramentas para elas se movimentarem socialmente, para tomarem suas posições (entrevista 43).

Um outro aspecto a ser destacado diz respeito à militância estudantil, inserção político-partidária e sindical desses jornalistas. Do conjunto dos casos, manifestou-se militância estudantil como uma atividade constante em centros e diretórios acadêmicos já no período da graduação. Posteriormente à militância estudantil, deu-se a inserção em sindicatos da categoria, como sindicato dos jornalistas e, em seguida, “Federação Nacional dos Jornalistas”, núcleos e os fóruns organizados por tais entidades. Associada a essas militâncias está a inserção em partidos políticos de esquerda, sobretudo no Partido dos Trabalhadores. Quando questionado a respeito de sua inserção em movimentos estudantis e sindicais, um dos entrevistados manifestou-se afirmando que:

(...) Ou tu fazia isso, ou tu te alienava completamente. Era uma coisa natural participar politicamente (...) Ou tu partia para um caminho bem oposto. Era uma coisa natural. Eu tinha que fazer aquilo, eu me indignava com as injustiças sociais. O meu caminho foi, bom, aonde eu vou encontrar? É no movimento social, no movimento sindical, no movimento estudantil. Eu achei a coisa mais normal (entrevista 43)

Dessa forma, a militância é visto como algo natural, como um caminho inevitável para quem toma posicionamentos políticos, para quem tem uma “consciência política”, quem não se conforma com as injustiças e os problemas sociais. A militância é apresentada como o caminho para construção de um pensamento contestador e crítico, como também de não se manter alheio aos acontecimentos políticos, tornando-se um cidadão político, o oposto do princípio da alienação.

Do conjunto dos cinco jornalistas entrevistados, quatro tiveram algum tipo de militância estudantil, seja ela em grêmios secundaristas ou em centros acadêmicos, com exceção de um deles que começou sua militância em entidades religiosas, com destaque para “União Cristã Brasileira de Comunicação Social”. Todos, durante ou após a militância estudantil, ingressaram no Partido dos Trabalhadores e na esfera sindical, (CUT, Sindicato e “Federação dos Jornalistas”), ocupando, inclusive, alguns cargos, como diretores e presidentes, e trabalhando em campanhas eleitorais. Pode-se constatar com isso que predomina nesse conjunto de jornalistas a proximidade com o universo da política. O militância, seja na sua forma sindical, seja na de movimento estudantil ou partidário, proporciona uma maneira específica de acesso à política, possibilitando, inclusive, o acesso a certas atividades jornalísticas, como assessorias públicas, assessorias para movimentos sociais, assessorias para partidos e para campanhas eleitorais, bem como ocupar cargos na burocracia pública como diretor de comunicação e secretário de comunicação. Do conjunto dos cinco casos considerados, dois ocuparam cargos na burocracia pública como diretor da rádio “Cultura FM”, no Rio Grande do Sul e como secretário da comunicação no período do governo do PT no Estado. Dos 3 restantes, um chegou a ser candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, porém, sem sucesso, e os outros dois trabalharam em várias campanhas eleitorais do PT na qualidade de assessores de comunicação. Além de realizarem consultoria e assessoria de comunicação para partidos e movimentos sociais. Os convites e indicações para realização de tais atividades partiam dos próprios homens políticos ou de colegas jornalistas também membros do partido.

(...) O pessoal que assumiu a “TVE” e o secretário de comunicação lá o Guaraci Cunha. O Guaraci ele trabalhava no “JB” quando eu trabalhava no “Globo”, nós

fizemos muitas matérias juntos, a gente se conhecia. A gente também tinha...O que eu posso dizer desse convite? Esse convite aliou competência profissional com confiança política, eu não digo nem confiança política, porque eu asseguro que o governo nunca tentou fazer, o governo Olívio nunca tentou fazer da “FM Cultura” e da “TVE” uma assessoria de imprensa, não era para ser porta-voz do governo, nem era para defender o governo, era para tentar fazer uma comunicação efetivamente pública, fazer daquelas emissoras, emissoras realmente públicas. E daí o que tu tem que fazer? Tem trazer quem politicamente defenda isso e eu sou uma pessoa. O Guaraci que era o secretário de comunicação é uma pessoa que defende isso. O Garcez que foi presidente da “Fundação”. Foi o Guaraci, secretário da comunicação, e o Garcez, presidente da “Fundação”, que me convidaram para ir lá dirigir a “FM Cultura”. Com o Garcez eu tinha trabalhado na “Gaúcha”, no “Globo”, então a gente se conhecia do trabalho e a gente discutia e tinha uma reflexão de como tem que ser uma rádio. Eu tenho certeza que nenhum deles me convidaria se eles soubessem que eu iria lá e bom, acho que um programa de rádio, uma rádio pública tem que ser assim... É óbvio que lá a gente teve muitas, vamos dizer assim, muitos debates, muitas discussões e a gente teve que superar algumas divergências, mas nenhuma divergência de fundo, no geral, por que eles me convidaram? Porque tenho competência profissional para isso, entendo de rádio e defendo para uma rádio como essa a mesma coisa que eu defendo, a mesma coisa que o governo defende (entrevista 43).

(...) Eu trabalhei muito em rádio, fazendo *freela* de rádio, mais para movimentos sociais, sindicatos. (...) É uma espécie de assessoria, para partidos políticos também fiz muita campanha eleitoral. Ou como voluntária, na maior parte das vezes sem receber nada, mas era um trabalho profissional. (...) P: E como tu tinha acesso a essas atividades? R: São entidades que eu conhecia até porque eu tenho uma militância política, sindical. Sempre tive desde o início, na minha época de estudante eu já estava no sindicato (...). Tinha militância partidária (...) P: E isso te permitia ter acesso a essas atividades de consultoria? R: Eu acho que não só por causa disso, mas, eu acho, a gente não pode ser modesta nessas horas, eu tenho competência, principalmente na área de rádio. Então como eu entendo de rádio, sabia fazer rádio eu então primeiro coloquei meus serviços a disposição voluntariamente, tava se construindo, não só no movimento sindical. Aí o que acaba acontecendo, um vai dizendo para o outro (entrevista 43).

Esse último relato está vinculado a uma jornalista que, durante o trabalho em jornais, como repórter, fazia cobertura de movimentos sociais diversos, o que lhe possibilitava um tipo de acesso aos movimentos sociais. Além disso, seus contatos eram reforçados pela intensa militância política, sindical e partidária que exercia. As militâncias político-partidária e sindical, associadas ao exercício do jornalismo, fornecem os meios necessários para conquistar certos postos. O que é interessante é que as inserções na militância não são vistas como algo acidental ou que desvie o militante da profissão, mas ao contrário, são prova de qualidades extraordinárias. A militância política é vista como uma aprendizagem e como uma qualificação que fornece um saber especial sobre o social, sobre as condições de organização.

Abaixo um dos relatos de um dos jornalistas entrevistados, acerca de como obteve seu primeiro emprego no mercado jornalístico, indica algumas pistas de análise a respeito da importância que assume a militância política.

R: Foi logo depois que eu me formei, eu me formei em meados de 84, nós montamos uma empresa, eu acho que foi a primeira empresa a trabalhar com o conceito de comunicação no estado, “Multimídia Comunicação” Ltda. Um grupo de formados, formou e a gente começou a trabalhar, a fazer trabalho de jornalismo, mas com um viés mais aberto e um ano depois fui convidado para trabalhar no “Diário”. O “Diário” tava se implantando em 1985/1986, aqui. Eu trabalhei no piloto do jornal. O principal responsável para eu entrar no jornal foi o Renan Antunes de Oliveira que na época era coordenador de produção, eu acho, no jornal. E o Renan me levou para fazer sindicato lá dentro do jornal. P: E ele era do sindicato? R: Ele não, ele era, foi da oposição, sempre foi da oposição, mas não era da diretoria do sindicato, mas apoiava e tinha vínculos. E o Renan me levou para sindicalizar as pessoas lá, trabalhar mais no sentido de, ele fez e me colocou na editoria de economia, fiquei, um ano, um ano e pouco trabalhando no jornal até que as coisas se acirraram lá dentro do jornal e aí eles começaram a demitir (entrevista 42).

Esse caso merece dedicação especial uma vez que seus principais empregos e postos profissionais foram conquistados graças às indicações de colegas do movimento sindical e do PT. Coordenou campanhas eleitorais do PT, trabalhou na prefeitura de Florianópolis, quando o PT ganhou, na qualidade de assessor de comunicação do vice-prefeito que era do partido.

Fiz também assessoria de imprensa para empresa, para uma faculdade de Direito. Também relações políticas. O diretor da faculdade era advogado do sindicato, me conhecia há anos. Quando ele criou a faculdade de Direito ele me convidou. Fui lá trabalhar. E há sete anos estou dando aula. P: E como tu entrastes nessa universidade para dar aula? R: Também por indicação. Maria José, minha ex-namorada, quase mulher, me indicou. O Edelberto que é lá do Sul tava constituindo um curso de jornalismo em Joinville e tava precisando de alguém que desse aula de políticas da comunicação que era o que eu fazia. Aí fui lá para dar aula de políticas de comunicação, em seguida dei aula de ética, legislação e ética (entrevista 42).

O que caracteriza esses trajetos é uma diversidade de vínculos sindicais e políticos, obtidos por meio da inserção em partidos políticos e da amizade. Há um outro caso em que o jornalista teve inserção partidária, no PT, e sindical, ocupando postos na direção do sindicato dos jornalistas, mas sua atividade militante começou nos movimentos de igreja, especialmente na UCBC⁵⁶ em 1982. Inclusive foi sua inserção na UCBC que lhe permitiu um primeiro contato com a área da comunicação, visto que sua formação inicial é de Filosofia e Psicologia e, só mais tarde, depois do mestrado em Comunicação, formou-se na graduação em Jornalismo. A participação em movimentos de igreja proporcionou-lhe a produção de

⁵⁶A UCBC foi criada em 1969, durante o “IV Encontro Latino Americano de Imprensa” por um grupo de comunicadores que tinha como objetivo fundar uma entidade que defendesse os jornalistas católicos. Nesse contexto de ditadura militar, a igreja católica congregava as discordâncias do regime. Durante as décadas de 1970 e 1980, tal entidade foi um dos palcos para debater a democratização da comunicação e a defesa de políticas participativas de comunicação. A entidade, que, no início, contava com muitos acadêmicos, aos poucos, sobretudo no final da década de 1980, foi se unindo aos movimentos populares e a entidades eclesiais de base. A partir da década de 1980, passou a divulgar a “comunicação libertadora”, promovendo atividades de “leitura crítica de comunicação”. Nesse mesmo período, articulou-se, a “Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação” da Assembléia Constituinte na elaboração do texto sobre comunicação social. Atualmente, é uma das entidades associadas ao FNDC.

programa televisivo da igreja, coordenando a “Equipe de Comunicação Social” da Arquidiocese de como responsável pela produção da “Missa na TV” e no “Jornal Diocesano”. Ao mesmo tempo em que produzia esse programa, começou a se inserir no jornalismo impresso, publicando artigos sobre análise de realidade. Foi vice-presidente da UCBC para congressos nos anos de 1993 e 1995, função que o levou a promover vários eventos ligados à Comunicação. Antes de assumir essa função já havia participado na qualidade de coordenador de alguns seminários sobre comunicação. Através da UCBC, da participação e da organização dos congressos na área de Comunicação, promovidos por essa entidade, ele passou a estabelecer contatos e ter acesso a jornalistas, professores e pesquisadores na área da Comunicação. É importante que se diga que os congressos da UCBC, nesse contexto, reuniam muitos jornalistas, professores e pesquisadores. Seus orientadores de mestrado em Comunicação Social e doutorado em jornalismo foram da diretoria da UCBC. Sua inserção em atividades docentes na academia, começou em 1984 na qualidade de professor de teologia e filosofia em faculdades católicas. Porém, sua inserção como professor de cursos de jornalismo começou em 1995 momento em que já havia cursado mestrado em comunicação social e estava fazendo doutorado em jornalismo. Esse é o momento também em que sua rede de relações já está consolidada, uma vez que já havia promovido vários encontros na área de Comunicação, reunindo assim vários pesquisadores e professores de jornalismo. Sua participação na organização do FNPI ocorre em 1994, quando José Marques de Melo convida-o para um seminário de atualização de professores. Cabe lembrar que José Marques de Melo era seu orientador de doutorado nesse período e já havia sido da diretoria da UCBC. A partir desse seminário, conquistou um espaço na INTERCOM para discutir questões relativas ao ensino de jornalismo e em 2001 inaugurou o FNPI.

Esses dados permitem colocar que a militância exercida no espaço dos sindicatos, dos partidos políticos ou de entidades eclesiais, possibilita não só uma qualificação especial, um saber sobre o social valorizado entre as lideranças, mas também permite o acesso a certas posições e postos dentro do jornalismo. Uma dessas posições ocupadas é a de assessor, consultor, diretor, secretário de instituições públicas. O trabalho de assessoria ou consultoria prestada para campanhas eleitorais, sindicatos, movimentos sociais diversos, bem como o serviço na burocracia pública como secretário de comunicação ou diretor de emissora pública (TVE, por exemplo) é visto como uma forma de exercício profissional pelo conjunto dos jornalistas considerados. A ocupação desses cargos dá-se em nome de uma “competência profissional”. Entretanto, esses postos são conquistados através de uma rede de contatos e

vínculos políticos que permitem associar o exercício da profissão ao exercício de uma atividade política. Além disso, esse tipo de uso do jornalismo e a combinação entre títulos profissionais e demais títulos obtidos pela inserção militante revelam uma atuação polivalente e uma “expansão horizontal”⁵⁷ da profissão. Essas questões indicam uma das modalidades de utilização do exercício profissional que aparece em associação à ocupação de cargos políticos. Tal uso da condição profissional e do título escolar está condicionado ao exercício do militância.

Além disso, é relevante o fato de que essas inserções não são apresentadas como prejudiciais ao exercício da profissão e de seus critérios de objetividade e neutralidade, ao contrário, são vistas como qualidades que estão diretamente relacionadas à profissão, uma vez que o jornalista deve ser um militante em todos os sentidos que luta não só pela veracidade das informações que produz no interior das redações, como também luta em defesa da sociedade e da democracia. A inserção política e a militância, nesse caso, são vistas como uma forma de contribuir para o exercício de um comportamento crítico, transformador e inquieto. O relato abaixo de uma das diretoras da FENAJ, do FNPJ, sócia da SBPJor e de outras entidades dedicadas à pesquisa na área da comunicação, tais como INTERCOM, ilustra tal ponto de vista.

No período que eu trabalhei lá, foi o auge das ocupações. Daí cobria direto essas matérias (...) Essa área é uma área que eu gosto muito, até pelo fato da minha militância e de tudo isso eu achava eu cobrai bem e eu achava que tinha que cobrir essas coisas. E eu acho melhor quem tem uma visão mais clara em relação a todos os movimentos sociais. Então eu ia direto, não tinha problema nenhum. (...) Quem tem militância política tem muito mais condições, transita bem e consegue explicar bem, fazer bem as matérias de política (entrevista 43).

Assim, eles associam o trabalho jornalístico à preocupação em se colocar a serviço da construção política do país, contribuindo para formação de uma opinião pública e de uma consciência nacional. O exercício do jornalismo em jornais, rádios, televisões, em universidades por professores, é apontado como um exercício transformador, cujo papel é provocar, por meio das notícias e das aulas, as mudanças sociais, permitindo ao público a que se dirija capacidade para promover modificações. Suas percepções do trabalho jornalístico

⁵⁷Essa expressão é utilizada aqui no sentido atribuído por Coradini (2006) em um dos seus trabalhos sobre o uso de recursos profissionais para fins eleitorais. Ao empregar essa expressão, o autor refere-se aos advogados que combinam o seu exercício profissional com outros títulos profissionais, como uma forma de “expansão horizontal” da profissão. Uma das maneiras de ampliar a atuação é por meio das assessorias em diferentes esferas, com destaque para organismos públicos.

colocam esse profissional numa posição ativa, na qual a postura crítica e contestadora é essencial.

Tais considerações a respeito da militância partidária e política indica um uso político do diploma de jornalista em vários sentidos. No sentido de conquistar uma posição, dentro da burocracia, por meio dos cargos e no sentido de um posicionamento político, de colocar o jornalismo a serviço da realidade, da democracia, de uma comunicação pública.

Um outro aspecto a ser mencionado diz respeito ao itinerário profissional e ao ingresso na carreira jornalística. Os dados coletados demonstram, de maneira geral, que a forma mais comum de entrada na profissão e possível crescimento na hierarquia dá-se por meio de “indicações” e “conhecidos”. Tanto o ingresso no mercado de trabalho como o acesso a outras posições, postos e cargos vinculados ao exercício do jornalismo, ocorrem através de indicações de pessoas, na maioria das vezes, conhecidos do meio jornalístico que fazem a intermediação. Um dos entrevistados quando questionado a respeito do acesso aos postos e empregos que conquistava mencionou:

R: Ah! Porque eu já tava no mercado e conhecia todo mundo (...) O jornalismo é sempre por alguém indicar. P: E contigo foi sempre assim? Sempre (...) Eu nunca tive problemas, eu nunca fiquei um dia desempregado, sempre alguém me dizia, olha tem uma vaga. P: E essas indicações eram mais de amigos, colegas...R: De amigos, de colegas, de tudo um pouco (entrevista 45).

É como funciona no jornalismo. Por isso que eu sempre digo, essa ânsia dos meninos de irem para o mercado para fazer currículo. Isso conta muito pouco. O que vale mais são os conhecimentos que você faz das pessoas que estão lá e que te conhecem e que te indicam e tal. Ninguém olha currículo no jornalismo para contratar, ninguém olha. Você abre uma gaveta de chefe de redação, está cheia de currículo. O cara nunca olha aquilo. Quando ele precisa contratar alguém é alguém que ele conheceu, ou alguém que ele conhece e que confia muito e que indicou aquela pessoa. Esse é o critério que funciona no jornalismo até hoje (entrevista 45)

Cabe mencionar que essa não é uma peculiaridade apenas entre esses jornalistas, também existe no conjunto do trabalho como uma forma de entrada comum no meio jornalístico. Tais questões revelam a necessidade de se formar uma rede de relacionamento, um capital de relações, ou fazer o “lobby pessoal”⁵⁸ para ter acesso às carreiras no jornalismo. Para o que está em pauta, é necessário distinguir como essas relações são estabelecidas e em que espaços ocorrem (no caso específico dos jornalistas vinculados a entidades voltadas a defesa do diploma para o exercício dessa atividade). Como se pôde perceber anteriormente,

⁵⁸ Expressão muito utilizada por jornalistas para designar a necessidade de mobilizar os contatos e a rede de relacionamento para ter acesso as funções jornalísticas.

nesses casos a acumulação de relações sociais está associada às atividades militantes e políticas e como elas se complementam, assim como na militância estudantil e na partidária, por meio da inserção e da filiação em partidos políticos, de representação categorial, como militância sindical e outros tipos de associativismos. Além dessas inserções, as quais permitem a formação de capital de relações, há também as inserções em espaços como a academia, os jornais, e a imprensa de modo geral.

Isso quer dizer que a gestão da inserção profissional resulta de uma vasta rede de relações conquistadas. A forma como os jornalistas administram essa inserção, percebendo como fundamentais os contatos e as ligações com pessoas que possam fazer a intermediação com o espaço das redações, como professores, que também atuam em rádios, em televisão ou em jornal impresso, e colegas, revela o modo específico como funciona o acesso aos empregos no jornalismo brasileiro⁵⁹.

Um último aspecto a ser destacado diz respeito ao fato de que a entrada no mercado de trabalho jornalístico dá-se antes da conclusão do curso superior em jornalismo. Todos tiveram experiências com jornalismo antes ou durante a graduação e não na qualidade de estagiários, mas como profissionais contratados (redatores, repórteres), exceto um dos casos que, pela intensa militância estudantil, sindical e político-partidária, não atuou profissionalmente durante a graduação. Tal inserção no meio jornalístico se caracteriza essencialmente pelo exercício do jornalismo em jornais, rádios e televisões na qualidade de repórteres, redatores e apresentadores. A redação é considerada um espaço fundamental para a aprendizagem do jornalismo e para formação do verdadeiro jornalista. Para ser considerado um jornalista, é preciso ter atuado em redações, seja de jornais, rádio ou televisão, e isso é um ponto pacífico entre os jornalistas, não somente para esses casos considerados, como demonstrar-se-á no capítulo seguinte.

Essas lideranças exercem, atualmente a função de professores de jornalismo, três deles em universidades federais. Sendo que um dos casos considerados, falecido em maio último,

⁵⁹Segundo Dubar (2001), a inserção profissional é produto de uma história específica e resultado de um processo de construção social. Ao estudar o problema de acesso dos jovens a empregos na França, Dubar demonstra a importância que assumem as grandes escolas. A maneira como esses jovens administram a inserção profissional é resultado da hierarquia do sistema educativo, tais como níveis do diploma e o privilégio das grandes escolas, bem como do sistema de emprego, os níveis de classificação dos postos. O autor compara tal situação com outros países, como Alemanha e Inglaterra para mostrar que a inserção profissional dos jovens não é apenas construída historicamente, mas exerce um efeito social que resulta das características das sociedades e da articulação entre instituições como o sistema educativo, o sistema de emprego e as indústrias. Essa articulação exerce um efeito sobre a forma como os atores irão administrar sua inserção profissional. Mas a inserção depende também das estratégias dos atores sociais. Assim, o acesso ao emprego deve ser entendido não como resultado de “mecanismos econômicos de alocação de recursos sobre um mercado puro e perfeito”, mas deve ser analisado como resultado de condições institucionais que permitem o acesso aos empregos e também como resultado de condições individuais que correspondem às estratégias dos atores sociais.

não exercia a função de professor recentemente, mas fez carreira universitária em universidade federal. A entrada nas universidades, sobretudo nas federais, ocorre, geralmente, após a realização dos cursos de mestrado. O mestrado é um espaço importante para entrada na carreira acadêmica, estabelecimento de contatos importantes para atuar no meio universitário e inserção em entidades específicas da área como COMPÓS e INTERCOM. A entrada nessas entidades ocorre, geralmente, durante a realização de cursos de mestrado e doutorado, visto que tais associações visam reunir pesquisadores na área da comunicação. Do conjunto das lideranças consideradas, 3 fazem parte dessas entidades, sendo um deles também diretor da “International Association Communication Research” e da “Sociedade Ibero-americana de Pesquisadores de Jornalismo”.

Além do pertencimento a entidades da área, esses jornalistas também têm uma atuação destacada em cargos diretivos exercidos no interior da universidade, tais como: chefe de departamento, coordenador de curso de graduação e pós-graduação, diretor de unidade, presidente do colegiado do curso de jornalismo, coordenador da biblioteca de jornalismo, coordenador de laboratórios. Dois dos casos analisados são ilustrativos desse tipo de inserção. Um deles diz respeito a um professor universitário que já tem 20 anos de carreira docente. Nesses 20 anos desempenhou duas vezes a função de chefe de departamento (2 anos), duas vezes a função de coordenador do curso de jornalismo (4 anos), uma vez a função de coordenador da pós-graduação (1 ano) e uma vez a de presidente do colegiado do curso (2 anos). Dos 20 anos de carreira universitária, aproximadamente 9 anos foram exercidos nesses cargos. Esse jornalista também ocupou cargos diretivos em outros espaços, como no sindicato dos jornalistas, na UCBC, na FNPJ, na INTERCOM. Um outro caso é o de um jornalista, professor universitário, que começou sua carreira docente há 15 anos. Nesse meio tempo, já desempenhou a função de coordenador de laboratório de impresso, durante 4 anos, e, atualmente, é coordenador da biblioteca do curso de jornalismo. Também já desempenhou outras funções diretivas em revistas especializadas em jornalismo, em entidades nacionais e internacionais de pesquisa em jornalismo e comunicação, entidades jornalísticas tanto na área de pesquisa (INTERCOM, COMPÓS) como na área sindical.

A produção desses jornalistas, tanto no que diz respeito à organização de seminários e eventos, como no que se refere às orientações, às linhas e grupos de pesquisa de que participam, na área de jornalismo e da Comunicação, apresentam, geralmente, temas de análise vinculados ao “poder da mídia” em construir certos fatos e dar destaque a outros, bem como sobre a responsabilidade social dos jornalistas. Pode-se classificar os temas em dois

modelos principais. O primeiro modelo compreende aqueles que buscam analisar a produção da notícia, o poder de definição e construção dos fatos que tem a mídia, no sentido de mostrar seus bastidores. O segundo modelo compreende àqueles que têm por objetivo identificar problemas e situações da prática jornalística e propor, através de modelos teórico-conceituais, uma mudança nessas práticas. Segundo afirmou um dos jornalistas em entrevista: “a pesquisa é essencial para o aperfeiçoamento da indústria”. O trecho abaixo retirado de um dos currículos analisados ilustra essa questão:

A linha de pesquisa busca analisar e avaliar o fluxo da produção jornalística na mídia impressa e eletrônica em relação às atividades desenvolvidas durante o processo da formação do profissional de jornalismo. Considera também o jornalismo como serviço público e nesse aspecto objetiva desenvolver estudos analíticos e comparativos, qualitativos e quantitativos da prática profissional do jornalista na busca da consecução do papel do jornalista como agente da responsabilidade social.

Esses jornalistas também produzem junto alguns textos e alguns compartilham de grupos de pesquisa. Dois desses jornalistas fazem parte de dois grupos de pesquisa registrados no CNPq com o nome: “Jornalismo *On-Line*” e “Cibercultura”. Cabe destacar também que tais jornalistas já desenvolveram várias atividades jornalísticas em setores diversos como redações de jornais (na qualidade de repórteres, redatores ou editores), em assessorias de imprensa (pública, privada, para partidos políticos), e em universidades (professores universitários, coordenadores de cursos, chefes de departamentos). Enfim, todos os jornalistas considerados já trabalharam em redação, exerceram a atividade de assessor e professor universitários.

Na tentativa de demonstrar como essas inserções permitem a formação de um capital de relações múltiplas, tomar-se-á o caso do presidente da SBPJor como referência. Esse jornalista iniciou sua atividade política em partidos políticos, mais precisamente no PT, afirmando que sua inserção se deu porque já trabalhava em rádio na época e era muito politizado e tinha muita informação. Sua inserção política não se restringiu ao PT, participou também de centros acadêmicos e de comunidades eclesiais de base, além de ter atuado como vice-presidente do centro acadêmico do curso de jornalismo quando foi representante estudantil da FENAJ no período da formação da comissão para debater a política de estágio. Nesse mesmo período, durante sua graduação ano de 1986/1988, participou também dos congressos promovidos pela CUT e concomitantemente a essas atividades, inseriu-se no “Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul”, em que também exerceu o cargo de diretor. Além disso, atuou como assessor de imprensa do “Sindicato dos Metalúrgicos de Santa

Maria”, em 1988. Em 1982, participou das campanhas eleitorais em Cacequi, interior do Rio Grande do Sul. Em 1992, candidatou-se a prefeito de sua cidade natal (Cacequi) pelo PT, quando já havia terminado a graduação e o mestrado, porém, sem sucesso e desfilou-se do partido logo em seguida. Alguns investimentos em sua cidade natal já haviam sido feitos pelo jornalista. Um ano antes de sua candidatura, em 1991, fundou um jornal quinzenal chamado “A Crítica”, que durou até 1993. Portanto, pode-se observar que tal jornalista ao mesmo tempo em que exercia a atividade militante político-partidária já atuava no meio jornalístico como repórter.

A entrada desse jornalista, no meio jornalístico, aconteceu antes da conclusão do curso de jornalismo, na qualidade de repórter de rádio. Durante o período em que esteve na universidade atuou como repórter esportivo em rádios. Logo após a conclusão do curso atuou em jornais impressos, na qualidade também de repórter de editorias de economia e esporte. Durante a graduação, participou também em projetos de iniciação científica como bolsista do CNPq. Após a conclusão da graduação em 1990, entrou no mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, curso que concluiu em 1992. Sua atuação em jornais como repórter aconteceu até 1991, após isso afirma ter feito uma opção pela academia.

A sua entrada no meio acadêmico ocorreu em 1991 como professor substituto na Universidade Federal de Juiz de Fora, no qual ficou até meados 1992. Em 1992 ingressou na Universidade Federal da Bahia através de um convite para atuar como professor pesquisador no programa de mestrado em comunicação, e aí permaneceu como bolsista do CNPq durante 2 anos. No momento em que surgiu o concurso público para professor efetivo, nele inscreveu-se e foi aprovado. O convite para atuar como pesquisador partiu de “conhecidos” do meio acadêmico e, sobretudo, do diretor da faculdade de Comunicação na Universidade Federal da Bahia. O entrevistado ao ser questionado sobre o convite e de quem partiu afirma que ele surgiu porque

Partiu dos...é que eu sempre circulei muito na área, fazendo pesquisa desde a graduação e todo mundo me conhece. Aí o Diretor da Faculdade lá que estava querendo potencializar a Pós-graduação percebeu que eu tinha um trabalho interessante e que poderia contribuir, como de fato contribuí (entrevista 45).

Tratava-se de colegas que o conheciam da INTERCOM e da COMPÓS, entidades de que participa na qualidade de sócio-fundador desde 1991, no caso da COMPÓS e, desde 1993, no caso da INTERCOM. Na INTERCOM apresenta trabalhos desde 1989 nos núcleos de pesquisa da referida entidade, desde 1993 participa do grupo de trabalho denominado:

“Jornalismo”. Na COMPÓS, coordenou o grupo: “Comunicação e Política”, nos anos de 1993, 1995 e 1996, e o grupo “Jornalismo”, desde 2000, momento em que este foi criado. Seus contatos acadêmicos ampliaram-se ainda mais durante sua atuação na Universidade Federal da Bahia, como ele mesmo afirma

Eu poderia ter me tornado doutor com 27, 28 anos, mas eu preferi ir para Universidade porque eu queria fazer o doutorado no exterior. Porque eu queria estabelecer pontes e redes com os pesquisadores no exterior. E claro indo para Bahia, e me articulando melhor, eu fiz um projeto para fazer o doutorado em Barcelona, foi aprovado pela CAPES, e eu fiquei 4 anos em Barcelona, não em Barcelona, mas viajando pela Europa toda, pelos Estados Unidos, o que me deu uma visão do mundo. (...) Eu conheci muita gente. Eu comecei a ter uma carreira internacional. Até 96, eu tinha uma carreira nacional. Eu era muito conhecido. Mas eu passei a ser conhecido internacionalmente. Hoje eu sou, razoavelmente, conhecido na comunidade internacional. E na comunidade de especialistas, razoavelmente conhecido. (entrevista 45)

Na UFBA, em 1993, também fundou a revista “Pauta Geral”, junto com outro colega que, nessa época, era mestrando em Comunicação dessa mesma universidade. Essa revista tinha como objetivo ser uma revista especializada em jornalismo e pretendia também agregar um número de pesquisadores-doutores para fundar uma associação de pesquisadores em jornalismo, projeto que se concretiza em 2003 com a criação da SBPJor. Sua inserção em revistas científicas de jornalismo e da Comunicação e a participação em instituições de pesquisa nacionais ampliaram-se; parecerista da revista “Comunicação e Política” desde 1994 e da revista “Textos” da faculdade de Comunicação da UFBA desde 1996. Desde 2000, é consultor *Ad-hoc* da CAPES e, desde 2004, é consultor *Ad-hoc* do CNPq.

Seu doutorado, realizado no período de 1996 até 2000 na Espanha, segundo o próprio entrevistado afirma, permitiu-lhe entrar numa rede de pesquisadores internacionais. Em 1996, começou a participar da “International Association for Mass Communication Research” e, desde 2002, participa da “Sociedade Ibero-Americana de Pesquisadores em Jornalismo”, na qualidade de membro da diretoria. A realização de estudos e a formação acadêmica em instituições de ensino no exterior constituem uma dimensão importante do processo de internacionalização de certos jornalistas, permitindo a integração em redes de relações que ultrapassam as fronteiras nacionais. Essas relações internacionais podem ser mobilizadas nas lutas internas da profissão no país, constituindo-se como títulos que podem promover o *status* profissional. No caso desse jornalista, a internacionalização teve um efeito importante em sua carreira profissional, pois permitiu a inserção em revistas e em centros de pesquisa nacionais e internacionais, possibilitando novas formas de acesso e a ampliação dos postos no jornalismo,

bem como notoriedade universitária garantida pelos laços com o circuito acadêmico internacional.

Tendo como base esse caso, é possível fazer algumas inferências. Os dados permitem apontar que esse jornalista contou com recursos decorrentes do trajeto militante, atuando no movimento sindical e em partidos políticos. Além disso, contou com recursos decorrentes de sua inserção profissional em cargos próprios do jornalismo (redator, repórter, pesquisador, professor) em entidades nacionais e internacionais que reúnem pesquisadores e professores de jornalismo, como COMPÓS, INTERCOM, “Sociedade Ibero Americana de Pesquisadores em Jornalismo”, “International Association for Mass Communication Research”. Portanto, o que ocorre é uma convergência entre o trajeto de militante e político e com o trajeto profissional, além de uma multiplicidade de vínculos. Dessa forma, o título acadêmico e a formação universitária somente adquirem importância como um componente a mais nas formas de combinação com outras habilidades e em esferas de atuação.

Assim, percebe-se que entre a posição social de origem e o momento de ingresso no jornalismo mesclam-se um conjunto de relações e vínculos com esferas sociais diversas, não havendo apenas o universo escolar e ao acúmulo de títulos acadêmicos como fatores responsáveis pela atuação do jornalista. De todas essas esferas, a esfera político-partidária assume importância fundamental, pois a proximidade com o universo político-partidário e militante gera um capital, para o jornalista, de relações sociais que pode ser reconvertido em capital político, manifestado pela filiação a partidos e ocupação de cargos políticos (assessor, diretor de emissora pública), mas pode também ser reconvertido para possibilitar a atuação dentro do jornalismo. Esses dados permitem indicar, ainda, que há um uso simultâneo de recursos acumulados na esfera da militância estudantil e da político-partidária, assim como daqueles adquiridos nas universidades através da formação em cursos na área de jornalismo (mestrado e doutorado). O que respalda uma determinada concepção acerca do diploma é a diversidade de recursos acumulados e a intensa proximidade com o universo da política, uma vez que a defesa do diploma como uma forma de intervenção social não está separada dos usos que esses jornalistas fazem do título e dos recursos que permitem a valorização. A análise dos processos de socialização das lideranças permite mostrar de que forma a inserção na esfera da política e o acúmulo de recursos proporcionados por tais inserções contribui para determinadas percepções acerca do diploma e da regulamentação profissional.

4.6. Formação Superior, Consciência Crítica e Participação Social

As tomadas de posição em defesa do diploma, os posicionamentos a favor da constituição de um “Conselho Federal de Jornalismo” e as disputas para fazer valer o jornalismo como subárea de conhecimento estão relacionadas a certas concepções mais gerais a respeito do papel social do jornalista e da universidade. Nesse sentido, esses projetos não estão separados nem são antagônicos, uma vez que são constituídos por visões comuns de sociedade, de escola e de jornalismo e que contribuem para justificar tanto o fundamento do diploma, como às intervenções concretas que pretendem instaurar, como no caso do projeto do Conselho Federal de Jornalismo. O que cabe destacar, primeiramente, é que, nessas lutas corporativas, estão presentes esquemas de percepção e definição da condição profissional engendrados em um papel político do jornalista. Em segundo lugar, é preciso salientar que tal definição e tais esquemas de percepção resultam tanto da história das instituições, como demonstrado no capítulo anterior (que, ao longo das manifestações associadas à defesa do jornalismo mostraram-se preocupadas com o problema da construção da nação e do Estado nacional); como do processo de socialização das próprias lideranças, das experiências que vivenciaram antes e durante a inserção nessas entidades. Desse modo, as condições sociais que possibilitam às entidades de representação da categoria associar a defesa do diploma a um papel político dos jornalistas, estão relacionadas aos determinantes sócio-históricos inscritos nas instituições, ou seja, aquilo que foi herdado e que diz respeito ao passado das instituições nas lutas pela regulamentação do jornalismo; bem como dos recursos individuais fruto da socialização das lideranças que são determinantes para tal processo.

Ao longo deste capítulo demonstrou-se que, de acordo com as manifestações das entidades de representação da categoria e a própria defesa do diploma e de outros critérios de regulamentação do jornalismo convergem no sentido da negação do exercício profissional em sua definição estrita e formal. O sentido da defesa do diploma aparece associado não a uma ideologia meritocrática, mas à possibilidade de formação de uma consciência crítica e de transformação social, bem como à idéia de uma utilidade pública que interessa à sociedade. Assim, para os jornalistas vinculados a tais entidades, é pela ação de mudança que a formação superior provoca que a sua validade está garantida. A utilidade do diploma aparece associada a uma prática, a uma atuação na realidade, pois, caso contrário, estaria presa a procedimentos meramente técnicos e formais isolando-se em debates acadêmicos. Da mesma forma, o projeto de reforma universitária e o jornalismo como subárea do conhecimento vinculam a

pesquisa em jornalismo a uma atuação prática diante da profissão e da sociedade, de modo geral contribuindo para o desenvolvimento da democracia e consolidando-se como de interesse público. Do contrário, a pesquisa em jornalismo constituir-se-ia em uma “simples teoria”, como visto nas declarações dos dirigentes das entidades que manifestaram-se em defesa da regulamentação do jornalismo.

Nesse sentido, o diploma constitui-se como objeto de disputas valorativas que envolvem determinadas concepções do papel da formação escolar, da universidade e da própria profissão. Papéis que, segundo esses jornalistas, estão voltados a uma atuação na realidade, a um engajamento na sociedade, no qual é necessário demonstrar “sensibilidade” à problemática social. A defesa do título escolar aparece como um recurso a mais nessas lutas pela democracia, pela participação social e política que estão associadas ao papel social da profissão de jornalista. O conjunto dos dados acima descritos constitui uma das maneiras de demonstrar as bases sociais que contribuem para esse tipo de concepção da profissão de jornalista e do valor do diploma para seu exercício.

Alguns estudos vinculados à chamada “sociologia das profissões” costumam vincular a necessidade de utilidade pública como algo que faz parte das ideologias profissionais e como uma estratégia lançada pelos grupos profissionais para consolidar e legitimar uma profissão diante do público. O desenvolvimento de uma idéia de utilidade pública, remetendo, assim, à sociedade, é fundamental, nessa perspectiva, para legitimar a necessidade de uma regulamentação e de um sistema legal⁶⁰. A noção de “utilidade” é vista como um argumento de autoridade sobre um campo de saber que faz parte da competição profissional para o estabelecimento de uma jurisdição. Um dos problemas principais dessa abordagem é tomar como ponto pacífico a noção de “utilidade pública” e não perceber os diferentes usos sociais e políticos que são e podem ser feitos das referidas noções de “sociedade”, de “utilidade pública” e de “interesse público”. Para este trabalho, é preciso considerar quais os sentidos são atribuídos a essas noções para os jornalistas e que usos delas são feitos durante os embates profissionais, antes de tomá-las como um critério de “profissionalização”.

⁶⁰Segundo Carvalho (2006), estudos como os de Larson mostram que no caso da medicina a oferta de serviços caracterizados como “vital e universal” constituiu um dos fatores essenciais para o estabelecimento da profissão, permitindo, assim, que a atividade fosse regulada e monopolizada. Essa mesma perspectiva embasa outros trabalhos como o de Carvalho (2006) sobre a odontologia, na qual a “dor de dente” e a noção de “cárie dentária” é apresentada como uma preocupação universal e de utilidade pública. Isso contribuiu, segundo a autora, para a profissionalização da atividade e o controle sobre o mercado. Do mesmo modo, Freitas (2003) apresenta a idéia segunda qual o “Conselho Federal de Odontologia” teria adotado a escolha do tema “câncer de boca” como uma estratégia para tingir a sociedade em geral e com isso obter reconhecimento social pela sua competência técnica.

Os debates entre os jornalistas a respeito da defesa do diploma, da instauração CFJ e da necessidade de colocar o jornalismo como subárea do conhecimento revelam que o controle sobre o exercício do jornalismo tem o significado de um posicionamento político que permite não só questionar os donos de jornais, a imprensa de modo geral e suas formas de contratação e funcionamento, mas possibilitar a um certo grupo de jornalistas o acesso a estrutura burocrática do Estado e aos espaços de decisão. As mobilizações em torno de determinadas definições do jornalismo e da própria universidade traduzem um processo de politização dessa profissão. Dessa forma, a defesa do diploma não é somente uma forma de controle de entrada e de exercício do jornalismo como é também um instrumento de politização, na medida em que permite o desenvolvimento de um comportamento político, manifestado na crítica social, no combate ao monopólio das empresas de comunicação e na luta por valores democráticos. Tanto a defesa do diploma, como a necessidade do “Conselho Federal de Jornalismo” constituem-se em armas, em estratégias de luta e crítica à imprensa, aos proprietários de veículos de comunicação e ao monopólio exercido por tais veículos. Portanto, em nome da regulamentação da profissão, tem-se a necessidade de combater a concentração da mídia e fazer uma frente para se opor aos donos de jornais.

Assim, a defesa do diploma surge como um recurso cuja utilização situa-se em dois planos. No primeiro plano, a defesa de um princípio de classificação baseado em títulos universitários como critério de ingresso no mercado jornalístico. No segundo plano o diploma, aparece como uma arma contra a “grande imprensa” e contra “os interesses do capital e dos donos dos meios de produção”, como demonstram os relatos dos dirigentes das entidades analisadas. A defesa do diploma pelas entidades que visam garantir a produção do diploma (“Fórum de Professores de Jornalismo”) e a daqueles que lutam por uma relação segura entre diploma e ocupação de cargos (sindicatos da categoria e a FENAJ), não implica abstenção política, muito pelo contrário, oferece um argumento nessa batalha. O jornalista aparece como um profissional extremamente engajado e comprometido com a sociedade e suas lutas devem estar voltadas para a defesa de um cidadão atuante e crítico que se mobiliza diante dos problemas sociais.

O exame do discurso de defesa da valorização do título acadêmico e sua relação com os itinerários dos jornalistas envolvidos em sua defesa, permitiram mostrar quem são os atores que participam dessas entidades e como são geradas as disposições que contribuem para tal concepção de profissão e diploma. O capítulo anterior deu destaque à história das entidades de defesa da categoria na luta pela regulamentação, o que contribuiu para mostrar os

determinantes sociais e históricos que constituem tais instituições. Este capítulo, por sua vez, teve como objetivo voltar-se para os discursos das instituições e para os atores sociais que delas participam. Tal análise permitiu mostrar os tipos de socialização que resultam numa concepção de jornalismo que associa conhecimento com possibilidade de intervenção social e os usos que esses jornalistas fazem do título escolar. Pode-se observar, então, que a militância política e a socialização em partidos políticos, centros acadêmicos e sindicatos tiveram um papel fundamental para uma determinada concepção e uso do diploma e da profissão.

O que caracteriza o trajeto dessas lideranças é a combinação de várias militâncias, como a estudantil, a sindical, a de atuação em partidos políticos, em movimentos sociais como o “Fórum pela Democratização da Comunicação” e em alguns grupos específicos como “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”. Para tanto, o elemento mais relevante consiste na maneira como as lideranças relacionam a escolarização e a formação acadêmica com militância em diferentes esferas sociais. Nesse sentido, os jornalistas, líderes de entidades profissionais, fazem de sua formação acadêmica um instrumento para atuar na esfera da política, seja na manifestação em prol da democratização da comunicação, seja na atuação em partidos políticos e na inserção na burocracia pública. Destarte, seus títulos adquirem valor pelo conjunto de recursos que acumularam fora da esfera escolar, sobretudo na esfera da militância política, e que são reconvertidos para atuação no jornalismo.

Por meio da associação da formação escolar com os investimentos militantes; obtém-se como resultado a ocupação de postos diversos em assessorias para partidos, em assessorias públicas, em universidades. Pode-se, assim, perceber que, a militância política predispõe a esses jornalistas a uma concepção política do título escolar e da profissão. Além dessa predisposição, ela funciona como um recurso nas lutas pela valorização do título acadêmico. Por isso, como dito ao longo desta tese, em situação nenhuma um título sozinho garante o acesso a posições profissionais. No caso aqui retratado, ele adquire força se associado a recursos que têm origem no exercício da militância política. Assim, a defesa do diploma constitui uma forma de reverter a formação profissional para atuação em diferentes esferas sociais, sobretudo a esfera política. A forte socialização política dessas lideranças e os engajamentos simultâneos ao jornalismo constituem um dos elementos principais que fundamentam a defesa do diploma e a possibilidade de fazer desse um recurso para atuar em outras esferas sociais. O jornalismo, cada vez mais, caracteriza-se como um espaço de reconversão de recursos diversos em recursos profissionais, permitindo, assim, ampliar as esferas em que é possível intervir em nome da profissão.

A análise da relação entre os discursos a respeito do diploma e as trajetórias dos jornalistas, permitiu perceber o papel eminentemente político que o jornalista deve desempenhar, o que contribui para a politização do universo do jornalismo. Na França alguns estudos têm dado destaque para a interferência entre os campos profissionais e o campo político, numa espécie de “politização dos universos”, que pode ocorrer em situações de crise social ou devido à fraca institucionalização dos espaços. Segundo Lagroye (2003), a politização consiste na:

[...] requalificação das atividades sociais as mais diversas, requalificação que resulta de um acordo prático entre os agentes sociais propensos, por múltiplas razões, a transgredir ou a recolocar em causa a diferenciação dos espaços em atividade (LAGROYE, 2003, p.360-361) .

Nesse sentido, uma forma de politização diz respeito às tentativas de superar os limites e as regras estabelecidas, permitindo, desse modo, uma abertura das atividades. Um dos exemplos apontados pelo autor, no caso da França, foi a exigência de ultrapassar os limites que conduziu certos professores na década de 1970 e 1980, após o evento de maio de 1968, a conceber que suas atividades profissionais poderiam ser orientadas para os objetivos da ordem política, além de serem inspiradas também por tais objetivos.

Contudo, essa ordem política estava relacionada a uma visão mais ampla do político: democratização, combate à desigualdade, educação dos cidadãos, e não apenas limitada à política partidária. Assim, a transgressão, como uma forma de politização não está separada da reflexão que os atores sociais fazem sobre os objetivos e as finalidades sociais de suas atividades profissionais.

Essas considerações permitem entender que noções como democratização, combate à desigualdade social, pensamento crítico, consciência crítica, remetem as atividades profissionais a uma visão ampla do político. Isso fica ainda mais claro quando se associa tais concepções às trajetórias desses agentes sociais. A análise das trajetórias permite mostrar que o itinerário anterior e os engajamentos paralelos predispõe os líderes de entidades sindicais e associativas a atuarem no universo da política partidária. A inserção política dos líderes, leva-os a uma visão militantista do uso do diploma e da profissão e revela a associação da formação acadêmica com recursos militantes para atuação profissional.

Entretanto, para a situação em questão, a noção de “transgressão”, como apontada por Lagroye, pode soar falsa ou até mesmo artificial, uma vez que a própria definição da profissão já requer, em seu âmago, um papel político e um compromisso com a realidade. A forma

como se concebe a profissão, a necessidade de um diploma, a universidade e a pesquisa em jornalismo está carregada de um sentido político, na medida em que remete a um compromisso com uma realidade que é em si política. Trata-se de entender que a politização constitui os próprios universos, no caso a universidade, a pesquisa em jornalismo e o próprio exercício da atividade, não consistindo em uma transgressão dos limites. Por conseguinte, o que ocorre é que não há uma ruptura com a situação anterior, no sentido de requerer uma nova definição de jornalismo agora comprometida com a realidade, mas um reforço do papel do jornalista que é, em sua essência, voltado para ação diante da realidade.

Como demonstrado nos capítulos anteriores, sucessivas gerações de jornalistas invocaram a realidade brasileira, atribuindo-se uma missão seja no processo de construção da nação, do Estado brasileiro, seja na redemocratização do país para lutar pelo jornalismo e pela sua regulamentação. Este capítulo demonstra que a própria definição de profissão e o sentido que se atribui a ela remete à atuação em outras esferas sociais e, desse modo, a outros princípios que legitimam o “trabalho profissional” e que não estão vinculados ao exercício profissional *stricto sensu*. A defesa da profissão e do diploma como uma forma de ação na realidade está diretamente associada a outras esferas sociais e desse modo a outras características e recursos sociais. O diploma é defendido pela possibilidade que ele oferece de intervenção na realidade social. A análise das trajetórias dos líderes de entidades voltadas a defesa do jornalismo torna isso ainda mais claro, na medida em que permite mostrar que tais lideranças acumularam uma série de recursos, não só escolares, que foram reconvertidos para ampliar os espaços de atuação no jornalismo. Do mesmo modo seus títulos acadêmicos tornaram-se trunfos importantes para, em nome do jornalismo, atuar politicamente.

Contudo, essa não é uma peculiaridade do jornalismo, uma vez que em outras atividades profissionais essa percepção mais geral de atuação diante da realidade se manifesta, conforme já demonstrado por outros trabalhos citados na apresentação dessa tese. A necessidade de colocar o conhecimento especializado a serviço da construção da sociedade, da nação e do Estado, é comum entre as camadas escolarizadas no Brasil e nesse sentido, “não há ação que não supusesse o acesso ao “real”, nem conhecimento independente de uma prática que auxiliasse a evolução a gerar suas virtualidades” (PÉCAUT, 1999, p.6).

Diante desse quadro, o capítulo seguinte, de maneira semelhante, mostrará quais são as esferas sociais que são acionadas para entrada no jornalismo e para ascensão profissional, tomando como referência o Rio Grande do Sul e aqueles jornalistas que ocupam posição de chefia em diferentes espaços de atuação dentro do jornalismo, além das concepções de

jornalismo e de sociedade que elas permitem formar. Assim, é possível apontar alguns elementos da composição social do grupo, a fim de mostrar quais são as esferas que os jornalistas ativam para entrar no jornalismo e para manter-se nele e como isso se relaciona com as características e recursos socialmente relevantes.

CAPÍTULO V: COMPOSIÇÃO SOCIAL E RECRUTAMENTO DOS JORNALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo tem como objetivo apresentar um quadro geral das características dos jornalistas com intuito de mostrar a sua composição social, levando em consideração os princípios e os critérios de excelência profissional, a hierarquia e as principais formas de recrutamento da atividade. As informações mobilizadas para isso consistem em dados secundários, fornecidos por outras pesquisas e por outras instituições, sobre a concentração de jornalistas no país, bem como a sua distribuição em termos de idade, sexo e função que desempenham, além de entrevistas biográficas, às quais são reveladoras das trajetórias sociais, escolares e profissionais dos jornalistas considerados para esta tese.

Destacaram-se, nessa caracterização geral, em um primeiro momento, as indicações e a “rede de relacionamento” como um dos critérios mais comuns de entrada no mercado jornalístico e crescimento na hierarquia interna; em um segundo momento, a redação como um dos espaços fundamentais da socialização do jornalista e da formação desse profissional. Diante do fato do jornalismo constituir-se como um espaço no qual as indicações são tão importantes, foi preciso buscar quais as origens dessas indicações, em que lugar ocorrem e quais são as esferas de sociabilidade acionadas para entrada nesse universo. Dentre as esferas que contam para o recrutamento dos jornalistas considerados para essa análise, estão: a família; os partidos políticos, os movimentos sociais e sindicais; a escola. Cabe destacar também que a própria redação jornalística se torna um espaço importante de indicações para conquistar novos empregos e redirecionar os investimentos profissionais.

Nesse sentido, este capítulo irá demonstrar como essas esferas adquirem importância para as formas de recrutamento dos jornalistas e para as diferenças em termos de hierarquia interna. Tal caracterização permite identificar a importância do diploma para a ocupação de postos e cargos jornalísticos e o valor atribuído ao título escolar durante o exercício da atividade; além disso, pode-se apontar as bases sociais nas quais está respaldada a relevância do diploma e que correspondem tanto às origens sociais como à formação escolar e à relação que os jornalistas estabelecem com outras esferas sociais, como a sindical, os partidos políticos e os movimentos sociais.

Assim, é possível apreender tanto os usos que esses jornalistas fazem da sua formação acadêmica para ingressar no mercado de trabalho e se promover na hierarquia dos cargos próprios da profissão, como o conjunto dos recursos sociais que estão associados aos princípios de entrada e ascensão no jornalismo, os critérios de recrutamento e hierarquização. A análise da composição social desse grupo, a partir de seus trajetos sociais, escolares e profissionais, fornece indicações a respeito da importância que assume o diploma frente a outros recursos sociais acumulados através dos vínculos de origens sociais, inserção em partidos políticos, militância sindical e movimentos sociais. Os diferentes universos, como a família, os partidos políticos, o movimento sindical e a universidade constituem-se como esferas de sociabilidade que permitem o acesso a certos recursos que contribuem para determinadas atribuições e usos que podem ser feitos do título acadêmico.

Os esforços deste capítulo consistem em apresentar o conjunto dos recursos sociais que se destacaram como importante para a ocupação de posições dirigentes no jornalismo e os espaços aos quais estão associados. Para dar conta disso, procurou-se articular dados estatísticos, obtidos através da classificação dos casos analisados, e de extratos de entrevista, com intuito de mostrar as concepções que fundamentam o uso dos recursos, mas sem a preocupação de mostrar como tais recursos sociais articulam-se em cada modalidade de investimento no jornalismo, objeto de estudo do capítulo seguinte.

5.1. Entrando no “mundo dos jornalistas”

Os pontos a serem tratados neste capítulo têm como objetivo mostrar como se constitui o grupo de jornalistas considerado, quais são as suas divisões, qual é a estrutura e a rede de relações que contribuem para definir a organização e a composição social de tais jornalistas. O ponto de partida é estabelecer uma comparação entre o grupo analisado e as características dos jornalistas no Rio Grande do Sul em termos de idade, sexo e distribuição de funções.

Conforme os dados fornecidos pelo “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul” em 2006 para esta tese, os jornalistas que trabalham no estado somam um total de 10.783; o número de homens e mulheres corresponde respectivamente a 6.376 e 4.407, no que concerne à distribuição quanto às áreas de atuação, há cerca de 60% dos jornalistas gaúchos que estão trabalhando em assessorias de imprensa. Já os sindicalizados somam somente na capital 4.345 e, considerando o interior do estado, o total é de 6.017 sindicalizados. Esses dados indicam que há um número alto de jornalistas não sindicalizados (4.766) e ainda fornecem um

panorama geral dos jornalistas no estado do Rio Grande do Sul, permitindo situar o grupo de jornalistas considerado. Como dito anteriormente, constitui um grupo que ocupa posições de chefia em diversos espaços do jornalismo e, portanto, não se trata de uma amostra no sentido estatístico do termo, mas de um grupo com características particulares.

Ao analisar as carreiras profissionais e as trajetórias sociais dos 41 jornalistas gaúchos considerados, foi possível identificar que 56,1% estão entre a faixa dos 40 e 50 anos, representando um total de 23 casos. Desses 23 casos, 16 entraram no mercado de trabalho jornalístico na década de 1980 e os sete restantes na década de 1970. A década de 1980 representa a maioria dos casos de período de entrada no jornalismo, com um total de 43,9% (18 casos) do total. Esses dados indicam que o grupo analisado é relativamente homogêneo em termos de idade, mas permitem vislumbrar que os atuais postos jornalísticos são ocupados por jornalistas que pertencem a uma determinada geração, com traços e características próximas como a idade e o sexo⁶¹.

Quanto à divisão sexual das funções é possível perceber que 82,9% (34 casos) desse quadro de funções dirigentes são do sexo masculino. Comparado às características gerais do estado em termos de sexo, esse grupo mantém o padrão constituindo-se como predominantemente masculino. Cabe destacar que é no meio universitário que podemos encontrar um número maior de mulheres, dos sete professores entrevistados, três são mulheres. No universo das redações, dos 19 diretores e editores-chefes entrevistados, pertencentes a jornais, a rádios, a revistas e à televisão, apenas dois desses cargos são ocupados por mulheres; sendo que o mais alto cargo na hierarquia interna (diretor de redação e jornalismo) é ocupado predominantemente por homens. Quanto aos cargos de assessoria, dos quatro entrevistados, apenas uma é mulher e, por fim, dos cargos ocupados por representantes sindicais apenas um deles é desempenhado por mulher. A ocupação de cargos de chefias de jornalismo e redação por homens indica uma divisão sexual das competências. Enquanto os homens têm grandes chances de alcançar postos de chefias de redações, as mulheres são, na maioria das vezes, destinadas ao ensino universitário. É importante mencionar que nesse trabalho não se analisou a divisão sexual do trabalho interna às redações, considerando o lugar que as mulheres ocupam e as funções que lhe são destinadas. Tratou-se apenas dos cargos de chefia nas redações, nas universidades, nas assessorias de imprensa e nas entidades sindicais, conforme mencionado no início desse capítulo. Quanto a isso é

⁶¹Ver tabela em apêndice II.

possível afirmar que, dentro das redações e até mesmo nas assessorias de imprensa, na qualidade de diretores e chefes, os homens têm uma ocupação mais destacada⁶².

Esses dados permitem mostrar que, no que diz respeito ao país e ao Rio Grande do Sul, os homens detêm os cargos de chefia e as posições mais destacadas no jornalismo conduzindo, assim, a um universo masculino de posições dirigentes. Além disso, é possível apontar para um grupo com características peculiares, no caso do Rio Grande do Sul, quanto ao período de entrada no jornalismo, a função desempenhada e a idade. Trata-se de um conjunto de jornalistas com idade entre 40 e 50 anos que entraram no mercado na década de 1980, período de redemocratização do país.

Tais dados trazem à tona algumas características a respeito dos critérios de recrutamento dos jornalistas. Contudo, essas grandes tendências, quanto à idade, ao sexo e às atuais funções desempenhadas, precisam estar associadas a outros indicadores, tais como inserção profissional, critérios de excelência profissional, origem e formação, uma vez que é por meio dessa relação que esses dados adquirem algum valor para esse trabalho.

Um outro aspecto que precisa ser mencionado e que fornece informações iniciais sobre o grupo em questão, diz respeito às dificuldades encontradas para a realização das entrevistas, o modo como se deu o acesso aos informantes e todo o processo de negociação. Essas dificuldades revelam algumas pistas preliminares sobre o grupo.

Um dos problemas enfrentados inicialmente foi à explicitação dos motivos da entrevista e da seleção dos entrevistados. Os jornalistas considerados, sobretudo os diretores e chefes de redação, exigiam uma explicitação via correio eletrônico, dos objetivos do trabalho e do critério de escolha das entrevistas. A apresentação dos objetivos como vinculados à realização de uma tese de doutorado em sociologia demarcava o primeiro empecilho, visto que nesses casos “sociologia” e “ideologia política” pareciam muito associadas para esses jornalistas. Alguns apresentavam, já no começo da entrevista, que muitos estudantes de sociologia os procuravam para entrevistá-los e saíam da entrevista usando suas falas para demonstrar o quanto a empresa tinha vínculos com o governo. A maior dificuldade foi iniciar o processo de realização das entrevistas e marcar aquela que seria a primeira. Na medida em que elas foram sendo realizadas, as dificuldades diminuíram e o acesso aos informantes obteve progressos. Um das questões que contribuiu para esse progresso foi a utilização de referências obtidas em entrevistas anteriores, como acionar nomes de jornalistas que já haviam sido entrevistados, permitindo assim um acesso mais fácil. É claro, e isso precisa ser

⁶²Ver tabelas em apêndice II.

mencionado, que o nome de referência que poderia ser útil para marcar uma próxima entrevista deveria ter um contato mais próximo com o entrevistado seguinte, melhor ainda se fossem da mesma empresa. Assim, a estratégia, diante da dificuldade da primeira entrevista, foi começar pelos cargos mais baixos na hierarquia das redações (editor chefe, chefe de redação) para depois atingir os cargos mais altos como diretor de jornalismo, diretor de redação. Começava-se por uma determinada empresa de jornalismo pelos cargos mais baixos e, depois, valia-se desse contato para marcar a entrevista com a direção. Ao longo do processo, os próprios jornalistas entrevistados comunicavam que já haviam conversado com outros colegas que também tinham sido entrevistados. Isso facilitou o trabalho e, do ponto de vista analítico, forneceu a primeira pista: a importância das indicações. O processo de negociação das entrevistas demonstrava a importância da mobilização das indicações como uma forma de acesso aos postos de chefia.

Contudo, essa dificuldade se destacou mais entre os cargos de direção de jornalismo (editores, chefes de redação, editor-chefe, diretor de redação), pois os seus ocupantes mostravam-se os mais reticentes em cederem seu tempo para realização das entrevistas. Já entre os professores universitários e dirigentes sindicais, a negociação aconteceu sem maiores problemas, visto que a maioria apresentava a entrevista como parte de suas atividades militantes, afirmando no decorrer da entrevista que esse tipo de atividade era também uma extensão da sua militância.

5.1.1. Inserção Profissional e Critérios de Recrutamento

A inserção em atividades jornalísticas antes de concluir a graduação, ou até mesmo antes de ingressar nos cursos de jornalismo, tem-se destacado como uma das etapas principais da carreira jornalística. Do conjunto dos jornalistas entrevistados, 56,1% começaram a exercer o jornalismo em redações de jornais durante a graduação, seja na forma de estágios, seja sob a forma de profissionais contratados, como é o caso da maioria, e 12,2% antes de ingressar nos cursos universitários. Isso indica que esses dados somados correspondem a 68,3% dos jornalistas que começaram a exercer essa profissão antes de concluírem seus estudos universitários. Ainda é preciso acrescentar que um percentual de 17,1% (sete casos) do total dos jornalistas considerados para esta análise não possuem curso superior. Daqueles que atualmente ocupam cargos de chefia no jornalismo, como diretor de redação, diretor de jornalismo e editor chefe, com um total de 19 casos, apenas um não possui curso superior.

Todavia, é preciso relacionar esse dado mais geral às percepções que os jornalistas têm a respeito da importância da entrada no universo das redações antes da conclusão do curso superior e o lugar que elas ocupam para a carreira profissional e para o exercício do jornalismo. Além disso, precisa ser considerado o modo como ocorre a entrada nas redações e como os jornalistas são recrutados. O relato abaixo de um dos jornalistas entrevistados ilustra a importância que assume a socialização profissional no interior das redações:

(...) Porque quando tu estás dentro de uma redação, tu toma café com as pessoas, conhece pessoas, editores (...) tu vai armando a tua situação (...) Por exemplo, os nossos alunos aqui, aqueles que conseguem, eles entram na Zero Hora como auxiliar de redação, eles vão trabalhar lá dentro fazendo essas atividades, que é uma maneira de estar lá dentro, porque é o que conta realmente, porque aí tu conhece as pessoas e tem um dia que acontece alguma coisa que te dá a oportunidade. Eu lembro que uma época que teve uma greve geral e o jornal inteiro ficou mobilizado para cobrir aquela greve geral e eu era do esporte. Nesse dia, o segundo caderno ficou sem ninguém, todo segundo caderno foi destacado para greve. Aí eu disse que me candidatava a fazer uma matéria. Porque eu não tinha sido deslocado para cobrir a greve. Aí eu acabei fazendo o segundo caderno. Então é assim que acontece (...). É a maneira de conhecer pessoas e entrar no mercado (...) Entra e depois se reposiciona (...). (entrevista 21)

A afirmação “entra e depois se posiciona” implica em dizer que se consegue alguma vaga na redação, o que em si constitui um momento importante para fazer contatos, conhecer pessoas da redação, tomar cafezinho com elas, construindo as bases para depois conquistar posições mais valorizadas, como passar de estagiário a repórter, ou de uma editoria menos prestigiosa para outra mais importante. O ingresso em redações constitui um passo significativo na socialização do jornalista. Apesar disso, essa socialização não adquire importância apenas por proporcionar uma formação mais completa, mas por permitir um primeiro contato com o universo e com as pessoas que nele estão inseridas. Assim, a redação oferece a base das relações e da formação das redes de contatos. Isso indica que não é apenas por meio do título acadêmico propriamente dito que se conquistam os espaços, pois eles são conquistados antes mesmo da obtenção do diploma. Quando se adquire o título já se tem um conjunto de relações e contatos estabelecidos. A redação é um espaço para conhecer pessoas e conquistar novas possibilidades de emprego. A importância da redação como uma forma de contato sugere também que, apesar da exigência do título a partir de 1968, não mudou a forma de recrutamento dos jornalistas que hoje ocupam posição de chefias, posto que foram contratados sem a formação superior.

A entrada no próprio universo, na condição de profissional contratado, mesmo antes de concluir a graduação, constitui um importante momento de investimento no jornalismo.

Mas cabe destacar a forma como ocorre a entrada no jornalismo. Os dados coletados demonstram, de maneira geral, que a forma mais comum de entrada na profissão e possíveis crescimentos na hierarquia ocorrem através de “indicações” e dos “conhecidos”. Tanto o ingresso no mercado de trabalho como o acesso a outras posições, postos e cargos vinculados ao exercício do jornalismo, ocorrem através de indicações de pessoas, na maioria das vezes, conhecidos do meio jornalístico que fazem a intermediação. Ao relatar as mudanças que passam os jornalistas dentro de editorias do jornal, um dos entrevistados forneceu alguns elementos dessa entrada e inserção no mercado jornalístico.

[...] A mudança de editoria dentro do jornal se dá mais ou menos assim: “primeiro tem a tua afirmação ali de ser reconhecido, na revisão tu já sai com uma marca de um cara que sabe minimamente português, e, na reportagem, sempre se começa na polícia e aí tu começa mantendo uma relação dentro da redação dizendo quando sobrar uma vaguinha aí ou na editoria de cultura, ou na política ou na economia. Vem cá quando surgir alguma coisa aí me chama, quando alguém sair de férias me chama para cobrir férias. Fica fazendo esse *lobby* pessoal até surgir uma vaga e aí tu entra, porque tu já está ali dentro [...] É sempre via conhecidos, até hoje é assim, até hoje as contratações são assim. É assim: estão precisando de jornalista? Fulano conhece alguém, indica e tal. As pessoas mandam currículo, mas eles ficam mofando nas gavetas. Entra alguém que tenha a referência de alguém que já conhece como trabalha e tal” (entrevista 8)

Em palestra proferida aos alunos de jornalismo, um dos chefes de redação de jornais de Porto Alegre alerta para o fato de os jornalistas estabelecerem um conhecimento das pessoas do meio jornalístico e uma rede de relacionamentos. Segundo ele, quem não tiver inserido nessas redes vai encontrar o “mercado fechado”. Ainda acrescenta que além do conhecimento técnico, formação e leitura é preciso ter a sorte de “estar no lugar certo e no momento certo”. Tais questões revelam a necessidade de se formar uma “rede de relacionamento”, ou, como preferem chamar os próprios jornalistas, fazer o *lobby pessoal* para ter acesso às carreiras no jornalismo. Nesse ponto a universidade desempenha um papel importante, pois, por meio dela, é possível iniciar um contato com o universo por meio de professores ou colegas que estejam atuando nas redações ou que conheçam pessoas que estejam atuando. Mas há também outros meios - partidos políticos e a família - que podem se constituir em uma via importante de entrada. As indicações e o acesso a certas posições dentro do jornalismo variam de colegas de profissão, amigos, antigos professores e vínculos políticos partidários. Ao que tudo indica não são os critérios, nem a condição propriamente escolar que se constituem em recursos principais para entrada e ascensão profissional. As inserções são amplas e multidimensionais, relacionadas, portanto a vários vínculos sociais como as amizades e aqueles estabelecidos no interior do universo político-partidário que

podem resultar na ocupação de cargos em governos e burocracias públicas. O jornalismo, desse modo, constitui-se como um espaço no qual as indicações e a “rede de relacionamentos” é fundamental.

A inserção, relativamente cedo, no meio jornalístico tem um impacto importante na formação das carreiras dos jornalistas, sob dois aspectos fundamentais. O primeiro está relacionado ao fato de que o tempo e a energia dedicados às experiências de socialização com o mundo do trabalho do jornalismo possibilitam desenvolver uma rede consistente de relações sociais e contatos que permitem entrar e manter-se no meio jornalístico, sobretudo nas redações. As redações destacam-se pela possibilidade de construir uma rede de relações fundamentais durante a vida profissional. O segundo aspecto que se destaca, permite perceber que o intenso investimento nas redações precocemente gera um “comprometimento” com a profissão e uma forma de adesão específica, na medida em que quanto mais cedo se investe e se aposta nela, mais tempo tem-se para acumular tais investimentos. Esses dados revelam níveis de envolvimento que vão sendo estabelecidos com o jornalismo e que não acontecem após a conclusão do curso superior, mas ocorrem muito antes disso, demonstrando os modos de socialização característicos dos jornalistas.

Um estudo realizado, nos Estados Unidos, sobre o alto índice de desistência e abandono do jornalismo permite levantar algumas questões importantes sobre esse ponto da caracterização desse universo no Rio Grande do Sul. Nesse trabalho, foi constatado que um número relativamente pequeno e diminuído de jornalistas planeja se aposentar nessa atividade, em contrapartida o percentual de jornalistas que planejam deixar a profissão duplicou nos últimos anos. O autor mostra em que medida a socialização escolar e universitária tiveram um impacto decisivo nesse baixo nível de engajamento da ocupação. Ele cita diversos níveis que influenciam o comprometimento com a ocupação e para isso parte do conceito de “comprometimento ocupacional” da literatura da sociologia do trabalho e dos estudos de Howard Becker. O autor aponta que é possível pensar que a socialização inicial e a educação têm algum efeito no precoce engajamento na profissão. O nível de envolvimento na profissão durante, ou antes, a universidade produz um alto nível de envolvimento no jornalismo, permitindo que o indivíduo faça investimentos e apostas necessárias para construir linhas de ação variadas. Isso permite que ele desenvolva uma rede consistente de esferas sociais que envolvem o jornalismo, engajando-se em atividades concretas da profissão, acumulando, assim, investimentos e vínculos que permitem vislumbrar possibilidades de atuação, aumentando, desse modo, os custos de sair da profissão. Em

contrapartida, aqueles que decidem se dedicar ao jornalismo só depois da graduação, não correm muitos riscos, uma vez que se eles decidirem deixar o jornalismo um ou dois anos depois, as conseqüências são menos significativas. O autor procura mostrar a importância do envolvimento nos anos do curso superior para um “comprometimento ocupacional”. Quanto mais tempo e energia os estudantes colocarem nas experiências que os socializem com o mundo atual do trabalho do jornalismo, mais é provável que eles vejam suas relações com o jornalismo a longo prazo (LOWREY, 2001).

O investimento no universo profissional antes da conclusão do curso de jornalismo revela um envolvimento com a atividade e um alto nível de engajamento ocupacional. Por um lado, a entrada no mercado de trabalho antes da conclusão da graduação permite formar uma rede de relações que lhe será útil durante sua vida profissional. Por outro lado, é preciso colocar também que essa inserção precoce possa permitir fazer apostas no jornalismo e se inserir em esferas sociais que geram um comprometimento maior com a profissão e que lhes abrem possibilidades de investimentos.

5.1.2. Excelência Profissional e Passagem pelas Redações

Como visto acima, as redações são espaços fundamentais de socialização profissional e investimento na carreira jornalística. A redação dos veículos de comunicação destaca-se entre os jornalistas entrevistados como o grande espaço de excelência profissional. Elas se destacam não só pelo que podem oferecer em termos práticos, como acesso a matérias, fazer notícias, o que considerar na capa de um jornal ou a manchete do dia, mas pelos contatos que elas permitem aos jornalistas e que podem resultar em futuras posições profissionais.

A redação é o espaço da produção da informação, objeto último de referência da atividade jornalística. Nela, circulam não só jornalistas, como também políticos, assessores, empresários do ramo das comunicações e diversos outros atores sociais. As hierarquias internas as redações remetem a diversas funções: o repórter, o fotógrafo, o diagramador, o editor, o subeditor, o chefe de reportagem, o pauteiro, o editor chefe e o diretor de redação. Essas funções variam de jornal para jornal e de empresa para empresa, conforme seu tamanho e extensão. Entre cada uma delas há certas subdivisões, como no caso do repórter que pode variar de um repórter de editoriais específicas, como repórter especial, para o qual são destinadas as grandes matérias da redação. Nesse espaço as divisões são muito claras. Os repórteres e editores dividem um espaço com mesas, computadores e telefones, enquanto o diretor de redação encontra-se separado por uma sala, geralmente de vidro, onde está o alto

escalão da redação. Dali, ele pode acompanhar o ritmo do jornal e perceber os jornalistas para os quais ele poderá delegar funções e promover de função. Esse é um lugar de destaque na redação, para o qual dirigem-se políticos e empresários quando desejam fazer algum contato com o jornal.

A redação representa para esse universo o principal mercado jornalístico. Assim, quando os jornalistas referem-se ao mercado estão referindo-se as diversas posições ocupadas no interior das redações, e isso não inclui espaços como assessorias e universidade, pois é a redação que permite aos jornalistas o acesso aos fatos, fazendo com que a notícia constitua-se o elemento fundamental da atividade.

Nesse sentido, a passagem pelas redações é um critério importante de reconhecimento pelo grupo. Até mesmo professores e assessores têm uma inserção, mesmo que pequena e pouco duradoura, nas redações.

(...) Tem outra coisa que faz parte disso que a categoria também respeita muito, é de ter trabalhado em grandes redações, isso te dá um *status* dentro da categoria. A Antropologia trabalha muito com ritos, os rituais que confirmam um determinado grupo ou comunidade, o nosso, vamos dizer assim, um deles são as grandes redações, um dos ritos de passagem para ter reconhecimento do teu grupo. E também tem outras coisas, mas esse é um básico. Houve uma época, na época da ditadura, aqueles jornalistas que enfrentaram a ditadura e ficaram também colocados como mitos da categoria, mas também eram jornalistas de redação, sempre havia esse vínculo com a redação. Nós temos excelentes jornalistas de assessorias de imprensa que não tem reconhecimento da categoria porque não passaram por veículos (entrevista 8).

Portanto, o jornalista, para ser reconhecido pela categoria, precisa passar pela redação, e isso significa mais do que ter o diploma, significa ter o certificado de competência profissional, a credencial e a prova de que o jornalista aprendeu o ofício na prática da redação. A redação oferece um contato entre os jornalistas, a troca de experiências, informações e permite ficar conhecido entre os pares. Ela favorece o encontro dos jornalistas e uma circulação intensa com outros colegas e veículos durante a cobertura de determinados assuntos. Os jornalistas que estão na redação se conhecem e se encontram, mesmo aqueles que pertencem a empresas concorrentes. Durante uma palestra proferida no “Seminário da Imprensa Gaúcha”, promovido pela ARI, destinado aos estudantes, um dos diretores de redação comentou que

[...] sempre que puderem aparecer perante a mídia ou diante de pessoas da mídia acho que é fundamental e acho que tem que ir à luta, não adianta, vamos dizer assim: ah eu vou esperar, vou me formar e depois eu vou tentar um estágio, tentar um emprego, bah, aí eu vou dizer assim: é tarde, procurar estágio no oitavo semestre

de uma faculdade ou então depois de formado tentar uma colocação, sem ter o conhecimento das pessoas, ou do que rola no mercado, é complicado, porque o nosso mercado é muito pequeno, todo mundo se conhece, todo mundo acaba sabendo quem é quem nesse mercado, então tendo já um respaldo de alguém, olha o fulano é qualificado, o fulano possivelmente eu vou contratar, possivelmente ele vai ter uma colocação ou uma indicação da minha parte, então acho que o grande diferencial é a qualificação e é vamos dizer se fizerem conhecidos perante esse mercado, perante essas empresas, perante essas pessoas que estão na mídia hoje, acho que isso aí é uma dica que eu daria (entrevista 1)

Assim, a redação constitui-se como um importante espaço de socialização que oferece não só a aprendizagem das habilidades necessárias para o ofício do jornalista, mas possibilita a formação de redes amplas e diversificadas. É no interior das redações que os contatos profissionais se intensificam. A relação com o editor-chefe e o contato com outros editores influenciam as mudanças de posição internas às redações e permitem indicações. Ser conhecido no mercado significa ser conhecido por outros jornalistas e veículos. Isso contribui para formar um conjunto de contatos internos à atividade, o que faz com que as possibilidades de acesso a certas funções e a emprego apareçam, o que acaba por diminuir o risco de ficar desempregado.

Além disso, a redação representa um conjunto de vínculos, relações e laços externos, como aqueles possibilitados pelas fontes de informação. As fontes são importantes não só pelo que elas representam para elaboração de matérias, mas pelos contatos que elas oferecem, constituindo-se, assim, com uma forma de capital social. O grau de importância das fontes varia conforme a posição do jornalista no interior do jornal e, desse modo, a sua rede de relacionamentos também sofrerá variação⁶³. Mas, em todas elas, é possível formar um *network*, como afirmam os jornalistas, o que pode render novas posições profissionais e abrir espaço fora das redações, como assessoria para políticos, cargos públicos.

Contudo esses vínculos precisam ser reforçados e lembrados a todo o momento para que possam ter um sentido prático não só na construção de notícias e na elaboração da tão falada “agenda de contatos”, instrumento fundamental para os jornalistas, como também na abertura de novos investimentos profissionais. Um dos editores-chefe, em uma entrevista prestada para um sítio afirmou:

Quando não almoça em casa com a família, aciona alguns contatos para manter “uma boa relação com as fontes”. “Sempre procuro almoçar uma vez por semana com alguém, uma fonte ou amigo”, diz . Vai para o jornal por volta das 14h e fica até tarde da noite. “Meu horário de saída do jornal depende muito do fechamento da edição. Nunca saio antes da meia-noite”, declara (www.coletiva.net; entrevista 17).

⁶³As fotos, anexadas no final dessa tese, mostram alguns jornalistas com suas fontes de informação.

A rotina de um editor-chefe inclui não só a organização da própria redação, a distribuição das tarefas, mas também o contato constante com determinadas fontes em jantares, almoços e confraternizações, intensificando, assim, as trocas e os vínculos. Quanto mais alta a função do jornalista na redação, mais importantes serão suas fontes e nesse sentido as possibilidades de conquistar uma função externa à redação se ampliam, fazendo com que receba diversas propostas diariamente. Assim, estabelecer uma “boa relação” com as fontes significa reforçar os laços constantemente.

Dessa forma, a redação constitui-se como um espaço de sociabilidade fundamental para os jornalistas, mas que só adquire importância mediante um investimento constante nos contatos, nas relações e nos vínculos que ela pode proporcionar. Em outras palavras, ela só produz efeito, em termos dos rendimentos materiais e simbólicos que esses contatos podem proporcionar, por meio do trabalho diário de instauração e manutenção da rede de relações. As estratégias de investimento são fundamentais para que essa rede de relações se multiplique e renda os efeitos necessários para os quais foram criadas (BOURDIEU, 1998).

5.1.3. Origens Sociais e Relações Familiares

As origens sociais elevadas e as relações familiares tornaram-se elementos importantes na composição do grupo analisado. Os dados mostram que, quanto à profissão do pai; 43,9% dos jornalistas são filhos de pequenos comerciantes, operários, agricultores ou pessoas que desempenhavam atividades autônomas com baixa formação escolar, como borracheiro, motorista de táxi, caixeiro viajante; 14,6% são filhos de professores universitários ou profissionais liberais como advogado, médico, bioquímico; 19,5% de diretor ou proprietário de empresa; 7,3% de militar de carreira; 9,8% de funcionário público vinculado, em geral, a setores administrativos de empresas públicas; 2,4% de político e 2,4% de músico.

Os níveis de escolaridade dos pais representam: 34,1% primário incompleto; 31,7% curso superior completo; 17,1% segundo grau completo; 2,4% segundo grau incompleto; 9,8% primeiro grau incompleto. Já quanto à profissão da mãe: 65,9% dona de casa; 12,2% professora primária; 7,3% advogada; 7,3% doméstica, costureira; 4,9% professora de segundo grau; 2,4% música. O grau de escolaridade da mãe: 39% segundo grau completo; 36,6%

primário incompleto; 14,6% curso superior; 4,9% curso superior incompleto; 2,4% primeiro grau completo; 2,4% primeiro grau incompleto.⁶⁴

Esses dados mostram que a maioria desses jornalistas vem de uma origem social mais baixa, com pais que exercem funções que não necessitam de formação escolar e que no conjunto tem uma baixa escolarização. Mas para esses dados adquirirem importância na análise da ocupação de cargos jornalísticos e crescimento na hierarquia da profissão, é preciso relacioná-los com a posição atual ocupada no jornalismo e a empresa a que pertence o jornalista. Daqueles que ocupam posição de diretor de redação, ao total 19, apenas seis são filhos de pequenos comerciantes, somando um total de 13 diretores cujos pais são diretores ou proprietários de empresas, funcionários públicos, militares de carreira e políticos. É também entre os diretores de redação que se encontra um número maior de pais e mães com curso superior completo. Do total de 41 casos, apenas seis apresentam mães com curso superior completo. E desses seis casos que apresentam tal característica, cinco são de diretores. Quanto à formação dos pais, 13 casos apresentam formação superior completa dos pais, oito deles são pais de diretores de redação.

Além do fato de os pais com formação superior completa representarem os diretores de redação, é preciso associar esse dado à empresa à qual esse diretor está vinculado. A empresa que aparece como compondo o quadro de diretores, cujos pais são, na maioria, diplomados, é a RBS. Dos cinco casos que representam diretores de jornalismo cujas mães têm curso superior completo, três são de diretores da RBS. E dos oito casos de diretores, cujos pais têm curso superior completo, cinco são de diretores da RBS⁶⁵. Isso indica que quanto maior a posição ocupada pela empresa no ramo das comunicações, maior são os níveis de formação escolar e profissão dos pais de seus diretores. Cada espaço de atuação jornalístico funciona como um espaço de relações concorrenciais que produzem efeitos de seleção social diferenciados. No espaço das redações as propriedades sociais dos jornalistas elevam-se conforme o valor do posto ocupado. Assim, a seleção social para ocupar o cargo de diretor de redação prioriza determinadas propriedades para o exercício da função que são obtidas através de uma posição de origem social elevada. Contudo, essa relação não é direta e tende a sofrer uma variação conforme a posição que a empresa jornalística ocupa no mercado de serviços

⁶⁴Ver tabelas em apêndice II.

⁶⁵A “Rede Brasil Sul”, afiliada da “Rede Globo” de televisão no Estado, hoje é uma das maiores redes de comunicação da América Latina e conta com diversas filiais em todo o Rio Grande do Sul e ainda em Santa Catarina. Possui um complexo de emissoras de rádios AM e FM, bem como canal de televisão aberto e a cabo, e ainda dois jornais impressos diários produzidos na cidade de Porto Alegre (“Zero Hora” e “Diário Gaúcho”). A RBS é também a empresa que mais emprega jornalistas no estado do Rio Grande do Sul.

jornalísticos. Quanto maior a posição da empresa, mais intensa torna-se a relação dos altos cargos dos jornalistas com o grau de escolaridade dos pais e mais importante tornar-se-ão as origens sociais altas como um recurso para ocupação de certos postos.

A formação escolar dos jornalistas também fornece indicações a respeito de suas origens sociais. Do conjunto dos 41 casos considerados para esta análise, 20 (48,8%) concluíram todo o primeiro grau em escolas particulares, 19 (46,3%) em escola pública, e dois (4,9%) uma parte do período escolar em escola pública e outra parte em escolas particulares. Desse conjunto, apenas dois necessitaram de bolsa para concluir os estudos em escolas particulares. No que diz respeito ao segundo grau, 22 (53,7%) concluíram em escola pública, 14 (34,1%) em escola particular e cinco (12,2%) parte em escola pública, parte em escola particular. Apenas um freqüentava a escola particular durante o segundo grau com bolsa. Dos 11 casos em que o primeiro e o segundo grau foram realizados em escolas particulares, seis concluíram o curso superior em universidades particulares, três não realizaram o curso superior e dois fizeram em universidades federais. Desse conjunto, quatro ocupam a função de diretor e editor-chefe, sendo que três destes são da empresa RBS. Dentre essas escolas destacam-se, os “colégios de elite” de Porto Alegre: “João XXIII”, a “Escola Marista Nossa Senhora do Rosário”, privadas e confessionais⁶⁶. Um desses casos, o de um diretor de redação da RBS, fez parte do seu segundo grau em uma escola na Alemanha. Assim, novamente, a relação entre posições ocupadas no jornalismo e origens sociais se apresenta como pertinente, uma vez que é entre os postos ocupados nas empresas mais destacadas que as origens sociais altas tendem a se constituir como dominantes.

Mas é preciso associar esses dados às concepções e maneiras próprias de perceber a importância da família e das origens sociais elevadas para o percurso profissional e para o exercício dessa atividade. Relevante tornou-se neste trabalho, o relato dos diretores de jornalismo e editores-chefe a respeito da importância que assume a formação familiar e a “cultura trazida de casa”. São eles que valorizam, em seus relatos, mais do que a formação escolar e o diploma, a formação proporcionada pela família. Essa valorização é apresentada tanto como critério importante para justificar a escolha pelo jornalismo como para justificar o atual posto ocupado na profissão. As experiências proporcionadas pela família, tais como o acesso a livros, revistas, cinema e jornais de todos os gêneros aparecem associados ao gosto pela leitura e pela escrita como uma questão fundamental que os encaminhou para o

⁶⁶ Segundo Coradini (2004), “colégios de elite” de Porto Alegre podem ser considerados por aproximação os particulares: “Anchieta”; “Nossa Senhora do Rosário”; “Bom Conselho”; “Sévigne”, dentre outros que se aproximam no que diz respeito às características dos alunos.

jornalismo. Assim, quando esses jornalistas apontam os motivos que os levaram à escolha pelo jornalismo, eles estão na verdade apontando os elementos que contam para se tornar jornalista. Esses elementos dependem de uma “cultura familiar”.

Além disso, as origens sociais elevadas tornam-se importantes recursos para promover e contratar novos jornalistas. Esses diretores, dentro dos veículos em que trabalham e pela posição que ocupam, estão diretamente envolvidos nas contratações de novos jornalistas e nas promoções internas, só para citar um exemplo, como ser promovido de editor para editor-chefe ou de repórter para editor. Soma-se a isso o fato de que esses diretores têm uma origem social mais elevada, em função dos indicadores acima, e que apresentam isso como fundamental no seu percurso, são também aqueles que mais valorizam nas contratações e promoções a formação “trazida de casa”. Durante as entrevistas, quando questionados sobre essas contratações, eles revelam que a formação cultural transmitida pela família não só foi importante em seus trajetos como é muito valorizada na avaliação de outros jornalistas.

Ao ser questionado sobre a situação atual do jornalismo, o jornalista, cujo fragmento de entrevista é citado abaixo, relata a importância da família para o exercício do jornalismo e para a formação de certas qualidades essenciais nessa profissão.

P: Como tu vê o momento atual do jornalismo? R: Eu acho que o jornalismo vive uma situação muito interessante. Eu diria que estamos na adolescência (...).As pessoas são muito pouco preparadas no nível de informação e de análise, ou seja, as pessoas muitas vezes elas têm a informação, mas elas não conseguem compreender dentro do contexto histórico do que está colocado ali (...). Tem toda uma análise que tem que ser feita e eu acho que é muito falha ainda nas redações. E me preocupa um pouco a memória histórica dos jornalistas (...). Me preocupa um pouco essa memória do que foi a realidade. Isso é preocupante no jornalismo como um todo, ou seja, a falta de memória. (...) P: (...) Onde se adquire para ti essa memória, esse conhecimento. Ele passa por onde? R: Passa por casa, passa por uma história de família, passa por tu cultivar na tua casa a informação e o conhecimento. Tu não aprende a ler na faculdade, tu não aprende ser curioso na faculdade, tu não aprende, tu aprende na vida (...) Eu me lembro muito, eu sempre uso muito isso. Na minha casa, nunca faltou jornal e tudo que fosse cultura. Eu me lembro do meu avô. O meu avô era um alemão e como todo alemão ele cultuava muito essa coisa da cultura, da informação. Eu nunca esqueço uma frase do meu avô que me marcou vida inteira. O vô dizia assim: para os meus filhos e para os meus netos pode faltar roupa nova, pode faltar o carro novo, pode faltar o dinheiro para ir numa festa, para comprar o refrigerante, só não falta dinheiro para bons colégios e para bons livros. E eu acho que isso é regra, entendeu. Se você não tem uma formação muito forte e não tem isso como crença. Eu, por exemplo, dou de presente para meus filhos, seguidamente, livro... Lá em casa não falta TV a cabo, não faltam jornais, não faltam revistas, não faltam livros, não faltam CDS, não faltam DVDS. Eu acho que isso é uma coisa que tu cria dentro de casa. P: Eu tu usa isso como critério para selecionar os jornalistas? R: Uso. P: E como tu consegues perceber isso? R: Conversando. Eu recebi aqui uma menina, hoje é uma excelente editora, nunca mais esqueço. Ela chegou aqui e disse para mim e eu perguntei como era a história profissional. Ah! Eu sou recém-formada, me formei recém um ano e tal, mas assim que eu me formei eu não procurei emprego aqui. Mas porque não procuraste? Porque tinha uma curiosidade

enorme de conhecer o mundo. Então eu peguei um avião e fui morar em Londres. Pô, essa gurria tem uma formação (...). Fui morar em Londres, morei em Londres um ano e pouco, estagiei na Globo, não sei o que, mas eu nem queria ouvir o resto que ela tinha feito. O simples fato de ela ter me dito que ela foi para fora e que buscou o caminho de conhecimento já ta dito tudo, ela não é uma pessoa comum (...). E a gurria ganhou vários prêmios aqui dentro, tem dois anos de casa e já ganhou vários prêmios (entrevista 27).

A tão importante memória para o exercício do jornalismo e a capacidade de fazer relações, abstrações requerem um conhecimento intelectual que, nesse caso, não é obtido na escola, mas na família, seja através do convívio com figuras ilustres, seja através do acesso à cultura, de forma geral, proporcionados por livros, por música e por viagens ao exterior. Os relatos abaixo, de uma editora e de um diretor de redação, sobre o processo de seleção de jornalistas e o valor do diploma, ilustram a importância da socialização familiar para a entrada e para o crescimento na hierarquia interna do jornalismo.

(...) O jornalista não é escolhido apenas pela sua capacidade técnica, seu currículo, ele é 50% ou mais escolhido pelo que ele é como pessoa (...) A nossa seleção é uma peneira maluca (...) A gente faz provas tradicionais de conhecimentos gerais, inglês, português, tem também prova de ética (...) Com situações de tomadas de decisão e ele tem que escrever o que faria. Essa é a primeira peneirinha. Depois as pessoas entram aqui como estudantes ainda e fazem tarefas auxiliares, do tipo ser *office boy* porque enquanto estudantes não podem escrever matérias (...) para vivenciar essa coisa da redação. Aí a gente vai percebendo quem é quem: a postura da pessoa, os valores da pessoa, o comportamento dela diante de situações (...). Então a pessoa que não tem um comportamento exemplar na questão de responsabilidade, de ética, de princípios, de valores, ela não chega até a redação (...) Essa questão técnica de ser jornalista é fácil de ensinar para uma pessoa. Muito mais difícil é uma pessoa que tenha informação suficiente, cultura suficiente, todo esse *background* de formação que a gente estava falando e que isso não se aprende na faculdade (...) Sou contra o diploma. No entanto essa empresa é uma empresa que cumpre a lei e, portanto só contratamos pessoas com diploma (...). Óbvio eu não vou achar que uma pessoa de segundo grau possa ser um jornalista. Acho que a briga por mais estudo é válida (entrevista 25).

Nota-se que a definição de “como o jornalista é como pessoa”, considerada fundamental para o exercício da profissão, passa pela família e pelo que essa lhe transmite e lhe possibilita em termos de acesso a certos recursos. A atitude jornalística, o comportamento diante de situações determinadas e a responsabilidade correspondem a valores que se aprende não no curso de jornalismo, mas na família. Assim, não é a oposição ao diploma que está em jogo e sim a valorização de qualidades que só podem ser obtidas por uma posição social elevada. O relato abaixo intensifica esse tipo de visão.

(...) Uma coisa interessante que talvez seja um objeto de estudo, não sei se já te caiu a ficha, em relação a isso é que o jornalista hoje, pelo menos nas redações formais, o grau de exigência para entrar na redação da “Zero Hora”, de formação (...). Então eu

exijo que seja bilíngüe, o cara pós-doutorado não sei das quantas não exige isso, mas a formação tem que ser muito mais forte hoje do que era no meu tempo, por exemplo. O que acontece com isso? A redação tem pessoas muito mais qualificadas hoje na sua formação (...) Claro que nas pessoas mais qualificadas possíveis você acaba tendo, sobretudo nos níveis iniciais, pessoas que estudaram no “Anchieta”, fizeram intercâmbio nos Estados Unidos, foram estudar na UFRGS. Começa a ter cada vez mais (...), a tendência das classes médias, médias altas de entrar nas redações passa a ser maior (...) então as pessoas que entram não estão necessariamente em busca de salários altos, claro que nada contra, mas são pessoas que são filhos de psiquiatras, vários filhos de médicos, desembargadores que foram fazer jornalismo e que de olhos fechados na avaliação e na seqüência de baterias melhor português, melhor isso e mais qualificados (entrevista 22).

A família possibilita não só os meios econômicos necessários para se ter acesso a cursos de língua estrangeira, intercâmbio no exterior, estudar em escolas conceituadas e de prestígio social, mas também um comportamento específico diante do jornalismo que exige uma postura de origem, uma formação cultural, um *background*, obtido, sobretudo dentro da família. Tais questões passam a ser um dos critérios utilizados para entrar em certas empresas e setores do jornalismo. A herança familiar e cultural permite, nesse caso, valorizar o diploma e a formação superior. A atitude exigida do jornalista diante dos problemas específicos da profissão, nesse ponto de vista, requer um comportamento especial e um caráter que se aprende na família. Os padrões de avaliação de um “bom jornalista” estão associados a uma cultura de origem elevada que define em quem se pode confiar. A maneira como um jornalista comporta-se diante dos problemas cotidianos do trabalho jornalístico revela uma postura associada a uma “cultura de classe”. As avaliações recaem sobre suas origens e socialização familiar.

Desse modo, não é somente o diploma o objeto de disputa e o recurso legítimo para ser aceito na profissão, mas também uma cultura de origem elevada que garante uma seleção entre membros de um mesmo grupo social. A família e a posição de origem definem o crédito social do indivíduo, sua reputação e também estrutura os seus recursos sociais, servindo como uma garantia de seleção entre iguais. Assim, a valorização das origens altas constitui uma estratégia de selecionar membros de um mesmo grupo social e excluir aqueles que não possuem tais origens e que, por sua vez, estão fora desse grupo social (WOLF, 2003). Entretanto, essa não é apenas uma estratégia de reprodução destinada a conservar a ocupação de certas posições a um grupo, mas consiste em uma maneira de conservar e manter os critérios de ascensão e os recursos fundamentais para ocupação de certos postos. Essa é uma estratégia para determinar “aqueles que são dignos de entrar num grupo, de fazer parte do grupo, de fazer o grupo” (BOURDIEU, 1984, p.80).

Essas informações a respeito das origens sociais e das percepções que se tem delas permitem salientar a relação entre origens sociais e posição ocupada no jornalismo, pois as origens sociais mais altas correspondem aos cargos de diretores de jornalismo e chefes de redação e são estes jornalistas os que mais valorizam, nas promoções internas e nas contratações, “a cultura trazida de casa”. Contudo essa relação não é direta, mas associada a ela estão os veículos aos quais estão vinculados os respectivos diretores. Existe, então, uma relação entre as origens sociais elevadas, a posição ocupada no jornalismo e a posição que o veículo ocupa no conjunto das empresas do ramo. Tais informações levam a formular como questão a idéia segundo a qual quanto maior a empresa mais as origens sociais elevadas serão relevantes para ocupar postos de direção de jornalismo. Nesse sentido as origens sociais elevadas tornar-se-ão um recurso a mais para entrada e para a ascensão de postos em tais empresas.

5.1.4. Formação Universitária e Pós-Graduação

Os dados a respeito das formações universitárias dos jornalistas gaúchos que ocupam postos de chefias no jornalismo, mostram que 39% iniciaram outros cursos superiores concomitantemente aos de jornalismo; 7,3% concluíram cursos em outras áreas além do jornalismo; 36,6% só prestaram vestibular para o curso de jornalismo sem iniciar qualquer outro curso; 14,6% não têm curso superior e 2,4% concluíram seu terceiro grau em outra área que não jornalismo. Têm-se então um total de 46,3% dos jornalistas com inserção em alguma outra graduação além do jornalismo e um conjunto de 17% (sete casos) que não têm formação superior em jornalismo correspondendo ao grupo dos chamados jornalistas “provisionados”. Os jornalistas “provisionados” são assim definidos porque sua autorização para atuar no jornalismo ocorreu em um período em que a exigência do título não estava ainda estabelecida ou estava em transição. Nesse sentido, esse grupo pertence a uma geração de jornalistas e do qual, atualmente, cinco ainda estão atuando e exercendo funções jornalísticas.

Do conjunto daqueles que tiveram inserção em outras graduações, que somam total de 20 casos: seis fizeram outro curso superior em Ciências Humanas e Sociais; quatro casos em Direito; três casos em Letras, além de outras formações com menores inserções: Engenharias (um caso); Agronomia (um caso); Medicina (um caso); Administração (um caso); Arquitetura (dois casos) e um caso em que o jornalista iniciou vários cursos, mas não os concluiu. Pode-se associar a inserção em outros cursos de graduação ao contexto político da formação superior desses jornalistas. Como dito anteriormente, a maioria ingressou em cursos superiores na

década de 1980, momento de intensa mobilização no país. Esse fato pode ter impulsionado alguns a ingressar em cursos com focos mais políticos e militantes como os cursos de Ciências Sociais e Humanas, sobretudo no contexto da ditadura militar⁶⁷.

Um outro dado relevante é a formação superior em jornalismo: 56,1% dos jornalistas são formados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e 22,2% concluíram seus estudos em jornalismo na Universidade Federal do estado. Isso demonstra que 78,3% dos jornalistas são formados na capital.

No que diz respeito aos cursos de pós-graduação: 63,4% (26 casos) não o têm; 14,6% (seis casos) têm apenas especialização; 14,6% (seis casos) tem doutorado e 7,3% (três casos) têm mestrado. Cabe destacar que as áreas de concentração das pós-graduações possuem algumas diferenças entre os jornalistas: entre os diretores de redação e editores-chefe, a área de concentração está em especialização profissional para editores (máster para editores)⁶⁸ e mestrado em administração e gerenciamento, com destaque especial para mestrados profissionalizantes, tais como os MBA. Dos 19 diretores, oito diretores tem especialização ou mestrado nas áreas citadas e todos estão atuando na empresa RBS. São eles também que se destacam em participação em congressos de entidades internacionais e cursos sobre gerenciamento de mídia realizados fora do país. Apontados como uma qualificação maior para administrar jornais, a realização de cursos em administração e gerenciamento como os MBA, permite converter as qualificações profissionais técnicas em qualificações administrativas⁶⁹.

⁶⁷Ver tabelas em apêndice II.

⁶⁸O curso destacado é uma parceria entre o Centro de Extensão Universitária de São Paulo com a Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra na Espanha. O curso denomina-se: “Máster em jornalismo: gestão de empresas de comunicação” e é direcionado especialmente para editores.

⁶⁹Roberto Grun (2003), ao analisar os Engenheiros no Brasil, mostra que os cursos de especialização em administração precedem à realização dos MBA, e muitos consumidores desses cursos têm como objetivo converter qualificação técnica profissionalizada em qualificação administrativa. Esses cursos de especialização “operavam num ambiente simbólico muito mais dominado pelo nosso pólo hierárquico no qual a idéia de planejamento era ainda central, refletindo-se no conteúdo dos cursos que então ministravam aos seus alunos instrumentos que deveriam servir para funções de estruturação organizacionais. Assim, ainda que esses cursos preparassem seus usuários para assumir responsabilidades organizacionais, as mudanças de orientação profissional que ensinavam davam-se no interior de um espaço mais homogêneo. Por isso eles não precisavam nem pretendiam transformar seus comportamentos já que as novas habilidades eram consideradas especificações das anteriormente adquiridas em cursos de engenharia”. (GRUN, 2003, p.292) Diferentemente dos cursos de especialização em Administração que foram os ancestrais dos MBAs, os MBAs esperam uma mudança de mentalidade daqueles que os procuram, pois se trata de “instrumentar reconversões mais amplas do que simplesmente aquelas afeitas ao estrito domínio profissional”. Assim os cursos de MBA tornam-se “instrumentos de adaptação dos indivíduos, sobretudo originários das classes médias, as transformações dos espaços do mundo do trabalho e da sociabilidade em geral. Agora a pretensão não era formar membros da sólida ordem industrial, mas flexíveis agentes de mercado. Não mais engenheiros ultrapassados, formados para realizar tarefas que não existem mais, ensinadas nas escolas de engenharia, mas jovens profissionais determinados com sedes de ação. E as ferramentas são os instrumentos para ação transformadora nas empresas e demais organizações” (Ibidem, 293). O autor coloca o MBA como “máquinas de transformar habitus”. “O bom MBA é o curso que prepara seus candidatos para viver nesse novo mundo, no qual o que conta é o indivíduo, suas realizações organizadas num portfólio bem feito, seu capital social bem ampliado, pronto para ser usado profissionalmente, tanto no atual trabalho quanto para arrumar novos trabalhos” (Ibidem, p.296).

Já entre os professores universitários a área de concentração tende a ser não mais o cursos de administração ou gestão de empresas, em nível de mestrado, mas doutorado em Comunicação Social e, em alguns casos, mestrado e ou especialização em Ciências Humanas e Sociais. Esses dados a respeito das formações dos jornalistas indicam que há uma diferença, quanto à pós-graduação, entre aqueles que se dedicam a uma carreira nas empresas de comunicação, e que conquistaram posições elevadas como a de diretor de redação, e entre aqueles que se dedicaram ao ensino e a carreira universitária.

Torna-se importante relacionar esses dados objetivos da formação superior com as percepções mais gerais que esses jornalistas têm da importância do diploma em jornalismo para o exercício dessa atividade. Do conjunto dos jornalistas entrevistados, 58,5% (24 casos) apresentaram opiniões contrárias à obrigatoriedade do diploma em jornalismo para desempenhar todas as funções jornalísticas e 41,5% (17 casos) posicionaram-se favoráveis à obrigatoriedade do diploma para o exercício de suas funções. Desse conjunto, dos 19 diretores e chefes de redação considerados 18 deles são contrários à obrigatoriedade; dos sete professores, todos posicionaram-se a favor, dos quatro assessores de imprensa, dois manifestaram opiniões favoráveis e dois opiniões contrárias; das seis lideranças sindicais e de entidades de representação da categoria todas são favoráveis; dos quatro diretores e proprietários de empresas de comunicação apenas um é favorável e um dos colunistas entrevistados é contrário a obrigatoriedade.

Como se pode perceber, as opiniões contrárias à obrigatoriedade do diploma concentram-se entre os diretores de jornalismo, chefes de redação e proprietários de empresas de comunicação; já, as opiniões favoráveis estão mais concentradas entre os professores de jornalismo e as lideranças sindicais e de entidades associativas.

Mas é fundamental que se qualifique essa informação, uma vez que não é a formação universitária que está em jogo, mas a exigência da formação superior em jornalismo para o exercício dessa atividade em rádios, revistas, jornais e canais de televisão. Trata-se, não de transformar as redações em espaço repleto de profissionais sem qualquer formação superior, mas de transformá-las em um espaço composto por indivíduos qualificados em áreas diversas. A obrigatoriedade do diploma impede que economistas, por exemplo, escrevam colunas sobre economia, e exige que essa função seja cumprida por um jornalista graduado. Nesse sentido, quando os jornalistas respondem que são contrários, eles estão afirmando que são contrários à obrigatoriedade do diploma para exercer todas as funções jornalísticas e não contra a formação superior como um todo. Acreditam que deve ter uma abertura maior para que as

redações possam contar com pessoas qualificadas de outras áreas para escrever, sobretudo intelectuais, que poderiam atuar na qualidade de comentaristas ou colunistas. Em geral, consideram o diploma importante para o exercício da reportagem e para a função de repórter ou outras funções como editor, editor-chefe, direção de jornalismo, mas não para ser um colunista ou um comentarista de esporte, de economia ou de política. Essa é uma das justificativas mais comuns entre aqueles que se posicionam contrários à obrigatoriedade.

Todavia, essa justificativa contrária à exigência aparece associada também aos critérios que são considerados fundamentais para formação do jornalista. Tais critérios estão associados à formação familiar e não necessariamente à formação escolar ou à universidade. Essa é uma associação que aparece entre aqueles que têm origens sociais mais elevadas, os quais afirmam não ser a universidade o lugar de excelência para formação, mas a família. Já entre aqueles cujas origens são mais baixas, ainda que sejam contrários à obrigatoriedade, a universidade apresenta-se como um espaço importante para estabelecer os primeiros contatos com o jornalismo, com as pessoas que estão atuando nos jornais, nas revistas e nas rádios; a redação é vista como o espaço principal para aprender as habilidades para o jornalismo. Ao contrário daqueles jornalistas cujas origens são mais altas e para os quais a família é o local de excelência, esses percebem a redação, e não a escola, como lugar de aprendizado. A universidade para eles caracteriza-se como um espaço importante não de obtenção do título, propriamente dito, mas para o estabelecimento de contatos que futuramente podem resultar numa posição profissional. Nesse sentido, a instituição escolar fornece não os fundamentos necessários para o exercício do jornalismo, mas ela se constitui como um extraordinário espaço de socialização e um local para os alunos construírem uma rede de relações que pode ser muito valiosa na vida profissional.

Em contrapartida, aqueles que se posicionam favoráveis à exigência do diploma apontam o título como fundamental para impedir possíveis aventureiros no jornalismo ou para coibir aqueles que possam se utilizar dele sem nenhum compromisso social e ético. A exigência do diploma impediria também a definição de jornalismo como um “dom” natural, tratando-o como uma atividade que necessita de formação técnica e qualificada. Essa justificativa aparece associada ao exercício da militância estudantil e político-partidária como algo que fornece aos jornalistas a capacidade de olhar de maneira crítica e reflexiva, os fatos. Essa capacidade é apresentada como uma habilidade essencial para formação de sua “competência profissional”. Além disso, é entre os jornalistas que tiveram um passado

político partidário forte, e que ainda o tem no presente, que essa associação, de competência profissional e militância político partidária, torna-se mais forte.

5.1.5. Militância Estudantil e Filiação Partidária

A militância estudantil e a filiação partidária apresentaram-se, nesta tese, como um dos recursos fundamentais para entrada no jornalismo e para escolha dessa atividade. Gostar de ler, saber escrever, ter talento para escrever são algumas das principais justificativas que aparecem nos relatos obtidos e que se tornaram critérios para entrada no jornalismo. Geralmente os relatos apontam que, já no segundo grau, o jornalismo colocava-se como uma opção de trabalho e de curso superior em razão dessas qualidades mencionadas. Todavia, apesar de essas aptidões serem apresentadas como fundamentais pelo conjunto dos entrevistados para escolha do jornalismo, é preciso relacioná-las a outros aspectos comuns das trajetórias. São eles: inserção no movimento estudantil associada à visão do jornalismo como uma atividade transformadora; experiências com atividades relacionadas ao jornalismo durante o segundo grau, tais como realização de jornais para escola, para grêmio estudantil; jornal-mural, jornais independentes e inserção na profissão durante a realização da faculdade.

O engajamento no movimento estudantil e partidário durante a graduação ou até mesmo antes dela é um dos dados relevantes comuns aos jornalistas. Do conjunto dos entrevistados 39% tiveram alguma inserção no centro acadêmico, 4,9% no grêmio estudantil e 22% nos dois tipos de militância estudantil incluindo entidades como União dos Estudantes Secundaristas. Dessa forma, se considerarmos esses números, tem-se um total de 61% (27 casos) dos jornalistas com inserção no movimento estudantil. O tempo de duração é variável: daqueles que participaram, 17 apresentaram inserção num período de dois anos ou mais; 5 de um a dois anos e 5 de seis meses um ano.

No que diz respeito à participação em partidos políticos, 46,3% (19 casos) tiveram alguma inserção em partidos políticos. Desses que tiveram inserção em partidos políticos, seis afirmam que foi circunstancial (seis meses/um ano) e 13 ainda indicam participação até os dias atuais. Cabe destacar que grande parte desses jornalistas fez sua formação secundarista na década de 1970 e concluíram seus estudos universitários na década de 1980 (58,5%). Além desses dados, o período de entrada na profissão também é relevante para contextualizarmos esse grupo: 34,1% entraram no mercado jornalístico na década de 1970 e 43,9% na década de

1980, momento de intensa mobilização política no país. Com um total de 78% com inserção na década de 1970 e 1980⁷⁰.

Como mostra Abreu (2000), aqueles jornalistas que iniciaram a carreira e se profissionalizaram durante o regime autoritário (1964/1985), sobretudo nos anos 1960 e 1970 viveram também o auge do engajamento político. Em contrapartida, muitos desses jornalistas, principalmente aqueles que passaram a ocupar posições de chefia e de direção de jornalismo, conheceram também, no início da década de 1990, com o período da redemocratização do país, o desengajamento político.

Sobre esse último ponto vale ressaltar que os jornalistas entrevistados ocupantes de cargos de direção de redação e jornalismo, os cargos mais altos dentro das redações, atribuem pouca relevância à sua militância político-partidária, ao afirmarem que não tiveram importância para suas carreiras, pois engajaram-se porque queriam “fazer festa”, se “divertir” ou “arrumar uma namorada”. O período de duração relatado é de seis meses a um ano e representa 12,2% dos casos. Associadas a esses relatos manifesta-se a visão de que o jornalista não deve participar de entidade político partidária, nem mesmo de time de futebol, para que possa manter isenção e uma “boa relação” com todos os tipos de fonte.

Além disso, durante as entrevistas, ao serem questionados sobre essa militância pediram para não gravar essa informação, certificando-se de que não haveria registro. Isso revela que o cargo que ocupam os conduz a negar um passado militante, a valorizá-lo pouco ou até mesmo demonstrar um desengajamento completo de qualquer atividade política. A manifestação dos vínculos políticos, que extrapolam o limite da profissão, afetaria a relação com as fontes com as quais convivem diariamente em função do cargo que ocupam. Quanto mais alto o cargo que ocupam, mais importantes são as fontes com as quais precisam manter contato. Portanto, as fontes a que um repórter tem acesso e com que convive não estão no mesmo nível de importância e de influência daquelas com as quais trata o editor, o editor-chefe, o chefe de redação ou diretor de redação. Essa convivência materializa-se, muitas vezes, na rotina de almoços, encontros em eventos que unem jornalistas e políticos, trocas de telefonemas como garantia de acesso ao chamado “bastidor da política”.

Cabe destacar que é entre os diretores da RBS que a não divulgação do passado militante torna-se mais forte. São eles os que mais desvalorizam todo passado militante para atuação profissional. Isso quer dizer que há uma associação entre a negação do passado militante, a posição atual ocupada no jornalismo e a empresa à qual pertence o jornalista.

⁷⁰Ver tabelas em apêndice II.

Quanto mais alto o cargo, mais importantes são os contatos que precisa travar, e quanto mais alta a posição da empresa no ramo das comunicações maior será a convivência com setores sociais importantes representantes para a economia da empresa. Negar a militância partidária é uma questão de sobrevivência, para os jornalistas, no cargo que desempenham, na empresa ao qual estão vinculados e para a qual precisam prestar serviço.

Assim, o indicador de militância estudantil e partidária permite mostrar que os jornalistas que possuem uma intensa inserção em atividades militantes têm uma probabilidade menor de ascender a postos de direção no interior das redações. Além disso, quando o passado militante existe, ele precisa ser constantemente negado e relegado à condição menos importante para aquisição destes postos.

Já para os professores universitários e para aqueles que ocupam a função de dirigente em entidades sindicais, o relato das experiências no movimento estudantil e em partidos políticos, quando existe, apresenta-se de maneira diferente; sem a preocupação com o registro da informação e apontando para a importância que teve, tal inserção, em suas carreiras e em suas visões de mundo. Essas inserções não são apresentadas como prejudiciais ao exercício da profissão, nem para os critérios de objetividade e neutralidade jornalísticos. Ao contrário, tais inserções são vistas como qualidades que estão diretamente relacionadas à profissão, uma vez que o jornalista deve ser um “militante em todos os sentidos” que luta não só pela “veracidade” das informações que produz no interior das redações, como também luta em defesa da sociedade e da democracia. A inserção política e a militância, nesse caso, são vistas por esses jornalistas engajados como uma forma de contribuir para o exercício de um “comportamento crítico, transformador e inquieto”. Dos sete professores universitários considerados para essa análise, apenas um relatou não ter militância estudantil.

Por isso, constata-se que eles associam o trabalho jornalístico à preocupação em se colocar a serviço da construção política do país, contribuindo, ao mesmo tempo, para formação de uma opinião pública e de uma consciência nacional. O exercício do jornalismo, seja ele feito em jornais, rádios, televisões, seja em universidades na qualidade de professores, é apontado como um exercício transformador, cujo papel é provocar, por meio das notícias e das aulas, as mudanças sociais. Suas percepções do trabalho jornalístico colocam esse profissional numa posição ativa⁷¹, na qual a postura crítica e contestadora é essencial.

⁷¹O termo “posição ativa” é usado, nesta tese, tal como sugere Pécaut (1990) para explicitar uma ação diante da realidade, uma ação que implica em uma intervenção no real.

Mas, apesar da ampla inserção dos jornalistas no movimento estudantil e em partidos políticos, há uma forte diferença entre eles quanto às possibilidades e às estratégias de uso dessas inserções, cujo significado que lhes é atribuído é também variável de acordo com cada percurso profissional. Isso significa dizer que é necessário que ocorram determinadas condições sociais e concepções de jornalismo que dêem sentidos a esse tipo de vínculo.

5.1.6. Filiação Sindical e Associativa

A filiação sindical e associativa apresentou-se, entre os jornalistas considerados para essa análise, como um elemento importante que os aproxima, mas que também os diferencia. Em função da diversidade de entidades que agregam os jornalistas há uma relação entre entidade e posição ocupada no jornalismo. Dos 41 jornalistas considerados, quatro são filiados ao “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul” sem atuação destacada; 12 têm atuação destacada no interior de tal sindicato; três são apenas membros da “Associação Rio Grandense de Imprensa”; 12 são filiados ao sindicato, mas sem uma atuação e são também membros da ARI com alguma inserção em suas atividades; nove são desfiliaados ao sindicato e membros sócios da ARI. Têm-se então um total de 28 filiações ao sindicato e 24 associações a ARI, sendo que apenas 12 têm filiação nas duas entidades.

Esses dados mais gerais a respeito das inserções associativas precisam ser associados às funções desempenhadas pelos jornalistas e que tendem a se aproximar ou a se distanciar da filiação. Do conjunto dos nove jornalistas desfiliaados todos são diretores de jornalismo e oito atuam dentro da RBS, empresa com o maior número de desfiliação sindical de seus diretores. Dos 19 diretores e chefes de redação, 18 deles são sócios e membros da ARI, participando eventualmente das atividades dessa entidade, entidade que mais agrega os diretores de redação. Dos oito cargos de chefias de jornalismo da RBS, três deles já fizeram parte da ANJ. Um dos atuais cargos de direção de jornalismo da empresa é também diretor do comitê editorial da ANJ⁷². Fazem parte desse comitê os editores chefes e diretores de jornalismo de vários jornais do país.

Entretanto, é entre os professores universitários que se pode encontrar o maior índice de filiação sindical e participação ativa nessa entidade. Todos os coordenadores de curso e chefes de departamento de jornalismo são filiados ao sindicato dos jornalistas e do conjunto

⁷² O atual presidente da Associação nacional de Jornais é Nelson Sirotki Sobrinho, diretor-presidente da RBS.

de sete deles dois tem um atuação destacada dentro da entidade, compondo cargos, diretorias e participando de atividades da instituição.

Nesse caso, cabe acrescentar alguns dados, de nível nacional a respeito dos jornalistas que compõem a “Federação Nacional de Jornalistas”. Do total de 38 jornalistas que compõem a atual direção da FENAJ, 12 estão atuando, ou já atuaram, como professores, sendo que, desses 12, 4 fazem parte da direção executiva. Ainda é possível apontar que 24 restantes atuam, ou já atuaram, como assessores de imprensa. Do total do conjunto, todos já atuaram na imprensa cotidiana, seja como repórteres, seja como editores, mas apenas 10 ainda estão atuando na imprensa cotidiana. Incluem-se nesse conjunto uma série de jornalistas que realizam e desenvolvem pesquisas na área de comunicação seja por meio dos centros universitários em que trabalham, seja na coordenação de centros de pesquisas independentes.

Isso indica que há uma relação entre a atividade sindical e o exercício do jornalismo em diversos espaços, como assessorias de imprensa e universidades. Os militantes do jornalismo, por assim dizer, não estão, predominantemente, na imprensa cotidiana atuando como repórteres, editores ou chefes de redação, mas estão nas universidades, atuando como professores de cursos de jornalismo, e nas assessorias de imprensa, ou simultaneamente em assessorias e nas universidades.

5.1.7. Rendimentos e Faixas Salariais

Compondo o último tópico da caracterização geral dos jornalistas, trata-se de considerar o valor, em salários mínimos, recebido de acordo com a atual função desempenhada no jornalismo. Esses dados permitem fazer uma distinção entre os jornalistas, no que diz respeito aos seus rendimentos e o respectivo cargo que ocupam atualmente na atividade e considerar o veículo e a empresa aos quais estão vinculados. Portanto, tais dados permitem perceber quais são os postos mais valorizados em termos de retribuição econômica, uma vez que a distância entre os jornalistas é também fundada em uma hierarquia de salários.

Do conjunto dos casos considerados, observou-se que, na maioria dos cargos de chefia considerados, 22% dos jornalistas, recebe entre 30 e 35 salários mínimos⁷³, o que equivale a nove casos que recebem entre 9.000 e 10.500 reais. O posto mais valorizado, em termos de retribuição econômica, é o de diretor de redação ou jornalismo, podendo chegar a 15.000 reais dependendo da posição da empresa no conjunto das outras do mesmo ramo, seguido do de

⁷³Esse trabalho foi realizado no momento em que o salário mínimo correspondia a 300,00 reais.

coordenador de assessoria de imprensa que pode chegar a 13.000 reais. Esses cargos sofrem bastantes variações dependendo da empresa e do tipo de assessoria (pública ou privada). No caso do cargo de diretor de redação, a variação pode ir de 3.000 até 15.000 reais. A empresa que melhor retribui seus diretores é a RBS. Para o caso das assessorias, o destaque econômico é dado para as chefias de assessoria de imprensa e comunicação⁷⁴.

De acordo com os dados da FEE de 2004, a população que recebe mais de 20 salários mínimos representa menos de 1% da população do Brasil e 1% da população do Rio Grande do Sul⁷⁵. Isso indica que o grupo com o qual se está trabalhando representa, em termos estatísticos, menos de um por cento da população com rendimentos superiores a 20 salários. Além disso, o piso dos jornalistas definido pelo sindicato da categoria corresponde a 1.174.50 reais na capital e 955.10 reais no interior do estado. Assim, tanto num nível mais geral, como num nível mais específico, dentro do próprio jornalismo, esses jornalistas considerados destacam-se no que diz respeito à retribuição econômica.

Dos 19 diretores e chefes de redação considerados os dados revelam que: 9 recebem entre 30-40 salários mensais; 4 recebem entre 20-30, três entre 40-50, 1 entre 10-20, 1 menos de 10 e 1 mais de 50. Convém, aqui, uma diferenciação importante que está relacionada à empresa contratante e à emissora para o qual o jornalista presta serviço e ocupa uma posição. No caso dos diretores de jornalismo e editores-chefe, os salários mais altos, os quais correspondem são da RBS. Essa empresa, como dito anteriormente, ocupa também a posição mais alta se comparada com outras do mesmo ramo no estado do Rio Grande do Sul e possui um complexo de emissoras de rádio, canais de televisão aberto e fechado, jornais diários que ultrapassam a outras empresas de comunicação no estado e que permitem um rendimento mais elevado.

Quanto aos professores universitários a maioria recebe entre 20-25 (quatro casos de um total de sete). Cabe ressaltar que esse conjunto de quatro professores que recebem entre 20-25 possui o título de doutorado e os demais restantes não possuem tal título, e é, em função disso, que ocorre a diferença salarial.

Quanto aos assessores de imprensa a diferença salarial ocorre em função da empresa contratante. Os jornalistas que ocupam as posições de coordenadores e chefes de assessorias de comunicação e imprensa federais e estaduais (Assembléia Legislativa, Tribunal da Justiça) são os que possuem os maiores salários, entre 45 e 50 salários mínimos.

⁷⁴Ver tabela em apêndice II.

⁷⁵Ver tabela em anexo IV.

Nesse sentido, o valor declarado durante a entrevista varia conforme a posição ocupada no jornalismo (diretor, editor, editor chefe, coordenador de assessoria de comunicação, professores universitários), e conforme a empresa de comunicação considerada. Essas questões permitem perceber a retribuição econômica de determinadas funções e como as posições mais altas na hierarquia da redação e do jornalismo, no que diz respeito ao prestígio e ao grau de importância, correspondem à hierarquia salarial, compondo assim uma “elite” de jornalistas.

5.2. Origens Sociais, Militância Política e Investimentos nas Redações Jornalísticas

Esse capítulo apresentou algumas considerações importantes a respeito do conjunto dos recursos sociais que conduzem ao acesso a posições dirigentes e que podem ser obtidos pela posição de origem elevada, pelo exercício da militância e no interior das próprias redações. Nesse sentido, uma das questões que esses dados permitem levantar é que o valor real do título escolar é resultado da inserção dos jornalistas em esferas variadas. Há aqueles que articulam o título com as origens sociais altas para se inserirem no mercado jornalístico e conquistar postos; outros vinculam-no à inserção na militância estudantil e partidária, e há ainda aqueles que o associam às múltiplas inserções e ao investimento em relações no interior das redações. Assim, o título escolar não é o único título que permite conquistar uma posição de chefia no interior do jornalismo: o que garante o seu valor são essas múltiplas inserções. Nessa condição, ele representa apenas um título dentre muitos outros títulos, adquirindo importância na relação com esses no intuito de ter acesso às posições de chefia e comando.

Desse modo, é possível apontar para algumas estratégias que permitem a valorização dos títulos acadêmicos. Por um lado, para aquelas que associam vínculos de origens sociais ao diploma, assim, o diploma, em última instância, não é o principal recurso, pois o que conta, realmente, são os recursos oriundos da origem social alta, da formação escolar em escolas de prestígio, tais como “Colégio Anchieta”, “Nossa Senhora do Rosário”, e de viagens para o exterior, o que acarreta numa valorização dos recursos de origem familiar (econômicos e culturais). Além disso, para esse grupo destaca-se pouca importância para seu passado de militante estudantil e partidário e com alta taxa de desfiliação ao sindicato dos jornalistas.

Por outro lado, um conjunto de estratégias que não estão associadas diretamente à origem social alta, mas a um elevado recurso político adquirido através da inserção militante e político-partidário mobilizados para o acesso a posições e postos no jornalismo. O diploma adquire importância pela associação com a atuação no interior do movimento estudantil, de

sindicatos, partidos políticos. A recorrência ao discurso militante constitui-se como uma estratégia para valorizar o título acadêmico.

Contudo, não se pode esquecer da importância que adquire a redação jornalística para o crescimento na hierarquia interna da profissão. Para passar de repórter a editor ou chefe de redação, as redações se tornam espaços importantes para o jornalista fazer contatos, estabelecer vínculos e conquistar indicações que possam lhe permitir chegar às posições de chefia.

Este capítulo permite identificar que não são os critérios, nem as condições propriamente profissionais que se constituem em recursos únicos de entrada e ascensão profissional. As esferas em que se inserem os jornalistas e os respectivos recursos sociais são extremamente amplos e multidimensionais, baseados, sobretudo, em um capital de relações que inclui outros espaços sociais, sendo, portanto, externo à profissão. Os recursos que garantem a notabilidade advêm basicamente das origens familiares e da militância política, perpassando o universo das redações.

Entretanto, é preciso apontar as diferenças entre essas formas de apropriação de recursos de origem e militantes e verificar como esses recursos contribuem para modalidades diferentes de investimento no jornalismo. O que se percebe é que há uma variabilidade grande de uso desses recursos para entrada no jornalismo e crescimento na hierarquia interna. Portanto, o capítulo seguinte visa analisar como essas estratégias e esses recursos contribuem para ocupar posições diferenciadas no jornalismo, e quais são os padrões de arranjo das carreiras, as modalidades de associações e os recursos acumulados e as esferas sociais as quais estão relacionados.

CAPÍTULO VI: MODALIDADES DE INGRESSO E ASCENSÃO NA CARREIRA JORNALÍSTICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar as diferentes modalidades de associação e reconversão de recursos diversos em posições profissionais. No capítulo anterior, a preocupação central era a de demonstrar os recursos que se destacavam no jornalismo para ascensão profissional e em que espaços tais recursos eram obtidos. Neste momento, analisam-se os mecanismos que tornam os diversos recursos sociais e o recurso escolar rentável em termos profissionais.

A diferenciação entre os itinerários é resultado das escolhas individuais, mas tais escolhas possuem determinantes e bases sociais que precisam ser consideradas, como as origens sociais, a inserção em múltiplas esferas de sociabilidade e a própria inserção profissional. Trata-se de considerar aquilo que muitos autores chamam de “contingências” ou “circunstâncias de carreira” (GOFFMAN, 1996), ou seja, as situações ou as determinações sociais que permitiram o desenvolvimento e o encaminhamento de determinadas carreiras, tais como origens sociais, *status* sócio-econômicos, tipo de empresa a qual se insere um jornalista. Dito de outro modo são as circunstâncias que fazem com que o jornalista invista em determinado tipo de carreira jornalística e não em outro.

Tais circunstâncias podem estar associadas aos espaços sociais e às esferas de vida em que os indivíduos estão inseridos e que correspondem a espaços de sociabilidade (PASSY, 2005, FILLIEULE, 2001). A trajetória do indivíduo é composta por diferentes esferas de vida nas quais ele se insere. Dentre essas esferas, destacam-se a esfera do trabalho, da família ou afetiva, do engajamento e a própria esfera escolar. Uma esfera de vida é, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva, pois pode tanto ser considerada como um conjunto de interações concretas, contatos e laços que os indivíduos estabelecem, como pode corresponder a uma estrutura de sentido. Essas esferas estão em constante interação e não ocupam o mesmo lugar na vida dos sujeitos. A questão fundamental que se destaca para este capítulo é a de perceber em que medida as esferas possibilitam, enquanto espaços de sociabilidade, a acumulação de recursos, pelos contatos e pelas relações, e permitem a formação de determinadas concepções de jornalismo e de sociedade.

O capítulo anterior demonstrou que a família de origem, o movimento estudantil, os partidos políticos e os sindicatos, bem como as redações jornalísticas são as principais esferas de sociabilidade que permitem acumular um conjunto de recursos sociais passíveis de serem usados para justificar o crescimento na hierarquia do jornalismo, para recrutar e promover novos jornalistas e, além disso, para dar uma definição própria da atividade. Neste capítulo, a preocupação central consiste em demonstrar como esses recursos articulam-se e como isso forma certos padrões de investimento no jornalismo e nas carreiras profissionais. Desse modo, é possível apresentar tanto as condições de uso e as modalidades em que ocorre a reconversão de recursos diversos para entrada e ascensão no jornalismo, como as percepções de jornalismo e de sociedade.

A comparação das carreiras profissionais permite analisar as divisões do grupo, a hierarquização dos segmentos e as combinações entre os recursos de origem, aqueles obtidos pela militância político-partidária, e o crescimento na hierarquia do jornalismo, em seus postos e em seus cargos. Além disso, é preciso considerar o que representa, para cada padrão de investimento, a inserção em determinadas esferas sociais, e como a vinculação a essas esferas pode contribuir para formar uma visão a respeito do jornalismo. Um exemplo disso pode ser encontrado no capítulo anterior em que os jornalistas com forte inserção na militância estudantil, sindical e partidária definem o jornalismo como uma atividade transformadora. Assim, o militantismo não só contribui para a formação de uma rede de relações possíveis de serem mobilizadas em situações diversas, como predispõem a uma “visão militante do mundo” (GAXIE & OFFERLÉ, 1986).

Um dos problemas a serem tratados, neste capítulo, consiste na relação entre as formas de inserção dos jornalistas e os mecanismos de reconversão de recursos sociais em posições profissionais. Como se pode perceber no capítulo anterior, nas narrativas de vida profissional do conjunto dos jornalistas considerados, certas “qualidades pessoais” são apresentadas como justificativa para ascensão profissional e que legitimam a atual posição ocupada no jornalismo. Além disso, as definições dessas qualidades remetem às mais diversas esferas (universidade, sindicato, partidos políticos, redação jornalística, família) e aos recursos sociais (competência profissional, militância estudantil e partidária, formação cultural). Este capítulo parte, desse ponto, para analisar como essas “qualidades”, e recursos sociais, são utilizados para a inserção profissional e como isso corresponde a padrões de associações e a reconversões diversas, contribuindo para formar concepções distintas de sociedade e jornalismo.

O problema da reconversão dos recursos para atuação profissional remete à questão mais geral desta tese que implica em considerar em que medida o diploma se constitui como um recurso social e quais são as possibilidades de uso do título escolar para inserção profissional e atuação no jornalismo. Portanto, não se trata de afirmar que qualquer recurso, obtido na família, na militância, na escola ou nas redações jornalísticas, possa constituir-se explicitamente como um recurso relevante para inserção profissional, mas interessa compreender quais são as condições de sua reconversão e os significados que eles podem adquirir no decorrer da profissão. Do mesmo modo, é preciso considerar qual a combinação entre os diferentes recursos e que esferas de sociabilidade, além da escolar, são acionadas. Nenhum desses recursos é tomado individualmente, uma vez que eles só adquirem importância se associados com outros recursos.

Nesse sentido, mais do que o diploma, como um recurso determinante, trata-se de usos de títulos escolares em combinação com outras esferas de atuação. A problemática deste capítulo concerne à investigação das modalidades dessas associações e combinações. Tais combinações permitem perceber quais são os recursos que se tornam pertinentes para ascensão profissional no conjunto dos outros recursos acumulados e que são indispensáveis para compreender a trajetória desses jornalistas.

Há várias maneiras de explorar esse material. Para se apresentar as modalidades de carreiras, partiu-se dos padrões de investimentos e das principais formas de associação de recursos. Além disso, pesaram para essa abordagem as modalidades de carreiras, a formação do entrevistado e a correspondência ao grupo dos chamados “provisionados”, ou seja, aqueles jornalistas que exercem o jornalismo sem o diploma, e o pertencimento ao grupo dos diplomados. Tal separação permite mostrar se os recursos que dão origem a uma posição no jornalismo, e que permitem o crescimento interno, assemelham-se ou não e que modificações, em termos de acumulação de recursos sociais, a formação universitária em jornalismo e a obtenção do diploma provocaram. Na apresentação das modalidades, a comparação entre os casos tornou-se um procedimento importante na medida em que permitiu tornar explícitas certas características e mostrou que, mesmo dentro de uma modalidade, há arranjos diversos.

Nessa classificação do material, tornou-se relevante o problema da participação em esferas sociais que possibilitem a reconversão de vínculos de natureza diversa em recursos profissionais. A esfera escolar, nesse caso, representa uma das vias de acesso à carreira jornalística, isto é, um espaço a mais de sociabilidade que permite acumular um conjunto de títulos, dentre os quais, o diploma.

6.1. Jornalistas por “Vocação”: os profissionais autodidatas

Os casos seguintes merecem ser descritos por tratarem-se de jornalistas que não possuem diploma em jornalismo correspondendo ao chamado grupo dos “provisionados”. Os diferentes empregos e funções que desempenharam no jornalismo foram conquistados pela rede de relações construídas nas redações, reforçando a redação como um meio importante para o estabelecimento dessa rede de relações, o que é denominado entre os jornalistas como *network*. Esses casos também representam jornalistas que iniciaram suas carreiras em períodos em que a exigência do diploma não era requerida. Como priorizou-se para esta tese os jornalistas que atualmente ocupam cargos de chefia em setores diversos do jornalismo, os “provisionados” não correspondem à maioria, apenas quatro do conjunto dos sete jornalistas que não possuem diploma ainda estão atuando em setores do jornalismo. A condição atual desses jornalistas corresponde a: coordenador de assessoria de imprensa federal; assessor de imprensa da pró-reitoria de extensão da PUC; diretor de empresa de consultoria e assessoria jurídica de sua propriedade; presidente da ARI; diretor de jornalismo da TVE; diretor e proprietário de jornal de bairro; repórter aposentado.

A descrição das modalidades de carreira consiste nos casos que melhor representam a associação de recursos obtidos no interior das redações com recursos externos, seja no meio empresarial, seja na esfera da política. O investimento em espaços externos à redação é possibilitado pela inserção nos veículos a que estavam vinculados. Tais casos demonstram que as trajetórias profissionais dos “provisionados”, no que diz respeito ao acúmulo diversificado de recursos e a importância das redações para o estabelecimento de contatos externos ao jornalismo, assemelham-se àquelas que possuem o diploma.

O primeiro caso é o de um jornalista, atualmente com 72 anos de idade e 52 anos de jornalismo, que fez carreira no interior das redações de uma mesma empresa e que hoje escreve livros sobre os bastidores dos jornais, realiza oficinas de crônicas, desempenha atividades como colunista de diversos jornais e assessora a “Pró-reitoria de Cultura” da PUC. A questão que interessa saber é: como essas funções foram conquistadas e a importância que assume o tão chamado *network* para conquistar cargos e funções entre aqueles que não possuem diploma em jornalismo.

Sua carreira jornalística iniciou em 1954 quando tinha 20 anos de idade. Natural de Canoas, interior do estado do Rio Grande do Sul, oriundo de uma família com escassas condições econômicas, mãe costureira e pai operário, desde cedo precisou trabalhar. Em sua cidade natal, trabalhou em um banco e foi tipógrafo da “Escola La Salle”. Depois de servir ao

exército e sem nenhum emprego em vista, fundou, junto com outros amigos de escola um jornal denominado “A Expressão” que circulava a cada quinze dias. Nesse jornal, que durou aproximadamente cinco meses, começou a escrever sobre cinema. Com o término do jornal e diante da necessidade de um emprego, um dos seus amigos que trabalhava na “Revista do Globo”, da “Editora Globo”, em Porto Alegre indicou-lhe para uma vaga na redação do “Correio do Povo” no setor de esportes. A indicação do amigo permitiu-lhe ingressar na redação do referido jornal, no qual fez grande parte de sua carreira, e na “Revista do Globo” na qual começou a escrever matérias de esporte. Do setor de esporte do “Correio do Povo”, foi para o setor cultural, o de promoções, o de economia e o setor policial. Durante algum tempo, foi repórter esportivo e tinha atividades nesses outros setores, circulando por diversas seções do jornal, não permanecendo apenas em uma delas.

Depois de ingressar na redação do “Correio do Povo”, foi convidado para trabalhar também na “Rádio Guaíba” que estava sendo inaugurada. Nesse momento, já fazia matérias e algumas crônicas para o setor cultural do jornal. Em 1958, começou a atuar também no jornal “Folha da Tarde”, da mesma empresa do “Correio do Povo” e da “Rádio Guaíba”, ainda no setor de esporte, permanecendo nos dois jornais e na radio concomitantemente. O convite para atuar no jornal “Folha da Tarde” ocorreu em função da cobertura da copa do mundo, pois o jornal necessitava reforçar seu quadro de jornalistas para cobrir esse evento. Em 1960, deixou o setor de esporte e passou para o setor cultural e de promoções. O setor de promoções dizia respeito aos eventos promovidos pelo jornal e pela empresa e nessa atividade, foi quando passou a estabelecer contato com o espaço cultural da cidade de Porto Alegre. Nesse setor, realizou um concurso de bandas, de conjuntos musicais, promovendo apresentações coletivas de acordo com a escolha de um júri. Aos poucos, inseriu-se no setor cultural do jornal e atuou, simultaneamente, como assistente técnico da divisão de cultura da Secretaria de Educação e Cultura, cargo que obteve em razão dessa intensa atividade no setor cultural.

Logo passou a subchefe de reportagem do jornal, chefe de reportagem e, após doze anos na mesma empresa, já em 1967, foi convidado para ser secretário de redação do jornal “Folha da Tarde” onde permaneceu até 1971. Em função das crises internas sofridas no jornal ele foi transferido para o “Correio do Povo” como subchefe de redação e lá permaneceu até 1975. Nesse momento, começou sua carreira literária e também docente lecionando para o curso de jornalismo na Universidade de Caxias do Sul a convite de um professor que fora seu colega da redação do “Correio do Povo”. Permaneceu, durante quatro anos, nessa universidade ministrando disciplinas de teorias de comunicação. Mais tarde, assumiu a chefia

de redação do jornal “Folha da Manhã”, função que desempenhou até 1981. Retornou novamente para o jornal “Folha da Tarde”, porém numa posição mais alta: a de diretor de redação.

Em seguida, uma grave crise financeira afetou a empresa e os jornais saíram de circulação em 1984. Nesse período, saiu da empresa e criou, junto com outros colegas, uma assessoria de comunicação a qual editava também uma revista chamada “Signo Comunicação” que tinha como objetivo atuar na área do jornalismo, noticiando fatos para jornalistas. A empresa também prestava serviço de assessoria a outras empresas e, como ele mesmo afirmou em entrevista, ela surgiu em razão da “carteira de clientes boa” que havia conquistado e que era resultado da sua circulação em diversos espaços proporcionados pelo jornal.

Eu construí ao longo do tempo um certo nome na área jornalística. Então é natural que aparecesse oferecimentos, tu estás num coquetel ou num jogo de futebol, o cara te encontra: tu não quer fazer um trabalho para nós? É uma coisa mais ou menos assim (...). Alguns eram amigos outros eu nem conhecia, vinha por indicação de terceiros. Mas pessoas que a gente conhece no dia-a-dia (...). Uma coisa que veio crescendo junto, alguns casos eram pessoas que me conheciam, outros eram indicações de terceiros (entrevista 35).

A revista não deu certo, mas a empresa está no seu nome para facilitar o pagamento de palestras e crônicas que começou a escrever para jornais do interior nesse período. Sobre o acesso aos jornais e a possibilidade de publicar crônicas ele relata:

Porque eu tinha muitos amigos, né, feitos no jornalismo, e então eu me mantinha em contato com eles e quando a Caldas Júnior teve aquele problema seriíssimo alguns me acenaram com a possibilidade de eu ganhar uns trocos através dessas crônicas. Então foi assim (entrevista 35).

Atualmente, foi contratado, a convite do pró-reitor da PUC, para ser assessor cultural da Pró-reitoria de Extensão da referida universidade, setor no qual desenvolve promoções. Além disso, ele escreve para o “Grupo Sinos”, para o jornal “A Razão” de Santa Maria e para o jornal “Diário Popular” de Pelotas. Possui também um sítio com patrocínio da PUC. Tais atividades, segundo relato, surgem de convite em função dos anos em que trabalhou no jornal, os livros que escreveu e de sua notoriedade como jornalista e escritor. Já escreveu 10 livros e foi patrono da “Feira do Livro de Porto Alegre” em 2003.

(...) A minha atividade na área cultural no jornalismo sempre me aproximou muito do livro e como eu já tinha vários livros publicados, alguns com bastante repercussão, digamos assim, houve um momento em que se lembraram do meu

nome. Eu fui incluído nos 10 patroneáveis (...) e no ano de 2003 votaram em mim (...) Eu já tinha sido patrono de várias feiras do interior, Canoas, minha terra natal, Guaíba, onde eu moro (entrevista 35).

Isso significa que a própria atividade no jornal, sobretudo no setor cultural, fez com que se aproximasse desse universo, facilitando, inclusive, a publicação de seus livros, uma vez que sua atividade o aproximava de editoras e de livrarias. A atuação nas redações, e, em seu caso, no setor de cultura e de promoções, permitiu estreitar contato com certas pessoas da cena cultural, assim como políticos e empresários. Tais contatos eram intensificados em coquetéis, em reuniões e em eventos diversos em que participava representando o jornal na qualidade de jornalista. Além disso, o próprio jornal contava com a presença de muitos políticos e empresários que, quando não eram fontes de matérias, freqüentavam as redações e a sala do proprietário.

Durante a atividade no jornal, inseriu-se na ARI, no momento em que o presidente desta entidade era seu colega de redação. Hoje, é membro do conselho deliberativo da entidade. Atuou também, na qualidade de presidente da “Associação dos Amigos da Casa de Cultura Mário Quinta”, de 1986 a 1990, e da “Associação dos Amigos do Museu de Comunicação Social”, de 1993 a 1997, por convite dos membros da diretoria para assumir a presidência.

Uma outra variação dessa mesma modalidade pode ser encontrada através do percurso profissional do atual coordenador de assessoria federal. Esse jornalista iniciou sua carreira profissional nas redações das rádios da cidade de Santa Maria no final da década de 1960. Originário de uma família cujos recursos econômicos eram insuficientes, pai leiteiro e mãe professora primária municipal, descobriu sua “vocação” para o jornalismo quando criança por meio do contato com rádio, muito utilizado por seu pai para ouvir o noticiário, e por meio da escola que promovia atividades como jornal-mural e torneio de leituras na rádio local. Natural de Lagoa Vermelha, foi morar em Santa Maria para fazer o segundo grau em uma escola técnica agrícola vinculada à Universidade Federal de Santa Maria. Lá começou a trabalhar, para ajudar no sustento, numa rádio como locutor de futebol e repórter esportivo, emprego que conquistou por meio de um colega da escola que já trabalhava nessa rádio. Depois de formado na escola técnica, ingressou na faculdade de agronomia, curso que não concluiu, pois não tinha como conciliar a faculdade com o jornalismo. Nesse momento já estava trabalhando no jornalismo em diversos setores: agência de propaganda fazendo os programas da agência, produzindo eventos e promoções para empresas, na rádio, no jornal “A Razão” e como correspondente da “Caldas Júnior”.

Esses empregos foram sendo conquistados pelos contatos internos à redação da rádio, primeiro local em que se inseriu no jornalismo.

(...) Com esse trabalho na rádio o cara da agência me perguntou: tu não quer fazer os programas da agência? Eu disse, era domingo, não tem problema domingo para mim é ótimo. Aí da agência eu passei para parte de criação, aí eu fiz um contato com um cara que era cliente (...) e aí tu vai pegando, vai indicando (entrevista 29).

Um dos seus colegas da rádio, que cobria o setor de esportes do jornal “A Razão”, necessitava de alguém para substituí-lo durante as férias e indicou-o para tanto. Inicialmente, o objetivo era somente o de cobrir as férias do colega, mas, terminada essa tarefa, o jornal convidou-o para continuar trabalhando. Essa atividade no jornal “A Razão” possibilitou-lhe um contato com um dos correspondentes da “Caldas Júnior” que atuava no jornal e que lhe convidou para ser correspondente esportivo da referida empresa.

Mais tarde, um dos seus colegas do Jornal “A Razão” comprou uma estação de rádio e convidou-o para montar o departamento de notícias da rádio. Permaneceu nessa rádio ao mesmo tempo em que era correspondente da “Caldas Júnior”. Na “Caldas Júnior”, foi convidado para trabalhar na redação do jornal ‘Folha da Tarde’ em Porto Alegre cujo convite aceitou para início do trabalho no setor de esporte. Após tal convite, também passou a trabalhar para “Rádio Guaíba” e a escrever matérias, nos finais de semana, para o “Correio do Povo”, empresa na qual chegou a chefe de reportagem e editor. Além do setor de esporte, também atuou no setor de política, no período de eleições, momento em que o jornal precisa reforçar seu quadro de repórteres para cobrir esse evento.

Na década de 1980, a TVE estava montando um setor de esportes e, como havia sido setorista do grêmio no jornal “Correio do Povo”, foi convidado, por um colega de redação, para atuar no jornalismo esportivo televisivo. Alguns meses depois de ter aceito tal convite da TVE, duas novas solicitações lhe foram feitas: uma delas por um deputado federal de Santa Maria, o qual já o conhecia como fonte quando havia trabalhado na rádio dessa cidade, a outra partiu do governo estadual para trabalhar no setor de imprensa e rádio do Palácio Piratini. A solicitação do governo estadual, a qual partiu também de colegas do meio jornalístico, o levou a ser transferido da TVE, canal no qual estava atuando, para o setor de imprensa do Palácio Piratini. Portanto, ficou, ao mesmo tempo, na “Rádio Guaíba”, no Palácio Piratini e na Assembléia Legislativa. Porém, com a crise financeira da “Caldas Júnior” a equipe jornalística da “Rádio Guaíba” foi para “Rádio Pampa”, emissora na qual atuou. Mais tarde abandonou o trabalho na Assembléia, onde ficou aproximadamente um ano, e retornou para

“Rádio Guaíba”. Com a mudança de governador em 1994, retornou à TVE, saindo assim do Palácio. Nesse momento, prestou uma assessoria para o Tribunal Regional Eleitoral durante três meses a convite do desembargador que o conhecia como fonte quando fazia entrevistas para “Rádio Guaíba” durante a cobertura das eleições.

Em seguida, foi convidado pelo governador Antônio Brito, para ser mestre de cerimônias do Palácio Piratini. Além disso, nesse mesmo período recebeu o convite do secretário de comunicação para atuar no setor de jornalismo do Palácio. O governador havia sido seu chefe na “Caldas Júnior”, assim como o secretário de comunicação que havia sido seu colega na mesma empresa. Mais tarde, o mesmo desembargador que o solicitou para fazer uma assessoria de três meses convidou-o para ser assessor do Tribunal Regional Eleitoral. Nesse momento continuou apresentando programas na “Rádio Guaíba”, fazia alguns editoriais para o “Correio do Povo” e eventualmente atuava como mestre de cerimônias do Palácio Piratini.

Diante da dificuldade de conciliar tantas atividades, largou o Palácio Piratini, permanecendo apenas no Tribunal Regional Eleitoral e, eventualmente, na “Rádio Guaíba”. Em 2001, assessorou a campanha de um desembargador, o mesmo que o convidou para ir para o Tribunal Regional Eleitoral, no Tribunal de Justiça. Tal desembargador ganhou as eleições e, em função disso, desencadeou um processo de transferência desse jornalista para o Tribunal de Justiça, no qual trabalha. Sua intensa rede de contatos proporcionados pelo investimento nas redações, também lhe renderam a realização de outras atividades, como promoção de eventos para empresas e para o Ministério Público.

Seus contatos ampliaram-se devido a sua atuação no jornal e devido ao fato de atuar como mestre de cerimônias, pois nessa atividade circula-se muito no meio de empresários e políticos, o que possibilita conhecer um maior número de pessoas e ampliar os contatos. O que caracteriza essa modalidade de carreira é a atuação em uma série de atividades jornalísticas possibilitadas por uma rede de contatos: o jornalista não fica restrito apenas a uma atividade, mas a várias ao mesmo tempo. O que importa, para conquistar novas posições, é com quem se faz contato. Assim, estar numa editoria de política ou cobrir eleições representa um contingente desse tipo de carreira, uma circunstância que permite o contato com certos grupos, políticos, empresários, que podem resultar em uma assessoria, e em outras atividades.

Apesar de ser favorável à exigência do diploma, para esse jornalista a universidade apenas fornece a habilitação formal, mas não qualifica, o que faz o jornalista é a atuação nas redações dos jornais, das rádios, das revistas, da televisão.

Esses dois casos representam uma modalidade de recursos cuja base principal vem das redações dos jornais e dos veículos para os quais trabalharam. É no interior desse espaço que os contatos externos estabelecem-se e os convites e as ofertas de empregos aparecem. A redação oferece recursos que são convertidos para atuação em outras esferas, como a política na qualidade de assessor de secretaria, assessor do ministério e assessorias particulares, além de proporcionar o acesso a outros veículos e jornais. Os casos seguintes representam modalidades cujos recursos são obtidos por meio da associação com as origens familiares, por meio das redações e dos vínculos político-partidários.

Esse é o caso de um jornalista, atualmente aposentado, com 75 anos de idade que dirige uma consultoria jurídica juntamente com seu filho na cidade de Porto Alegre. Formado em Direito e originário de uma família de juristas e desembargadores do Piauí, começou sua carreira como jornalista em 1946 no Rio de Janeiro na qualidade de repórter auxiliar, cidade onde iniciou seu curso de Direito. Tal emprego foi conquistado por meio de seu irmão que também era jornalista e cronista político, que o indicou para uma vaga em um dos jornais da cidade. Seu irmão, que mais tarde se tornaria secretário de imprensa no governo de Jânio Quadros, atuava em vários jornais do Rio de Janeiro, inclusive na revista “O Cruzeiro”, a qual fazia parte do grupo “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand, um dos magnatas da comunicação no Brasil que, na época, representava a grande potência das comunicações. Na década de 1940, essa revista despontou no cenário editorial, representando uma das mais conceituadas no jornalismo, definindo estilo de reportagem e técnicas jornalísticas. Na década de 1950 seu irmão já era o principal articulista da seção de política da revista, além de trabalhar em outros jornais do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2001).

Aos 17 anos, em 1946, começou sua carreira, inicialmente, como repórter auxiliar cobrindo matérias policiais e, mais tarde, cobrindo o setor da Câmara dos deputados investindo no jornalismo político, no qual permaneceu grande parte de sua carreira. Concomitantemente ao curso de Direito, iniciou a faculdade de jornalismo, mas não a concluiu. Nesse momento, prestou concurso para o cargo de escrivão com vaga no Rio Grande do Sul, sendo aprovado teve de se mudar em 1949 para Porto Alegre. Nessa cidade concluiu a faculdade de Direito e estreitou relações com alguns políticos da época: Leonel Brizola. Os contatos com o Brizola e com o trabalhismo foram intensificados no período em

que estava na faculdade de Direito e no jornal “Correio do Povo”, no qual por meio de Arlindo Pasqualini, jornalista irmão de Alberto Pasqualini, começou seu contato com o “trabalhismo”. Arlindo Pasqualini havia sido seu chefe no jornal “Folha da Tarde”, no qual foi diretor de redação durante 28 anos.

Sua entrada no jornal “Correio do Povo” foi proporcionada por um jornalista da empresa que era amigo de seu irmão e que freqüentava sua casa em Teresina. Nesse momento, o jornal o “Correio do Povo” era um dos jornais mais conceituados do estado e contava com um público consolidado. Na tentativa de conseguir alguma vaga no jornalismo, contactou tal amigo que o levou para uma conversa com o secretário de redação do jornal. O contato não resultou no emprego efetivamente, mas permitiu uma aproximação com os outros jornais da empresa. Em seguida, conquistou a função de repórter no jornal “Folha da Tarde”, inicialmente, recebia por matéria publicada e mais tarde foi efetivado. Na “Caldas Júnior” permaneceu de 1949 até 1969.

Concomitantemente a atividade de repórter de política, trabalhava como escrivão e fazia a faculdade de Direito. Depois de formado, prestou concurso para procurador da república e foi aprovado. Em 1961, além de repórter político do jornal “Folha da Tarde” acumulou a função de correspondente no Rio Grande do Sul do “Jornal do Brasil”, jornal no qual seu irmão assinava uma coluna de política. Anos mais tarde, em 1964, assumiu a direção da sucursal do “Jornal do Brasil” instalada em Porto Alegre. A partir de 1969, passou a dedicar-se somente ao “Jornal do Brasil”, deixando as atividades da “Caldas Júnior”. O investimento nesse jornal rendeu-lhe em 1979 a direção da “Rádio Cidade”, do mesmo grupo, e em 1984 foi promovido ao cargo de diretor regional do JB, que compreendia os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Em 1988, com a extinção das diretorias regionais do Jornal do Brasil, aposentou-se e passou a dedicar-se a outras atividades. Nesse momento, fundou uma assessoria de imprensa com a finalidade de prestar serviço a políticos e fazer campanhas eleitorais. Um dos primeiros trabalhos da empresa foi a campanha de Alceu Collares, do PDT, para governador do estado, político que ele já conhecia do meio jornalístico. Com a vitória do candidato, foi convidado para atuar no governo na secretaria de comunicação, no qual ficou por dois anos.

Apesar de não ter filiação partidária, sua relação com o PDT deu-se em função da sua atividade como repórter político, o que lhe permitiu uma aproximação com o universo político e com os partidos. Porém, deu-se também em função de sua afinidade política com o trabalhismo e com os líderes do trabalhismo e do PTB. O PDT na sua origem tem uma

vinculação com o trabalhismo, pois foi criado por Leonel Brizola, em 1979, com o intuito de reativar o antigo PTB. No momento em que era repórter político do jornal “Correio do Povo” e da “Rádio Guaíba”, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul pelo PTB, assumiu o controle dessa rádio e instaurou o movimento pela Legalidade, o que mobilizou grande parte dos jornalistas da referida empresa⁷⁶.

Ao mesmo tempo em que acumulava funções no jornalismo e no Direito como procurador, participava também da ARI, do sindicato e da FENAJ. Sem filiação a partidos políticos afirma que sua relação com a política ocorria em função da sua atividade no jornal e das afinidades com certos partidos políticos, sobretudo com o PTB.

A atuação na editoria de política permitiu-lhe acumular um capital de relações com os homens políticos, ampliado e intensificado pela sua participação na ARI, no sindicato e na FENAJ, conforme relata sua experiência em editorias de política:

(...) O jornalismo era um meio de conhecer pessoas importantes (...). E ainda é. (...) Eu me dava com todo mundo. A minha atividade é que eu também era importante. (...). Eu cansei de ouvir confidência de político, cansei de ouvir conversa de governadores e eu sabia o que eu podia publicar e o que não podia e eles confiavam em mim. Eles não me pediam para não dar, eu que era o juiz. Daí vem a respeitabilidade, credibilidade (entrevista 9).

Tais contatos, favorecidos pela função, permitiam-lhe uma aproximação com os políticos e ao mesmo tempo uma relação de confiança, contanto que soubesse o que poderia ou não publicar. Em seu livro, publicado recentemente, ele conta o acesso que teve aos bastidores da política em função da atividade como repórter de política, a qual exerceu durante 20 anos e mostra fotos ao lado de governadores e presidentes da república. Essa relação de confiança permitia que, em determinadas situações, como nos encontros de jornalista, na presidência da FENAJ, do sindicato, no contexto da ditadura, fizesse a função de mediador entre a categoria e os governadores, presidentes e políticos em geral. Além disso, favoreceram sua lista de possíveis clientes na assessoria de imprensa que fundou.

Sua inserção no sindicato ocorreu durante a atividade no jornalismo, mas a presidência aconteceu em 1964, momento em que os sindicatos sofreram a intervenção do governo federal. Após a intervenção, foram determinadas as eleições no sindicato para regular a situação. O momento era de tensão e as duas chapas candidatas à diretoria não queriam se

⁷⁶ O movimento em favor da Legalidade tinha como objetivo garantir a posse de João Goulart, vice-presidente da República, quando da renúncia de Jânio Quadros. Para manter esse movimento, Brizola assumiu o controle da “Rádio Guaíba” e exigiu que os seus funcionários fossem colocados à disposição da administração estadual. Sobre a ilustração da relação dos jornalistas de política com o universo da política, ver fotos em anexo V.

submeter às exigências do governo ditatorial. Em função dessa situação crítica, esse jornalista foi escolhido, para mediar a situação entre o governo e o sindicato, uma vez que era repórter de política e, em função disso, estabelecia relações amistosas com os homens do governo. Essa situação rendeu-lhe a presidência da entidade. As duas chapas renunciaram e o elegeram como candidato único. Mais tarde, depois de um ano e meio na presidência do sindicato, presidiu a FENAJ. No momento em que presidiu a FENAJ, promoveu os debates em torno da regulamentação da profissão, fazendo contato com lideranças políticas, deputados e o ministro do trabalho. Antes da regulamentação da profissão acontecer com o decreto de 1969, uma situação tensa, entre o governo, na figura do ministro do trabalho, e o presidente da FENAJ, instaurou-se durante um dos congressos dos jornalistas realizado em Teresina, sua cidade natal. Tal situação foi contornada pelos contatos já estabelecidos com o governador do Piauí, promovidos pela sua família.

Abriu o congresso, o ministro do trabalho, que é praxe, eu falei, falou o governador do Estado, que era meu conhecido, eu sou piauiense (...) Era meu conhecido, se dava com a minha família, e o Passarinho, ministro do trabalho, disse algumas coisas que eu achava que tinham que ser respondidas.(...) Eu, no meu no meu discurso, cobrei a regulamentação e cobrei a falta de liberdade. E aí ele quis defender a falta de liberdade e eu antes de encerrar, que não era para falar, falei de novo, deu o maior rolo, (risos) porque eu falei e encerrei também, eu era o presidente do congresso, encerrei e tal, e aquele mal-estar. E o governador é que ficou chateado, aí quando eu ia saindo, recebi um recado do governador que queria falar comigo. Eu fui lá ele disse: você vai jantar comigo hoje lá no palácio, eu convidei o ministro para jantar com a gente lá, para acabar com esse mal entendido. Tá. Tudo bem. Eu sou um homem civilizado, eu não mordo não (risos). Ai houve o famoso jantar. Nesse jantar ele se queixou de mim dizendo que fui muito virulento. Disse que não fui virulento, que só defendo com ardor as coisas que eu acredito, que não é justo essa categoria profissional que esteja lutando tantos anos para regulamentar a profissão e não consiga. O senhor tanto considera justo que me prometeu que ia falar com os líderes do governo e falou. Ele disse: eu conheço o projeto, só que tem coisas que nem que eu queira dar eu posso. (...) Peguei o projeto da pasta e disse vamos ver o que o senhor não pode dar. Ele disse isso, isso e isso. E o resto? O resto eu posso dar. Eu disse, eu acredito na sua palavra, eu vou esperar (...) Ele disse que aquilo não podia dar, eu aceito o que pode dar, para depois quando puder brigar por essas outras coisas eu vou brigar. Não podia ser intransigente, eu não tinha nada, ele tava acenando com alguma coisa (risos) e assim foi feito. Mas naquela época o congresso ainda estava aberto. Quando fecharam o congresso aí, acabou, não tem congresso para votar (...) mas o Passarinho foi o único que foi mantido no ministério. Aí um mês depois eu recebi um telegrama confirmando o compromisso (entrevista 9).

O “famoso jantar”, como se refere o jornalista, o qual permitiu que o projeto fosse aceito e regulamentado por decreto-lei, foi organizado através desses contatos que favoreceram a aproximação com o Ministro do Trabalho, pois tal governador havia sido colega do seu irmão e amigo pessoal.

As relações proporcionadas pela sua família, sobretudo pelo seu irmão, não lhe renderam apenas o primeiro emprego como jornalista, mas também o contato inicial com o jornalismo em Porto Alegre e mais tarde uma proximidade com políticos que lhe fora muito útil na presidência da “Federação Nacional dos Jornalistas”.

Nota-se que, nesse caso, um conjunto de recursos muito variados estão associados. Há, por um lado, os recursos familiares, sobretudo no que diz respeito os contatos proporcionados pelo irmão reconvertidos para atuação no jornalismo, por outro lado, há aqueles obtidos pela inserção nas editoriais de política e que resultaram em contatos com políticos e partidos formando uma rede ampla de relações com esse universo. Os vínculos foram reconvertidos tanto para sua atuação na esfera sindical, rendendo-lhe uma posição de chefia no sindicato dos jornalistas no momento da ditadura militar e mais tarde na Federação Nacional dos Jornalistas, como para sua atuação no jornalismo e em cargos políticos.

O último caso desse conjunto de jornalistas sem formação superior é o de um jornalista, com 71 anos de idade e que atualmente é diretor de jornalismo de uma empresa pública de televisão. Sua trajetória é a marca da associação de recursos obtidos pela inserção em partidos políticos e pelo intenso investimento nas redações dos veículos, o que lhe proporcionou uma ampla rede de contatos.

Natural de Passo Fundo, chegou a capital gaúcha com 15 anos de idade com a intenção de estudar. Em Porto Alegre, conclui seus estudos secundaristas, prestou serviço militar e começou a trabalhar no jornalismo. Seu ingresso no jornalismo ocorreu no jornal “Clarín”, em 1955, por indicação de um colega do exército que trabalhava em um outro diário, mas que era amigo pessoal do diretor do “Clarín”. Nesse jornal, que pertencia a Leonel Brizola, cobria o setor de sindicatos e permaneceu por um ano até o jornal ser extinto. Do “Clarín” foi para o jornal “A Hora”, em seguida “Ultima Hora” e diversos outros veículos da capital, postos que conquistou através de colegas e amigos feitos nas redações de outros jornais e veículos. Durante sua vida profissional, sempre teve dois empregos simultâneos, muitas vezes em empresas diferentes e veículos diferentes como rádio, televisão e jornal, com uma grande circulação no espaço jornalístico. Durante toda sua carreira, atuou na editoria de política, inicialmente como repórter e, mais tarde, como editor. Em 1964, com o golpe militar, afastou-se do setor de política e foi atuar como chefe de reportagem na “Rádio Gaúcha”, a convite de um colega de jornalismo. Na “Gaúcha”, ficou de 1964 até 1969, passando em seguida para o jornal “Zero Hora”, pertencente à mesma empresa. Mais tarde, foi para “TV Difusora”, de

uma congregação católica, coordenar o jornalismo. Retornando à “Gaúcha” passou a coordenar o jornalismo na TV e na rádio ao mesmo tempo.

No final da década de 1980, saiu dos jornais e dos veículos para os quais trabalhava e foi fazer a campanha do candidato Alceu Collares para governador, na qualidade de coordenador dos programas de rádio e televisão. Com a vitória do seu candidato foi convidado a assumir a secretaria de comunicação onde ficou durante três anos (de 1990 até 1993). Sua relação com os partidos políticos, em especial o PDT, ocorreu em função de sua atividade como repórter político e em razão da filiação. Filiado ao PDT desde sua criação, em 1979, chegou a ser membro do diretório regional, cargo que abandonou recentemente em função da coluna política que escreve para um dos jornais da capital. Além disso, é também conselheiro da ARI entidade de que participa desde o momento em que entrou no jornalismo.

Mais tarde, em 1997, assessorou um candidato, seu amigo pessoal, para Assembléia Legislativa. Em 1998, foi convidado por um antigo colega de redação, hoje diretor de redação do “Jornal do Comércio”, para escrever uma coluna de política nesse jornal. Em seguida, recebeu um convite de outro colega de redação e da atividade política, Ibsen Pinheiro, para dirigir o jornalismo na TVE. Embora Ibsen Pinheiro seja do PMDB e não do PDT, a indicação para o cargo ocorreu em função do contato que esse jornalista tem com o jornalismo e com a política. Um “conhecimento” tanto das pessoas do meio jornalístico como do universo da política resultou em um cargo de chefia numa empresa pública. Nesse caso, as relações estabelecidas nas redações, sobretudo com os políticos, são intensificadas através da filiação e militância partidária.

Essa modalidade permite mostrar a importância das relações estabelecidas em diversos espaços sociais, sobretudo no universo das redações, da família e dos partidos políticos. As relações estabelecidas nesses espaços são convertidas para atuação em outros jornais e veículos, assim como também para atuação no meio político, na qualidade de assessor de imprensa e comunicação. Nos dois primeiros casos, a falta do diploma é compensada pelos vínculos proporcionados pelo intenso trabalho de investimento nos contatos internos e externos das redações. Como nesses casos as relações que permitiram a entrada no jornalismo são mais escassas, é preciso investir intensamente naquilo que as redações proporcionam. A redação constitui-se como o espaço principal de formação de uma rede de relações que permitem ampliar as formas de atuação profissional. Já nos dois últimos casos, a ausência do diploma de nível superior em jornalismo é contrabalanceada pelos vínculos familiares, pela inserção em partidos políticos e pelo investimento nas redações. Esses contatos são

constantemente reforçados no trabalho diário das redações e reconvertidos em formas de intervenção e atuação profissional em diferentes espaços sociais, como os partidos políticos, outros jornais, governos, etc.

6.2. Jornalistas por “Formação”: o lugar do título escolar

Enquanto na modalidade anterior mostrou-se a base dos recursos que permitem aos jornalistas que não tem formação superior em jornalismo atingirem uma posição de destaque na profissão, nesta modalidade, o objetivo consiste em mostrar em que medida o título escolar compõe essa base de recursos e como ele se combina com outros adquiridos durante o trajeto social. Para isso, três grandes padrões de associação mostraram-se pertinentes: 1) combinação entre as origens sociais, ou a “cultura trazida de casa” como preferem denominar os jornalistas que nesse modelo se encaixam, e os recursos escolares e profissionais, correspondendo a um total de 11 casos dos 34 entrevistados que possuem diploma; 2) combinação principal entre os recursos obtidos nas redações e aqueles proporcionados pela academia, correspondendo a um total de 12 casos; 3) representação daqueles que associam militância política e partidária, investimento interno ao jornalismo e formação escolar, correspondendo a 11 casos do total de 34. Esses padrões, e suas respectivas subdivisões, serão explorados nos tópicos seguintes deste capítulo, com intuito de demonstrar os casos mais representativos das referidas associações.

6.2.1. Origens Sociais e Rede de Relações

Este tópico representa o primeiro padrão de associação mencionado anteriormente, qual seja, a associação entre um investimento interno ao jornalismo, formação escolar e origens sociais elevadas para entrada e para a ascensão na carreira jornalística. Esse tipo de modalidade de investimento no jornalismo é característico daqueles que fizeram carreira em redações jornalísticas, seja em rádio, em televisão, em jornal ou em revista, crescendo na hierarquia interna das redações: repórter, redator, editor, editor-chefe, chefe de redação, diretor de redação. Seus trajetos profissionais consistem numa sucessão de posições no interior das redações. Apesar das diferenças inerentes ao jornalismo de rádio, de televisão, de revista e o jornalismo impresso, é possível agrupar esses jornalistas, uma vez que, nessa modalidade, podemos encontrar recursos acumulados que se aproximam e que estão relacionados com o exercício do jornalismo em redação de jornais, rádios, televisões e revistas.

Por um lado, em muitos desses casos, essas origens elevadas possibilitaram um primeiro contato com o universo jornalístico, servindo assim como um recurso de acesso ao meio. Por outro lado, as percepções que se têm das origens sociais elevadas, de maneira geral, e a valorização atribuída a alguém que estudou em escolas particulares de prestígio da capital do estado, como a “Escola Nossa Senhora do Rosário”, ou que fez intercâmbio e viagens ao exterior, revelam a valorização de certos recursos que podem ser obtidos principalmente por uma posição de origem elevada. A transmissão da herança familiar ocorre mediante diversos tipos de capital, como o econômico, através do patrimônio e bens materiais; cultural, possibilitando acesso a escolas de prestígio e consumo de bens culturais (cinema, teatro, revistas, jornais); simbólico, através do prestígio e consagração social, possibilitado pela posição de origem e também o capital social através de uma rede de relações com pessoas de prestígio.

Serão tomados alguns casos mais ilustrativos do conjunto dos analisados para demonstrar de que forma as origens sociais elevadas tornam-se trunfos no acesso ao jornalismo e a ascensão profissional. Um desses casos é o de um dos diretores de jornalismo responsável pela redação dos jornais televisivos e pela programação de uma das maiores empresas de comunicação da América Latina e a maior empresa do ramo no Rio Grande do Sul. Seu itinerário permite vislumbrar a relação entre origens sociais, formação escolar e inserção profissional.

Nascido na capital do estado, esse jornalista vem de uma família, do interior do Rio Grande do Sul, de fazendeiros, de médicos, de militares, de empresários e de alguns políticos. Do lado materno, avós e tios fazendeiros e médicos. Seu avô materno era médico e seu bisavô fazendeiro, segundo ele, um fazendeiro que falava quatro línguas, o que já de início demonstra acesso das gerações mais antigas da família à cultura. Do lado paterno, militares, empresários e alguns tios políticos, que conquistaram inclusive o posto de Ministros de Estado⁷⁷. Com nove anos de idade já havia viajado para fora do país e conhecido a Disneyland World. Sua formação escolar ocorreu em uma escola apenas: “Nossa Senhora do Rosário”, escola marista da capital, onde haviam estudado seu pai, seu avô e seu bisavô.

Cursou a graduação em jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul concomitante ao curso de Direito na Universidade Luterana do Brasil, esse último não concluído. Durante seu curso de jornalismo, nos dois primeiros anos, participou das atividades do diretório acadêmico da PUC na qualidade de dirigente e de coordenador e do

⁷⁷Primo de Paulo Renato, Ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso.

centro acadêmico do curso de jornalismo dessa universidade, momento em que também exerceu militância político-partidária. O abandono de tal militância aparece associado, em seus relatos, à entrada no mercado jornalístico e ao exercício da profissão, afirmando que militância política e jornalismo são duas atividades incompatíveis. Em um dos seus relatos, logo abaixo mencionado, ele conta que quando começou a exercer o jornalismo “abriu os olhos” e citou um exemplo:

(...). Conhece aquela piada dos cachorrinhos? Diz que um dia uma professora daquelas bem militantes, chegou e disse assim: e daí Zezinho nasceram teus cachorrinhos? Nasceram, professora. Quantos são? São 10. Como é o nome deles? Ah, o nome é PT1, PT2, PT3, PT4. Ah! que maravilha. Foi na reunião do partido, contou para todo mundo, todo mundo ficou extasiado e aí chamaram o Olívio. Vamos apresentar para o governador. E aí Zezinho verdade dos cachorrinhos? O Zezinho disse. Verdade. E o governador perguntou e como é o nome deles? Não sei, estão sem nome. Mas como estão sem nome, não era PT1, PT2? Não governador é que eles já abriram os olhos. Eles já abriram os olhos, não dá para ser PT (risadas...) Foi o que aconteceu comigo. (...) Não consigo acreditar no centralismo democrático (...) Jornalista não pode ter militância, não pode ser filiado a partido. (entrevista 27).

A percepção da militância necessitou de um novo redirecionamento e precisou ser repensada a partir do momento em que se inseriu no mercado de trabalho jornalístico e se distanciou do movimento estudantil. Tal redirecionamento levou-o a negar a própria inserção na esfera da militância político-partidária e a dar uma nova definição ao trabalho jornalístico que incluía isenção, objetividade e nenhuma forma de inserção político partidário, nem mesmo as formas diversificadas que podem conduzir ao associativismo. Caso essas práticas político-partidárias sejam exercidas precisam ser ocultadas, o que por si só pode gerar um perigo para aqueles que ocupam cargos de direção, como é o seu caso. Para tanto, citou como exemplo o fato de que ninguém sabe que ele, atualmente, ajuda uma entidade para menores, pois isso poderia provocar entidades diversas a tentar um auxílio da empresa ou ser usado contra ele por outros jornais na concorrência. Além do auxílio a essa entidade, afirma que sua participação está mais voltada para os projetos de responsabilidade social promovidos pela empresa, com os quais se envolve diretamente.

Contudo, é preciso considerar que as experiências passadas são interpretadas à luz da situação atual em que se encontra o ator social, visto que nunca se volta a uma situação vivida (PASSY, 2005). Isso significa dizer que a atual posição ocupada no jornalismo (diretor) exige certas atitudes que predisõem a reconstruir o sentido do engajamento estudantil e partidário. É preciso considerar ainda que o afastamento do centro acadêmico e do partido político no momento da entrada no mercado do trabalho o fez ativar novos contatos no interior das

redações e desativar os antigos, deixando o engajamento estudantil e partidário de ocupar um lugar de destaque na sua vida. Sua atividade militante durou apenas o período da graduação sem ser reativada ao longo da sua carreira profissional. Mas é importante relacionar esses fatos com a visão de “militância” que, no caso, desse jornalista está diretamente associada à filiação a partidos políticos. O rompimento com militância é o resultado da distância do partido político ao qual estava filiado, o que se faz compreensível, uma vez que a sua fala revela uma percepção da militância diretamente associada à inserção em partidos políticos.

Além disso, não se pode esquecer o contexto social e político em que esse jornalista ingressou na universidade e no centro acadêmico. Trata-se do período de abertura política do Brasil e da transição democrática, final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que levou muitos estudantes a aderirem ao movimento estudantil e político como uma maneira de atuar na redemocratização do país. As manifestações pela democratização do país, nesse momento, fizeram com que o movimento estudantil, que era um *locus* da atividade cultural e política na década de 1960, reaparecesse no cenário nacional (MISCHE, 1997).

Esse jornalista entrou no mercado jornalístico durante a graduação como estagiário não-remunerado na TVE. Depois do estágio, perto do final da sua faculdade, resolveu trancar o semestre para ir à Europa, onde ficou durante seis meses com um grupo de amigos. Quando retornou terminou a faculdade e conseguiu em seguida uma oferta de emprego na RBS no ano de 1985. Nesse momento, a RBS contava com muitos jornalistas que eram da TVE e que haviam sido seus colegas durante seu estágio. Começou como assistente de edição, por convite de Carlos Bastos que era amigo do seu pai e que havia trabalhado na TVE. Sobre o acesso a esse cargo, ele relata:

O Bastos ouvia falar muito de mim por causa desse pessoal que era da TVE na época e que foi para RBS e também porque ele conhecia o meu pai e eu me lembro o dia que ele me contratou ele disse assim: olha guri eu conheço muito o teu pai, mas eu quero dizer o seguinte, eu te dou 60 dias, se tu for ruim eu te boto para rua. Daí eu entrei aqui como assistente do editor do Bom Dia e em um ano eu já tinha sido promovido editor chefe, um editor super jovem (...) Com dois anos eu já tinha um monte de prêmio na carreira (entrevista 27).

Em seguida, foi promovido a editor-chefe e começou a dar aulas para o curso de jornalismo da PUC, esta última função conquistada por meio de um convite do diretor da faculdade de comunicação da referida universidade. Na empresa jornalística, foi promovido a chefe de reportagem, editou todos os jornais da casa e elaborou e editou projetos especiais. Em 1991, depois de ouvir uma palestra do vice-presidente da RBS sobre incentivos aos

funcionários, pediu que esse o ajudasse a organizar uma viagem aos Estados Unidos que estava querendo fazer durante suas férias e que não queria dinheiro da empresa, iria com seus próprios recursos.

Ele ficou encantado em mim e me ajudou a organizar a viagem. Eu visitei umas 20 emissoras de televisão e fiz um super relatório que foi usado para um novo projeto que tinha que era chamado Canal Local de News (CLN). Eles pegaram esse meu projeto, essa minha visita para montar esse canal que depois virou TV COM. Montaram o projeto e tal e depois fui convidado para montar um projeto internacional que não deu certo. (...) O meu *status* cresceu muito (entrevista 27).

Essa viagem rendeu-lhe uma posição diferenciada dentro da empresa, conforme o seu relato, possibilitando o acesso a certas atividades mais destacadas. Depois de retornar, começou a participar de projetos na empresa, representando-a em diversos eventos internacionais e, em 1995, foi convidado para montar o projeto do “Canal Rural”, cabendo-lhe a programação e a equipe. Uma das suas fontes para esse projeto foi um fazendeiro, na época presidente da “Associação Rural Brasileira”, chamado Roberto Rodrigues, atual Ministro da Agricultura. Roberto Rodrigues, inicialmente uma fonte, passou a integrar a equipe do “Canal Rural”, ajudando a elaborar o projeto e, como afirma o jornalista, a “abrir muitas portas”, uma vez que tal ministro possuía uma ampla rede de contatos. Depois desse projeto foi convidado à direção de jornalismo na empresa. Como diretor fez um mestrado profissionalizante para administração de empresas, denominado MBA.

Com 42 anos de idade e ocupando o posto mais alto que um jornalista pode chegar dentro de uma redação desde os 32, esse jornalista atribui seu crescimento a duas questões principais: a primeira referente ao investimento interno na empresa, colocando-se à disposição para realizar todo tipo de tarefa, aproveitando as oportunidades que apareciam, como a viagem que fez com seus recursos para os Estados Unidos. Para ele, essa viagem lhe rendeu uma posição destacada dentro da empresa, pois além de se colocar à disposição para fazer um relatório dos jornais nesse país, o fez sem necessitar da empresa. A segunda refere-se à formação diferenciada possibilitada pela sua família. Esse diretor considera o seu ambiente familiar “um ambiente de elite” o que lhe proporcionou escolher jornalismo e ser “diferenciado”.

Eu tenho uma formação um pouco diferenciada (...). Estudei em colégio particular a minha vida inteira (...) E resolvi seguir jornalismo por gostar de escrever. Eu tinha muita informação, muito acima dos meus amigos na época, um cara que sabia muito, discutia muito política, economia, tinha acesso a livros, leituras, jornais. Eu acabei indo para esse caminho de forma natural (entrevista 27).

O acesso à cultura, formação, informação, proporcionados pela posição de origem e familiar privilegiada, o faz acreditar que a escolha pelo jornalismo foi um acontecimento natural, uma vez que, na sua visão, essa atividade exige uma formação cultural que se adquire pelo acesso a bens culturais, como “boas escolas”, livros, cinema, teatro. Essa cultura geral incluiu um conhecimento de história, economia, política, além de um conhecimento da língua oficial, expresso pelo saber escrever, ler e ter acesso a livros.

Um aspecto importante a ser trabalhado na análise das carreiras está relacionado à interpretação que a pessoa constrói quando olha retrospectivamente para seu progresso. Nessa modalidade e, nesse caso mais especificamente, há uma relação entre certos padrões de investimento no jornalismo, em que a posição de origem e a inserção profissional permitiram certo itinerário, e as visões e percepções do passado pelo jornalista. Essa questão remete aos processos de reconstrução do passado pelos atores sociais, tendo em vista que a pessoa constrói ao longo da vida uma imagem que permite uma percepção de si mesmo que possa expor de maneira útil nas situações cotidianas (GOFFMAN, 1996). Assim, se ela consegue apresentar uma interpretação de sua situação presente, no caso, como chegou a tal posto no jornalismo, que mostre qualidades pessoais favoráveis no passado, pode-se afirmar que a sua história é uma história de triunfo. Isso significa dizer que a história de triunfo, apresentada pelo caso analisado acima, remete a uma interpretação das origens elevadas como condição para o progresso profissional. A questão importante a ser destacada diz respeito às qualidades que foram mencionadas como relevantes para ascender profissionalmente e que estão diretamente vinculadas a qualidades associadas às origens sociais privilegiadas. A vitória profissional está relacionada a características que se obtém por uma determinada posição de origem, acesso à cultura (por meio de livros, de jornais), “boas escolas”, etc. Há uma forte vinculação com as origens sociais elevadas e, conseqüentemente, com os esquemas através dos quais elas são interpretadas.

Além de afirmar que sua ascensão ocorreu em função da sua formação familiar, ele assegura que o que conta para crescer na hierarquia interna das redações é ser diferenciado, ter uma qualificação a mais, informação, liderança, disponibilidade para exercer qualquer atividade dentro da empresa. Um crescimento que necessita de uma associação entre “competência profissional” e investimento interno às redações e a “cultura trazida de casa”. Esse jornalista representa um dos casos em que o que contou, para entrada e crescimento na hierarquia do jornalismo, foi a combinação das suas origens sociais altas com investimento interno ao jornalismo. Esse último se consolida no espaço das redações, das empresas de

comunicação, mas também com fontes que podem render uma boa matéria ou um bom projeto e que são externas ao jornalismo, como foi o contato com Roberto Rodrigues para elaboração do projeto do Canal Rural. Nesse projeto, é possível perceber uma combinação entre as origens, uma vez que seu contato com o universo rural é herdado de seus avós e pais, ambos fazendeiros, e um investimento forte nos projetos da empresa, manifestado pelos contatos com a direção. O sucesso nessa combinação rendeu-lhe não só o posto de diretor de jornalismo da empresa, mas uma ampla rede de relações. Em função dos investimentos anteriores e da própria função que desempenha atualmente na empresa, seus contatos diversificaram-se e adquiriram nova importância, tendo em vista que ocupar um posto de direção implica em estabelecer vínculos com pessoas que ocupam posições elevadas na hierarquia social, tais como: empresários, ministros, governadores, presidentes de associações, etc. Essa ampla rede de relações e contatos o faz acreditar que não corre o risco de ficar desempregado, pois, como ele mesmo afirma “tenho um *network* muito grande em função do meu trabalho e já recebi várias propostas”. Tais propostas não se limitam ao espaço das redações, mas extrapolam o jornalismo, podendo atingir assessorias e consultorias a empresas diversas. A qualquer momento ele pode acionar esses contatos para diversificar e ampliar os espaços de atuação profissional.

Questionado sobre a importância do diploma afirma que, apesar de só contratar pessoas com diploma, porque essa é uma exigência legal, acha que tal título não dá conhecimento e, por isso, sente-se tolhido pela imposição desse critério.

(...) Eu acho tão hipócrita achar que o diploma dá conhecimento. Essa menina que foi para Londres, por exemplo, se não tivesse diploma ela não poderia trabalhar aqui. Eu não vejo o diploma como um atestado de competência como querem fazer crer. Eu não acho o diploma fundamental. Eu não acredito que tu tenha que ter o diploma para ser competente. Não é a formação que vai te dar. O que a universidade te dá é um início de contato mais amplo com o universo da comunicação (...). Ele é importante para consolidar uma profissão, mas não é o que conceitualmente me atrai. Eu acredito na liberdade de iniciativa das pessoas. (...) Essa visão sindicalista do diploma não me agrada nenhum pouco (entrevista 27).

Seu relato a respeito da importância do diploma revela novamente o que ele considera “conhecimento” necessário para ser jornalista. Esse conhecimento não passa pela escola, mas, antes, é obtido fora dela, em viagens e acesso à cultura geral. A competência profissional é proveniente de muita leitura, acesso a *boas* escolas e viagens.

Desfiliado do sindicato, e se posicionado contrário ao que ele denomina de “fanatismo ideológico” da militância sindical, esse jornalista afirma que a exigência do diploma contribui

para impedir pessoas que tenham uma formação cultural mais ampla de serem contratadas caso não tenham o diploma de jornalismo. Em sua visão, não é a universidade que dá o conhecimento, mas a formação cultural obtida através dos recursos familiares, como o acesso à informação, jornais, livros, viagens ao exterior. Desse modo, a liberação em torno da exigência da formação superior em jornalismo para o exercício da profissão, para ele, transformaria o jornalismo num espaço de disputa entre aqueles que possuem mais formação cultural.

Esse itinerário, o qual se caracteriza pela combinação de posição de origem elevada e investimento no jornalismo, permite ressaltar duas questões principais. A primeira delas refere-se aos usos das origens sociais para ingressar no jornalismo e conquistar novos espaços de atuação. Já a segunda delas configura as tomadas de posição e visões sobre o próprio passado e sobre o jornalismo que reforçam a importância das origens sociais para adquirir uma posição de destaque na profissão. Essas questões implicam em considerar que a origem social elevada não representa apenas uma posição no espaço social e uma condição culturalmente dominante, mas ela permite o acesso a um conjunto de recursos, contatos e aproximações com pessoas que podem ser acionadas durante o trajeto profissional. Mais do que a posição social de origem, trata-se, neste caso, de dar conta das esferas de atuação, nas quais se inserem os jornalistas, possibilitadas pelas origens privilegiadas e, ainda, dos esquemas através dos quais elas são interpretadas.

Um desdobramento dessa modalidade pode ser encontrado em um outro caso em que o jornalista associou seus recursos de origem elevada com um alto investimento no jornalismo, o que lhe rendeu a ocupação de cargos políticos e assessorias realizadas. Esse caso representa uma variação na qual é possível encontrar uma associação entre os recursos de origem e os recursos obtidos pela inserção no interior das redações. A reconversão desses recursos em recursos profissionais pode resultar em novas possibilidades de atuação jornalística e na ocupação de posições em outras esferas sociais, sobretudo na esfera da política.

Do interior do estado do Rio Grande do Sul, de uma família de políticos e de jornalistas de Cachoeira do Sul, a entrada desse jornalista no jornalismo, tanto no que diz respeito à escolha do curso como o ingresso na atividade jornalística, ocorreu no jornal da sua cidade de propriedade de seu pai. Nesse jornal, ele começou a atividade colaborando com artigos esporadicamente. O jornal, que está com a sua família desde a década de 1940, teve como primeiro proprietário da família, seu tio, o qual havia sido prefeito da cidade de Cachoeira do Sul de 1947 até 1950, além de deputado estadual e, mais tarde, Secretário

Estadual de Educação no governo de Ildo Meneguetti, em 1954. Em seguida, com o falecimento de seu tio, seu pai tomou a frente dos negócios e assumiu a administração do jornal. Atualmente, o jornal está sendo administrado pelos seus irmãos que, além do jornal, possuem uma gráfica e uma editora responsável por uma das revistas de circulação nacional na área de agro-negócio, todas com sede em Cachoeira do Sul.

Esse jornalista, ainda jovem, mudou-se para a capital para cursar a faculdade de jornalismo, curso que concluiu juntamente com o de Direito e com o auxílio de uma bolsa de estudo fornecida pela “Associação Rio Grandense de Imprensa” em parceria com a PUC. Seu primeiro emprego como jornalista foi no jornal “Folha da Manhã”, da empresa “Caldas Júnior”, por intermédio de um colega do curso de jornalismo. Nesse jornal, no qual atingiu o posto de editor, permaneceu durante cinco anos. Porém, devido as crises enfrentadas pelo jornal “Folha da Manhã”, as quais conduziram muitos jornalistas a demissão, estimularam-no a sair do jornal. Nesse momento, foi convidado pelo diretor de jornalismo da RBS, para trabalhar como editor do jornal “Campo e Lavoura” e editor da parte local do “Jornal Nacional” na “TV Gaúcha”. Nesse período, a reportagem local era divulgada durante um espaço fornecido pela “Rede Globo” no “Jornal Nacional”. Tal diretor era seu conhecido do mercado jornalístico, ou seja, do espaço das redações, e quando soube que havia saído da “Caldas Júnior” o convidou para trabalhar na “TV Gaúcha”. O convite foi aceito e, em seguida, acumulou outra função: a de sócio da “Cooperativa dos Jornalistas”, da qual o referido diretor, anteriormente mencionado, também participava.

O exercício do jornalismo nas duas empresas, RBS e na “Cooperativa dos Jornalistas”, estava incompatível. Devido a isso, optou pela dedicação a “Cooperativa” na qual, mais tarde, conquistou o posto de diretor-presidente. Essa “Cooperativa” produzia um jornal que foi considerado como um dos principais jornais alternativos, gerenciado apenas por jornalistas, que se destacou durante o Golpe Militar. Na COOJORNAL permaneceu de 1976 até 1982, momento em que a cooperativa já começava a enfrentar alguns problemas com o governo militar, processos e crises financeiras. Da COOJORNAL saiu para atuar no jornal de propriedade de seu pai como diretor de redação, com o objetivo de reestruturá-lo gráfica e editorialmente. Depois de dois anos atuando nesse jornal, dedicou-se a tarefa de assessor de comunicação no Ministério da Agricultura em Porto Alegre. Tal posto foi conquistado por indicação de Antônio Britto, o qual já era seu conhecido do meio jornalístico, pois quando atuava no jornal “Folha da Manhã”, Britto era chefe da central de interior da “Caldas Júnior”. A posição de editor, ocupada por este jornalista no jornal “Folha da Manhã”, e a posição de

chefe de redação, ocupada por Antônio Britto na “Caldas Júnior”, permitiram uma aproximação maior entre os dois, uma vez que as notícias da central do interior deveriam ser divulgadas em todos os jornais da empresa. Essas atuações profissionais nos jornais possibilitavam um contato diário entre os dois jornalistas, o que gerou uma afinidade e um vínculo. Como assessor de comunicação do Ministério da Agricultura permaneceu por um período de um ano, até o ministro, Pedro Simon, concorrer ao governo do estado. Quando Simon ganhou as eleições para governo do estado convidou-o para assumir a Secretaria de Comunicação. Tal convite foi aceito.

Nesse período, recebeu, também, um convite para trabalhar na “TV Guaíba”. Da televisão saiu para ir trabalhar no “Correio do Povo”, também por convite de colegas do meio jornalístico. Mais tarde, foi convidado para participar de um projeto da “Revista Amanhã” pelo diretor, o qual havia sido seu colega na “Caldas Júnior” e da COOJORNAL. Nessa revista, atuou como editor de todas as publicações, além dela ser sócio. Nos anos seguintes, quando Britto foi eleito governador do estado, novamente recebeu o convite para permanecer no governo, agora como diretor da TVE, veículo no qual ficou até o final do governo (1998) como presidente executivo. Ao sair do governo, junto com outros colegas de governo, criou a empresa de comunicação que atualmente dirige. Essa empresa tinha como objetivo prestar consultoria e assessoria na área de comunicação e valeu-se da clientela que os seus sócios conquistaram em função dos contatos estabelecidos durante os anos que atuaram no governo.

(...) Fruto dos relacionamentos fortes que a gente tinha. Eu com essa trajetória toda, tendo passado antes pelo governo e tudo mais (...). E realmente nós não erramos a mão, realmente nos ajudou muito, essa rede de relacionamentos que a gente tinha e tem. (...) Cada um de nós tinha um cliente já debaixo do braço (entrevista 37).

Esse cliente que ele afirma ter carregado “debaixo do braço” foi conquistado pela sua atuação no governo. Tratava-se da “Associação Brasileira de Emissoras de TV Educativa”, da qual participou ativamente tornando-se diretor executivo. Esse foi um dos clientes que ajudou a compor a receita da empresa recém-criada. Sem ter militância político-partidária, esse jornalista representa um dos casos em que os cargos de chefia e os de assessorias políticas são obtidos pela associação entre recursos de origens, visto que vêm de uma família de políticos do interior, e aqueles obtidos pelo investimento nas redações e no espaço jornalístico. A própria atividade de jornalista, nesse caso, resulta num capital de relações passível de ser reconvertido em capital político. Tal reconversão torna-se possível se associada e

intermediada pelas próprias origens, lhe permitindo assim conquistar cargos públicos e ampliar seu leque de atuação.

De tal modo, pode-se perceber que esse jornalista, filho de um dono de jornal do interior do estado e de uma família de políticos, teve seu ingresso no meio jornalístico via o jornal de sua família, assim como os contatos estabelecidos na capital durante seu curso de graduação. Esses contatos intensificaram-se e ampliaram-se ao longo da sua carreira. Se, por um lado, o contato e a vivência no jornal de sua família forneceram os elementos necessários para escolher o curso de jornalismo e iniciar sua atividade jornalística, por outro lado, muito úteis foram também os contatos que estabeleceu na capital quando ingressou no meio jornalístico, no espaço dos jornais e das redações.

Essa modalidade representa jornalistas que não só pertencem a certa categoria social elevada como também fazem usos dos vínculos de origem para ascender profissionalmente e ampliar os espaços em que possam atuar em nome da profissão. Essa distinção é necessária porque é preciso levar em consideração tanto a posição social como uma condição ou uma estrutura que possibilita determinada seleção social e recrutamento, como à origem social como instrumento utilizado nas lutas profissionais para conquistar novos cargos e espaços de atuação. Esses dois casos ilustram modalidades de uso da condição de origem que dependem do conjunto de recursos acumulados e das esferas de sociabilidade em que se inserem. Isso indica que a condição de origem elevada não se apresenta como uma propriedade independente, no entanto as possibilidades de usos dependem de certas combinações com outras bases de recursos, sobretudo aqueles obtidos pela inserção nas redações jornalísticas.

6.2.2. O *Network* das Redações

Este tópico representa o segundo padrão de associação, mencionado no início deste capítulo, que inclui os jornalistas com curso superior em jornalismo. Esse padrão concerne a combinação principal entre os recursos obtidos nas redações e aqueles proporcionados pela academia. Os casos a serem descritos referem-se a jornalistas que, atualmente, ocupam a posição de diretor de jornalismo ou chefes de redação e que não têm origem social privilegiada, suas carreiras são marcadas pelo investimento intenso nas redações jornalísticas, construídas por vínculos e por contatos diversos que possibilitam indicações, acesso a emprego e possível crescimento na hierarquia do jornalismo. Essa modalidade consiste em um padrão de carreira em que os recursos têm como base a atuação no interior das redações, uma vez que é no interior delas que se conhecem pessoas, cresce-se na hierarquia interna,

conquistam-se novos postos jornalísticos e, eventualmente, participa-se de algumas atividades extra-redação, tais como cursos para estudantes, palestras, aulas.

A característica principal desse grupo é um investimento intenso nos contatos proporcionados pelo jornalismo de redação e pela atuação em diferentes veículos simultaneamente. Com frequência, o investimento concomitante ocorre também em setores extra-redação como universidades e assessorias de imprensa. No geral, essas inserções intensas ocorrem através de indicações de colegas no interior das redações.

Há duas divisões dentro dessa modalidade quanto aos usos das relações obtidas no interior das redações. A primeira divisão se caracteriza por jornalistas que realizaram um investimento interno e externo ao espaço das redações, mas que, durante suas carreiras profissionais, optaram pelo jornalismo diário ou de revista, o que lhes possibilitou atingir o cargo de chefia de redações. Já a segunda é representativa de um conjunto de jornalistas que fizeram carreiras dentro das redações, e também fora delas, e que optaram por um investimento, sobretudo, nas assessorias de imprensa, o que lhes possibilitou atingir o cargo de coordenadores de assessorias ou diretores de empresas de comunicação. Pode-se perceber, portanto, que em ambos os casos, as redações de jornais se apresentam como espaços destacados para o estabelecimento de contatos, convivências e conhecimentos de pessoas do meio jornalístico e fora dele. Cabe destacar que foram esses contatos estabelecidos dentro das redações que possibilitaram o acesso a outras redações jornalísticas e a espaços sociais externos às redações. Essas duas divisões dessa modalidade serão apresentadas a seguir, a começar pela primeira, descrita acima.

6.2.2.1. A Importância dos Contatos Internos

Os casos descritos abaixo representam um padrão de carreira que tem como a principal base de recursos as redações jornalísticas e que se caracteriza pelo investimento no jornalismo diário e de revista. Esse é o caso do diretor de redação de duas revistas da capital, pertencentes a um mesmo grupo, mas de áreas distintas, uma de gestão, economia e negócios e a outra de cultura. De origem “modesta e humilde”, conforme suas próprias palavras, e proveniente da cidade de Cachoeira do Sul, interior do estado do Rio Grande do Sul, esse jornalista começou sua carreira no jornalismo diário. Somente depois de uma carreira construída em jornais, ele passou a investir no jornalismo de revista. A família, composta por sete filhos, vivia do comércio do pai: um “boteco”. Seu pai tinha o primeiro grau incompleto e sua mãe sabia apenas ler e escrever. De todos os filhos, apenas ele concluiu o curso superior.

A escola e a redação dos jornais tornaram-se espaços importantes para descobrir seu “talento” para o jornalismo e entrar, efetivamente, no mercado de trabalho. Após terminar o segundo grau, com muitas dúvidas a respeito da profissão que deveria seguir e frente à necessidade imediata de um emprego, contou com o apoio de sua professora de português que o estimulou a escolher o jornalismo em função de suas habilidades com as palavras e a escrita. Tal professora conseguiu um trabalho em um jornal da cidade através de um amigo, que era proprietário e diretor do jornal. Esse diretor tornou-se uma figura chave na carreira desse jornalista. Nesse jornal, teve várias funções e cumpriu tarefas diversas, realizou reportagens, editou o jornal e foi fotógrafo.

(...) Lá eu descobri minha vocação (...). Eu fui de tudo, os jornais do interior são verdadeiras universidades, escolas. Então eu era repórter, redator, fazia editoriais, eles gostavam dos meus textos e mandavam eu escrever os editoriais, eu tirava fotos dos entrevistados, fazia de tudo, fazia títulos, editava, três anos assim (entrevista 16)

Um passo significativo dado pelo jornalista, que merece destaque nesse caso, é a socialização no interior das redações como um momento de descoberta da vocação e de aprendizagem. O exercício de várias funções nos jornais assume importância fundamental para a aprendizagem e a formação jornalística. Nesse sentido, a redação torna-se a escola para aprender as habilidades próprias para o ofício do jornalista e para que a vocação seja despertada.

Nesse referido jornal, ele permaneceu de 1979 até 1982, quando decidiu mudar-se para Porto Alegre e cursar a faculdade de jornalismo. Em sua cidade natal, já havia iniciado o curso de Letras, mas não encontrou motivação suficiente para continuá-lo, pois pretendia fazer jornalismo. Durante o período em que cursou Letras participou das atividades do centro acadêmico desse curso, concorreu à presidência do centro acadêmico, porém sem sucesso. Ao chegar em Porto Alegre, desenvolveu diversas atividades para poder se manter economicamente, dentre elas, auxiliar de escritório e assessor de um deputado de sua cidade natal. Durante o curso de jornalismo na PUC, participou das atividades do “Centro Acadêmico Arlindo Pasqualini” colaborando com textos. Por meio do vice-presidente desse centro acadêmico, conseguiu um emprego de editor numa produtora de vídeo. Nesse período, colaborou em diversos jornais de bairro da capital, trabalhos que conquistou por meio de anúncios de jornais.

Depois de formado, conseguiu um emprego no jornal “Correio do Povo” como pauteiro. Tal cargo foi conquistado por indicação do diretor do jornal de Cachoeira do Sul,

onde havia trabalhado, e que naquele momento, era editor de economia do “Correio do Povo”. Trabalhou nesse jornal durante três anos (de 1987 a 1990), como pauteiro, subchefe de reportagem e chefe de reportagem. Sua saída ocorreu em função de um convite para atuar, na qualidade de repórter especial, em um outro jornal que estava sendo criado, mas em seguida, seis meses depois, pediu demissão e retornou ao “Correio do Povo” como repórter especial. Seu retorno ao “Correio do Povo” deu-se por meio de um convite do diretor de redação que já o conhecia desse jornal. Mais tarde, foi promovido a editor de política, cargo que ocupou por quase três anos, e em seguida editor de economia. Nesse momento já trabalhava na revista em que, atualmente, é diretor de redação na qualidade de editor executivo. O convite para atuar nessa revista partiu de um dos sócios que já era seu colega de longa data. Tratava-se do mesmo jornalista diretor de redação do jornal de Cachoeira do Sul e que lhe convidou para trabalhar como pauteiro no “Correio do Povo”. Acumulando as funções de editor de economia do “Correio do Povo” e de editor-executivo da revista por dois anos, em 1993 pediu demissão do “Correio do Povo” para dedicar-se integralmente à revista e ao cargo que desempenhava. Nessa revista, foi promovido a diretor de redação, em 1996, cargo que desempenha até hoje. Mais tarde assumiu a direção da revista de cultura criada pelo mesmo grupo. Do início da sua carreira como repórter até chegar à função atual de diretor de redação de duas revistas pertencentes ao mesmo grupo, cargo que ocupa há dez anos, foram dezessete anos construindo uma rede de relações, mudando de função e de veículo. Isso revela que, até atingir o cargo máximo almejado no interior das redações, foi preciso um longo investimento.

Esse jornalista também desempenha outras atividades externas às redações, tais como ministrar cursos de extensão para universidades, oferecer *workshop*. Nos últimos anos, ministrou cursos de jornalismo econômico na UNISINOS. Função que conquistou por meio de convites que surgiram devido à sua posição como diretor de redação de uma revista de economia. Atualmente, desenvolveu um *workshop* para jornalistas profissionais patrocinado pelo “Banco Santander”. Esse curso já teve cinco edições no Rio Grande do Sul e agora está sendo oferecido no interior de São Paulo.

Um dos fatores que possibilitou a esse jornalista conquistar posições no jornalismo e subir na hierarquia de postos de cargos foi o investimento intenso nas redações de jornais e revistas. A escola e a universidade tornaram-se um importante espaço de socialização e de estabelecimentos de contatos que resultaram em possíveis indicações para empregos, assim como as redações. Foram os contatos estabelecidos no interior das redações que lhe permitiram novas possibilidades de emprego, convites para atuar em outros veículos e

crescimento na hierarquia do jornalismo. Pode-se dizer que há uma associação entre diploma, formação superior em jornalismo, e rede de relações internas aos jornais e redações. O que valoriza o título, nesse caso, é o contato com o universo em questão, por meio dos vínculos, das relações, dos contatos estabelecidos com colegas das redações e do meio jornalístico.

A imagem que esse jornalista constrói de sua vida profissional valoriza os contatos internos às redações e aqueles obtidos na escola e que foram importantes em sua carreira. Ao contrário de um dos casos, descrito na modalidade anterior, em que as origens sociais são extremamente consideradas e valorizadas, esse jornalista ao falar do seu passado e apresentar uma visão coerente de sua posição atual no jornalismo, tende a colocar nos vínculos estabelecidos nas redações um valor importante. A sua história de triunfo no jornalismo está calcada nos contatos internos ao jornalismo, uma vez que as origens sociais o distanciam desse triunfo fazendo com que o seu investimento no jornalismo torne-se o elemento principal que o permitiu conquistar e atingir uma posição destacada na hierarquia da profissão.

Nessa modalidade de carreira, a redação desempenha um papel fundamental, pois ela é apresentada como um espaço importante para descoberta da vocação e aprendizagem das habilidades necessárias para o ofício do jornalismo. Nas narrativas sobre o passado, na reconstrução do passado pelo entrevistado, a redação assume essa importância e é apresentada como um passo significativo para vida profissional. Além disso, ela torna-se um espaço importante para estabelecimento de contatos, de relações que podem resultar em novas ofertas de emprego, em novas oportunidades de trabalho e em ascensão interna.

O outro caso que ilustra a importância que assumem a socialização escolar, a redação e os contatos que elas possibilitam para o investimento e crescimento na hierarquia do jornalismo é o do atual diretor de redação de um dos jornais da capital do Rio Grande do Sul. De origem social baixa, necessitando trabalhar desde muito cedo para ajudar na economia doméstica, exercendo funções como servente de obra e *office boy* durante o segundo grau, esse jornalista apresenta a universidade como um espaço importante na sua formação.

O relato abaixo fornece indícios da importância que assume a escola para sua formação como um todo.

(...) A universidade pode não ser tão importante para algumas pessoas. Para outras... Eu venho de uma classe social em que o acesso a certo tipo de informações era mais restrito. Foi a universidade que me propiciou isso. Foi a universidade que me propiciou o contato com um tipo de cultura, com um tipo de pessoas que me ajudou a formar o que sou hoje (...). A vivência no meio universitário, o conhecimento da existência de realidades com as quais eu não convivia, de realidades distintas da minha, a possibilidade de acesso a informações, a uma cultura diversificada, aberta

que eu não tinha antes, tudo isso ajuda na formação, que depois me ajuda a ser jornalista (entrevista 18)

O que é possível extrair desse relato é que a universidade é um espaço importante para obtenção de uma cultura geral, de acesso a bens culturais, de contato e convivência com pessoas e realidades que não poderiam ser adquiridos de outra forma por aqueles que têm uma origem social, e uma situação sócio-econômica, mais baixa. Ela não é necessariamente o espaço de aprendizagem de uma técnica específica, de um conjunto de conhecimentos que não poderiam ser obtidos senão pela formação superior em jornalismo, mas ela se torna um espaço fundamental de socialização para aqueles que não poderiam obter informações e conhecimentos gerais a não ser pelo meio acadêmico. Um exemplo da importância da universidade como um espaço de contato com pessoas aparece quando o jornalista relata seu contato com alguns professores:

(...) Os professores, eu convivia com um professor de português que na aula ele era um ótimo professor, mas que tinha muito mais para dar fora da aula quando ele vinha filar cigarro da gente ou um copo de cerveja, ou uma coisa assim (...) e que era uma pessoa ousada intelectualmente e que não parecia ser dentro da sala de aula. Esse tipo de coisa sempre tem na universidade se você souber tirar, se souber buscar (entrevista 18).

Trata-se da importância que assumem essas conversas mais informais que a universidade proporciona. Novamente, a questão não está no conteúdo que a universidade pode passar aos alunos, uma vez que é a universidade o espaço de contato com outras culturas, com outros saberes, com outros conhecimentos, experiências, mas os contatos e as convivências que ela propicia para aqueles que não poderiam obtê-los de outra forma. É nas conversas de bar e no cafezinho, que ocorrem fora do espaço da sala de aula, que a universidade se apresenta como um importante espaço de socialização e de formação cultural. A universidade proporcionou-lhe o acesso a um tipo de cultura que sua família e suas origens sociais não lhe proporcionavam.

Para cobrir os gastos com a faculdade e manter-se economicamente, durante a graduação, fez um concurso para o Ministério da Agricultura como funcionário público e foi aprovado. Após concluir o curso de jornalismo, foi convidado pelas pessoas que trabalhavam na assessoria de imprensa do Ministério da Agricultura para atuar nesse setor na qualidade de funcionário. Sua inserção no jornalismo ocorreu através dessa assessoria de imprensa. Ali, conheceu algumas pessoas que atuavam no jornalismo diário e por elas foi indicado para trabalhar na “Rádio Guaíba” como redator. Formou-se em 1984 e, em 1985, passou a atuar na

“Rádio Guaíba”, como: redator, repórter, editor, apresentador de programas. Durante algum tempo, trabalhou nos dois locais, no Ministério da Agricultura e na “Rádio Guaíba”. Ao falar sobre sua entrada na “Rádio Guaíba”, o jornalista fornece os indícios dos contatos que marcaram sua entrada e foram importantes.

Eu entrei na Guaíba, eu soube que tinha uma vaga de redator e candidatei-me a ela e fiz um teste. (...) Conhecia uma pessoa que era (...) amigo de uma colega do Ministério da Agricultura que perguntou a ela se sabia de alguém que estava precisando de um jornalista, ele convidou ela que disse que não queria, mas que tinha um bom menino aqui, quem sabe experimenta ele. E então eu vim aqui e fiz o teste e passei por esse teste (entrevista 18).

Os contatos estabelecidos dentro do Ministério da Agricultura, sobretudo na assessoria, proporcionaram-lhe os contatos iniciais com pessoas que estavam atuando no jornalismo diário. Esse contato foi a porta de entrada para aquilo que se denomina o mercado de trabalho jornalístico. Além disso, sua entrada nesse universo proporcionou-lhe a aprendizagem necessária para ser jornalista e que somente uma redação permite.

(...) A “Rádio Guaíba”, nesse período, estava funcionando, pagava salários atrasados, mas era uma escola de jornalismo como nenhuma outra, era amada e desejada por todo mundo que queria trabalhar em jornalismo, porque o nível de exigência era muito elevado, tinha uma tradição de jornalistas, os jornalistas que trabalhavam aqui eram pessoas qualificadíssimas, eram jornalistas que podiam muito bem ensinar um jovem jornalista como eu, portanto acredito que a minha grande escola de jornalismo foi a “Rádio Guaíba”, onde eu aprendi mais, conheci pessoas, Edison Lemos, Emilio de Macedo, dezenas de outros jornalistas me ensinaram muito (entrevista 18).

Nessa citação percebe-se que, a redação é apresentada como um espaço valorizado tanto de aprendizagem das habilidades necessárias, como da possibilidade de conhecer pessoas, estabelecer contatos com jornalistas.

Com a reabertura do “Correio do Povo”, do mesmo grupo proprietário da “Rádio Guaíba”, o jornalista passou a atuar também no jornal, desempenhando o jornalismo nos três lugares concomitantemente. Diante do trabalho exaustivo em três empregos e da necessidade de dedicar-se a família, optou pelo jornalismo diário e não pela assessoria do ministério, abandonando, assim, as demais funções. A opção foi feita em função da promoção que recebeu no jornal para atuar como diretor. A família e a recompensa financeira constituem os fatores fundamentais que o motivaram a reorientar sua carreira.

No “Correio do Povo”, começou como repórter de política e depois ocupou as seguintes funções: editor de economia, editor de rural, editor de internacional, editor de geral,

secretário de redação. Quando o diretor do jornal saiu, em 1992, para atuar em um outro jornal, passou a editor-chefe e, em seguida, diretor de redação, cargo que ocupa até hoje. Durante o período em que se dedicou ao “Correio do Povo”, foi indicado por um colega da redação para trabalhar na assessoria de imprensa da Assembléia Legislativa. Na Assembléia, permaneceu durante 10 anos, exercendo, assim, as duas funções ao mesmo tempo. Quando entrou na Assembléia era redator do jornal, ao passo em que foi promovido dentro do jornal, atingindo, assim, funções mais importantes, podendo influir na produção diária das notícias, resolveu abandonar as atividades na Assembléia para dedicar-se à função de direção. Desde a entrada no jornalismo até chegar ao cargo que atualmente desempenha, foram aproximadamente onze anos de carreira profissional, sendo que dez desses onze anos foram divididos com o cargo de assessor de imprensa e no atual momento está na função de diretor de redação, a qual ocupa há 13 anos.

Essa é uma trajetória que se caracteriza pelo investimento nas redações e também nas situações extra-redações e cujos contatos possibilitaram tanto o crescimento interno na hierarquia do jornal (editor, secretário de redação, diretor), como a possibilidade de acesso a outros veículos, como o jornal, a atuação na Assembléia Legislativa. Apesar de ter exercido o jornalismo em espaços externos à redação, durante um determinado momento de sua trajetória profissional, seu investimento direcionou-se ao jornalismo diário.

Esses dois casos revelam a valorização dos contatos possibilitados pela universidade e pelas redações, os quais permitiram tanto a entrada no jornalismo como o crescimento interno. Há, assim, uma associação entre os recursos obtidos pela formação escolar, sobretudo com os contatos, que não poderiam ser conquistados senão por meio da escola e os recursos obtidos pela inserção nas redações dos jornais. Apesar de terem atuado em outros espaços além da redação, esses jornalistas investiram nas redações dos jornais.

6.2.2.2. Quando o *Network* Extrapola as Redações

Os casos descritos a seguir ilustram padrões de carreiras que se caracterizaram por acumulação de recursos no interior das redações, mas cuja diferença essencial com relação aos casos anteriores, reside no investimento que marca certo momento da carreira desses jornalistas e o qual resultou em cargos de chefia e de coordenação em assessorias de imprensa e direção de empresas de comunicação. O que cabe destacar é que o acesso a esses cargos ocorre em função dos contatos estabelecidos dentro das redações, no entanto, tais contatos são estabelecidos com pessoas que estão atuando fora delas.

Um dos casos exemplares é o do coordenador da assessoria de imprensa da Assembléia Legislativa, cargo denominado superintendente de comunicação social. O ocupante do cargo, nascido em uma família com recursos econômicos escassos – pai, músico e mãe, dona de casa - precisou trabalhar desde muito cedo para ajudar no sustento doméstico. Antes de ingressar no curso de jornalismo, trabalhou como *office boy*, carteiro, auxiliar de escritório e outras atividades quando essas se apresentavam.

Sua entrada no jornalismo deu-se por meio de uma das rádios da capital, a “Rádio Farrroupilha”, que era da empresa “Diários e Emissoras Associados”, ainda durante a graduação. Sua entrada nessa emissora de rádio possibilitou-lhe o primeiro contato com o meio jornalístico, logo em seguida foi convidado por colegas da rádio para trabalhar no jornal “Diário de Notícias”, que era da mesma empresa, na qualidade de repórter. Quando estava no jornal “Diário de Notícias” foi indicado por um dos colegas de redação, para trabalhar no jornal “Folha da Tarde”, da empresa “Caldas Júnior”, no qual passou a atuar.

Nessa empresa, foi repórter, redator, subeditor de política. Mais tarde recebeu um convite para trabalhar na sucursal do “Correio do Povo”, da empresa “Caldas Júnior”, em Brasília. Esse convite partiu do chefe da sucursal do “Correio do Povo” em Brasília que conhecia o seu trabalho no jornal. Em Brasília, ocupou o cargo de chefe de reportagem e cobria o Congresso Nacional. Saiu do “Correio do Povo” de Brasília e foi para sucursal do “Correio Brasiliense” e mais tarde, para “O Globo”. Retornando a Porto Alegre, uma vez que não queria mais permanecer em Brasília, pediu uma oportunidade à empresa “Caldas Júnior” e conquistou uma vaga no jornal “Folha da Tarde”. Em função de sua atividade no jornal, no setor de política, recebeu um convite de um deputado estadual, que conhecia como fonte, para trabalhar no gabinete de imprensa da Assembléia Legislativa, o qual aceitou. Mais tarde, recebeu um novo convite para trabalhar no jornal “Zero Hora” como pauteiro e aí ficou durante um ano. Depois disso ainda atuou no “Correio do Povo”, na “Gazeta Mercantil” e como colunista de jornais do interior, em editorias de política principalmente. Muitas dessas atividades foram exercidas concomitantemente. Ao falar sobre as diversas funções que conquistou ao longo da vida profissional, esse assessor ressalta a importância das relações e dos contatos que são travados ao longo da profissão para conquistar novas oportunidades de trabalho, como pode-se notar na citação abaixo:

O jornalismo é um clubezinho, onde um conhece o outro, um odeia o outro, um fala mal do outro, outro fala bem, as coisas se dão pelas relações pessoais que se estabelecem. Então foi assim, a minha vida foi assim. Por uma relação pessoal fui convidado pela “Zero Hora” e quando eu estava na “Zero Hora” eu fui convidado

pelo “Globo”, por um amigo meu que estava, foi meu colega no “Correio do Povo”, na “Folha”, que estava trabalhando no Rio de Janeiro me convidou para assumir a chefia de redação da sucursal de Porto Alegre. Fiquei oito anos. Abandonei a “Zero Hora”, mas não abandonei a Assembléia (entrevista 33).

O relato acima permite perceber a importância dos contatos pessoais possibilitado pelo trabalho nas redações. As redações possibilitam o conhecimento de pessoas que trabalham em outras redações ou que conhecem pessoas que atuam em outros jornais. Assim como as demais funções que desempenhou no jornalismo e que foram conquistadas por meio dos contatos possibilitados pelo trabalho na redação dos jornais, o cargo de confiança que conquistou na Assembléia Legislativa deu-se em função também de sua atividade na redação do jornal na qualidade de repórter de política. Esse setor do jornal, por tratar de assuntos do mundo da política, possibilita o contato com pessoas desse universo, o que pode resultar numa oferta de trabalho possibilitando, muitas vezes, reorientar a carreira.

De 1982, ano em que entrou na Assembléia, até 2001, atuou concomitantemente na assessoria de comunicação social e nas redações jornalísticas. Sua opção pela atividade exclusiva na Assembléia ocorreu no momento em que foi promovido a superintendente de comunicação social. Essa situação permitiu reorientar sua carreira e direcionar seus investimentos para a assessoria de comunicação. Os momentos de reorientação biográfica constituem-se em mudanças de atuação e investimentos, em uma virada na vida, ou como denomina Hughes (1981), um “*turn point*”, e podem ter como estimuladores as crises pessoais, os ciclos de vida⁷⁸, o desemprego ou ainda as promoções. Os trajetos profissionais são constituídos por essas rupturas.

Mas, no seu caso, o momento de ruptura foi proporcionado pelos seus recursos acumulados dentro da Assembléia. A promoção, ou como ele mesmo denomina o convite para atuar na superintendência, cargo máximo na assessoria de comunicação social da Assembléia, ocorreu em função dos seus laços com o PTB, mais diretamente com o deputado Sérgio Zambiasi com quem trabalhou durante 15 anos. Nesse momento da promoção, o presidente da casa era Sérgio Zambiasi e foi em função disso que o convite apareceu. Dentre suas atividades na Assembléia inclui-se o discurso para o presidente da casa em eventos, em jornais, o que implica também na participação das atividades do partido.

⁷⁸A importância dos ciclos de vida tem sido muito abordada na literatura sobre desengajamento militante que traz como contribuição um conjunto de fatores que podem contribuir para reorientação biográfica. Os ciclos correspondem a momentos da vida em que há uma tensão entre a atividade e a vida privada. Um conjunto de fatos pode colocar em cheque a situação, como: o nascimento de um filho, um reencontro amoroso, um investimento mais intenso na vida privada. Tais fatos conduzem a escolhas e coloca na balança a atividade desempenhada com outras aspirações (WILLEMEZ, 2004).

Sobre o exercício do jornalismo em dois espaços diferentes ao mesmo tempo, como a redação dos jornais e a atividade na assembléia na qualidade de assessor, ele relata como os contatos proporcionados por esses espaços ampliam sua rede de relações e suas “fontes”.

(...) O que a vida inteira me abriu caminho, eu tenho até um certo orgulho de dizer, é o seguinte, eu tenho desde o governo Amaral de Souza na minha agenda o telefone de todos os governadores que passara pelo estado. Eu levanto o telefone e falo com qualquer governador, falo com qualquer presidente do tribunal, falo com qualquer presidente da Assembléia, falo com qualquer deputado, e falar, ter acesso é condição para o bom exercício do jornalismo. Eu tenho fontes até hoje, embora eu não use as minhas fontes porque não tenho um veículo para divulgar, mas tenho uma instituição que eu tenho que preservar, que zelar e eu uso as minhas fontes, as minhas relações (...) As fontes me usavam e eu usava as fontes (...) Era bom para mim, mas era bom para eles também (entrevista 33).

Esses contatos, a agenda de telefones, as fontes, foram conquistados durante o exercício do jornalismo nas redações de jornais, sobretudo sua atividade em editorias de política, nos quais passou a maior parte do tempo, e na Assembléia Legislativa, lugar em que se convive com deputados e governadores. A atuação nesses dois espaços ao mesmo tempo ampliou sua rede de relações, embora afirme que hoje não usufrua dessas fontes para construir matérias jornalísticas para jornais. Mas, no período em que atuou em veículo, elas foram úteis. O que cabe destacar aqui é a importância que assumem as fontes de notícias e como certas fontes podem proporcionar novos rumos profissionais, como foi o seu caso.

Há tanto a possibilidade das fontes usarem os jornalistas para definir a matéria e influenciar a produção de notícias, como os próprios jornalistas valerem-se das relações com as fontes para escreverem suas matérias e conquistarem cargos e empregos. A redação de um jornal proporciona o contato e o convívio com certas fontes e, muitas vezes, esse convívio gera uma relação de amizade ou afinidade que podem resultar em uma oferta de trabalho. Foi a produção de certas matérias e o convívio proporcionado pelo contato com as fontes que permitiram a esse jornalista, a entrada na Assembléia. Ao relatar o contato que tinha com o deputado que o levou para a Assembléia Legislativa, ele afirma que...

(...) Conhecia como fonte. Ele era meu amigo daqui, me dava bem com ele. Foi o cara que fundou a comissão de direitos humanos na Assembléia. E eu dei muita força, eu era repórter da “Folha da Tarde” e eu dei muita força. Comissão de direitos humanos no finalzinho da ditadura era uma ousadia, foi um parto e eu dei toda a cobertura para ele. E isso cria uma relação. Todo o jornalista cria relações pessoais, não te ilude, tu vai encontrar muita gente, eu tô imaginado a lista que tu vai percorrer, os caras que vão alegar sua absoluta independência, não é bem assim. Todos têm relações pessoais, todos carregam a marca de sua história pessoal. Não tem como ser diferente (entrevista 33).

Sua carreira profissional revela o quanto as atividades exercidas no interior das redações, por meio da cobertura de determinados assuntos, permitiu gerar uma proximidade maior com certas fontes e um contato pessoal, uma afinidade que resultou no exercício do jornalismo em espaços externos à redação.

Nesse caso, há também uma valorização intensa da aprendizagem jornalística na redação dos jornais. Mais do que a universidade, que segundo esse jornalista representa “aquela coisa lapidada, sistematizada”, é o exercício profissional vivido no interior das redações que constitui a escola do jornalista. Uma escola que possibilita não só a aprendizagem das habilidades necessárias para ser jornalista, mas um contato, um convívio com pessoas que estão no mercado de trabalho, além de uma rede de relações, coisas que a universidade não permite.

(...) Eu não quero dizer que o diploma pouco importa, importa, mas importa muito mais a tua vivência prática. Tu não vai ter um bom assessor de imprensa saído da universidade socado num gabinete, numa instituição, se ele não tiver uma vivência, um conhecimento de mercado não vai ser um bom assessor (...) É preciso dominar texto, é preciso informação, conhecimento daquilo que vai tratar (...), e na assessoria tu precisa relações. É preciso ter relações com o meio, para quem tu diriges a tua mensagem (...) Isso é que determina o êxito e sucesso de um bom assessor (entrevista 33).

A redação constitui um dos espaços fundamentais para o estabelecimento dessas relações e contatos. O contato com o mercado ao qual se refere é o espaço das redações, uma vez que o mercado jornalístico é concebido com o espaço das redações, seja de rádio, de jornal, de televisão ou de revista. A redação possibilitou-lhe acumular recursos que puderam ao longo da sua carreira ser reconvertidos em novas posições. Essas reconversões revelam estratégias para transformar sua posição na estrutura de distribuição de cargos jornalísticos⁷⁹.

Um outro caso que permite demonstrar também o peso dos vínculos estabelecidos no interior da redação é o de um jornalista que fez carreira nos jornais da capital na qualidade de revisor e editor. Atualmente, ele é diretor de uma empresa que presta consultoria e assessoria na área de comunicação. Do interior do estado do Rio Grande do Sul, filho de pai agrimensor e de mãe dona de casa, saiu de Passo Fundo para morar em Porto Alegre com intuito de fazer uma faculdade e trabalhar. Logo que chegou, sem poder contar com recursos econômicos e financeiros dos pais, começou a trabalhar no departamento nacional de estradas de ferro como fiscal de obras, na mesma empresa em que já trabalhava em Passo Fundo. Em seguida, fez

⁷⁹Como mostram Matonti e Poupeau (2004), a reconversão de recursos revela um verdadeiro trabalho social que certos grupos realizam para conservar ou transformar sua posição na estrutura social.

vestibular para o curso de jornalismo na PUC, foi aprovado e continuou trabalhando nessa empresa.

Iniciou a carreira jornalística na revisão do “Correio do Povo”, na qualidade de “carancho”, quando ainda estava na graduação. O “carancho” é aquele que fica na reserva, esperando que alguém falte ou sobre um lugar para trabalhar. Na revisão do “Correio do Povo” conheceu um dos presidentes do Grêmio que o convidou para fazer a “Revista do Grêmio”. Atuou no “Correio do Povo” e na revista do clube concomitantemente. Mais tarde, conseguiu ser promovido de “carancho” a revisor. Na qualidade de revisor, fez contatos com o chefe do departamento de notícias da “Rádio Guaíba” que o convidou para trabalhar na cobertura das eleições. Na cobertura das eleições, viajou 45 dias por vários estados do país. Em uma dessas viagens entrevistou o governador do Amapá, o que resultou em uma matéria que foi publicada no jornal “Folha da Tarde”, do mesmo grupo proprietário do “Correio do Povo” e da “Rádio Guaíba”. Tal matéria permitiu-lhe conquistar um espaço na redação do “Correio do Povo” no setor de economia, setor no qual havia uma vaga para editor. Quando assumiu a editoria de economia do “Correio do Povo”, abandonou as atividades da rádio.

Em função da intensa atividade na redação do jornal e devido ao fato de os seus finais de semana serem dedicados ao trabalho, resolveu sair do jornal e realizar outras atividades. Nesse período, fez também alguns trabalhos independentes, também denominados *free lancer*, para Secretaria de Indústria e Comércio, os quais conquistou por meio dos contatos estabelecidos na redação dos jornais quando editor de economia.

Os contatos estabelecidos nessas atividades proporcionaram, além da intensa atividade na “Associação Rio Grandense de Imprensa”, o cargo de presidente do “Rotary Club” sudeste. A entrada no “Rotary Club” partiu de um convite de um conhecido da Secretaria de Indústria e Comércio quando realizava trabalhos autônomos de *free lancer*. Nesse clube, teve a oportunidade de estreitar relações com homens políticos, ocupantes de cargos na burocracia estatal, e também com empresários. Como mostram outros trabalhos (BITTENCOURT, 2004), o “Rotary Club” caracteriza-se como uma organização que reúne homens públicos ligados à indústria, ao comércio, a política e às profissões liberais, atuando, inclusive, junto a instituições estatais. A imagem dessa associação, no Brasil, está ligada às elites locais e nacionais. Nesse sentido, a entrada desse jornalista no “Rotary” permitiu um contato maior e um acesso a certos grupos, ampliando assim a rede de relações que mais tarde contribuiriam para seu trabalho como jornalista.

Ao se retirar do “Correio do Povo”, definitivamente, junto com mais dois colegas do jornal, fundou a empresa de comunicação e assessoria que atualmente dirige. Os primeiros clientes dessa empresa foram conquistados pelos contatos já estabelecidos no interior do jornal quando editava a página de economia.

(...) Exatamente, a gente conhecia como fonte. Pessoas que estavam em destaque na situação econômica. Como a gente, quando a gente foi jornalista e tinha contato com eles, eles se interessaram (...). A gente não faz publicidade, é boca a boca, um fala para o outro. Como eu fazia economia, sendo editor, eu tinha que trabalhar, tinha que ir à FIERGS, reunião da FIERGS, reunião da FEDERASUL, essas coisas todas, tudo relativo à economia eu tinha que trabalhar aqui no “Correio do Povo” da onde eu formei um círculo de relações, trabalhando, trabalhando, trabalhando e fui formando um círculo muito bom de relações (...). Isso possibilitou que a gente fizesse um trabalho de confiança mútua (entrevista 36).

Essas relações incluem tanto empresas como outros jornalistas que atuam no setor de economia, o que permite uma relação de confiança gerada por esse contato. Essa confiança mútua permite com que a empresa de assessoria estabeleça uma ponte entre os interesses do cliente que ela deve zelar e os jornalistas que atuam nas redações em páginas de economia, fazendo com que sejam publicadas em jornais questões de interesse dos clientes da empresa. Isso só acontece porque o contato com as redações ainda se mantém, mesmo que o jornalista esteja fora delas. Os contatos realizados, durante o período em que estava atuando na redação, possibilitaram formar uma rede de relações não só com as empresas, possíveis clientes, mas com os jornalistas que atuam no setor de economia dos jornais, permitindo, assim, uma aproximação com os veículos de comunicação para atender os interesses do cliente para o qual a empresa de comunicação presta serviço. Trata-se de um conjunto de vínculos obtidos pela inserção nas redações, pela atuação na ARI, pela atividade no “Rotary Club”, na Secretaria de Indústria e Comércio, que permite ficar conhecido entre as pessoas da cena econômica do Estado. Esse conjunto de vínculos que partiram das redações e foram reforçados e ampliados em outros espaços permitiram construir uma lista de clientes da empresa que fundou.

Os casos representativos dessa segunda modalidade de investimento no jornalismo, descrita aqui, denominada “o *network* das redações”, permitem vislumbrar não só uma posição de origem social que se distancia do universo escolar, como também representa um menor acúmulo de capital de relações sociais. Esse baixo acúmulo depende tanto do capital de relações proporcionados pelo grupo familiar, como do capital de relações ligado à política, seja em decorrência da militância estudantil, seja por meio de filiações partidárias. Nos casos

descritos, em decorrência do escasso capital de relações ligado à família e à militância; a universidade e o espaço das redações tornam-se espaços fundamentais para compensar essa deficiência.

A descrição dos casos permite demonstrar duas variações dentro de uma modalidade de carreira, modalidade essa que mostra investimentos que se caracterizam por um esforço constante de converter as relações obtidas no interior das redações em novas possibilidades de ascensão jornalística. Tais variações correspondem a carreiras que se caracterizam pelo investimento interno ao jornalismo, sobretudo no espaço das redações e que permitem novas possibilidades de emprego e ascensão profissional. Há também, aquelas carreiras que se caracterizam pelo investimento interno ao jornalismo, ao espaço das redações, mas também pelo investimento externo possibilitado pelas próprias redações, como o caso de carreiras que optaram por um investimento externo às redações: a de assessores. Nesse sentido, são casos representativos de jornalistas que fizeram carreira no jornalismo diário e que, por meio das relações estabelecidas dentro e fora das redações, conquistaram novas posições, estabelecendo uma relação mais estreita com o universo da política, atuando em cargos de confiança, em assessorias, extrapolando, assim, o universo das redações para atingir o universo da política. As relações estabelecidas no interior das redações são convertidas para atuação em outros setores, permitindo assim um uso dos contatos, das relações para investimento em outras esferas, não se restringindo, portanto, ao espaço das redações. As redações possibilitam o contato não só com as pessoas do meio jornalístico, mas também com pessoas de outras áreas e, em função disso, elas possibilitam o acesso a outros espaços sociais, como o espaço da política. É o caso dos jornalistas que atuam como assessores de imprensa, assumem cargos políticos como secretário de comunicação. Essas carreiras caracterizam-se por uma origem social baixa (pais com poucos anos de estudo formalizado, exercendo funções que não necessitam de formação especializada e escolar e com escassos recursos econômicos, possibilitando aos filhos um menor acesso a bens culturais, como livros, jornais, revistas) e, nesse sentido, a escola e a própria redação se tornam os espaços mais importantes de aprendizagem e acesso à cultura. Em todos os casos, as possibilidades de emprego surgem dos contatos nas redações, na universidade, por intermédio de outros colegas.

6.2.3. Militância Sindical e Político-Partidária

Este tópico representa o terceiro padrão de associação de recursos, mencionado no início deste capítulo, e diz respeito a um conjunto de jornalistas que associam recursos

obtidos nas redações jornalísticas com militância sindical e político-partidária para ocupação de cargos diversos, nas assessorias de imprensa, na universidade ou em cargos políticos como secretarias de governos. Essa modalidade consiste em um conjunto de trajetos que se caracterizam por posições ocupadas na militância estudantil, partidária e corporativa e que combinam o exercício do jornalismo (em assessoria, na universidade, no jornalismo diário) com outras atividades, como sindicalismo, militância estudantil, liderança estudantil, militância partidária. O jornalismo, nesse caso, representa uma maneira de articular atividade profissional com engajamento político e reverter recursos militantes para atuar no jornalismo.

Os casos a seguir permitem vislumbrar as condições em que esse tipo de recurso, sindical ou político-partidário, pode tornar-se um componente a mais nas possibilidades de reconversões para o exercício profissional. A vinculação com o sindicalismo e com a política partidária constitui um dos mecanismos de exercício profissional e um componente a mais nas possibilidades de associações, uma esfera a mais de sociabilidade que permite o acesso a certas funções jornalísticas, ampliando, assim, os espaços de atuação. A atuação no sindicato e a militância exercida em partidos políticos consiste em uma modalidade de inserção social e política, bem como a possibilidade de uso dos recursos obtidos nessas esferas como recurso profissional.

O objetivo deste tópico é mostrar como se configuram os padrões de associações dos recursos, em que locais são obtidos e qual a importância do exercício do jornalismo nas redações, nos partidos políticos, na militância estudantil, além de buscar esclarecer como se articulam tais recursos e quais as percepções do trabalho jornalístico estão em jogo.

Para evidenciar essa confluência entre o sindicalismo e outros recursos, um dos melhores trajetos sociais, sindicais, políticos e profissionais é o do presidente do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul” e de outros dirigentes sindicais. Tais trajetos ilustram que a utilização do sindicalismo e do vínculo partidário adquire o sentido de ampliação das atuações jornalísticas, cujas condições de possibilidade e os mecanismos lançados mudam de caso para caso.

O primeiro caso descrito é o do presidente do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”. Natural de Santana do Livramento e oriundo de uma família com escassos recursos econômicos e financeiros – pai, borracheiro e mãe, dona de casa - esse jornalista formou-se pela UFRGS em 1974. Seu trajeto caracteriza-se por um conjunto de investimentos em partidos políticos, em militância sindical e no exercício do jornalismo no interior das

redações. Em Santana do Livramento, concluiu ensino primeiro grau e segundo grau, participou do movimento estudantil secundarista, dos movimentos eclesiais de base e ingressou no Partido Comunista. Sua entrada no Partido Comunista ocorreu por meio das atividades que desenvolvia nos movimentos eclesiais de base de ajuda às comunidades carentes. Essa atividade aproximou-o do grupo guerrilheiro “Tupamaros” do Uruguai que também fazia atividades de auxílio a comunidades carentes na fronteira de Livramento com a cidade uruguaia Riveira. Por intermédio dessa atividade, entrou em contato com os “Tupamaros”, que estavam recrutando militantes, e ingressou no Partido Comunista, no qual participou ativamente ocupando várias funções, primeiramente fazendo parte da célula e, mais tarde, como liderança sindical.

Decidido a ser jornalista, mudou-se para Porto Alegre em 1972 a fim de fazer faculdade. Instalado na capital, foi morar com seu primo, também jornalista, por intermédio do qual conquistou seu primeiro emprego na imprensa. Como é comum entre os jornalistas, entrou no mercado de trabalho, ainda quando estava da graduação, no jornal “Zero Hora” como revisor. Em Porto Alegre seu contato com o Partido Comunista intensificou-se, já que na redação da “Zero Hora” encontravam-se nesse momento algumas lideranças comunistas. Concomitante à sua atividade no jornal, fazia alguns *free lancer* para revistas através dos contatos que seu primo lhe proporcionava. Na “Zero Hora”, desenvolveu várias atividades, iniciando como revisor de português depois como repórter da editoria de polícia e, mais tarde, na de política. Nesse período, sua militância no Partido Comunista era intensa e o país vivia o auge da ditadura militar, em função disso o jornal “Zero Hora” para não o demitir transferiu-o para editoria de esportes.

No jornalismo de redações, exerceu várias funções e passou por diversos veículos, como ele mesmo define: “circulando no meio jornalístico”. Depois de atuar no jornal “Zero Hora”, foi transferido para a RBS TV como repórter e de lá foi para TV Caxias, também da mesma empresa, como chefe de redação, mais tarde retornou a Porto Alegre para “Rádio Atlântida FM”, que, na época, chamava-se “Rádio Gaúcha Zero Hora FM”, na qual chefiara o jornalismo. Nesse momento, seus colegas de redação e também amigos e companheiros do Partido Comunista saíram da “Zero Hora” e, para não ficar sozinho, resolveu também sair e foi trabalhar na “Rádio Farrroupilha” como repórter especial, cobrindo a “Guerra das Malvinas”. Nesse período, trabalhou na sucursal do jornal “O Globo” em Porto Alegre, onde estavam todos esses seus amigos que haviam saído da “Zero Hora”. Mais tarde, por meio de um colega da redação foi convidado para ser coordenador de esporte na “Rádio Gaúcha”,

retornando, assim, à empresa RBS, na qual permaneceu de 1982 até 1990. Em 1982, já acumulava dois empregos: na “Rádio Gaúcha” e na TVE. Na TVE, entrou como repórter de esporte e depois foi promovido à coordenação de esporte. Desgastado dentro da RBS devido à intensa militância sindical e partidária, o jornalista pediu demissão da empresa permanecendo apenas na TVE. A entrada na TVE deu-se em função de uma colega da “Rádio Farroupilha” cujo esposo era presidente da TVE e convidou-o para trabalhar nessa empresa.

Ao mesmo tempo em que mudava de posição dentro do jornalismo, investia na militância partidária e sindical, sendo, por diversas vezes, delegado sindical representando a redação no sindicato. Muitas vezes, sua militância partidária reforçava os contatos estabelecidos no interior das redações e possibilitava-lhe novas ofertas de emprego. Foi por meio do partido que sua entrada no sindicato ocorreu. A redação dos jornais em que atuava permitiu-lhe conhecer algumas lideranças comunistas e continuar sua militância iniciada em Santana do Livramento. No Partido Comunista em Porto Alegre, começou a fazer parte da célula do partido e dos quadros mais qualificados e, como era jornalista, passou a ser um nome cogitado para disputar o sindicato representando o partido. Entrou no “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul” em 1978, representando o partido, no mesmo período dentro do partido, coordenava o departamento sindical no estado. A primeira presidência conquistada no sindicato dos jornalistas foi em 1999 quando já havia se afastado do Partido Comunista e entrado no Partido dos Trabalhadores. Seu crescimento no interior do sindicato até chegar à presidência foi gradual: iniciou representando o Partido Comunista, foi delegado sindical representando as redações em que estava inserido, disputou a presidência várias vezes até vencer em 1999. Nas disputas pela presidência do sindicato, representava o Partido Comunista opondo-se a chapa que representava o Partido dos Trabalhadores. Sobre a distribuição dos cargos e a chegada à presidência do sindicato ele afirma:

(...) Eu sempre disputava aqui, eu era representante do grupo do partidão que disputava com os caras do PT. Quem perdia a assembléia ficava com o cargo de vice e o PT ficava o presidente e aí tu ia distribuindo os cargos assim, ia jogando, e eu sempre era representante do Partido Comunista contra os caras do PT. Quando eu fui para o PT mudou todo o quadro (...). Aí juntou as duas coisas, eu estava no PT e fazia parte do sindicato (...). Todas essas relações, essa participação, acabou me tornando que eu seria o futuro presidente se eu continuasse militando, era o caminho natural de um quadro político (entrevista 8).

A inserção na militância sindical é decorrente da militância partidária, uma vez que ingressou no sindicato representando o seu partido. Os investimentos nesses espaços

intensificaram-se e, além disso, é a associação das duas inserções que reforçam sua participação e torna possível o acesso à presidência da entidade.

Esse jornalista associa sua escolha pelo jornalismo ao gosto pela escrita e pela leitura e à sua militância partidária, uma vez que acredita que o jornalista deve ser um militante, um transformador, um sujeito capaz de promover as mudanças sociais e defender a democracia, e foi essa crença que o motivou a entrar no jornalismo e a permanecer nele. O jornalismo, para ele, tem uma função inerentemente pública e política sem precisar ser eleito pela população, nem passar por concurso público. Em consonância com isso, toda sua formação acadêmica adquire um sentido de militância constante. Formado em jornalismo pela UFRGS e também em Ciências Sociais pela PUC, curso que ingressou após intensa atividade sindical, esse jornalista, em um perfil seu publicado por um sítio de comunicação, afirmou que a graduação em Ciências Sociais tinha como objetivo “preparar melhor para a atuação no sindicato”. Isso significa que não só a formação em jornalismo, mas toda a sua formação acadêmica respondem as suas preocupações políticas.

O trajeto dessa liderança sindical é caracterizado por um conjunto de investimentos concomitantes na esfera sindical, em partidos políticos e intensa atuação no interior das redações de jornais. A associação dos contatos proporcionados por tais investimentos permitiu-lhe ocupar diferentes posições no interior das redações, crescer na hierarquia interna do sindicato, chegando à presidência da entidade. O acúmulo dessas diversas atividades caracteriza esse caso, e essa forma de associação de recursos permite ampliar sua rede de contatos e seus espaços de atuação. O sindicalismo associado à militância partidária e aos investimentos no jornalismo funciona como uma via de ascensão social e profissional. A sua ascensão sindical, que lhe permitiu chegar à atual condição de presidente do sindicato da categoria, é fruto de intensos investimentos em partidos políticos e no interior do próprio sindicato. Além disso, os contatos, no interior do Partido Comunista, com colegas de redação renderam-lhe algumas ofertas de emprego no jornalismo. Portanto, o próprio universo profissional se conecta ao seu ativismo político.

A título de comparação, dentre outros, pode ser tomado o caso de um outro líder sindical, atualmente professor universitário, e que chegou a ser também secretário de comunicação e candidato a deputado federal, porém sem sucesso. Esse dirigente sindical é natural de Porto Alegre, mas passou sua infância e juventude na cidade de Santo Ângelo, onde concluiu seu primeiro e segundo graus. O primeiro grau em escola particular e o segundo em escola pública. Sua mudança para capital se deu, no início da década de 1970, para fazer o

curso de Arquitetura, curso que escolheu em função de suas habilidades com o desenho. Iniciou a faculdade de Arquitetura na UNISINOS, mas não concluiu.

Em Porto Alegre, começou a participar de grupos e movimentos, com intensa atividade no movimento estudantil e, em seguida, no grupo chamado LIBELU⁸⁰, abreviação de Liberdade e Luta. No centro acadêmico do curso de Arquitetura, disputou, com sucesso, a presidência do mesmo representando o “Movimento Camponês, Operário, Estudantil” da LIBELU, concorrendo com outras duas chapas, uma delas era do Partido Comunista e a outra da UDS⁸¹. O grupo LIBELU era basicamente composto por estudantes universitários e secundaristas e representava a corrente trotskista a qual esse jornalista se vinculava. Nessa época, a LIBELU disputava o controle de diversos diretórios acadêmicos no país. Sua entrada nesse grupo ocorreu via um colega do movimento estudantil na UNISINOS. Na LIBELU afirma ter lido livros clássicos do comunismo e do trotskismo: “Líamos e discutíamos Marx, Lênin e Trotski e todos os comunistas” (entrevista 11), relembra o jornalista. Nesses grupos, estabeleceu relações com colegas que seriam futuros companheiros de militância partidária e de carreira política. A academia foi o primeiro espaço a aparecer ligado as suas preocupações políticas, conectando assim o engajamento político à vida estudantil. Mais tarde, é a sua vida profissional que aparecerá ligada à militância política.

Ao mesmo tempo em que investia na militância e fazia o curso de arquitetura, começou a atuar em jornais diários da capital fazendo charge e no COOJORNAL como ilustrador. Depois de já estar inserido nas redações de jornais, decidiu fazer o curso de jornalismo, iniciado em 1978 e concluído em 1982. Na faculdade de jornalismo da PUC, também atuou no diretório acadêmico na qualidade de presidente e intensificou contatos com professores e colegas que estavam atuando nas redações de jornais. Tais contatos renderam-lhe algumas ofertas de emprego. Uma delas ocorreu por intermédio de um colega que o indicou para uma vaga de diagramador no “Correio do Povo”. Nesse momento já fazia algumas charges para esse jornal o que lhe possibilitou acumular duas funções no “Correio do Povo”. Logo depois da falência da empresa “Caldas Júnior” e da mudança de proprietários, passou a ser contratado como chargista, abandonando a função de diagramador. A outra oferta de emprego ocorreu por intermédio de um professor da faculdade também colega de redação

⁸⁰A LIBELU representava uma corrente trotskista do movimento estudantil. Formada, principalmente, por estudantes universitários e secundaristas tornou-se uma das principais organizações de articulação do movimento estudantil nos anos 1970. A LIBELU nasceu da OSI (organização socialista internacional) e teve como berço a Universidade de São Paulo (USP). Para disputar o diretório acadêmico central da USP alguns integrantes da OSI formaram a chapa Liberdade e Luta. Assim a LIBELU tornou-se uma tendência que atraía milhares de estudantes.

⁸¹Sigla de União Democrática Socialista, criada em 1945, em São Paulo, por socialistas opositores ao PCB.

do jornal “Correio do Povo”, que o convidou para dar aulas na PUC, função que desempenha até hoje. Nesse momento, acumulava a função de chargista e de professor universitário, além de intensa atividade política e sindical. Sua atividade sindical, já iniciada desde o momento em que entra para as redações de jornais, intensifica-se a partir do momento em que é escolhido delegado sindical da redação do “Correio do Povo” e, em seguida, conquista o cargo de vice-presidente.

A entrada no sindicato e a militância partidária ocorrem simultaneamente, mas os investimentos em cada um desses espaços, como ocupação de cargos e a ampliação da atuação, acontecem em momentos diferentes da carreira. Quando passa a ocupar cargos dentro do sindicato já tinha um longo percurso dentro do PT. Sua primeira presidência no sindicato, ocorreu em 1989 quando o PT venceu as eleições municipais e toda a diretoria do sindicato dos jornalistas foi convocada para organizar a assessoria de comunicação da prefeitura. Nesse momento, de vice-presidente passa a assumir a função de presidente. Foi diretor do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul” por três gestões. Desse modo, é possível perceber um processo de acumulação e ampliação das esferas de atuação.

O ingresso em um curso de graduação em jornalismo ocorreu no mesmo período em que rompeu com a LIBELU para entrar no PT, momento em que esse foi criado em Porto Alegre, e abandonou definitivamente a faculdade de arquitetura. A divergência interna na LIBELU sobre a possibilidade de integrar um novo partido o fez romper com o grupo e aderir a um “verdadeiro partido operário”, como ele mesmo definiu em entrevista para esta tese. Apesar de continuar na direção de centros acadêmicos, no caso desse jornalista, é possível perceber uma passagem quase imediata da militância estudantil para partidária. Esse jornalista começa na militância estudantil, passa a investir no partido e nos diretórios acadêmicos de comunicação e, aos poucos o movimento estudantil é substituído pelo movimento sindical.

A vida acadêmica desse jornalista, na graduação ou na pós-graduação, tem um sentido de militância permanente. Alguns anos após a conclusão do curso de graduação, em 1984, ingressou no mestrado de sociologia da UFRGS, curso que não concluiu em função da intensa atividade partidária, sindical e profissional nos jornais da capital. A entrada no mestrado foi motivada por um conjunto de amigos, muitos deles do PT, que lá estavam e porque na sua visão era um lugar que se fazia uma leitura sistemática de teoria, possibilitando organizar e sistematizar um debate que fazia ideologicamente na militância. Segundo ele, por meio do curso pode “estudar Marx de uma maneira mais organizada e crítica”. Depois desse mestrado, esse jornalista iniciou o mestrado em Comunicação na UFRGS e, atualmente, está concluindo

o mestrado em Comunicação na PUC. Sua experiência de militante estimula não só sua vida acadêmica como toda sua vida profissional.

A entrada no curso de graduação em jornalismo, segundo ele, representava uma extensão de sua militância. Em função de já estar atuando em jornais e fazendo militância, afirma ter optado pelo curso de jornalismo para “transformar o país e reformar o mundo”, razão pela qual também atua na política e continua no jornalismo. Ele afirma ainda ter encontrado as motivações necessárias para entrada no jornalismo na militância estudantil, a qual permitiu desenvolver, de forma organizada, uma “crítica social” já manifestada na infância e na juventude. A apresentação dos motivos que o levaram a escolher o jornalismo torna-se um meio apropriado para integrar seus interesses políticos dentro da sua futura vida profissional. A escolha aparece elaborada em ligação com sua sensibilidade política, o que contribui para reforçar ainda mais o seu engajamento.

Esse jornalista apresenta vários fatores que permitiram escolher o jornalismo como profissão e como formação e um deles está na infância. Filho de pai contabilista e de mãe professora primária, ele apresenta suas origens como a primeira motivação para perceber as diferenças sociais. Em um sítio de comunicação seu perfil foi apresentado como “político e social” e, nele, são destacados aspectos da sua infância e da sua juventude que reforçam uma visão sobre as diferenças sociais como algo que desde sempre preocupou o jornalista.

O menino-moleque que gostava de brincadeiras de rua, às vezes dava lugar a uma criança intelectual, com preocupações sociais (...). A adolescência foi um período de profunda tristeza. As diferenças me angustiavam, não pelas meninas que começaram a preferir os feios com grana aos pobres bonitos, mas por existir características que separavam as pessoas (perfil publicado no site www.coletiva.net.br; entrevista 11).

Nesse caso, as origens não são apresentadas como fator positivo para uma formação privilegiada, como em casos descritos anteriormente, mas como um elemento a mais nas motivações para o exercício da crítica social e para a percepção das diferenças. Em sua visão retrospectiva, sua origem social, relativamente alta, conduziu-o a uma reflexão das desigualdades sociais e é apresentada como desencadeador das atividades sociais que mais tarde passou a desempenhar, como a inserção no movimento estudantil.

O segundo aspecto mencionado como fator motivador para percepção das desigualdades e possível investimento no jornalismo está na juventude vivida em um contexto histórico peculiar de repressão política. Esse contexto fez com que percebesse a necessidade de se opor ao sistema político e colocou-o, naquilo que ele mesmo define, em um “campo de

oposição”, intensificando uma atuação em grupos de contra-cultura, como o movimento hippie, ainda na cidade de Santo Ângelo.

Além disso, na sua visão, o papel do jornalismo e do jornalista é intensificar a “esfera pública”, proporcionar as populações excluídas e de baixa renda as mesmas informações que são destinadas a outros grupos sociais e não propor jornais especializados, jornais que seriam, em suas palavras, “de classe, segmentados”. Assim, o jornalista estaria cumprindo o seu papel de contar a história cotidiana a todos os segmentos sociais, selecionando o que é de “interesse público” nessa história, aquilo que interessa à população como um todo. Isso demonstra uma definição militante das próprias competências jornalísticas e a reconversão de saberes incorporados pela experiência política em um saber fazer jornalístico.

Porém, os significados atribuídos ao passado e ao próprio exercício do jornalismo dependem da interseção com as esferas às quais estava vinculado. Assim, a inserção na militância estudantil, partidária e sindical cria as condições para essa percepção, além de possibilitar a conquista de novas posições e de cargos, ampliando, assim, às esferas de atuação. O militantismo, nesse caso, estudantil, partidário e sindical, contribui não só para formação de uma rede de relações, que podem ser mobilizadas em diversas situações, mas também para uma visão de mundo militante (GAXIE & OFFLERLÉ, 1985, CORADINI, 2001). Assim, ele orienta subjetivamente as “esferas” de sua “vida” pelos seus engajamentos.

Esse caso representa uma modalidade de associação de recursos em que a atuação partidária e sindical ocorre simultaneamente aos investimentos no jornalismo, possibilitando uma interferência nesses dois espaços. Os exemplos dessas interferências podem ser encontrados nas diversas greves da categoria do qual participou, nos cargos políticos que ocupou na qualidade de jornalista e na participação da “Cooperativa dos Jornalistas”, compondo a última chapa (petista) vencedora das eleições na década de 1980 a qual levaria ao racha definitivo da COOJORNAL. O fim da COOJORNAL foi provocado por uma forte tensão entre aqueles que representavam o grupo fundador, e que pensavam a cooperativa como um empreendimento jornalístico, e aqueles que pensavam o jornal como um empreendimento político, representado pela chapa formada por militantes do PT.

No que diz respeito aos cargos políticos que ocupou, esse jornalista foi Secretário de Comunicação do governo do estado de 1995 até 1998 pelo PT. Além desse cargo, nas eleições de 1994 candidatou-se a deputado federal pelo PT e, como não se elegeu, o partido convidou-o para administrar a pasta de comunicação do estado. Nessa mesma época, compôs as

chamadas “executiva” e “executivinha” do partido que consistem em grupos de cinco pessoas definidas pelo partido que recebem salário para ocupar tal função.

Atualmente, além de professor, esse jornalista atua na secretaria da FENAJ, do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”, coordena o “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação”, compõem a diretoria do FNPJ e representa os jornalistas no conselho de comunicação social. A sucessiva ocupação de posições de lideranças e de cargos em organizações ocorre simultaneamente ao investimento na carreira acadêmica. Esses postos adquirem um duplo sentido, na medida em que esse jornalista apresenta-os constantemente como uma atuação profissional e política. Apesar de tratar-se de cargos políticos que dependem de certo vínculo partidário, essas atuações são percebidas como atuações jornalísticas que permitem colocar o conhecimento que ele tem do jornalismo a serviço da comunicação e da política. As atividades políticas são definidas como um prolongamento da atuação profissional e essa última, por sua vez, é percebida como completamente política, visto que o próprio exercício do jornalismo é concebido como uma atividade militante, que implica intervenção e de atuação diante da realidade. Os cargos e as atividades que desempenha atualmente, como representante de entidades da categoria e de movimentos sociais como FNDC, dentre todos os outros, representam a possibilidade de desempenhar esse duplo papel, promovendo políticas de comunicação e colocando o conhecimento jornalístico a serviço da população.

Em síntese, esse trajeto caracteriza-se por um conjunto de investimentos simultâneos ao jornalismo, no Partido dos Trabalhadores e no “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”. Os contatos proporcionados por tais investimentos renderam-lhe uma candidatura e o cargo de secretário estadual de comunicação, além de lhe possibilitarem a liderança sindical. A inserção militante, partidária e sindical permite acumular um conjunto de recursos que podem ser usados para diversificar os espaços de atuação jornalísticos.

A ligação entre a esfera profissional e aquela do engajamento aparece claramente tanto no que diz respeito aos recursos que são convertidos para ampliar os espaços de atuação profissional, como nos aspectos subjetivos que permitem estabelecer uma conexão entre esses espaços. Ao longo da entrevista ele não cessa de colocar que seu trabalho e seu engajamento político fazem parte de um todo e que não estão separadas, apesar de seu constante esforço para controlar as interferências que podem ocorrer entre o jornalismo e a política. Assim, a imbricação desses espaços dá à sua ação um sentido. Esse jornalista procura apresentar uma coerência em seus relatos entre sua atuação profissional e sua atuação política.

A preocupação dessa coerência é central para ligar subjetivamente essas esferas que, à primeira vista, não tem laços comuns.

Essa comparação pode ser feita também com outros jornalistas, como é o caso de uma assessora de imprensa do Ministério da Saúde, atualmente, também coordenadora do “Núcleo de Assessores de Imprensa” do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”. Natural de São Leopoldo, de uma família com recursos econômicos precários, mãe professora primária e pai operário, ambos membros do Partido Comunista, formou-se em jornalismo pela PUC em 1985. Durante sua juventude ingressou no Partido Comunista e ali conheceu outros jornalistas que também estavam no partido. Nesse partido, ficou até 1995 quando, depois de brigas internas, decidiu ir para o Partido dos Trabalhadores. No período da universidade, foi do centro acadêmico do curso de jornalismo, do diretório acadêmico central e da “União Nacional dos Estudantes”, momento em que investiu ativamente na militância estudantil e partidária vinculando-se ao Partido Comunista.

Compondo um dos raros casos de ingresso na carreira jornalística, começou a trabalhar no jornalismo após terminar a faculdade, pois precisava concluir o curso superior rapidamente. Depois de formada, tentou conseguir emprego no jornal “Diário do Sul”, momento em que o jornalismo gaúcho vivia uma crise de ofertas de emprego em função de a empresa “Caldas Júnior” ter decretado falência e fechado às portas. Informada pelo jornal que não tinha espaço para mais jornalista foi para Florianópolis na tentativa de trabalhar como jornalista, pois o chefe do jornal “Diário do Sul” lhe comunicou que somente em Santa Catarina havia possibilidade. Lá conseguiu um emprego no jornal “O Estado”, onde ficou durante dois anos. Depois de dois anos no jornal, tirou férias e foi tentar encontrar alguma vaga no jornal “Correio do Povo”. Fez um trabalho de *free lancer* para o jornal e foi contratada, permanecendo cinco anos no em tal jornal, de 1988 até 1993, como repórter de política e de geral. Nesse período, também trabalhou em alguns jornais do interior. Depois, em 1993, trabalhou na assessoria da prefeitura de Porto Alegre, no qual ficou dois anos e meio. Esse emprego foi conquistado por intermédio do prefeito, Tarso Genro, que já conhecia o seu trabalho no “Correio do Povo”.

Além da atuação na prefeitura de Porto Alegre, também trabalhou como assessora na para Câmara de Vereadores, durante a administração do PT. Seu ingresso nessa atividade ocorreu em função da relação com o universo da política proporcionada pela reportagem política e, também, pela sua atuação sindical e partidária. Na Câmara de Vereadores seus contatos ampliaram-se, pois através dela conheceu um vereador que se elegeu a deputado

estadual e convidou-a para assessorá-lo na Assembléia Legislativa. Mais tarde, quando o PT assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul, em 2000, fez um concurso para assessor na Secretaria de Saúde e foi aprovada. Em seguida foi cedida para o Ministério da Saúde, momento em que a presidência da república estava com o PT.

O relato abaixo da jornalista sobre seu contato com o universo da política traz indício sobre a relação entre os jornalistas e as fontes de informação.

(...) Eu conhecia todo mundo. Quando tu é repórter, um dia tu está aqui outro dia tu está ali, tu conhece todo mundo (...) O meu ramo era a política. (...) Toda a minha carreira de repórter eu construí na editoria de política (...). Eu conhecia todo mundo. O PMDB na época era minha fonte. O Pedro Simon me deu uma vez uma matéria toda em *off* e depois ele disse: mas não é para tu publicar nada disso, agora vamos ao oficial. Daí esse foi o meu grande dilema. Eu me lembro que era um dia muito frio, eu fui lá na casa dele na Protásio e era uma matéria de política, era campanha eleitoral de 1990, o candidato do PMDB era o Fogaça, mas não decolava, chegava atrasado nos lugares, e o grande nome do PMDB sempre foi o Simon, e o cara não aparecia em reunião nenhuma. Ah, vou ver qual é a do Simon, porque lê não está dando esse aporte, o cara não vai (...). Aí eu fui, um dia frio, o cara me recebeu de roupão, muito bem, e começou a conversar comigo: porque esse candidato não decola, porque ele não tem empatia, por que isso, porque aquilo, porque ele chega nos lugares com muito empáfia, tem muita reclamação. E eu ouvindo aquilo ali (...), ele falou, falou, que o cara não dava certo como candidato. Depois que ele terminou de falar ele disse: agora tu esqueces tudo que eu te disse e eu vou te dar a matéria oficialmente: não porque agora eu vou me enganar... Eu cheguei à redação com a cabeça fervilhando (...) Chamei o editor e disse: o que eu faço. Ele disse: bom tu tens duas coisas para fazer: tu larga e essa é a grande matéria, mas tu também pode esquecer o cara como fonte pro resto da vida, ou então tu finge que não ouve e aí tu tem esse cara também para o resto da vida. E foi o que eu fiz, eu dei a materinha oficial que a partir dali o Simon estava se enganando, e a partir daquele momento o cara que ligava de tudo que ele tinha de informação (entrevista 4).

Nota-se que um “bom” contato com as fontes e uma relação de credibilidade requer não trair a confiança que os políticos depositam nos repórteres. Assim, é possível manter a fonte e conquistar novas possibilidades de acesso a outros espaços sociais. O “bom” contato pode representar uma porta aberta para o universo da política não só como uma fonte de informação, mas como uma possibilidade de novos investimentos profissionais.

Nesse caso, a atividade como repórter de política permitiu e favoreceu o acesso ao universo da política e o contato com políticos por meio da relação com a “fonte”, ao mesmo tempo, em que esse contato, muitas vezes, foi reforçado e intensificado pela sua atuação no “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul” e nos partidos nos quais estava vinculada: primeiro o Partido Comunista e, mais tarde, o Partido dos Trabalhadores. Tais inserções reforçavam seus vínculos com a política, não só em função do jornal, mas também em função da atividade militante.

Tal trajeto caracteriza-se pelo investimento concomitante nas redações, nos partidos políticos e no sindicalismo. Isso possibilita inserções diversas no jornalismo e o acesso aos postos de assessoria de imprensa pública. Dessa forma, é possível perceber as modalidades de existência e as condições de uso da militância (estudantil, sindical, partidária) para ampliação dos espaços de atuação no jornalismo. Assim como os esforços no sentido de converter as relações e os contatos em novas posições. A assessoria de imprensa constitui uma forma particular de reconversão de recursos políticos, muito deles conquistados em função dos contatos com o universo da política proporcionados pela editoria de política, e no universo militante (sindicato, partidos políticos) em novas formas de atuação profissional.

Esse padrão de ingresso e ascensão no jornalismo permite definir a militância política como a principal base de recursos profissionais e, desse modo, ela não é apenas um complemento nas suas carreiras, mas é indispensável para compreender a trajetória desses jornalistas. Em todos os casos apresentados, é possível discernir alguns mecanismos que criam determinadas condições para a reconversão da liderança política em recurso profissional, tais como militância estudantil associada ao sindicalismo, vínculos com partidos políticos e a atuação profissional no interior das redações. Isso gera um acúmulo de recursos de relações que podem ser mobilizados, a qualquer momento, para o exercício do jornalismo em setores diversos. A própria trajetória estudantil e profissional confunde-se com os investimentos em lideranças e representações associativas, sindicais e partidárias. A vida estudantil e profissional está relacionada a uma sucessão de postos ocupados na militância estudantil, nos partidos políticos e no sindicato profissional da categoria e um conjunto de esforços no sentido de convertê-las em recursos profissionais e em formas de acesso a posições.

Uma outra questão que merece ser destacada nesses casos é que a maneira própria de perceber a profissão e de apresentar os motivos para sua escolha estão diretamente associados à militância. A militância estudantil, sindical e as inserções em partidos políticos são percebidas como qualidades que permitem uma visão diferenciada da profissão, contribuindo para que o jornalista desempenhe o seu verdadeiro papel de militante da sociedade, defendendo o próprio jornalismo como um bem público e também lutando em defesa da democracia. A inserção política torna-se uma qualidade, um diferencial para esses jornalistas, na medida em que permite o desenvolvimento de habilidades e competências específicas que são inerentes à atividade jornalística, como olhar criticamente os fatos, inquietar-se e indignar-se diante dos fatos. A vida profissional adquire o sentido de uma militância

permanente. Isso quer dizer que a militância contribui não só para acúmulo de recursos distintos, mas para uma maneira própria de ver o mundo e a própria atividade profissional.

Além disso, a própria atividade política, seja ela sindical ou partidária, exige certa disponibilidade de tempo e dedicação. É em função disso, que muitos abandonam as redações para exercer o jornalismo em outros setores e investir, ao mesmo tempo, na atividade política. A atividade jornalística exercida nas redações toma boa parte do tempo dos jornalistas e para aqueles que investem no sindicato, nos partidos políticos, o tempo para tal militância fica reduzido. Esse fato leva muito deles a abandonar o exercício do jornalismo no interior das redações para investir em outras carreiras que possam permitir a militância.

Pode-se constatar com isso que predomina nesse conjunto de jornalistas a proximidade com o universo da política. O militantismo, na sua forma sindical, de movimento estudantil ou partidário, apresenta-se como uma modalidade específica de vinculação com a política e permite o acesso a certas atividades jornalísticas, como assessorias públicas, assessorias para partidos, para campanhas eleitorais, além da ocupação de cargos políticos como secretário de comunicação. O contrário também acontece, em que a formação em jornalismo possibilitou o crescimento dentro do partido, a atuação interna direcionada para uma determinada área e o alcance a determinados postos partidários. Um exemplo disso pode ser encontrado no presidente do sindicato da categoria, em que a formação superior o conduziu a atuar na área sindical do Partido Comunista Brasileiro. Tal formação permitiu que fosse conduzido pela diretoria do Partido a desenvolver um trabalho na área sindical, investindo sua atuação partidária, sobretudo no “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”. Nesse sentido, há um uso da militância para o exercício do jornalismo, assim como há um uso da formação em jornalismo para o investimento na militância.

Ao que tudo indica não são os critérios, nem a condição propriamente escolar que se constituem em recursos únicos para ascensão profissional. As inserções são amplas e multidimensionais, relacionadas, portanto, a vários vínculos sociais como as amizades e àqueles estabelecidos no interior do universo político partidário que resultam na ocupação de cargos em governos e em burocracias públicas.

Ao examinar esses dados, é possível perceber que entre a posição social de origem e o ponto de entrada no universo profissional interpõe-se uma série de relações e de vínculos com esferas sociais que não se reduzem ao universo escolar e ao acúmulo de títulos acadêmicos. Dentre todas essas o vínculo com a militância sindical e a político partidária assume

importância fundamental. Trata-se de jornalistas com considerável capital coletivo⁸² e político. O engajamento, seja ele sindical ou estudantil, permite formar um capital de relações sociais que podem ser reconvertidos em capital político, manifestado pela filiação em partidos e ocupação de cargos políticos, e também serem usados para ampliar a atuação profissional, com destaque especial para as assessorias políticas, como as de campanhas eleitorais, e assessorias de imprensa.

O que caracteriza o trajeto desses jornalistas é a combinação de várias militâncias, como a estudantil, a sindical, a atuação em partidos políticos, nos movimentos sociais como o “Fórum pela Democratização da Comunicação” e alguns grupos específicos como “Fórum Nacional de Professores de Jornalismo” e o “Núcleo de Assessores de Imprensa”. O exercício do jornalismo, nesses casos, constitui uma das bases de instrumentalização da militância. As variações da instrumentalização do exercício do jornalismo são amplas e dependem de situações específicas de cada trajetória individual, como se procurou demonstrar.

6.3. Combinações de Recursos e Multiposicionalidade dos Jornalistas

A análise do processo de conversão de recursos sociais em recurso profissional permitiu demonstrar a diversidade de bases sociais e de esferas de atividades acionadas para inserção e para ascensão profissional e explicitou certas combinações possíveis entre recursos que conduzem à ocupação de posições dominantes na hierarquia jornalística e o acesso aos cargos mais cobiçados, sejam eles no interior das redações, nas assessorias de imprensa, na universidade. Além disso, foi possível mostrar as concepções de jornalismo e que o sentido atribuído à atividade é inerente a esses processos de conversão. Os tipos de itinerários e os relatos biográficos traduzem associações diversas entre os recursos e os seus usos diferenciados para entrada e crescimento no jornalismo.

As formas de usos de relações estabelecidas em esferas sociais, como a família, escola, os partidos políticos, para o exercício profissional são diversas e, no limite, cada jornalista que as utiliza pode representar as próprias associações. No entanto, isso não exclui a possibilidade de construir certos padrões ou semelhanças. Esses padrões permitem demonstrar que os recursos que podem ser reconvertidos em posições profissionais remetem a um conjunto de esferas de atividade e redes de relações. Uma dessa rede de relações decorre dos contatos

⁸²Entendido aqui, no sentido atribuído por Gaxie e Offerlé (1985), como um conjunto de postos ocupados em instâncias sindicais por agentes situados em associações ou empresas coletivas de representação. Tais postos podem contribuir para acumular crédito suscetível de ser colocado no mercado político.

proporcionados pela origem social. Nesse caso, não só as relações proporcionadas pela família são relevantes e se tornam recursos básicos, mas também a posição social e culturalmente dominante. Tal posição constitui-se em um título, muitas vezes, ostentado como positivo para o exercício do jornalismo. Isso tem como consequência fortes afinidades com as atividades de comando e de chefia no interior das redações jornalísticas.

Além da esfera familiar, demonstra-se a importância das relações provenientes da militância política e partidária para ocupação de posições no jornalismo. A acumulação de capital aparece associada e se complementa as atividades de representação categorial, como militância sindical, ou algum outro tipo de associativismo ligado a partidos políticos. O resultado desses recursos é uma proximidade muito grande com postos ocupados nas universidades e nas assessorias públicas.

Do mesmo modo, é possível explicitar que os vínculos estabelecidos no interior das redações são essenciais para o crescimento na hierarquia jornalística, possibilitando indicações e acesso a certos postos. Tal esfera de atividade apresenta-se como fundamental em momentos de redirecionamento da carreira ou investimentos em outras áreas de atuação, como, por exemplo, a mudança de empresa jornalística ou ingresso em assessorias de imprensa.

As relações proporcionadas pela universidade também se destacaram, uma vez que a academia, mais do que um espaço de aprendizagem dos conhecimentos básicos do jornalismo, adquire importância pelas relações que proporciona, por meio de colegas ou professores que estejam atuando no chamado “mercado jornalístico”, possibilitando o acesso ao espaço das redações. Entre aqueles que não dispõem de recursos de origem social elevada, nem recursos proporcionados pela militância, a escola adquire um importante espaço de socialização e acesso a certos recursos que não poderiam ser obtidos de outra forma.

Os pontos de vista sobre o jornalismo, a concepção de excelência profissional e as tomadas de posição em matéria do diploma correspondem também a certos padrões de acúmulo de recursos sociais. A própria apresentação profissional tem como base a acumulação de recursos obtidos em outros domínios, remetendo, assim, a outros princípios que legitimam a posição profissional e que não estão associados ao meritocratismo. A exposição dos elementos que contaram para ascensão profissional requer um trabalho constante de acumulação e de conversão de tais recursos. Isso pode ser percebido nos relatos em que a competência profissional aparece associada a um capital de origem, sobretudo cultural ou ainda associada a um exercício militante.

As concepções acerca do diploma estão associadas, da mesma forma, aos itinerários sociais e profissionais. Por um lado, aqueles jornalistas que se posicionaram contrários às exigências do título escolar, na maioria diretores e chefes de redação, correspondem ao padrão de investimento que se caracteriza pela associação entre posição de origem, formação escolar e inserção jornalística. Por outro lado, aqueles que se manifestaram a favor do diploma para o exercício do jornalismo aproximam-se do modelo que combina recursos militantes e político-partidários com inserção jornalística. Assim, não há somente uma combinação desses recursos, mas uma valorização deles por parte desses jornalistas que o representam. Aqueles que combinam origem social elevada e inserção jornalística tendem a valorizar as origens em detrimento do diploma. E aqueles que associam militância e inserção profissional tendem a valorizar o exercício da militância e a formação acadêmica para o exercício da atividade. E há ainda aqueles cuja inserção ocorreu por um alto investimento nas redações e que tendem a valorizar o espaço da redação como a grande escola dos jornalistas e não a academia.

Este capítulo permitiu demonstrar, ainda, que os recursos acumulados pelos jornalistas que têm formação acadêmica aproximam-se dos recursos acumulados por aqueles que não tem formação superior em jornalismo. Isso permite levantar como questão que a base de recursos vem de um conjunto de associações, como origens sociais, militância político partidária, o jornal como espaço de estabelecimento de relações que podem gerar uma rede de relações ou como preferem denominar os jornalistas: um *network*. Tal *network* pode render um futuro emprego ou redirecionar a vida profissional, atuando em outras esferas. A exigência do diploma permitiu ampliar o leque das possibilidades de associação de recursos, permitindo àqueles que vêm de origem social baixa e que não contam com vínculos políticos e partidários, um primeiro contato com esse universo e, de repente, uma indicação de algum professor para a efetiva entrada no mercado de trabalho.

A falta de uma formação superior em jornalismo não afetou a inserção profissional dos “jornalistas provisionados” e o crescimento na hierarquia do jornalismo. A associação de recursos é muito similar aos casos em que o jornalista possui o diploma, o que permite concluir que a passagem pela faculdade de jornalismo não constitui critério último de diferenciação. A universidade favorece uma aproximação inicial com o meio jornalístico, com o espaço dos jornais, muitas vezes contribuindo, por meio de um professor que esteja atuando em veículos de comunicação e que possa fazer a indicação, para a entrada no mercado de trabalho e início da carreira profissional. As modalidades de uso do título escolar dependem da base de recursos e esferas de sociabilidade em que se inserem. Assim, a acumulação de

capital escolar constituiu-se em apenas uma das vias de acesso ao “mercado” jornalístico. É a combinação desses recursos que permite um determinado rendimento, uma valorização e definição do uso do diploma e do título escolar. Isso significa que o título escolar, como qualquer outro título, somente tem importância quando é um elemento a mais nas possibilidades de associação e combinação com outros títulos e permite, portanto, ampliar as esferas de atuação.

A reconversão de recursos sociais, de posição de origem ou obtidos pela participação político-partidária, nunca ocorre de maneira direta, uma vez que entre eles perpassam o espaço das redações e o universo acadêmico. Praticamente todos os jornalistas entrevistados lançam mão de mais de uma base de recursos e de esferas sociais, de acordo com o seu trajeto e sua inserção social e profissional. Uma das dificuldades que se apresentou ao trabalho, para construir modelos que permitissem caracterizar e tornar inteligíveis determinadas carreiras, foi a apreensão da inserção dos jornalistas nesse sistema multiposicional. A alternativa encontrada consistiu em um conjunto de informações coletadas e disponíveis por meio de outras fontes de dados, as quais permitiram caracterizar a principal base de recursos profissionais.

O conjunto de títulos e postos acumulados pelos jornalistas analisados nesta tese e que compõem suas trajetórias está associado a uma rede de relações subjacentes. O acionamento dessas redes ocorre em situações muito diversas, como as de entrada no mercado ou em momentos de reconversões, nos quais é preciso reorientar os investimentos a fim de ingressar numa nova situação social (postos da burocracia, assessoria de imprensa, trabalhos de *free lancer*).

CONCLUSÃO

Esta tese constitui-se como um dos esforços das Ciências Sociais em explicitar os mecanismos sociais de constituição e de formação de grupos profissionais, com destaque para o jornalismo. Uma das dificuldades aqui encontradas foi a escassez de estudos nacionais sobre esse universo que pudessem contribuir analiticamente para construção de problemáticas sociológicas. Tal dificuldade deve ser encarada não só como um dos principais desafios para análise dos determinantes sociais, culturais e políticos do jornalismo no Brasil, como também um dos limites deste estudo. A falta de estudos sociológicos que dessem conta dos processos de formação e de constituição da referida atividade, assim como feito em outras profissões como a Medicina e o Direito, conduziu esta tese a um confronto com esses trabalhos ao mesmo tempo em que os considerou como uma fonte de apoio para construção do objeto e do problema de análise.

A pesquisa apresentada teve por objeto a investigação do valor da formação superior em jornalismo, e do conjunto de outros recursos sociais, para o ingresso nessa atividade e para a ascensão profissional. Procurando ultrapassar as perspectivas que substancializam o diploma e que consideram os processos de regulamentação legal condições *sine qua non* para organização das profissões, a abordagem utilizada forneceu instrumentos para analisar os usos feitos do título acadêmico e de outros recursos sociais no recrutamento dos jornalistas e no crescimento na hierarquia interna da profissão. Assim, mostrou-se que o diploma não é uma condição suprema para inserção profissional, uma vez que ele só adquire importância se associado a outros recursos sociais. A originalidade deste estudo está na demonstração de que os confrontos entre os jornalistas para imposição do diploma são reveladores não somente de uma luta por espaço no mercado de trabalho, mas também permitem mostrar uma disputa pela imposição dos recursos legítimos para o ingresso e para o crescimento na hierarquia interna da profissão. Nessa disputa, o diploma é apenas um dos recursos e só se torna relevante se articulado a outros. Nesse sentido, uma profissão é, ao mesmo tempo, um espaço de confronto por uma reserva de mercado e o lugar de uma disputa entre estruturas de capitais que são diferenciados. A análise dos conflitos em torno do diploma de jornalista permite mostrar que o que está em disputa é a definição dos recursos sociais que podem ser usados para entrar e crescer no jornalismo.

Para demonstrar quais recursos sociais têm a chance de serem usados nessas disputas para inserção e ascensão profissional, a análise das trajetórias sociais, políticas e profissionais dos jornalistas tornou-se um procedimento fundamental. Sem a análise das trajetórias, a compreensão dos recursos que podem ser reconvertidos para atuação no jornalismo ficaria prejudicada. Por meio dela, foi possível mostrar tanto as especificidades do recrutamento dos jornalistas e dos recursos pertinentes para ascensão profissional como às concepções acerca da profissão. A análise das trajetórias permitiu demonstrar que o rendimento social dos títulos escolares depende do conjunto de outros títulos e recursos acumulados e que estão relacionados às origens sociais privilegiadas e a inserção em esferas sociais variadas. Tal investigação evidenciou, ainda, que a definição do exercício profissional e as concepções sobre o jornalismo aparecem associadas à sua capacidade de utilização em diferentes esferas de atividade. Além disso, essa análise, tomada em conjunto, trouxe informações preciosas sobre a história coletiva do jornalismo, uma vez que através dela foi possível examinar os recursos que caracterizaram os investimentos nessa profissão em um determinado momento de sua história.

Essas considerações mais gerais contribuíram para formular o argumento central dessa tese, o qual permite afirmar que o jornalismo constitui-se como um espaço de acúmulo e de reconversão de recursos diversos para ampliar os espaços de atuação profissional. Dito de outro modo, o exercício do jornalismo, a entrada e o crescimento na hierarquia interna dependem de um acúmulo de recursos sociais que, associados, conduzem à ocupação de posições dirigentes, no espaço das redações, da universidade, dos sindicatos ou das assessorias. Tais posições constituem-se como uma forma particular de articulação de recursos variados, obtidos por meio de múltiplas inserções (familiares, político-partidárias, jornalísticas), e por meio de sua reconversão para atuação no jornalismo. O trabalho de reconversão de recursos oriundos da esfera familiar, político-partidária e das próprias redações jornalísticas, em posições profissionais conduz à ampliação e à diversificação da atuação jornalística em diferentes esferas de atividade.

De maneira muito diversa, sucessivas gerações de jornalistas acumularam recursos cada vez mais diversos e concorrentes, para entrar no jornalismo, crescer em sua hierarquia interna e fazer dessa atividade uma forma de colocar o seu conhecimento, os seus títulos acadêmicos e escolares, a serviço de causas variadas, principalmente a de causas que se definem na esfera do militantismo, dos partidos políticos e da burocracia pública. Nesse sentido, o diploma só adquire valor se articulado com outros recursos obtidos fora da esfera

escolar, sobretudo na esfera da família ou da militância político-partidária. As possibilidades de utilização simultânea de vínculos de diferentes esferas sociais constituem um dos componentes básicos da “profissão de jornalista” e que permitem fazer dessa atividade um espaço importante de mediação com outros espaços sociais e, por fim, ampliar as possibilidades de intervenção e de atuação profissional em outras esferas de atividade.

Em várias épocas os jornalistas não deixaram de fazer do jornalismo um espaço relevante para acumular recursos sociais diversos. A análise da relação entre as condições históricas de constituição do jornalismo e as trajetórias dos jornalistas permitiu mostrar que o jornalismo consolidou o capital de relações sociais como um importante princípio de acesso à prática da profissão e de sucesso no jornalismo. Esse capital de relações sociais obtinha-se pelo pertencimento a várias esferas sociais simultaneamente, o que constituiu um dos elementos da composição desse grupo. Desse modo, as estratégias realizadas pelos jornalistas, para entrar no jornalismo e crescer na sua hierarquia interna, dependeram dos determinantes históricos inscritos no jornalismo, bem como dos recursos individuais fruto de sua socialização.

Em meados do século XIX, os jornais eram dominados por partidos políticos, o que contribuía para fazer dessa atividade uma forma de investimento na esfera da política. As características daqueles que investiam nos jornais e os recursos que acumulavam fortaleciam os vínculos com a política. No início do século XX, as mudanças históricas, sobretudo a proibição do governo a jornais partidários, contribuíram para instituir um jornalismo de mercado, voltado ao lucro e à venda de notícias. Esse novo processo não modificou as relações com a política, uma vez que os jornais continuaram servindo aos partidos políticos e aos governos. Os jornalistas tinham, então, a possibilidade de fazer dessa uma atividade de fácil reconversão para carreira política. Os recursos que acumulavam dentro do jornalismo, mas, sobretudo fora dele, no espaço da cultura e no da política, permitiram consolidar o jornalismo como uma atividade capaz de fazer a mediação com a atividade política, seja ela exercida em partidos políticos, seja na burocracia pública.

No momento em que os jornais passaram a considerar a notícia como um produto a ser vendido, surge a figura do repórter. O surgimento dessa nova figura na imprensa foi marcado pela multiposicionalidade dos agentes e pela pluralidade de vinculação com várias esferas sociais concomitantemente, de modo que o jornalismo se tornava, cada vez mais, um espaço fundamental para ampliar os espaços de atuação e permitir reconverter recursos sociais para, em nome do jornalismo, atuar em outras esferas, sobretudo na esfera política. Se entre os

bacharéis e advogados, como Rui Barbosa, associava-se a carreira (magistratura) à atuação política (ministérios, câmaras e senado) entre os literatos isso não era diferente, uma vez que também articulavam literatura à inserção na burocracia pública. Entre todas essas inserções somava-se a de jornalista. Tanto bacharéis como literatos, como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, empenharam-se em pensar o “ser nacional”, disputando interpretações sobre o Brasil e definindo o caráter nacional (SODRÉ, M 1999). Nesse trabalho de definição do povo brasileiro, o jornal era o grande mediador e o lugar em que era possível colocar a atividade profissional em prol das reformas políticas. Assim, a atividade de repórter e a possibilidade de fazer carreira no jornalismo nasceram como uma possibilidade de articular cultura e política e permitir àqueles que a ela se dedicavam a possibilidade de atuar, em nome do jornalismo, em várias esferas ao mesmo tempo.

Mas o jornalismo como um espaço de acúmulo e reconversão de recursos diversos, também dependeu das condições institucionais dessa atividade e de sua profissionalização. Desse modo, a análise do processo de regulamentação e de institucionalização do jornalismo demonstrou que as condições institucionais permitiram ampliar os espaços de atuação dos jornalistas e suas possibilidades de intervenção política. A relação entre as condições sócio-históricas do processo de regulamentação do jornalismo e as trajetórias sociais e profissionais dos jornalistas envolvidos na institucionalização da atividade evidenciou que a necessidade de “profissionalizar” o jornalismo constituía-se em um recurso importante não só para expandir a atuação profissional, como também para possibilitar a inserção dos jornalistas na esfera estatal. Atuar no Estado era uma das estratégias para obter reconhecimento e prestígio e, conseqüentemente, as instituições e as entidades como “Associação Brasileira de Imprensa”, os sindicatos regionais e as próprias universidades desempenharam um papel fundamental, proporcionando àqueles que a elas se dedicavam a possibilidade de atuar politicamente, seja por meio do uso do conhecimento para organização política do país, seja por meio da inserção na burocracia pública e em partidos políticos. Por conseguinte, as instituições tornavam-se importantes não só por exercerem um controle da atividade, mas também porque forneciam recursos sociais que poderiam ser reconvertidos para ampliar os espaços de atuação profissional e para fazer do conhecimento profissional uma forma de atuar politicamente. Tais instituições permitiram, aos seus organizadores, a possibilidade de acumular capital de relações sociais.

Portanto, as lutas pela regulamentação e pelo estabelecimento das fronteiras formais de uma profissão não representam apenas uma forma de controlar o mercado de trabalho e

não se voltam exclusivamente para ele, mas são uma forma de impor os recursos e as concepções legítimas da profissão. A análise do processo de regulamentação do jornalismo permitiu mostrar que os esforços para regulamentar a atividade representavam uma estratégia para se ter acesso ao Estado. Assim, defender os interesses dos jornalistas era uma forma transfigurada de também defender os interesses da nação e do povo e, com isso, aproximar-se da política, seja em prol de reformas políticas, seja pela inserção nos partidos políticos locais, na burocracia pública e no governo.

Além da investigação da profissão de jornalista sob o ponto de vista sócio histórico, e das trajetórias sociais, políticas e profissionais daqueles que investiam no jornalismo e na sua institucionalização, foi preciso analisar, também, os confrontos atuais em torno da defesa do diploma e da criação de um “Conselho Federal de Jornalistas”. Assim, a compreensão das estratégias das entidades para fazer valer sua posição com relação ao diploma e colocar em evidência a sua eficácia, sob o ponto de vista das trajetórias sociais, políticas e profissionais das lideranças, permitiu mostrar que os jornalistas que investem na regulamentação do jornalismo, manifestando-se publicamente, por intermédio de entidades, na defesa do diploma, ao organizarem debates sobre esse tema, editarem revistas, publicarem artigos e livros em defesa do jornalismo, não estão somente propondo problemáticas, mas realizando investimentos, acumulando capital de relações sociais e usando recursos obtidos nas mais variadas esferas para realizar tais feitos. A imposição do diploma e a defesa de um “Conselho Federal de Jornalismo” que regulamente a atividade estão carregadas de uma visão da profissão de jornalista que remete a outras esferas sociais e que extrapolam o exercício profissional *strictu sensu*. Desse modo, tanto a defesa do diploma de jornalista como a de um conselho representam estratégias para ampliar os espaços nos quais os jornalistas podem intervir em nome da profissão, sobretudo na esfera política, por meio da defesa de uma consciência crítica e transformadora e inserindo-se nas instâncias estatais. A própria tentativa de criação de um conselho representa uma estratégia para inserir uma determinada “elite de jornalistas” na estrutura burocrática do Estado e garantir espaços de decisão. O discurso de defesa da exigência do diploma em jornalismo e a necessidade de um conselho que controle a entrada dos jornalistas ao mesmo tempo em que têm por finalidade restringir espaço aos diplomados, tornam-se importantes recursos para intervir, em nome da profissão, na esfera política.

Entretanto, a afirmação nesta tese que o jornalismo constitui-se como um espaço de reconversão de recursos diversos capazes de ampliar os espaços de atuação profissional,

dependeu da análise da composição dos quadros dirigentes do jornalismo. Tal análise permitiu mostrar que os recursos que se destacaram são aqueles que estão respaldados na origem social elevada, na militância política e partidária e nas redações jornalísticas. Tais recursos caracterizam-se como uma garantia de sucesso na profissão, uma vez que, para ingressar em tal universo, o futuro jornalista deve deter desde o início um sólido caderno de endereços e relações que lhe possibilitem abrir certas portas na profissão. Esses recursos funcionam como trunfos capazes de permitir um capital de relações sociais. Além disso, eles são reveladores de certas concepções sobre a atividade jornalística.

Não obstante, não seria possível entender a composição dos quadros dirigentes do jornalismo no Rio Grande do Sul sem considerar em profundidade os padrões e as modalidades de reconversão de recursos diversos em posições profissionais. Assim, o exame das estratégias dos jornalistas para constituir e manter essa rede de relações demonstrou que o exercício do jornalismo exige uma habilidade pessoal para estabelecer contatos, além de ter demonstrado como ele tira proveito de tais contatos. Porém, a dedicação do jornalista para formação de suas redes de relações não teria resultado positivo se não contasse com múltiplas mediações complementares, tais como a associação das origens com a formação escolar e o intenso investimento nas redações, ou ainda a associação entre a militância política, a formação universitária e as redações jornalísticas.

Ao mesmo tempo em que os recursos que se destacaram asseguram uma homogeneidade, permitindo uma coesão no recrutamento ao grupo, possibilitam também uma polarização. A valorização dos recursos de origem social elevada une os jornalistas em torno de certas afinidades, fundamentalmente culturais e sociais. Do mesmo modo, os recursos obtidos pelo intenso investimento na militância estudantil, mais tarde sindical e partidária, ligam os jornalistas em torno de suas afinidades políticas. Mas vale ressaltar que não são apenas essas afinidades que eles carregam que contribuem para seus recrutamentos. Os jornalistas são recrutados sobretudo, graças aos amigos ou conhecimentos de pessoas com as quais mantêm laços, seja em função da família, seja durante os estudos, ou por meio da inserção político-partidária. É nesse sentido, que o diploma representa um componente a mais, um dos títulos e um dos recursos que ampliam as possibilidades de inserção e ascensão no jornalismo. A importância do diploma é assegurada pela origem privilegiada ou pela militância; a falta dele é compensada, ainda, pelas relações familiares e pela militância política. O crescimento na hierarquia interna do jornalismo depende não apenas do acúmulo de títulos formais, como o diploma, mas de um capital de relações sociais. Aquele que

ascendeu não é, *a priori*, o mais diplomado, contudo é aquele que ao investir nas suas relações, tem acesso a outros universos sociais e, desse modo, contribui para que o jornalismo seja colocado a serviço de outras esferas. A atividade jornalística e seu exercício representam um processo mais amplo de diversificação das modalidades de associação da escolarização com outros recursos obtidos através da inserção em esferas sociais variadas.

Na sua origem, a atividade jornalística é pautada pela constituição de um caderno de endereços, pela agenda telefônica, pela ampliação das fontes. Essa característica geral do jornalismo manifesta-se em diferentes situações nacionais, tanto no jornalismo anglo-americano como no francês e no brasileiro. O acúmulo desses contatos e dessas relações, constantemente em luta entre os agentes para ascensão profissional, é também uma necessidade vital para o jornalismo. No caso da França, o capital de relações sociais é visto como imprescindível para o acesso a informação jornalística. Por conseguinte, quanto maior o capital de relações de um jornalista, maior é a probabilidade de ascensão profissional, uma vez que as chances de obter informações em primeira mão se elevam. Portanto, a extensão de suas relações transforma-se em competências profissionais e em uma forma de reconhecimento interno. Enfim, o jornalista deve ter habilidade para fazer contatos, estabelecer vínculos e aumentar o seu capital social, pois tal capital é fundamental para o acesso a informações e a notícias, constituindo-se-, assim, em uma força dentro das redações jornalísticas (RIEFFEL, 1984).

No entanto, no caso brasileiro, o que se demonstrou, nesta tese, é que o acúmulo desses contatos não possibilita apenas uma consagração interna, como aqueles repórteres que se destacam em suas matérias em função de um amplo caderno de endereços, mas uma forma de ampliar as possibilidades de atuação e de intervenção profissional em outras esferas de atividade. Esse amplo contato constitui-se como uma forma importante de acesso a outros universos e como uma possibilidade de colocar o jornalismo a serviço de outras causas e esferas sociais. Como as fronteiras entre os espaços são mais fluidas e menos estáveis, a qualquer momento essas relações, as quais podem ser fruto das origens sociais elevadas, do investimento na militância política e do intenso contato com as fontes de informação, podem ser acionadas para permitir a ampliação dos espaços de atuação profissional.

A entrada no ofício graças a um amigo, a um parente ou a um conhecido faz parte de uma necessidade objetiva dos jornalistas e indica que ele já possui, de início, um caderno de endereços. A gestão desse capital de relações é fundamental ao longo da vida profissional, e as fontes de informações serão imprescindíveis para isso. Acontece que, no caso estudado, o

caderno de endereços e a importância das fontes vão além do que elas possibilitam ao exercício do jornalismo *strictu senso*, podendo resultar no acesso a posições profissionais além das redações. As relações dos jornalistas habilitam-no não apenas para o acesso a informações preciosas, a furos de reportagens, mas configuram-se como uma forma de gratificação fora do jornalismo. Portanto, as fontes não permitem apenas a extensão das redes de relações para o acesso a informações valiosas; elas fornecem recursos indispensáveis à ampliação dos espaços de atuação. Investir nos contatos com as fontes significa investir em relações que podem resultar em novas posições profissionais em espaços diversificados, deixando em aberto as possibilidades de intervenção jornalística. Muitas vezes, os contatos com as fontes são reforçados em espaços sociais externos às redações jornalísticas, como os partidos políticos e a família. Com base nisso, é possível afirmar que o exercício do jornalismo caracteriza-se pela reconversão de recursos diversos em recursos profissionais, os quais permitem diversificar os espaços de atuação profissional em jornais, em meios de comunicação, em assessorias, em consultorias, em partidos políticos, em governos e em empresas privadas.

Além disso, esta tese trouxe contribuições pertinentes para a reflexão tanto da formação das profissões em sociedades como a brasileira, em que a relação com a esfera da política se torna fundamental, como do uso de noções como a de “campo” em situações sociais nas quais os espaços profissionais possuem fronteiras mais flexíveis e, desse modo, mais permeáveis a articulações diversas. Tal reflexão é concernente, em primeiro lugar, aos limites das abordagens e dos modelos teóricos centrados no profissionalismo e no mercado de trabalho, e que, por sua vez, apresentam mais dificuldades em lidar com a diversidade de experiências de profissionalização. Esses modelos ignoram experiências, como a brasileira, em que as profissões se destacaram mais pela possibilidade de influenciar o Estado por meio do seu conhecimento especializado do que pela possibilidade de estabelecer um monopólio de mercado. Nessas condições, o projeto de profissionalização ocorre simultaneamente à construção do Estado Nacional. Em segundo lugar, esta tese traz elementos para a reflexão das dificuldades do uso de conceitos como os de “campo social”, “campo escolar”, “campo profissional”, nas análises de situações em que as profissões não se consolidaram apenas em torno de “ideologias meritocráticas” capazes de contribuir para sua autonomia. Na sociedade brasileira, o desenvolvimento das profissões implicou numa expansão das atividades profissionais e, desse modo, a definição de “profissão” remeteu não somente a um

meritocratism e acúmulo de recursos escolares, mas, também, ao acúmulo de recursos variados e ao exercício profissional em esferas sociais diversas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A Imprensa e o engajamento político no final do século XX. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24, Petrópolis, 2000. **Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS**. Petrópolis, ANPOCS, 2000. 1 CD-ROM.

_____ **A Modernização da Imprensa**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

_____ Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, Alzira Alves de. et all. **Mídia e Política no Brasil. Jornalismo e Ficção**. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p.13-74.

_____ Os Suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves de. et all. **A Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 13-60.

_____ **Eles mudaram a Imprensa**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca. Educação e desigualdade: o conceito de capital cultural é útil para se pensar o Brasil? ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26, Caxambu, 2002. **Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu/MG, ANPOCS, 2002. 1 CD-ROM.

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento**. A Geração 1870 na Crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Clayte de Paula. Concepção do sistema escolar brasileiro entre a década de 20 e 30 expressa na visão de Anísio Teixeira. **Revista da UFG**, Goiânia, vol. 7, no. 2, dezembro, 2005. Disponível em: www.proec.ufg.br. Acesso em 10 de fevereiro de 2007.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA. **Anuário Gaúcho de Comunicações**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: www.jornalistas-rs.org.br em 17 de 05 de 2004.

AGRIKOLIANSKY, Eric. Carrières Militantes et Vocation à la Morale: les Militantes de la LDH dans les Années 1980. **Revue Francaise de Science Politique**, vol 51, nº 1-2, p. 27-46, février-avril, 2001.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 35, p.3-30, 2º. semestre de 1993.

BARICKMAN, Bert J. & LOVE, Joseph L. Elites Regionais. **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 77-97.

BARROS, Jefferson. **Golpe Mata Jornal**. Porto Alegre, Já Editores, 1999.

BECKER, Howard. **Outsiders**. Études de Sociologie de la Déviance.Paris, Éditions A.-M. Métailié, 1985.

_____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. The Chicago School, So-Called. **Qualitative Sociology**, 22 (1), 1999, pp. 3-12. Disponível na página: <http://home.earthlink.net/~hsbecker/>. Acesso em 25 de julho de 2006.

_____. Uma Entrevista com Howard Becker. **Estudos Históricos**, n. 5 (1), p. 125-135, 1990. Disponível na página: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em 25 de julho de 2006.

BEZERRA, Marcos Otávio. Práticas Associativas, formas de ação coletiva, trajetórias políticas. In: REUNIAO ANTROOLÓGICA DO MERCOSUL, 6, Montividéo, 2005. **Anais da VI RAM**, Montividéo, Uruguay, 2005. 1 CD-ROM.

_____. **Em nome das “bases”**. Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.

_____. **Corrupção**. Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete. Internacional dos Empresários: Política de Interesses do Rotary Club no Brasil dos anos 1960. In: ALMEIDA, A. M. (et all). **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2004, p. 257-281.

BOIGEOL, Anne e DEZALAY, Ives. De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, n. 27, p. 49-68, juin, 1997.

BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres. La Formation d'un Groupe Social**. Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.

_____. L'espace positionnel. Multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue Francaise Sociologique**, XIV, p. 3-26, 1973.

BONELLI, Maria da Glória. As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 31-61, 2º semestre de 1993.

_____. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 39, p. 61-81, fevereiro, 1999.

BOTELHO, Tarcisio. Censos e Construção Nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, junho de 2005.

BOTTOMORE, Tom & NISBET, Robert (org.) **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

BOURDIEU, Pierre e BOLTANSKI, Luc. Lê titre et lê poste: rapports entre lê système de production et lê système de reproduction. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, (2), p.95-107, março, 1975.

BOURDIEU, Pierre. Classement, déclassement, reclassement. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, (24), p. 3-22, novembro, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**. Paris, Editions de Minuit, 1980a.

_____. Le capital social. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, (31), jan., p. 2-3, 1980b.

_____. **Homo Academicus**. Paris, Editions de Minuit, 1984.

_____. Reprodução Cultural e Reprodução Social. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1992, p. 295-336.

_____. **A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Ed. USP, 1996a.

_____. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996c.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo, UNESP, 2003.

BRANCO, Lucídio Castelo. **Da Memória de um Repórter**. Porto Alegre, Editora Age, 2002.

BREGUÊS, Sebastião Geraldo. A Imprensa Brasileira Após 64. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n.2, agosto de 1978.

BRESLAU, Daniel. Robert Park et Lécologie Humaine. **Actes de la Recherche en Ciências Sociales**, n. 74, p. 55-65, sept, 1988.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Gestão Familiar da escola e aprendizagem das habilidades para o ofício da política. In: ALMEIDA, Ana Maria F. e NOGUEIRA, Maria Alice (organizadoras) **A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 76-100.

_____. Os Usos da Educação na Carreira de Profissionais da Política. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26, Caxambu, 2002. **Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu/MG, 2002. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Cristina Leite. **Os dentistas práticos: história da exclusão e resistência na profissionalização da odontologia brasileira**. 2003, 267 f. Tese (doutorado em Saúde Pública). Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional da Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Transformações no mercado de Serviços Odontológicos e as disputas pelo monopólio da prática odontológica no século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 13, n. 1, p. 55-76, jan.-mar. 2006.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras Criadas**: David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo, SENAC, 2001

CHALABY, Jean. O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana. Comparação entre o Desenvolvimento do Jornalismo Francês e o Anglo-Americano (1830-1920). **Media & Jornalismo** (3) p. 29-50, 2003.

CHAPOULIE, Jean Michel. Préface. In: BECKER, Howard. **Outsiders**. Études de Sociologie de la Déviance. Paris, Éditions A.-M. Métailié, 1985, p. 9-22.

CLEMENTE, Elvo. O Curso de Jornalismo. In: DORNELLES, Beatriz. (org.) **PUCRS 50 Anos Formando Jornalistas**. Porto Alegre, Edipucrs, 2002, p. 13-50.

COELHO, Eduardo Campos. **As Profissões Imperiais**. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Record, Rio de Janeiro, 1999.

COLLINS, Randall. **The Credential Society**. An Historical Sociology of Education and Stratification. New York, Academic Press, 1979.

CONNIFF, Michael L. A Elite Nacional. **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 99-121.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes Famílias e "Elite Profissional" na Medicina no Brasil. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, III (3) 425-466, nov. 1996 - fev. 1997a.

_____. Origens Sociais e Princípios de Hierarquização Escolar: a formação de "intelectuais à brasileira". **Cadernos de Ciência Política**. Porto Alegre, n 6, p. 1-55, 1997b.

_____. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001a.

_____. Expansão e internacionalização do ensino universitário e mediação cultural dos professores de ciências humanas e sociais. **Projeto**, abril de 2001b.

_____. Escolarização, Militantismo e Posições Políticas. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26, Caxambu, 2002. **Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, realizado Caxambu/MG em 2002. 1CD-ROM.

_____. A Formação e Inserção Profissional dos Professores de Ciências Humanas e Sociais no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, A. M. (et all). **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2004, p. 213-240.

_____. A Formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-22, jan-jun de 2005.

_____. Relações Profissionais e Disputas Eleitorais. In: BARREIRA, C & PALMEIRA, M. **Política no Brasil**. Visões de Antropólogos. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2006, p. 267-297.

DEZALAY, Ives. & GARTH, Bryant. Recycler lês hommes d'État pour restructurer l'État: des héritiers de la culture juridique européenne aux technopols made in USA. In: **La Mondialisation des Guerres de Palais**. Éditions du Seuil, 2002, p. 49-70.

DIAS, Samia Cruaães de Souza. A Criação da Habilitação Publicidade e Propaganda no Brasil: seus problemas e soluções. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 1, 2003. **Anais do I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso dia 18 de maio de 2004.

DIAS, Osni Tadeu. Vitorino Prata Castelo Branco e o primeiro Curso Livre de Jornalismo do Brasil. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2, Florianópolis, 2004. **Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso dia 18 de maio de 2004.

DUBAR, Claude & TRIPIER, Pierre. **Sociologie des Professions**. Paris, Armand Colin, 1998a.

DUBAR, Claude. **La Socialisation**. Paris, Armand Colin, 1998b.

_____. Trajetórias Sociais e Formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ. Soc.** [online]. Abr. 1998c, vol. 19, n. 62, p.13-20. Disponível na World Wide Web: www.scielo.br. Acesso em 10 de dezembro de 2006.

_____. La Constrution Sociale de L'insertion Professionnelle. **Éducation et Sociétés**, n. 7, p. 23-36, 2001.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Documento. Disponível na página: www.fenaj.org.br. Acesso dia 10 maio de 2004.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (org). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa a sociedade**. Florianópolis, 2002, 2ª. Edição.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (org). Contribuições do campo do Jornalismo ao debate sobre o Anteprojeto da Lei de Educação Superior. **Seminário Nacional sobre a Reforma Universitária e seu impacto no campo do jornalismo**. Brasília, abril de 2005. Disponível na página: www.fenaj.org.br, acesso 10 de maio de 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Diploma em Jornalismo. Em defesa do jornalismo como subárea do conhecimento**. Disponível na página <http://www.fenaj.org.br/diploma.php>, acesso em 20 de junho de 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Diploma em Jornalismo. Carta Aberta do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo**. Disponível na página <http://www.fenaj.org.br/diploma.php>, acesso em 20 de junho de 2006.

FEIER, K. T. V. **Os 50 Anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais No Estado do Rio Grande do Sul**. 1992, 50 f. Monografia (trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos). Faculdade de Comunicação, UNISINOS, 1992.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa Literária de Porto Alegre no Século XIX**. Porto Alegre, Edições URGs, 1975.

FILLIEULE, Olivier. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de L'engagement Individuel. **Revue Francaise de Science Politique**, Vol 51, nº 1-2, p. 199-215, février-avril, 2001.

_____. Temps biografique, temps social et variabilité des retributions. In: FILLIEULE, Olivier (org.) **Le Desengagement Militant**. Paris. Edition Belin, 2005, p. 17-47.

FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO. Documento. Disponível na página: www.professoresjornalismo.jor.br. Acesso em 20 de maio de 2004.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. Documento. Disponível na página: www.fndc.org.br. Acesso em 20 de maio de 2004.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo, Edusp, 1998a.

_____. Knowledge and the Praticice of Sociology. **Sociological Forum**, volume 1, n. 4, p. 684-700, 1986.

_____. Para uma análise comparada das profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, ano 11, p. 141-155, junho de 1996.

_____. Une Conférence d'Eliot Freidson. **Colloque Franco-Américain sur Thème "L'École de Chicago"**, Université de Saint-Quentin-en-Yvelines, 3 et 4 avril 1998.

_____. La Teoria de Las Profesionas. Estado Del Arte. **Perfiles Educativos**. Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 23, n. 093, p. 28-43, 2001.

GALVANI, Walter. **Um Século de Poder. Os Bastidores da Caldas Júnior**. 2ª. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995.

GAXIE, Daniel & OFFERLÉ, Michel. Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital Social Collectif et Carriere Politique. In: BIRNBAUM, Pierre (dir.). **Les Élités Socialistes au Pouvir – 1980-1985**. Paris, Press Universitaires de France, 1985, p.105-138.

GLUER, Laura Maria. De Chapa Branca a Interlocutora Qualificada. A trajetória da atividade de assessoria de imprensa no Brasil e no RS. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2, Florianópolis, 2004. **Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso em 18 de maio de 2004..

GOFFMAN, Evering. A Carreira Moral do Doente Mental. In: **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 111-143.

GRIBAUDI, Maurizio. **Espaces, Temporalités, Stratifications. Exercices sur les réseaux sociaux**. Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.

GRUN, Roberto. O MBA Como um Brevê de Internacionalização e de Modernidade Profissional entre Engenheiros. In: ALMEIDA, A. M. (et al). **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2004, p.

282-298.

HERZ, D. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre, Ortiz, 1989.

HIME, Gisely Valentim Coelho. Na Fundação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil Cásper Líbero Gera o Conceito de Jornalismo Moderno. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2, Florianópolis, 2004. **Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Florianópolis, 2004. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso em 18 de maio de 2004. .

_____. Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005a. **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**.

_____. Cásper Líbero Entre o Profissional e o Mito: Inventário Crítica das Fontes Bibliográficas e Hemerográficas. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3, Novo Hamburgo. **Anais do III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. Novo Hamburgo, 2005. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso em 26 de março de 2006.

_____. Um Projeto Nacionalista em Busca da Modernidade: A Gazeta de Cásper Líbero na Era Vargas. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3, Novo Hamburgo. **Anais do III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. Novo Hamburgo, 2005. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso em 26 de março de 2006.

HUGHES, Everett. **On Work, Race and the Sociological Imagination**. Chicago, University of Chicago Press, 1994.

_____. **Men and Their Work**. Wesport, Greenwood Press Reprint, 1981.

LALLEMENT, Michel. **História das Idéias Sociológicas**. De Parsons aos contemporâneos. Petrópolis, Vozes, 2004.

LAGROYE, Jacques. Les Processus de Politisation. In: LAGOYE, Jacques. **La Politisation**. Paris, Belins, 2003, p. 359-372.

LANDÉ, C. H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In. SCHIMDT, S. W. et al. (eds.). **Friends, Followers, and Factions; a reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977, p. 13-38.

LEBARON, Frédéric. O Campo dos Economistas Franceses no Fim dos Anos 90: Lutas de Fronteiras, Autonomia e Estrutura. **MANA**, n 7 (1), p. 9-29, 2001.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas no Governo**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LOWREY, Wilson & BECKER, L. Commitment to Journalistic Work: Do High School and Cpçege Activities Matter? **Journalism & Mass Communication Quarterly**, vol. 81, no. 3, p. 528-545, Autumn, 2004.

LUSTOSA, Isabel. Homens fora do lugar com idéias no lugar: Hipólito da Costa e um projeto para o Brasil. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26, Caxambu, 2006. **Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2006. 1 CD-ROM.

_____. **Insultos Impressos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. **Breno Caldas. Meio Século de Correio do Povo. Glória e Agonia de um Grande Jornal**. Depoimento a José Antônio Pinheiro Machado. Porto Alegre, L&PM Editores, 1987.

MARANHÃO FILHO, Luiz. **Legislação e Comunicação: direito de comunicação**. São Paulo, LTr, 1995.

MARTINS, Luciano. A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.4, vol 2, p.1-26, junho de 1987.

MATONTI, Frédérique et PAUPEAU, Franck. Lê Capital Militant. Essai de Definition. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Le Capital Militant (1), n. 155, p. 5-11, décembre 2004.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MISCHE, Ann. De estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, p. 134-150, 1997.

NEVEU, Erik. **Sociologie du Journalisme**. Paris, La Decouverte, 2001.

PACCOLA, Carina. Jornalistas e opinião no surgimento da imprensa no Brasil e durante a ditadura militar. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2, Florianópolis, 2004. **Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Florianópolis, 2004. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso em 18 de maio de 2004.

PASSY, Florence. Interactions Sociales et Imbrications des Sphères de Vie. In: FILLIEULE, Olivier (org.) **Le Desengagement Militant**. Paris. Edition Belin, 2005, p. 111-130.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática, 1990.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser Médico no Brasil**. O Presente no Passado. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique. A Infância dos Chefes- A Socialização dos Herdeiros Ricos na França. In: ALMEIDA, Ana Maria e NOGUEIRA, Maria Alice (organizadoras) **A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 11-28.

QUEVEDO, Raul. **Construtores da Liberdade**. Canoas, ULBRA, 2001.

REVERBEL, Carlos & BONES, Elmar. **Luiz Rossetti: o editor sem rosto e outros aspectos**

da imprensa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, L&PM, 1996.

RIBEIRO Neusa. & BRAGANÇA. Maria Alice. A História do Jornalismo em Novo Hamburgo: apontamentos iniciais. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2, Florianópolis, 2004. **Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Florianópolis, 2004. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso em 18 de maio de 2004.

RIBEIRO, Lavina Madeira. A Imprensa e a esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964) ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 1, 2003. **Anais do I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, 2003. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso em 18 de maio de 2004.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, n. 31, 2003.

RIEFFEL, Rémy. **L'élite des Journalistes**. Paris, Presses Universitaires de France, 1984.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. 2004, 249 f. Tese (tese de doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, UFSC, São Carlos, 2004.

ROY, Fernande & Saint Pierre, Jocelyn. A Alta Redação dos Jornais de Quebec (1850-1920). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 203-222.

SAINT MARTIN, Monique de. Modos de Educação dos Jovens Aristocratas e suas Transformações. In: ALMEIDA, Ana Maria F. e NOGUEIRA, Maria Alice (organizadoras) **A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 29-48.

_____. Coesão e Diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX. **MANA**, 8(2):127-149, 2002.

SCHIRMER, L. **RBS: Da voz-do-poste à Multimídia**. Porto Alegre, L & PM, 2002.

SCHUDSON, Michael. A Discussion of Magali Sarfatti Larson The Rise of Professionalism: a sociological analysis (Berkeley: University of California Press, 1977). **Theory and Society** 9, p. 215-229, 1980.

SILVA, Marco Antonio Rocho. Jornalistas: o sindicato no dilema entre a militância e o profissionalismo. **Revista PJ: Br Jornalismo Brasileiro**. Edição 03, primeiro semestre de 2004, Disponível na página: www.eca.usp.br/prof/josemarques/arquivos . Acesso em 28 de setembro de 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História de Imprensa no Brasil**. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1999.

STRAUSS, Anselm. La Dynamique des Professions. In: **La Trame de la Negociation**. Paris,

L'harmattan, 1992, pp. 67-86.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Luci Lippi (et all). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 71-108.

VIANNA, Ruth Penha Alves. Pra não dizer que não falei das flores: a modernidade do projeto pedagógico fundador do curso de jornalismo da ECA e seu impacto nacional. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3, Novo Hamburgo, 2005. **Anais do III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Novo Hamburgo, RS – 2005. Disponível na página: www.redealcar.com.br. Acesso em 15 de maio de 2006.

VIDAL E SOUZA, Candice. **Repórteres, Reportagem e Construção da Nação no Jornalismo Brasileiro**. 2003, 287 f. Tese (tese de doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

WILLEMEZ, Laurent. Perseverare Diabolicum: l'engagement militant à l'épreuve du vieillissement social. **Lien Social et Politiques**- RIAC, 51, Printemps, p. 71-82, 2004.

WEFFORT, Francisco. As Escritas de Deus e as Profanas: notas para uma história das idéias no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, n. 57, p. 1-22, fevereiro de 2005.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. São Paulo, Unicamp, 2003, p- 93-112.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.

APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Identificação do entrevistado:

a) Instituição:

b) Idade:

2- Pontos de Vista sobre:

a) como vê o momento atual do jornalismo, os principais debates, os principais desafios, os confrontos;

b) para você o que implica o trabalho jornalístico? O que é ser jornalista?

c) o que o levou a escolher jornalismo?

d) como você vê o papel do jornalista na sociedade? Você se vê como um difusor da informação, um mediador dos problemas sociais, um intérprete da informação, um fiscal do governo, um defensor dos sem-voz, da população?

e) considera necessária a formação acadêmica em jornalismo para exercer essa atividade? Por quê? Em que sentido ela se faz útil ou não?

f) o que pensa sobre a criação de um Conselho Federal de Jornalismo?

3- Origens sociais, trajetória escolar, profissional e inserções

a) origens sociais:

- Qual a formação escolar do pai e da mãe (1º. Grau, 2º. Grau); Em que período? Qual município? Qual era a idade deles no momento dessa formação?

- Qual a formação universitária (graduação, pós-graduação). Em que período? Qual município? Qual era a idade no ingresso e na formação?

- Em que escolas concluíram a formação escolar e universitária (pública, privada). Se privada com recursos próprios ou com bolsa. Precisaram trabalhar para concluir a formação?

- Em que trabalham o pai e a mãe;

- O pai e a mãe participavam ou participam de alguma entidade, associação ou grupo seja ela religiosa, política ou social? Se sim, de que forma (simpatizante, militante,).

- Tem irmãos? Quantos e quais são suas formações? E em que escolas fizeram tal formação? Qual é a idade?

b) Trajeto Escolar

- Formação primária onde conclui (escola pública ou privada) e com que idade? Se privada, com recursos próprios ou bolsa? Em que município?
- Formação secundária onde concluiu (escola pública ou privada) e com que idade? Se privada com recursos próprios ou bolsa? Em que município?
- Formação universitária onde concluiu (escola pública ou privada)? Se privada com recursos próprios ou bolsa. Com que idade ingressou e com que idade concluiu? Em que município?
- Fez vestibular para outros cursos? Se sim quais e em que universidades?
- Ingressou em algum outro curso? Se sim, qual?
- Concluiu algum outro curso de graduação? Se sim, qual?
- Precisou trabalhar para concluir a formação escolar e universitária? Se sim, em que trabalhou?
- Tem pós-graduação: se sim em que área, qual nível e em que universidade? Em que período entrou e concluiu?

c) Trajeto Profissional

- Que empregos já teve?
- Como foi o processo de ingresso na carreira jornalística? Quando foi?
- Que funções já desempenhou no jornalismo? E como chegou até elas?
- Que atividades jornalísticas exerce atualmente?
- Participa do sindicato? Se sim, de que forma e desde quando? Se não, por quê?
- Participa de alguma associação ou grupos específicos do jornalismo, como núcleo de assessores, de ecojornalistas, de jornalistas afrodescendentes, jornalistas de economia? Se sim, como, de que forma e desde quando?
- Participou de alguma discussão, debate, seminário a respeito da regulamentação da profissão ou do conselho federal de jornalismo? Se sim, como foi a participação e do que se tratava?

d) Inserções

- Participou de movimento estudantil, ou atividades em grêmios estudantis, centros acadêmicos? Se sim quando e como ocorreu tal participação? O que o levou até ela? Como se enquadrava, como simpatizante, militante?
- Participa de partidos políticos? Se sim desde quando, qual e como ocorreu a participação? O que o levou a tal participação? Como se enquadra, como simpatizante, militante?
- Participa ou já participou de grupos religiosos ou filosóficos? Se sim como era essa participação (simpatizante, militante)? O que fazia nesses grupos e o que levou até isso?

- Participa de movimentos sociais ou grupos destinados a resolução de problemas sociais, tais como grupos ambientais, movimento negro, meninos de rua, entre outros? Se sim, quando e como ocorreu tal participação? O que o levou até isso e como se enquadra, como simpatizante ou militante?

4- Informações Gerais:

a) renda atual em salários mínimos:

- Até 5
- De 5 a 10
- De 10 a 15
- De 15 a 20
- De 20 a 25
- Acima de 30

APÊNDICE II: TABELAS

1. Tabela I: Idade

Idade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Entre 30 e 39	4	9,8	9,8	9,8
Entre 40 e 50	23	56,1	56,1	65,9
Entre 51 e 60	7	17,1	17,1	82,9
Entre 61 e 70	4	9,8	9,8	92,7
Entre 71 e 80	3	7,3	7,3	100,0
Total	41	100,0	100,0	

2. Tabela II: Período de Entrada no Jornalismo

Ano de entrada no jornalismo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Década de 50	5	12,2	12,2	12,2
Década de 60	2	4,9	4,9	17,1
Década de 70	14	34,1	34,1	51,2
Década de 80	18	43,9	43,9	95,1
Década de 90	2	4,9	4,9	100,0
Total	41	100,0	100,0	

3. Tabela III: Divisão Sexual das Funções

Count

		Sexo		Total
		Sexo Masculino	Sexo Feminino	
Função atual desempenhada no jornalismo	Diretor de redação/editor chefe	17	2	19
	Professor universitário	4	3	7
	Assessor de imprensa	3	1	4
	Entidades associativas e sindicais	5	1	6
	Diretor e proprietário de empresas de assessoria e editoras	4		4
	Colunista	1		1
Total		34	7	41

4. Tabela IV: Profissão do Pai

Profissão do Pai				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Militar de carreira	3	7,3	7,3	7,3
Pequeno comerciante e autônomo	18	43,9	43,9	51,2
Profissionais liberais e professores universitários	6	14,6	14,6	65,9
Diretor de empresas ou proprietário	8	19,5	19,5	85,4
Político	1	2,4	2,4	87,8
Funcionário Público	4	9,8	9,8	97,6
Músico	1	2,4	2,4	100,0
Total	41	100,0	100,0	

5. Tabela V - Formação Escolar do Pai

Formação Escolar do Pai				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
primário incompleto	14	34,1	34,1	34,1
primeiro grau incompleto	4	9,8	9,8	43,9
segundo grau incompleto	1	2,4	2,4	46,3
segundo grau completo	7	17,1	17,1	63,4
curso superior	13	31,7	31,7	95,1
curso superior incompleto	2	4,9	4,9	100,0
Total	41	100,0	100,0	

6. Tabela VI – Profissão da Mãe

Profissão da Mãe				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Dona de casa	27	65,9	65,9	65,9
Professora Primária	5	12,2	12,2	78,0
Advogada	3	7,3	7,3	85,4
Doméstica/Diarista/ Costureira	3	7,3	7,3	92,7
Música	1	2,4	2,4	95,1
Professora de segundo grau	2	4,9	4,9	100,0
Total	41	100,0	100,0	

7. Tabela VII - Formação Escolar da Mãe

Formação Escolar da Mãe

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Primário incompleto	15	36,6	36,6	36,6
Primeiro grau completo	1	2,4	2,4	39,0
Segundo grau completo	16	39,0	39,0	78,0
Curso superior completo	6	14,6	14,6	92,7
Curso superior incompleto	2	4,9	4,9	97,6
Primeiro grau incompleto	1	2,4	2,4	100,0
Total	41	100,0	100,0	

8. Tabela VIII – Função Desempenhada no Jornalismo e Profissão do Pai

Count		Função Atual Desempenhada no Jornalismo						Total
		Diretor de redação/e ditor chefe	Professor universitário	Assessor de imprensa	Entidades associativas e sindicais	Diretor e proprietário de empresas de assessoria e editoras	Colunista	
Profissão do Pai	Militar de carreira	2			1			3
	Pequeno comerciante e autônomo	6	2	3	4	2	1	18
	Profissionais liberais e professores universitários	4	1			1		6
	Diretor de empresas ou proprietário	4	2		1	1		8
	Político	1						1
	Funcionário Público	2	2					4
	Músico			1				1
Total		19	7	4	6	4	1	41

9. Tabela IX - Função Desempenhada no Jornalismo e Escolaridade do Pai

Count		Função Atual Desempenhada no Jornalismo						Total
		Diretor de redação/e ditor chefe	Professor universitário	Assessor de imprensa	Entidades associativas e sindicais	Diretor e proprietário de empresas de assessoria e editoras	Colunista	
Formação Escolar do Pai	primário incompleto	4	1	3	4	1	1	14
	primeiro grau incompleto	3	1					4
	segundo grau incompleto		1					1
	segundo grau completo	3	1		2	1		7
	curso superior	8	3			2		13
	curso superior incompleto	1		1				2
Total		19	7	4	6	4	1	41

10. Tabela X - Função Desempenhada no Jornalismo e Profissão da Mãe

Count		Função Atual Desempenhada no Jornalismo						Total
		Diretor de redação/e diretor chefe	Professor universitário	Assessor de imprensa	Entidades associativas e sindicais	Diretor e proprietário de empresas de assessoria e editoras	Colunista	
Profissão da Mãe	Dona de casa	11	6	2	5	3		27
	Professora Primária	3	1	1				5
	Advogada	2		1				3
	Doméstica/Diarista/ Costureira				1	1	1	3
	Música	1						1
	Professora de segundo grau	2						2
Total		19	7	4	6	4	1	41

11. Tabela XI - Função Desempenhada no Jornalismo e Escolaridade da Mãe

Count		Função Atual Desempenhada no Jornalismo						Total
		Diretor de redação/e diretor chefe	Professor universitário	Assessor de imprensa	Entidades associativas e sindicais	Diretor e proprietário de empresas de assessoria e editoras	Colunista	
Formação Escolar da Mãe	Primário incompleto	6	1	2	4	1	1	15
	Primeiro grau completo	1						1
	Segundo grau completo	5	5	1	2	3		16
	Curso superior completo	5		1				6
	Curso superior incompleto	2						2
	Primeiro grau incompleto			1				1
Total		19	7	4	6	4	1	41

12. Tabela XII - Formação Superior

Curso Superior				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Iniciou outros cursos e não concluiu	16	39,0	39,0	39,0
Concluiu outros cursos	3	7,3	7,3	46,3
Não prestou vestibular para outros cursos	15	36,6	36,6	82,9
Não tem curso superior	6	14,6	14,6	97,6
Tem curso superior em outras áreas e não jornalismo	1	2,4	2,4	100,0
Total	41	100,0	100,0	

13. Tabela XIII – Militância Estudantil

Militância Estudantil

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Grêmio estudantil	2	4,9	4,9	4,9
Centro acadêmico	16	39,0	39,0	43,9
Gremio estudantil e centro acadêmico	9	22,0	22,0	65,9
Nenhuma	14	34,1	34,1	100,0
Total	41	100,0	100,0	

14. Tabela XIV – Inserção Político Partidária

Partidos Políticos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Circunstancial /6 meses a 1 ano	6	14,6	14,6	14,6
Até os dias atuais	13	31,7	31,7	46,3
Não teve	22	53,7	53,7	100,0
Total	41	100,0	100,0	

15. Tabela XV – Filiação Sindical e Associativa

Participação em Entidades Sindicais e Associativas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Filiado ao sindicato	4	9,8	9,8	9,8
Filiado e atuante no sindicato	12	29,3	29,3	39,0
Membro e sócio da ARI	3	7,3	7,3	46,3
Filiado ao sindicato e sócio da ARI sem atuação	12	29,3	29,3	75,6
desfiliado ao sindicato e sócio da ARI	9	22,0	22,0	97,6
Sem vínculos	1	2,4	2,4	100,0
Total	41	100,0	100,0	

16. Tabela XVI – Rendimentos

Renda Atual em Salários Mínimos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
De 5 a 10 salários mínimos	6	14,6	14,6	14,6
De 10 a 15 salários mínimos	4	9,8	9,8	24,4
De 15 a 20 salários mínimos	4	9,8	9,8	34,1
De 20 a 25 salários mínimos	7	17,1	17,1	51,2
De 25 a 30 salários mínimos	3	7,3	7,3	58,5
De 30 a 35 salários mínimos	9	22,0	22,0	80,5
De 35 a 40 salários mínimos	2	4,9	4,9	85,4
De 40 a 45 salários mínimos	2	4,9	4,9	90,2
De 45 s 50 salários mínimos	3	7,3	7,3	97,6
Acima de 50	1	2,4	2,4	100,0
Total	41	100,0	100,0	

17. Tabela XVII - Renda e Função Desempenhada no Jornalismo

Count							Total
	Diretor de redação/e ditor chefe	Professor universitário	Assessor de imprensa	Entidades associativas e sindicais	Diretor e proprietário de empresas de assessoria e editoras	Colunista	
De 5 a 10 salários mínimos	1		1	4			6
De 10 a 15 salários mínimos				2	2		4
De 15 a 20 salários mínimos	1	2			1		4
De 20 a 25 salários mínimos	2	4	1				7
De 25 a 30 salários mínimos	2				1		3
De 30 a 35 salários mínimos	7	1				1	9
De 35 a 40 salários mínimos	2						2
De 40 a 45 salários mínimos	2						2
De 45 s 50 salários mínimos	1		2				3
Acima de 50	1						1
Total	19	7	4	6	4	1	41

APÊNDICE III: LISTA DAS ENTREVISTAS

A) Organização das entrevistas realizadas por: sexo, idade, posição ocupada no jornalismo e data de realização da entrevista.

Entrevista 01: masculino, 43 anos, editor chefe de jornal diário com circulação em todo o estado do Rio Grande do Sul, maio de 2004.

Entrevista 02: masculino, 61 anos, proprietário e diretor de jornal de bairro e editora, maio de 2004.

Entrevista 03: feminino, 50 anos, professora do curso de jornalismo da UFRGS, diretora da rádio da mesma universidade, maio de 2004.

Entrevista 04: feminino, 41 anos, assessora de imprensa do Ministério da Saúde, coordenadora do Núcleo de Assessores de Imprensa do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, maio de 2004.

Entrevista 05: feminino, 50 anos, Núcleo dos Jornalistas Afro-descendentes, maio de 2004.

Entrevista 06: masculino, 71 anos, presidente da ARI, maio de 2004.

Entrevista 07: masculino, 48 anos, professor do curso de jornalismo da UFRGS, maio de 2004.

Entrevista 08: masculino, 52 anos, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, setembro de 2004.

Entrevista 09: masculino, 75 anos, jornalista aposentado, outubro de 2004.

Entrevista 10: feminino, 42 anos, professora do curso de jornalismo da PUC, chefe de departamento do curso de jornalismo, novembro de 2004.

Entrevista 11: masculino, 54 anos, professor do curso de jornalismo da PUC, secretário geral da FENAJ, membro da diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, novembro de 2004.

Entrevista 12: masculino, 40 anos, gerente de jornalismo de rádio, maio de 2005.

Entrevista 13: masculino, 39 anos, editor-chefe de rádio, maio de 2005.

Entrevista 14: masculino, 43 anos, editor-chefe de jornal regional, maio de 2005.

Entrevista 15: feminino, 41 anos, editora regional de canal de televisão, professora do curso de jornalismo da PUC, maio de 2005.

Entrevista 16: masculino, diretor de redação de duas revistas de circulação regional, maio de 2005.

Entrevista 17: masculino, 39 anos, editor-chefe de jornal diário, maio de 2005.

Entrevista 18: masculino, 45 anos, diretor de redação de jornal diário, maio de 2005.

Entrevista 19: masculino, 55 anos, diretor de redação de jornal diário, maio de 2005.

Entrevista 20: masculino, 40 anos, gerente de jornalismo de rádio, maio de 2005.

Entrevista 21: masculino, 43 anos, professor do curso de jornalismo da PUC, comentarista e colunista de jornais e programação televisiva, maio de 2005.

Entrevista 22: masculino, 45 anos, diretor de redação de jornais diários regionais, maio de 2005.

Entrevista 23: masculino, 75 anos, repórter aposentado, maio de 2005.

Entrevista 24: feminino, 55 anos, professora do curso de jornalismo da UNISINOS, setembro de 2005.

Entrevista 25: feminino, 43 anos, editora-chefe de jornal diário regional, setembro de 2005.

Entrevista 26: masculino, 40 anos, editor do jornal do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, setembro de 2005.

Entrevista 27: masculino, 42 anos, diretor de jornalismo de rede de televisão regional, outubro de 2005.

Entrevista 28: masculino, 42 anos, gerente de jornalismo de canal de televisão a cabo e canal de televisão regional, outubro de 2005.

Entrevista 29: masculino, 56 anos, assessor de imprensa do Tribunal de Justiça, outubro de 2005.

Entrevista 30: masculino, 40 anos, diretor de jornalismo de canal de televisão regional, outubro de 2005.

Entrevista 31: masculino, 45 anos, Núcleo de Eco Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, outubro de 2005.

Entrevista 32: masculino, 56 anos, professor de jornalismo da UFRGS, membro da diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, outubro de 2005.

Entrevista 33: masculino, 47 anos, coordenador da assessoria de comunicação da Assembléia Legislativa, outubro de 2005.

Entrevista 34: masculino, 42 anos, diretor de redação de revista de circulação regional, outubro de 2005.

Entrevista 35: masculino, 72 anos, assessor de imprensa da Pró-reitoria de Cultura da PUC, colaborador de vários jornais do interior do estado, outubro de 2005.

Entrevista 36: masculino, 65 anos, presidente da AJOERGS, diretor e proprietário de empresa de assessoria de comunicação, outubro de 2005.

Entrevista 37: masculino, 56 anos, diretor e proprietário de empresa de assessoria e consultoria em comunicação, outubro de 2005.

Entrevista 38: masculino, 35 anos, coordenador da divisão de jornalismo de rádio regional, outubro de 2005.

Entrevista 39: masculino, 71 anos, diretor de jornalismo de canal de televisão, outubro de 2005.

Entrevista 40: masculino, 38 anos, chefe de jornalismo de rádio AM, outubro de 2005.

Entrevista 41: masculino, 41 anos, membro da diretoria da FENAJ e do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, outubro de 2005.

Entrevista 42: masculino, 43 anos, presidente da FENAJ, novembro de 2005.

Entrevista 43: feminino, 47 anos, coordenadora de ensino da FENAJ, membro da diretoria do FNPI, professora do curso de jornalismo da UFSC, novembro de 2005.

Entrevista 44: masculino, 45 anos, presidente do FNPI, professor do curso de jornalismo da UFRN, novembro de 2005.

Entrevista 45: masculino, 39 anos, presidente da SBPJor, professor do curso de jornalismo da UFBA, novembro de 2005.

Entrevista 46: masculino, 65 anos, membro da SBPJor, professor do curso de jornalismo da UFSC, novembro de 2005.

ANEXO I: MATERIAL DA CAMPANHA



ANEXO II: OS DONOS DA MÍDIA

Os donos da mídia

Quadro das bases do poder econômico e político constituído a partir das redes privadas de televisão no Brasil

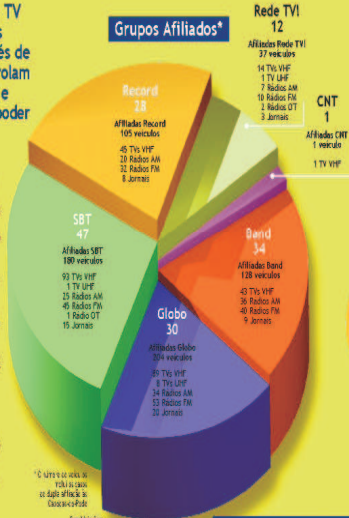
Dominando o mercado de TV de US\$ 3 bilhões, 6 Redes Privadas Nacionais, através de 138 Grupos Afiliados, controlam 668 veículos (TVs, rádios e jornais), instrumentos de poder regional e nacional.

Em meados da década de 60, sob a forma de operação em redes nacionais, a TV brasileira despica como destino das verbas de mídia. A crescente importância econômica do meio corresponde à influência política e cultural. Em torno de Grupos Cabeça-de-Rede (empresas geradoras da programação nacional das redes) passam a orbitar dezenas de Grupos Afiliados (empresas regionais que, basicamente, transmitem a programação das geradoras).

Com o rescaldo das redes, estes grupos fortalecem suas operações regionais. Os demais veículos destes grupos beneficiam-se da TV assim como a Impulsão.

O Epcom - Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação - fez um levantamento dos veículos ligados às emissoras de TV no Brasil. Neste infográfico, estão alguns dos resultados referentes ao principal segmento: o das redes privadas nacionais. Vinculados às 296 emissoras de TV existem outras 372 veículos de comunicação.

Grupos Afiliados*



Rede TV

12 Grupos Afiliados
37 veículos
14 TVs VHF
1 TV LHF
7 Rádios AM
10 Rádios FM
2 Rádios OT
3 Jornais

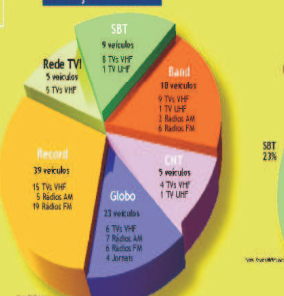
CNT

1 Grupo Afiliado
1 veículo
1 TV VHF

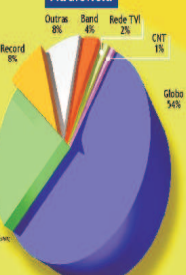
Os grupos Cabeça-de-Rede de TV dominam os principais mercados enquanto os grupos Afiliados das redes ficam restritos aos menores

Grupos	% dos veículos	Região	% da PIB	% dos investimentos publicitários em TV
Afiliados	66,1	Norte, Nordeste, Centro-Oeste	24,9%	21,7%
Cabeça-de-Rede	74,7%	Sudeste, Sul	75,1%	78,3%

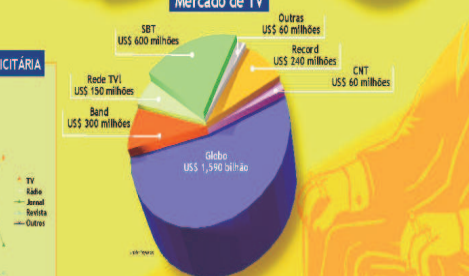
Cabeças-de-Rede



Audiência



Mercado de TV

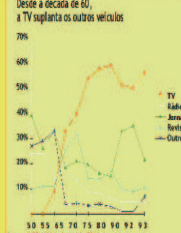


PORQUE A GLOBO CONTINUA IMBATÍVEL

A análise da estruturação das redes privadas nacionais de TV aberta mostra porque a Rede Globo prossegue muito à frente das demais

- Rede Globo**
 - Agiliza o maior número de veículos em todas as modalidades - TV, rádio e jornal. Tem quase o dobro do que o SBT, que ocupa o 2º lugar.
 - Seu Grupo Cabeça-de-Rede é o único, entre os demais redes, que tem todos os tipos de mídia.
 - Tem o maior número de grupos diversificados - TV, rádio e jornal - 40,4% de todos os existentes vinculados às redes.
 - Esta apresenta em todos os Estados.
 - O Grupo Cabeça-de-Rede tem 86% dos seus veículos concentrados na região Sudeste.
 - Hoje seu conjunto apresenta uma distribuição equilibrada pelas diversas regiões, sem concentração excessiva nos pequenos mercados.
- Rede SBT**
 - Esta apresenta em todos os Estados.
 - Tem o maior número de associações com grupos regionais, sendo integrada por 47 Grupos Afiliados.
 - O Grupo Cabeça-de-Rede só tem TV.
 - Esta fortemente concentrada na região Norte.
- Rede Record**
 - Apresenta grande concentração na região Sudeste.
 - Seu Grupo Cabeça-de-Rede é o que mais detém veículos próprios em todo o território do país, em comparação com os demais redes.
 - Controla também duas redes de TV segmentadas: a Rede Mulher (nos estados) e a Rede Família (nos estados).
- Rede Bandeirantes**
 - Esta bastante concentrada na região Nordeste.
 - À maior parte dos seus Grupos Afiliados limita-se à mídia eletrônica.
- Rede TV!**
 - Dispõe de apenas cinco emissoras de TV e três Grupos Afiliados.
 - Quase todo tempo dos seus veículos localizam-se nas regiões Norte e Centro-Oeste.
 - É a rede com menor presença na região Sudeste.
 - Seus Grupos Afiliados limitam-se à mídia eletrônica.
- Rede CNT**
 - Tem apenas 3 emissoras de TV e um único Grupo Afiliado, com uma emissora.
 - Restringe a sua atuação às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

EVOLUÇÃO DA VERBA PUBLICITÁRIA



6 redes privadas predominam no segmento de TV, vinculando-se a 372 outros veículos (emissoras de rádio e jornais)

Redes e Grupos	Emissoras de TV	Outros Veículos	Total
6 Redes Privadas Nacionais de TV	296	372	668
Redes públicas, segmentadas e grupos independentes	35	102	135

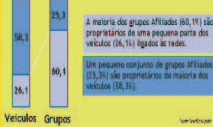
A TV é atualmente o veículo dominante no mercado publicitário

Veículo	Participação	Valor (US\$)
TV	56,1%	1,007 bilhões
Jornal	21,5%	1,153 bilhão
Rádios	16,8%	306 milhões
Rádio	4,6%	282 milhões
Outros	6,9%	370 milhões

A maioria dos grupos Afiliados são pequenos e pouco diversificados



Os grupos Afiliados são subordinados aos Cabeças-de-Rede e também reproduzem a concentração do mercado



3,5 horas é a média diária de tempo que o brasileiro passa vendo TV
81% da população assiste à TV todos os dias



EPCOM
Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação
www.acesoccom.com.br
info@acesoccom.com.br
Rua Lusitana, 607-Bairro Heliópolis
CEP 91550-040-Porto Alegre-RS
Fone/Fax (51) 3337-4800

ANEXO III: PROGRAMAÇÃO 32º. CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

PROGRAMAÇÃO

QUARTA-FEIRA - 5 DE JULHO	
10h00 às 13h00/ 14h00 às 18h00	IV Encontro Nacional dos Jornalistas de Imagem
14h00	Início de credenciamento
15h00	Transmissão da Semi final da Copa do Mundo de Futebol
18h00	Discussão e votação do Regimento
20h00	Abertura - Conferência: "Mídia e Poder" - <u>Profª. Marilena Chauí</u>
22h00	Exibição de vídeo- 60 anos de Fenaj / Festa de Abertura
QUINTA-FEIRA - 6 DE JULHO	
09h00 às 10h30	Painel 1 - Conjuntura Política e Mercado de Trabalho
11h00 às 12h30	Painel 2 - Formação Profissional do Jornalista
12h30 às 14h00	Almoço
13h00 às 14h00	Entrevista Coletiva - Candidatos à Presidência da República - Eleições 2006 Propostas do candidato para Comunicação Brasileira
14h00 às 17h00	Plenária
14h00 às 17h00	Oficinas Paralelas
.	1 - <u>Clínica Tecnológica Sebrae</u> (Formação de preço / Design Impresso / Como gerenciar melhor sua empresa)
.	2 - Oficina - Assessoria de Comunicação e fontes
14h00 às 17h00	Grupos Temáticos
.	1 - Direitos Autorais - Coordenador <u>Paulo Cannabrava</u>
.	2 - Jornalistas Afro-descendentes - Coordenadora <u>Sandra Martins</u>
.	3 - Democratização da Comunicação
20h00 às 22h00	Lançamento do Prêmio CNT de Jornalismo – Edição 2006
SEXTA-FEIRA - 7 DE JULHO	
09h00 às 11h00	Painel 3 - Marco Regulatório da Comunicação Brasileira e Digitalização das Comunicações
.	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
.	Conselho de Comunicação Social
11h00 às 13h00	Painel 4 - Código de Ética
13h00 às 15h00	Almoço
13h00 às 14h00	Entrevista Coletiva - Candidatos à presidência da República - Eleições 2006 - Propostas do candidato para Comunicação Brasileira
15h00 às 18h00	Plenária
15h00 às 18h00	Grupos Temáticos
.	1 - Fórum de Professores de Jornalismo - Coordenador <u>Gerson Martins</u>
.	2 - Movimento Estudantil - Coordenador <u>Gésio Passos</u>
.	3 - Jornalismo Ambiental - Coordenadora <u>Ana Lígia Scachetti</u> - Facilitadores: <u>Mário Mantovani</u> - <u>Adalberto Marcondes</u>

15h00 às 18h00	Oficinas Paralelas
.	3 - <u>Clínica Tecnológica Sebrae</u> (Formação de preço / Design Impresso / Como gerenciar melhor sua empresa)
.	4 - Oficina - Assessoria de Comunicação e Fontes
15h00 às 20h00	Evento Paralelo: Reunião da Coordenadoria Sindical dos Jornalistas do Mercosul Entrega do Prêmio Confea de Jornalismo - Edição 2006
SÁBADO - 8 DE JULHO	
10h00 às 12h00	Painel 5 - Conselho Federal dos Jornalistas
.	Covidados: Fenaj, OAB, ABI, Confea, Ordem dos Jornalistas Italianos
12h00 às 14h00	Almoço
13h00 às 14h00	Entrevista Coletiva - Candidatos à Presidência da República - Eleições 2006 Propostas do candidato para Comunicação Brasileira
14h00	Plenária Final
19h00	Encerramento
21h00	Festa na Praça Tiradentes - 308 anos de Ouro Preto - Abertura do Festival de inverno de Ouro Preto - 3ª edição
DOMINGO - 9 DE JULHO	
.	Livre/Retorno

TESES E PROPOSTAS

<ul style="list-style-type: none"> • <u>Lei de Imprensa</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Liberdade de Imprensa</u> <u>LI - Questionário</u>
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Mercado de Trabalho</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Tese Congresso Estadual do Rio Grande do Sul</u>
<ul style="list-style-type: none"> • Tese Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro <u>Tese sobre MP do Bem</u> <u>Tese sobre Comissões de Segurança</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Conselho Federal dos Jornalistas</u> • <u>Educação</u>
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Tese Programa Estágio Acadêmico</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • Teses do Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA) <u>Tese Mídia e Cidadania</u> <u>Proposta de Reformulação do Código de Ética do Jornalista</u> <u>Tese Congresso Estadual - Direitos Humanos</u>
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Teses do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Teses do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais</u>
<ul style="list-style-type: none"> • Teses do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo <u>Mercado de Trabalho</u> <u>Democratização</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Teses COJIRA-RJ</u>
<ul style="list-style-type: none"> • Teses Sindicato dos Jornalistas Profissionais do 	

Sergipe

Tese I

Tese II

Tese III

ANEXO IV: TABELA

TABELA I: FEE - RENDIMENTOS MENSAIS

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL	BRASIL (1)		RIO GRANDE DO SUL	
	1992	2004	1992	2004
Até 1/2 salário mínimo	13	9,2	6,8	5,2
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	17,7	18,4	14,4	11,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	22,3	28,5	23,6	31,2
Mais de 2 a 3 salários mínimos	10,2	10,1	11,7	11,8
Mais de 3 a 5 salários mínimos	9,4	10,9	10,2	12,4
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6,8	6,6	7,4	7,5
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,4	2,8	2,7	3,0
Mais de 20 salários mínimos	0,8	0,9	1,1	1,0
Sem rendimento (2)	15,8	11,2	21,3	15,3
Sem declaração	1,5	1,5	0,9	0,9
TOTAL	100	100,0	100	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS : PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1992; 2004.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá.(2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

ANEXO V: FOTOS

Foto I: Breno Caldas com o ex-presidente Emilio Garrastazu Médici, em 1973, durante um churrasco em seu haras. Fonte: GALVANI (1995) e MACHADO (1987)



Foto II: Breno Caldas com João Figueiredo e Gastão Pereira dos Santos. Fonte: MACHADO (1987)



Foto III: Capa da revista Propaganda, novembro de 1975.
Fonte: GALVANI (1995)



Foto IV: Breno Caldas recebe dos militares a “Ordem do Mérito Militar”.
Fonte: GALVANI (1995)



Foto V: repórter de política com o Presidente Getúlio Vargas.
Fonte: CASTELO BRANCO (2002)

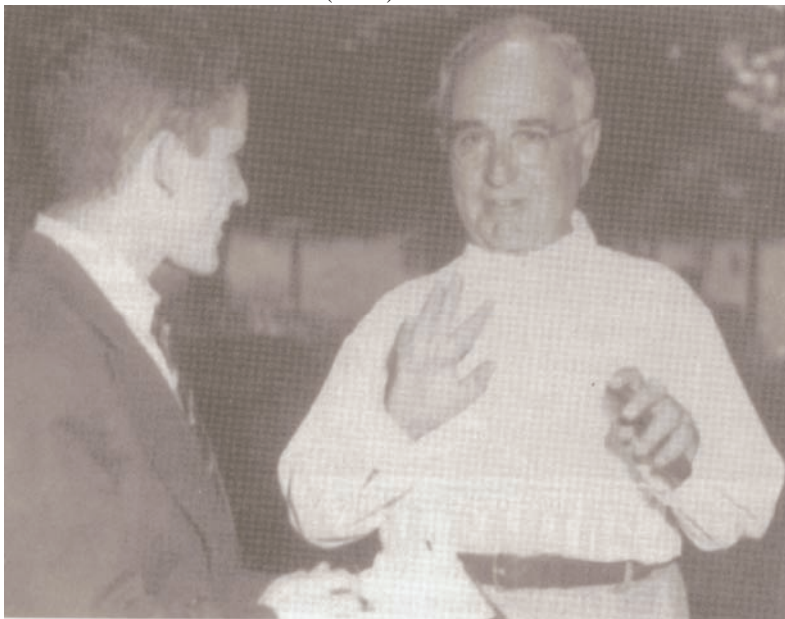


Foto VI: repórteres com o Presidente Eurico Gaspar Dutra.
Fonte: CASTELO BRANCO (2002)



Foto VII: repórter de política com o Governador do Rio Grande do Sul Ernesto Dornelles.
Fonte: CASTELO BRANCO (2002)



Foto VIII: repórteres com o Presidente Getúlio Vargas e deputado estadual João Goulart
Fonte: CASTELO BRANCO (2002)



Foto IX: repórter junto com presidente do PL General Flores da Cunha.
Fonte: CASTELO BRANCO (2002)



Foto X: repórter com Jânio Quadros, em 1961.

Fonte: CASTELO BRANCO (2002)



Foto XI: repórteres com o governador Leonel Brizola durante a campanha da Legalidade.

Fonte: CASTELO BRANCO (2002)

